

A

**HISTORIA** Revista da FLUP

IV Série, volume 8(2), 2018

R

O

T

S

# Sumário

## Revista da FLUP - IV Série V. 8, N. 2 (2018): HISTÓRIA

Comissão Editorial	1	<i>Apresentação</i>
Dossiê Temático:		
Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira	3	<i>Portugal e a Grande Guerra</i>
Mathias Saecker	9	<i>O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã</i>
Augusto Salgado	38	<i>O Porto e a Grande Guerra no mar</i>
Miguel Castro Brandão	57	<i>Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918)</i>
Diogo Ferreira	83	<i>A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal</i>
Fausto Rafael dos Santos Teles Correia	106	<i>Os socialistas portuenses e a Grande Guerra</i>
Helena da Silva	127	<i>Um hospital português em França na Grande Guerra</i>
Alexandre Lima Ferreira	151	<i>A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918</i>
Ricardo Costa Pereira	174	<i>O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918)</i>
Luís Miguel Silva	197	<i>A fé em tempos de guerra: a experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial</i>
Outros Estudos		
José das Candeias Sales, Susana Isabel Silva Mota	221	<i>Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton</i>

## Recensões

Gaspar Martins Pereira

253 Manuel Carvalho, *A Guerra que Portugal quis esquecer*, Porto: Porto Editora, 2015

256 Notas Biográficas dos Autores

259 Ficha Técnica

260 Normas editoriais

## APRESENTAÇÃO

Revisitar a Grande Guerra, no seu centenário (1914-1918), focando, especialmente, a participação portuguesa, foi o desafio lançado para o presente número da História – Revista da FLUP, n.º 9 (2), 2018, cumprindo a periodicidade semestral a que a revista se propôs, há dois anos.

O repto foi promovido pelos responsáveis do Dossier temático que, ao proporem a abordagem de *Portugal e a Grande Guerra*, procuraram revisitar e rever a participação de Portugal, não só através da frente da batalha, como dos impactos nas colónias e no território metropolitano. Sobre esta temática e a reflexão que se exige, Jorge Alves e Gaspar Martins Pereira desenvolveram um texto, *Portugal e a Grande Guerra – Apresentação*, que reflete sobre aquele «abismo político e militar», uma vez que, pelas suas consequências, «o mundo não voltou a ser o mesmo». Apresentam a diversidade de tópicos abordados nos diferentes estudos aceites, resultantes de percursos de investigação, realizados quer por investigadores consagrados, quer por jovens investigadores.

Na verdade, a resposta ao desafio temático mostrou-se diversificada, resultando em nove artigos que abordam, num quadro bem alargado, os aspetos bélicos, associados à logística naval e à guerra submarina, as dificuldades de abastecimento alimentar, o apoio hospitalar em França, assim como as experiências espirituais e de lazer que insuflaram a dimensão humana e antropológica a um período de extremos e de perdas. Uma aproximação à cidade do Porto, articulada com as movimentações nacionais, permitiu observar as reações à participação portuguesa na Grande Guerra, por parte da Câmara Municipal e dos socialistas portugueses, assim como o papel das autoridades navais e do exército, que estabeleceram os primeiros planos para a defesa do Douro e do porto de Leixões.

Um outro texto completa este conjunto de artigos, na rubrica *Outros Estudos*. Trata-se da apresentação, com algum detalhe, de exemplos significativos das diferentes formas (jornalística, literária e académica) como foi feita, em Portugal, a receção da Antiguidade centrada no túmulo de Tutankhamon, procurando esclarecer as motivações, as suas características e os seus impactos.

Finalmente, na rubrica *recensões*, houve espaço para a análise de uma obra cuja temática se insere no dossier temático. *A Guerra que Portugal quis esquecer* (2015)

Comissão Editorial - Apresentação - História. Revista da FLUP. Porto. IV. Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 1-2. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2ap

refere-se à participação portuguesa na Grande Guerra, focando-se nos confrontos bélicos entre as tropas portuguesas e alemãs no Norte de Moçambique, tantas vezes ignorados face às campanhas militares em território europeu.

Se este número se deve, fundamentalmente, ao contributo dos autores e dos revisores (dupla revisão), que leram criticamente, atentamente, e que contribuíram para o apuramento dos textos finais, ele resulta, igualmente, da colaboração contínua dos serviços de apoio da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sempre atentos, neste processo de disponibilização dos conteúdos.

Porto, 31 de dezembro de 2018

#### **A Comissão Editorial**

Inês Amorim  
Cláudia Pinto Ribeiro  
Francesco Renzi  
Gaspar Martins Pereira  
Jorge Alves  
Jorge Martins Ribeiro  
Maria Antonieta Cruz

# **Dossiê Temático:**

Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira - Portugal e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 3-8. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a1

### **Portugal e a Grande Guerra – Apresentação**

### **Portugal and the Great War – a presentation**

### **Portugal et la Grande Guerre - une présentation**

### **Portugal y la Gran Guerra - una presentación**

Jorge Fernandes Alves  
FLUP-CITCEM  
jfalves@letras.up.pt

Gaspar Martins Pereira  
FLUP-CITCEM  
gpereira@letras.up.pt

**Resumo:** Com o presente texto, procuramos sublinhar a recente renovação da produção historiográfica sobre a Grande Guerra. Nesta perspetiva, fizemos um apelo a novos artigos sobre o tema da Grande Guerra para integrarem a presente edição da *História - Revista da FLUP*. A resposta à chamada de artigos foi gratificante, surgindo novas e diversas abordagens do tema, que apresentamos aqui de forma resumida.

**Palavras-chave:** Grande Guerra, Portugal, Colónias, Historiografia.

**Abstract:** With this text, we try to highlight the recent renewal of the historiographical approach around The Great War. In this perspective, we decided to call for new articles to be included in this issue of *História-Revista da FLUP* around the Great War. The response was rewarding, with new and diverse approaches to the theme, which we present here in a summarized way.

**Keywords:** Great War, Portugal, Colonies, Historiography.

**Résumé:** Avec le texte actuel, nous essayons de souligner le récent renouveau de la production historiographique sur la Grande Guerre. Dans cette perspective, nous avons demandé des nouveaux articles sur le sujet de la Grande Guerre à se joindre à cette édition de *História-Revista da FLUP*. La réponse à l'appel à articles a été enrichissante, avec des approches nouvelles et diverses du thème, que nous présentons ici dans ses grandes lignes.

**Mots clés:** Grande Guerre, Portugal, Colonies, Historiographie.

**Resumen:** Con el presente texto, buscamos subrayar la reciente aproximación historiográfica em torno a la Gran Guerra. En esta perspectiva, justificamos el llamamiento a nuevos artículos sobre el tema de la Gran Guerra para integrar la presente edición de la *História-Revista da FLUP*. La respuesta a la llamada de artículos fue gratificante, surgiendo nuevos y diversos enfoques del tema, que presentamos aquí en sus líneas generales

**Palabras clave:** Gran Guerra, Portugal, Colonias, Historiografía.

Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira - Portugal e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 3-8. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a1

O centenário da Grande Guerra (1914-1918), ao prolongar-se por mais de quatro anos e ao envolver diferentes comunidades de todo o mundo, tem permitido novas abordagens e múltiplas edições, em diferentes escalas e vertentes disciplinares. Alguns autores falam mesmo de vertigem editorial. Não só pelos novos dados carreados, mas também pelas novas sínteses e revisões, pelos encontros e debates promovidos, surgiram muitos contributos para uma nova história da guerra. Mas a verdade é que a Grande Guerra, na sua configuração global, enquanto fenómeno total, que mobilizou populações de todo mundo, exauriu múltiplos recursos e se mostrou como uma irracionalidade para cujo desastre se caminhou alegremente no seu início, continua a suscitar a curiosidade de múltiplos investigadores, que ora querem aprofundar o campo das decisões que conduziram ao abismo político e militar, ora querem abordar o lastro que nos deixou, uma vez que as suas consequências chegaram a todo o lado, podendo dizer-se que ninguém ficou de fora, que o mundo não voltou a ser o mesmo.

A Grande Guerra foi, de facto, a primeira grande expressão bélica do potencial técnico-científico, surgindo a velocidade do transporte automóvel, o tanque, a guerra química, o bombardeamento aéreo, o ataque submarino, numa evidência de forças sobre-humanas que acabariam, paradoxalmente, atoladas nas lamas profundas dos combates das trincheiras. E, na qual, as colónias tiveram um papel importante para algumas das potências em conflito.

Na verdade, a previsível Guerra das Nações, subjacente ao choque dos impérios, viria a alcançar, graças aos “Sonâmbulos”, para utilizar o título da obra referencial de Christopher Clark, uma escala nunca antes vista (Clark, 2014). Conflito que se transformou, através do emaranhado de alianças e desconfianças, na Grande Guerra, para depois deixar antever a possibilidade de a tecnoestrutura que a sustentou se vir a repetir em mais lata dimensão, ou seja, configurando-se apenas como uma “Primeira Guerra Mundial” que, não resolvendo as questões essenciais ou deixando amplas brechas para descontentamentos e ressentimentos, anunciava desde logo uma Segunda Guerra Mundial.

O formato escolhido para a paz não pareceu adequado a alguns intervenientes nas negociações de Paris que conduziram ao Tratado de Versalhes, em 1919, nomeadamente a J.



Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira - Portugal e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 3-8. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a1

M. Keynes, que fez questão de expressar publicamente a sua indignação num livro polémico – *As Consequências Económicas da Paz*, publicado, de imediato, em 1919. Para Keynes, a guerra alterara de tal forma o sistema de vida que colocava em perigo a vida de uma Europa, em grande parte “doente e moribunda”, com a população a exceder os meios de sobrevivência, a desarticulação dos meios de transporte, a produção de alimentos prejudicada, pelo que caberia à Conferência de Paz “restabelecer a vida e curar as feridas”, sendo que essas eram “tarefas ditas tanto pela prudência como pela magnanimidade que a sabedoria dos antigos tanto elogiava nos vencedores” (Keynes, 2002).

Mas, pelo caminho acabaram por ficar, em grande medida, os *Catorze Pontos* propostos pelo presidente norte-americano, Wilson, apresentados ao Congresso, em 8 de janeiro de 1918, dados como aceites pelos alemães, em 5 de outubro desse ano, como base para pedirem negociações de paz. As reparações de guerra definidas pelos vencedores alimentaram os ressentimentos, levantaram protestos, suscitando, a curto prazo, novos alinhamentos políticos, até serem suspensas em 1931, incluindo ainda as dívidas interaliadas, com a moratória Hoover. A desarticulação económica, a destruição de equipamentos e recursos, a depreciação da moeda, o desemprego, a fome em múltiplos países, não só nos derivados da implosão dos impérios beligerantes, mas em todo o território da Europa continental, eram problemas que se afiguravam catastróficos e levantavam um denso nevoeiro de novos e variados medos.

Rever as diversas configurações historiográficas sobre a Primeira Guerra Mundial, repensar a Grande Guerra à luz de novos olhares e novos lugares, prestar atenção a novos objetos e domínios de pesquisa, eis o desafio lançado por Antoine Prost e Jay Winter, para se poder avaliar de nova forma o conflito que pela sua dimensão, nas palavras destes autores, começou por ser considerado a última guerra, depois como o primeiro episódio de uma guerra de 30 anos, sendo hoje percecionado como o ato fundador de um século curto, mas bárbaro, dada a enormidade dos vários genocídios posteriores, surgindo assim aos olhos de alguns como uma experimentação dos totalitarismos e da morte massiva (Prost & Winter, 2004, 47).

Portugal, que sofreu a Guerra nas colónias, que se viu envolvido na frente da batalha através do Corpo Expedicionário, que se dividiu quanto à participação na guerra (entre

Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira - Portugal e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 3-8. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a1

guerristas e anti-guerristas), que sentiu os seus efeitos no território metropolitano através das suas consequências diretas e indiretas, tem acompanhado essa revisitação, reavaliando a participação portuguesa e enunciando formas de vivência dos problemas daí decorrente e seus danos colaterais, em diferentes círculos sociais e territoriais. Edição de livros e revistas, colóquios académicos e encontros locais, teses universitárias, produção de conteúdos digitais, documentários televisivos, de várias formas se tem evocado os acontecimentos da Grande Guerra. A própria Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sobretudo através do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, tem promovido e participado em iniciativas afins.

Revisitar a Grande Guerra, focando, especialmente, a participação portuguesa, foi, naturalmente, o desafio lançado para o dossiê temático deste número de *História – Revista da FLUP* (número 9, 2º semestre de 2018), cujo lançamento ocorre nas proximidades do centenário do armistício e do início das negociações de Paz. Lançou-se, assim, o convite à comunidade académica para que os interessados submetessem artigos no âmbito da temática “Portugal e a Grande Guerra”, recebendo-se um conjunto significativo de respostas que apraz registar e agradecer, contributos que trazem revelações em diversas escalas, permitindo compor um dossiê diversificado e estimulante.

Podemos, assim, revisitar o ataque do U 38 ao porto e à cidade do Funchal, um incidente ocorrido em 3 de dezembro de 1916, que afundou duas embarcações francesas e uma inglesa, numa perspetiva de pormenor da guerra submarina alemã, através de um documentado texto de Mathias Saecker, que conjuga essencialmente o uso de fontes portuguesas e alemãs. Por sua vez, Augusto Salgado, recorrendo a fontes inéditas, com recurso a arquivos nacionais e ingleses, dá-nos a conhecer os planos de defesa dos portos do Douro e Leixões, que operavam com o apoio da Marinha inglesa e de meios franceses para enfrentarem a ameaça submarina alemã, saindo esses portos incólumes do conflito, não obstante o afundamento de múltiplas embarcações ao longo da costa Norte. Ainda no domínio da guerra marítima, Miguel Castro Brandão discute a requisição ou apreensão dos navios alemães ancorados em portos portugueses e a gestão da frota assim constituída no

Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira - Portugal e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 3-8. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a1

quadro do acordo anglo-português para este efeito, operação que viria a ter o maior relevo, dado ter funcionado como o pretexto para a declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

A questão das subsistências marcou profundamente o período da Grande Guerra, fazendo sentir-se em todo o País, sobretudo ao nível da escassez dos produtos básicos da alimentação, dados os problemas de abastecimentos colocados pelo conflito. A análise da conjuntura a um nível local, em torno dos problemas de abastecimento numa cidade industrial, Setúbal, é o contributo de Diogo Ferreira: escassez, alta de preços, especulação, açambarcamento, mercado negro e contrabando marcaram o quotidiano da população urbana, provocando protestos e múltiplos incidentes. Numa linha convergente com esta temática, surge o texto de Alexandre Lima Ferreira, mas centrado desta vez sobre o Porto, a partir da leitura das atas das vereações, perscrutando a ação municipal sobre a questão das subsistências, mas também relativamente a outras questões, como foi caso da crise energética, da agitação social, da saúde pública.

Se, pela Europa, os socialistas se dividiram entre ser a favor ou contra a guerra, podemos saber algo sobre a posição dos socialistas portuenses e a Grande Guerra? Uma resposta a esta questão é sustentada por Fausto Rafael Correia, para quem os socialistas portuenses cedo se manifestaram contra a guerra e, com isso, ajudaram a consolidar a posição do Partido Socialista Português, não obstante as divergências com outros núcleos do Partido, sobretudo em Lisboa, mais favoráveis à guerra.

O futebol, já então um desporto popular, sofreu também com o conflito armado, desde logo pela larga mobilização de jovens para o serviço militar, muitos dos quais seguiam para a frente de guerra, não obstante o futebol também se praticar entre os mobilizados, como forma de lazer e de assegurar a condição física, como nos diz Ricardo Costa Pereira, que, passando em revista o papel do futebol nesta conjuntura, sublinha o papel solidário deste desporto no apoio a causas que derivavam dos sofrimentos da guerra.

A ação sanitária, de forma a acompanhar a retaguarda dos combates, constituiu uma atividade inscrita no esforço de guerra. A história da instalação de um hospital português em França, em 1917, para apoiar a retirada de soldados do Corpo Expedicionário Português é o contributo de Helena da Silva, com o seu artigo sobre o Hospital Militar Português de

Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira - Portugal e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 3-8. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a1

Hendaia, da responsabilidade da Cruzada das Mulheres Portuguesas, utilizando para o efeito um edifício de um casino, cedido pelas autoridades francesas.

Finalmente, a fé! Soldados de um país com uma forte tradição católica, como foi a vida religiosa dos militares portugueses nos três teatros de operações – sul de Angola, norte de Moçambique e Flandres? Sistematizando informações e impressões deixadas por diversos combatentes que escreveram memórias de guerra, Luís Miguel Silva aborda essa temática da fé em tempos difíceis de viver como eram os vividos na envolvimento da Grande Guerra.

Com o presente volume da revista, o dossiê “Portugal e a Grande Guerra” procura contribuir para aprofundar e diversificar tópicos de abordagem da Primeira Guerra Mundial, conferindo espaço tanto a investigadores consagrados como a jovens investigadores, de quem se espera a contínua renovação historiográfica.

### **Bibliografia:**

#### **Estudos:**

CLARK, Christopher (2014), *Os sonâmbulos*, Lisboa, Relógio d' Água.

KEYNES, John M. (2002), *As consequências económicas da paz*, São Paulo, Imprensa da Universidade de Brasília – IPRI.

PROST, Antoine; WINTER, Jay (2004), *Penser la Grande Guerre. Un essai d'historiographie*, Paris, Éditions du Seuil.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

**O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã**

**The U 38 attack on the anchorage and the city of Funchal (1916) in the context of German submarine warfare**

**L'attaque du U 38 contre l'ancrage et la ville de Funchal (1916) dans le contexte de la guerre sous-marine allemande**

**El ataque del U 38 contra el fondeadero y la ciudad de Funchal (1916) en el contexto de la guerra submarina alemana**

Mathias Saecker  
Investigador Independente  
mathias.saecker@gmx.de

**Resumo:** O artigo analisa o ataque do U 38 ao Funchal no contexto da estratégia alemã de estender a guerra submarina a todo o Atlântico. No momento do assalto, em dezembro de 1916, o imperador, como comandante-em-chefe da Armada, e os dirigentes políticos adiaram a guerra irrestrita de submarinos para evitar a entrada na guerra dos EUA ao lado dos Aliados. Os comandantes da Armada, porém, queriam suspender as limitações ao combate submarino para assegurar um bloqueio comercial eficaz contra os Aliados. O estudo de caso analisa como e por quê o capitão do U 38, Max Valentiner, seguiu esta linha aceitando a violação do direito internacional da guerra.

**Palavras-chave:** ataque à Madeira, guerra submarina irrestrita, direito da guerra naval, Marinha Imperial Alemã.

**Abstract:** The article analyses the U 38 attack on Funchal in the context of Germany's strategy to extend the submarine war to the entire Atlantic. At the time of the attack in December 1916, the emperor as commander-in-chief of the navy and the political leaders had postponed the unrestricted submarine war in order to prevent the entry of the USA into the armed conflict on the allied side. The naval command, however, wanted to permit all means of U-boat warfare assuring an effective trade blockade against the Allies. The case study analyses how and why the captain of U 38, Max Valentiner, followed this line, accepting the breach of international law of warfare.

**Keywords:** attack on Madeira, unrestricted submarine warfare, Law of Naval Warfare, German Imperial Navy.

**Résumé:** Cet article analyse l'attaque du U 38 sur Funchal dans le contexte de la stratégie de l'Allemagne visant à étendre la guerre sous-marine à tout l'Atlantique. Lors de l'attaque de décembre 1916, l'empereur, commandant en chef de la marine, et les dirigeants politiques avaient reporté la guerre sous-marine sans restriction afin d'empêcher l'entrée des Etats-Unis dans la guerre aux côtés des alliés. Cependant, le commandement naval voulait suspendre les restrictions au combat pour assurer un blocus commercial efficace contre les alliés. L'étude de cas analyse comment et pourquoi le capitaine du U 38, Max Valentiner, a suivi cette ligne, acceptant la violation du droit international de la guerre.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

**Mots-clés:** ataque à Madère, guerre sous-marine illimitée, droit de la guerre navale, Marine impériale allemande

**Resumen:** El artículo analiza el ataque del U 38 a Funchal en el contexto de la estrategia alemana de extender la guerra submarina a todo el Atlántico. En el momento del asalto de diciembre de 1916, el emperador como comandante en jefe de la armada y la dirección política habían pospuesto la guerra de submarinos sin restricciones para evitar la entrada de los EE.UU. en la guerra junto con los Aliados. Los comandantes de la Armada, por otra parte, querían suspender las limitaciones de combate para asegurar un bloqueo comercial efectivo contra los Aliados. El estudio de caso analiza cómo y por qué el capitán del U 38, Max Valentiner, siguió esta línea, aceptando la violación del derecho internacional de la guerra.

**Palabras clave:** ataque contra Madeira, guerra submarina irrestricta, derecho de la guerra naval, Marina Imperial alemana.

## Introdução

Na manhã do dia 3 de dezembro de 1916, um domingo, o submarino alemão S.M. U 38 invade, sob o comando do *Kapitänleutnant* (primeiro-tenente) Max Valentiner, o ancoradouro do Funchal na ilha da Madeira e afunda, além da canhoneira *Surprise* e do porta-submarinos *Kanguroo* franceses, o lança-cabos britânico *Dacia* e uma barcaça de abastecimento portuguesa<sup>1</sup>.



**Foto 1** - A canhoneira *Surprise* a afundar na baía do Funchal. 1916-12-03. – Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira [adiante ABM], nº do inventário PER/1.500.

<sup>1</sup> Ver Apêndice para mais informações sobre S.M. U 38, *Dacia*, *Kanguroo* e *Surprise*.



Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2



Foto 2 - O barco a vapor *Kanguroo* submerso na baía do Funchal. 1916-12-03. -Fonte: ABM, nº do inventário PER/1.501.



Foto 3 - O barco a vapor *Dacia* depois da explosão na baía do Funchal. 1916-12-03 – Fonte: ABM, nº do inventário: VIC/1.502.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

No ataque surpresa morrem 33 tripulantes estrangeiros e oito trabalhadores portugueses da empresa inglesa *Blandy*, radicada na Madeira<sup>2</sup>. As baterias de artilharia da Quinta da Vigia e do Forte de São Tiago abrem fogo, não conseguindo, porém, acertar no U 38 que, entretanto, se afastara do porto, vindo à superfície da água fora do alcance do fogo português<sup>3</sup>. O submarino alemão, por sua vez, riposta com a sua peça de convés, causando somente danos materiais em terra.

A indagação do raid, no seu contexto histórico, permite, ao contrário da suposta banalidade no plano dos meros factos, elucidar questões de natureza mais geral referentes à estratégia alemã da guerra naval. A análise é antecedida por uma apresentação crítica das fontes a fim de revelar interesses e intenções dos respetivos autores. O estudo de caso prossegue três objetivos principais. O primeiro procura explicar as interdependências entre a atuação concreta do *Kapitänleutnant* Valentiner na missão contra a Madeira e os determinantes militar, político e social na Era Guilhermina<sup>4</sup>. Salienta-se as controvérsias dos anos de 1915 e 1916 acerca da aplicação da Lei das Presas na perspetiva dos comandantes de submarinos e dos outros intervenientes. Segundo, são reconstituídos os diversos motivos de Valentiner ligados à missão. Trata-se, além de fenómenos político-ideológicos, de aspetos pertencentes à concorrência social no corpo de oficiais navais e às capacidades técnicas dos submarinos. Segue-se uma avaliação jurídica do ataque à Madeira à luz do direito internacional da guerra naval. As considerações finais ampliam a perspetiva aos efeitos da derrota alemã na Grande Guerra em relação às mentalidades de grandes segmentos da burguesia, em especial do corpo de oficiais. A abordagem destes fenómenos parte da biografia do *Kapitänleutnant* Valentiner como caso paradigmático da classe militar. Quanto às missões submarinas, destaca-se o tratamento judiciário dos crimes de guerra na jovem República de Weimar.

---

<sup>2</sup> A Blandy Brothers Ltd. iniciou a sua atividade comercial na Madeira em 1811 no negócio dos vinhos, expandindo-a, nas décadas seguintes, ao sector marítimo, englobando a partir de 1855 o abastecimento de carvão, indispensável para a navegação a vapor (Vieira 2016).

<sup>3</sup> Esta situação devia-se às insuficiências do armamento obsoleto instalado nos fortes funchalenses. Rodrigues (2014: 73–76) aborda os pormenores técnicos da questão com referência às fontes no Arquivo Histórico Militar.

<sup>4</sup> Designação para o reinado do imperador Guilherme II (1888–1918), caracterizado por um crescente militarismo e um nacionalismo agressivo abrangendo todas as esferas da sociedade alemã.



Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### **Crítica das fontes históricas**

Além do recurso a publicações de diversos historiadores, a análise baseia-se essencialmente em fontes relevantes que podem ser categorizadas em três grupos principais.

Em primeiro lugar, trata-se de textos redigidos pelo próprio *Kapitänleutnant* Valentiner, nomeadamente as memórias. A versão mais curta, com nem sequer metade do tamanho das edições posteriores, remonta já a 1917, portanto cronologicamente muito próxima do ataque. A sua publicação foi submetida à censura prévia, tendo sido instauradas diversas instâncias militares de controlo de livros logo no início da guerra. As respetivas diretivas estabelecidas no Livro de Censura, editado pela Alta Comissão de Censura do Serviço de Publicações em Tempo de Guerra, estipularam uma postura positiva em relação à apresentação da guerra submarina (*Oberzensurstelle*, 1917: 76). O objetivo consistia primordialmente na conservação do entusiasmo da população pela guerra. Para este fim, a propaganda alemã tinha criado um culto heroico em torno dos capitães dos submarinos. Sentindo-se em plena conformidade com a retórica bélica da época, Valentiner não entende as suas memórias como reflexão biográfica, mas sim como contributo para a propaganda da causa alemã.

As edições posteriores, oriundas da fase do crescimento acelerado do partido nazi (Valentiner, 1931) e do segundo ano da ditadura fascista (Valentiner, 1934), são mais detalhadas do que o texto de 1917, mas considerando o lapso de tempo entre os acontecimentos apresentados e a altura da publicação, a exaustividade não aumenta a fidedignidade. A instrumentalização pela propaganda militarista predomina. Com a ascensão do nazismo, intensificou-se, com referência à chamada vergonha de Versalhes, a agitação nacionalista e a luta contra a imposição de restrições severas à dimensão e ao caráter das forças armadas da Alemanha. Neste ambiente, a literatura de guerra serve como ferramenta de militarização. As tiragens elevadas deste género literário confirmam um interesse óbvio de partes consideráveis do público leitor, expressão de uma atmosfera belicista largamente disseminada. Sendo assim, as memórias de Valentiner inserem-se paradigmaticamente na mentalidade da época. Em termos de estilo, assemelham-se a romances de aventuras, portanto textos ficcionais cuja ação segue o padrão de heroicidade; ao comandante cabe o papel de herói, enquanto o da

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

comitiva fiel e obediente cabe à tripulação. Esta constelação social reflete, evidentemente, a hierarquia militar, mas ao mesmo tempo já faz alusão implícita ao *Führerprinzip*, tipo de estrutura organizacional do poder político na era nazi.

Querendo atrair um público jovem, Valentiner apresenta as missões do U 38 como viagens de aventura num navio corsário. Várias vezes menciona o motivo de pirata e refere-se ao mito dos Vikings, até no título da edição de 1934. Esta referência anacrónica omite propositadamente a tecnicização da guerra naval que determinou por completo a vida das tripulações a bordo. Desta maneira, a romantização do apresamento e do afundamento de embarcações de comércio oculta as atrocidades reais da guerra.

Finalmente, os textos da época pós-guerra revelam um carácter apologético. Valentiner (1934: 122) justifica a sua violação do direito internacional da guerra naval pelo facto de o processo por crimes de guerra no Tribunal Supremo (*Reichsgericht*) ser encerrado com a sua absolvição, mas encobre as circunstâncias juridicamente questionáveis em que a sentença foi proferida, para não falar das implicações morais da sua atuação<sup>5</sup>. Deste modo, as intenções de Valentiner levam a possíveis distorções, tornando imprescindível uma leitura crítica de fontes suplementares.

Neste âmbito, devem ser tidos em consideração, sobretudo, o diário de bordo e o de guerra do U 38, mantidos pelo comandante, que fazem parte da comunicação intramilitar. O primeiro contém anotações de natureza meramente náutica, permitindo a reconstituição minuciosa das posições do submarino na altura do ataque<sup>6</sup>. O centro do diário de guerra é constituído por uma tabela cronológica em três colunas (data e hora – localização e condições meteorológicas – incidentes), sendo a da direita a mais larga com indicações pormenorizadas acerca das ações de combate como a ocorrida no porto do Funchal. A verificação dupla destas informações ainda pode ser efetuada através de impressos que registam separadamente cada afundamento para o arquivo do almirantado (Kudryashov; Uhl, 2015 sq.). Os apêndices do diário incluem uma lista das embarcações afundadas e uma dos capitães presos. Nos anexos B e C, encontra-se uma análise extensa de todos os aspetos técnico-militares das missões no período de referência. O valor extraordinário desta reside no facto de dar uma imagem autêntica

---

<sup>5</sup> Cf. a avaliação jurídica do processo em HANKEL (2003: 430–442).

<sup>6</sup> Bundesarchiv [adiante BArch], RM 97/780.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

dos interesses relacionados com a missão, livre de intencionalidade ideológica. Assim, o conjunto dos relatórios serve como instrumento útil de análise das memórias de Valentiner.

Um segundo grupo de fontes engloba as ordens e instruções do almirantado para a guerra submarina, emitidas em nome do imperador<sup>7</sup>. Estas proporcionam uma avaliação da observância das regras militares por parte de Valentiner. Neste âmbito cabem também os relatórios das reuniões dos dirigentes políticos e militares, responsáveis pelas decisões sobre o prosseguimento da guerra<sup>8</sup>.

As memórias destes decisores, em especial as do chanceler (Bethmann Hollweg, 1921) e dos chefes da Direção da Marinha (Tirpitz, 1926), do Almirantado (Bachmann<sup>9</sup>) e do Gabinete da Marinha (Görlitz; Müller, 1959), permitem reconstruir as linhas de conflito acerca da guerra irrestrita dos submarinos. Especial significado para a perspetiva oficial da Marinha Imperial tem a obra *Der Krieg zur See* (A guerra naval), elaborada na época nazi em nome do Arquivo da Marinha em Berlim. Um elemento do Almirantado e um alto funcionário da Direção da Marinha coordenaram a documentação da guerra comercial dos submarinos (Assmann; Spindler, 1934).

### **A guerra submarina no quadro político-militar alemão**

O ataque do U 38 ao ancoradouro e à franja costeira do Funchal é parte integral da guerra submarina alemã, cujo decurso se explica pelas estruturas específicas de governação política e militar da era guilhermina. O próprio Valentiner (1931: 40) não parece estar consciente da vertente política da sua missão: “Eu era oficial. Nós sabíamos pouco da política. Ignorámo-la, até deveríamos ignorá-la”<sup>10</sup>. Assim reflete a imagem de um corpo apolítico de oficiais que se vê somente obrigado à tríade “deus – imperador – pátria”, quando, na realidade, a esmagadora maioria dos oficiais encontrava-se em sintonia ideológica com as camadas conservadoras do espectro político na Alemanha imperial. Valentiner assume irrefletidamente as ideias da cúpula militar que justificava a guerra comercial irrestrita de submarinos como retaliação contra o bloqueio à distância

---

<sup>7</sup> BArch, RM8/676.

<sup>8</sup> BArch, RM8/545.

<sup>9</sup> BArch, RM 8/1272.

<sup>10</sup> Todas as citações em alemão são traduzidas para português pelo autor.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

da armada britânica no Mar do Norte, atuação que, segundo a propaganda alemã, era exclusivamente responsável pela penúria alimentar cada vez mais grave na Alemanha<sup>11</sup>. Desta avaliação resultava o objetivo de bloquear todas as vias marítimas no sentido de causar danos persistentes ao fornecimento da Grã-Bretanha. Uma componente desta estratégia consistia em estender a chamada guerra comercial ao Atlântico Central-Este. Além disso, a missão de Valentiner, como a simultânea dos U 47 e U 52, não ficou por aí, levando a guerra a zonas ainda pacíficas para intimidar o inimigo, mostrando uma ubiquidade militar<sup>12</sup>.

Originalmente, a Alemanha não era uma potência marítima importante. O enfoque na expansão reforçada da armada remonta ao início da Era Guilhermina; o conceito do *Neuer Kurs* (novo rumo) sinalizou uma viragem da política externa do Império Alemão para a *Weltpolitik* (política global), cuja implementação prática precisava da *Risikoflotte* (marinha de risco), o que no imediato agudizou as rivalidades navais com a Grã-Bretanha que julgava a sua supremacia marítima posta em causa. As armadas das respetivas nações serviam na prática política como instrumentos para defender os interesses imperialistas.

No ano de 1899, Guilherme II, como fervoroso defensor do navalismo, açambarcou o comando supremo da marinha de guerra. Para este efeito, dissolveu o antigo Alto Comando da Marinha, substituindo-o por quatro maiores entidades subordinadas, a Direção Geral, o Gabinete e a Inspeção da Marinha bem como o Almirantado, uma secção que restava do anterior Alto Comando. Devido à indecisão e à hesitação de Guilherme II, esta fragmentação deliberada, junto com a sobreposição parcial de competências das novas instituições, levou a uma falta de coordenação estratégica e a uma concorrência dos respetivos funcionários em relação à influência sobre o imperador.

Na fase pré-guerra, o Almirante Alfred von Tirpitz, poderoso chefe da Direção-Geral da Marinha, forçou, em plena conformidade com o imperador, a construção de couraçados no contexto da corrida armamentista com o Reino Unido, visando impedir

---

<sup>11</sup> Na realidade, a penúria alimentar foi causada por um conjunto complexo de fatores. Cf. Asmuss (2011).

<sup>12</sup> Ver capa do jornal “República” (1916) que já reconhece este objetivo.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

que recursos orçamentais significativos fossem consumidos pelo subsector de submarinos. Considerou a nova arma uma “brincadeira cara” (Valentiner, 1931: 29) cuja operacionalidade ainda estava, por razões técnicas, apenas limitada. Atrás desta depreciação esconde-se também uma mentalidade retrógrada da cúpula da marinha encarando inovações técnicas como uma perda de tradições e conseqüentemente como ameaça à existente hierarquia social na armada.

Tirpitz começou a mudar de opinião já no fim de 1914 perante os primeiros sucessos inesperados dos submarinos<sup>13</sup>. Em Maio / Junho de 1916, a batalha da Jutlândia revelou definitivamente que a armada inglesa não podia ser vencida com couraçados. Por isso, o Almirantado e o chefe da frota do alto mar começaram também a apostar nos submarinos como meios eficazes de combate; mesmo que estes não conseguissem vencer a armada inglesa, ao menos contribuía para enfraquecer o inimigo, perturbando ou até paralisando o abastecimento da Inglaterra numa guerra comercial. Mas nos meados de 1916, isto revelou-se uma ilusão da parte da cúpula militar da marinha. Já no verão de 1914, o alargamento do sector submarino denotara um atraso inultrapassável em relação ao que se verificava na Inglaterra<sup>14</sup>.

Igualmente, a ideia de que a guerra pudesse ser ganha seguramente dentro de seis meses, antes que uma eventual entrada dos Estados Unidos no conflito pudesse causar efeitos negativos, tinha um carácter ilusório. Retrospectivamente, Valentiner (1934: 66) queixa-se: “O que teria acontecido se a guerra submarina [...] tivesse começado logo no início da guerra? Não exagero: os nossos submarinos poderiam ter afundado, nos primeiros dias, mais de um milhão de toneladas cada dia.” – um número certamente fabuloso.

O comandante-em-chefe do exército, general Erich von Falkenhayn, estava em consonância com a avaliação irrealista das relações de poder, pois esperava um alívio para as forças terrestres pela intervenção dos submarinos. Em 1916, a situação militar dos exércitos das Potências Centrais ficou longe de estar favorável. A guerra de trincheiras nas frentes de Verdun e do Rio Somme era extremamente sangrenta sem

---

<sup>13</sup> No dia 22 de setembro, o U 9, comandado por Otto Weddigen, afundou três cruzadores blindados britânicos (*Aboukir, Cressy e Hogue*).

<sup>14</sup> Em agosto de 1914, o Reino Unido tinha 75 submarinos, enquanto a Alemanha só possuía 30. Ver Abbatiello (2016).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

qualquer mais-valia de caráter militar. Por isso, Falkenhayn foi destituído e um novo Alto Comando, já o terceiro, foi instaurado a 29 de agosto de 1916. O marechal de campo Paul von Hindenburg e o general Erich Ludendorff hesitaram em consentir no início rápido da guerra irrestrita dos submarinos, porque ficaram cautelosos quanto à evolução da situação militar nas frentes orientais.

Nomeadamente, o chanceler alemão Theobald von Bethmann Hollweg foi um firme defensor de uma guerra submarina estritamente limitada pela Lei das Presas. Esta linha política ficou acordada pelo chefe do Gabinete da Marinha, Georg Alexander von Müller, que conseguia influenciar a tomada de decisões do imperador Guilherme II. Porém, a rejeição da guerra submarina irrestrita não era uma oposição fundamental à luz das normas do direito internacional da guerra naval, mas era regida pelas oportunidades político-militares naquela altura. A questão foi politicamente sensível, porque em 1915 e 1916 numerosos cidadãos americanos morreram na sequência do afundamento de vários navios, destacando-se o do *Ancona* por Valentiner e, mais controverso até, o do *Lusitania*. Por isso, os Estados Unidos vinham, repetidamente, ameaçando entrar na guerra ao lado dos Aliados. Além disso, consideravam a criação unilateral de zonas de guerra como violação do princípio do *mare liberum*. Nestas circunstâncias, o imperador decretou que os submarinos apenas atacassem depois de um aviso prévio e em estreita observância da Lei das Presas<sup>15</sup>. Já dois meses mais tarde, a 1 de fevereiro de 1917, o imperador ordenou a guerra de submarinos irrestrita, pondo fim às reviravoltas bianuais no posicionamento estratégico.

Nesta constelação política global, determinada pelas intenções das potências coloniais de alargar as respetivas zonas de influência, a Madeira tinha uma enorme relevância geoestratégica. Graças à sua localização na importante rota marítima ao largo da costa da África Ocidental, o porto do Funchal servia como ponto de abastecimento.

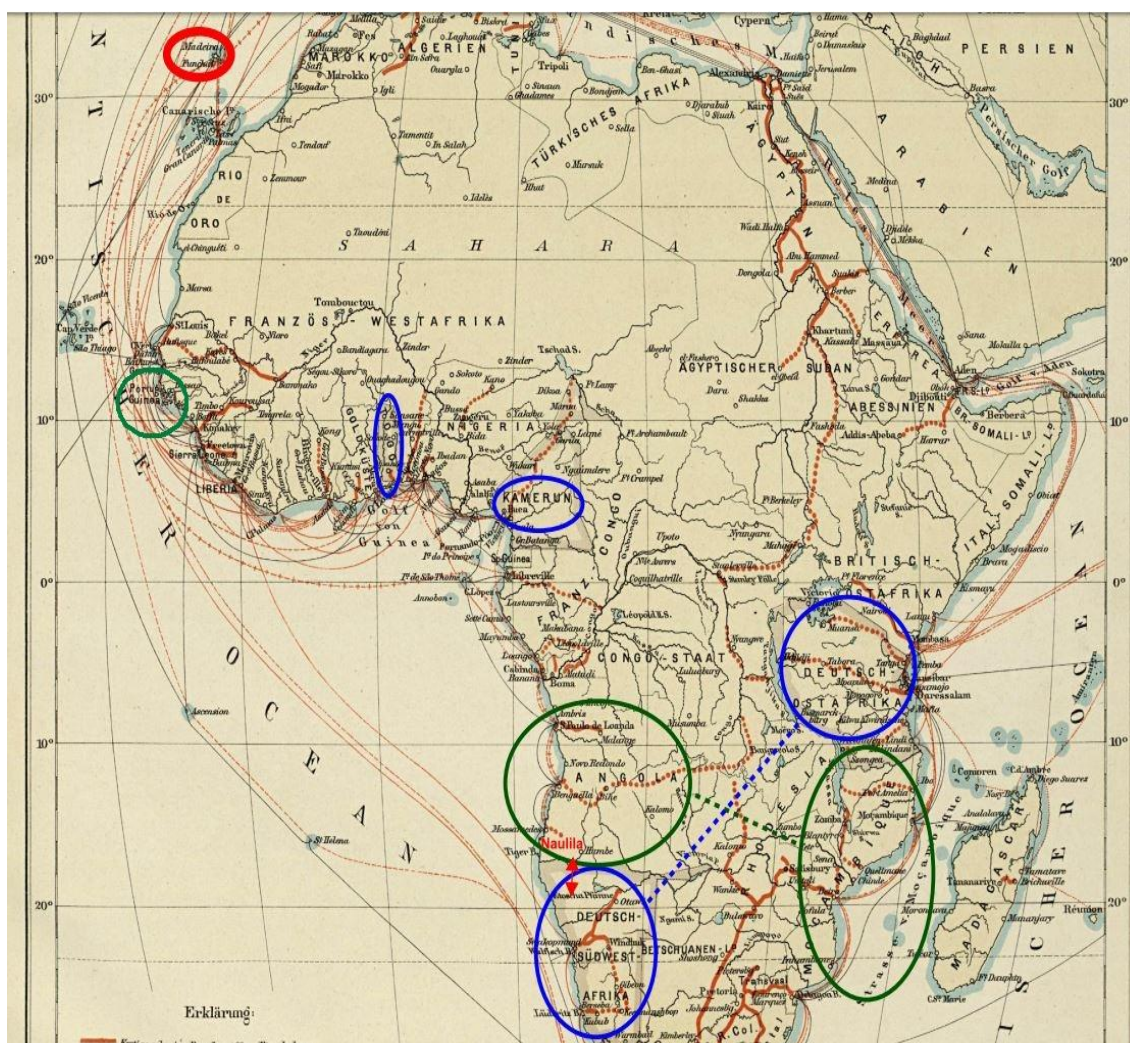
---

<sup>15</sup> A ordem no 31656 [10.10. 1916] (BArch RM8/676, fl. 42, p.1) determina que embarcações de comércio – mesmo que sejam armadas e ripostem o tiro de enfiada com fogo de artilharia – só podem ser afundadas com torpedo depois da salvação da tripulação. A ordem no 32264 [17.10.1916] (ibid., fl. 42) reduz esta proteção a navios de passageiros. A 24 de outubro segue mais uma exceção; navios-tanque inequivocamente armados podem ser torpedeados sem aviso prévio (ibid., no 32615, fl. 44). A ordem no 34246 [07.11.1916] (ibid., fl. 49, p.1, parágrafo I,4) traz outra agudização: É permitido afundar navios mercantes armados sem aviso prévio. O telex de 27 de novembro e a ordem no 37243 de 2 de dezembro (ibid., fls. 50 sq.) revogam os agravamentos. É preciso avisar embarcações de comércio antes de as afundar, exceto quando elas iniciem o ataque ou se encontrem numa zona de guerra muito limitada.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

A existência de dois fornecedores de carvão, a *Blandy* inglesa e uma sucursal da *Deutsches Kohlen-Depot GmbH* hamburguense, garantia a disponibilidade do combustível fóssil, indispensável na era de navegação a vapor.

Inicialmente, não só embarcações comerciais e de turismo, mas também vasos de guerra, entre eles navios-escola de várias nações, tinham feito escala na Madeira, como consta dos relatórios regulares dos capitães alemães para a Direção-Geral da Marinha e do cônsul honorário da Alemanha no Funchal, Emil Gesche, para a Embaixada Imperial em Lisboa.



**Mapa 1** – Eisenbahn- und Verkehrskarte von Afrika. [Cores: vermelho = Madeira, verde = colônias portuguesas, azul = colônias alemãs] - Fonte: Wirtschafts-Atlas der deutschen Kolonien (1906), p. 13, [consulta 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2DBlejT>, propriedade da Staats- und Universitätsbibliothek Göttingen, cota 2 H GERM II, 2298/ic.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

Esta “coexistência pacífica” começou a sofrer reveses devido às crescentes tensões a nível internacional. A marinha de guerra alemã começou a marcar cada vez mais presença no Atlântico ao longo da costa oeste da África onde havia um vivo interesse de expandir o território colonial já existente<sup>16</sup>. Por conseguinte, os conflitos na fronteira comum entre o Sudoeste Africano Alemão e Angola agravaram-se, considerando que tanto a Alemanha como Portugal perseguiram objetivos expansionistas<sup>17</sup>.

A deterioração da situação política repercutiu-se no arquipélago da Madeira. Com a eclosão da guerra em 1914, a justaposição pacífica entre interesses ingleses e alemães na ilha tornou-se obsoleta. A título de exemplo, o embaixador alemão em Lisboa, F. Rosen, protesta numa nota formal de 10 de maio de 1915 “[...] contra o facto do Governo da República permitir que a Madeira seja utilizada como ponto de apoio pela marinha britânica.” (MNE, 1995: 238). Outra fonte dos conflitos foi a questão do controlo sobre a comunicação telegráfica efetuada pelo importante nó dos cabos de telegrafia transatlânticos no Funchal. Naquela altura, a nova tecnologia de TSF, encontrando-se ainda em fase incipiente, não representava um complemento estável às redes de cabo. Porém, a concorrência entre a Marconi’s Wireless Telegraph Company, Ltd. inglesa e a Telefunken<sup>18</sup> alemã – as duas companhias principais no sector - já se fazia notar. Na nota referida supra, Rosen manifesta o descontentamento do governo alemão de que na Madeira “[...] tivesse sido instalada uma estação de telegrafia sem fios [inglesa, *autor*].” (MNE, 1995: 238). Mas foi só no segundo ataque ao Funchal, em 1917, que esta rivalidade se converteu num ato de guerra<sup>19</sup>.

A situação política piorou definitivamente por motivo da apreensão de navios de pavilhão alemão em portos portugueses – entre eles madeirenses - em fevereiro de

---

<sup>16</sup> O testemunho mais notável é o Tratado [anglo-germânico, *autor*] sobre as colónias e Heligolândia de 1 de Julho de 1890 que cedeu a chamada Faixa de Caprivi ao Império Alemão, expressando as ambições alemãs de criar um eixo este-oeste na África subsaariana.

<sup>17</sup> Os conflitos culminaram no combate de Naulila, a 18 de dezembro de 1914, influenciando a opinião pública portuguesa no sentido de um clima germanofóbico.

<sup>18</sup> Fundada em 1903 como departamento de pesquisa e desenvolvimento conjunto dos fabricantes AEG e Siemens & Halske a fim de criar um sistema de TSF harmonizado. Cf. Friedewald (2001).

<sup>19</sup> O alvo do ataque do U 156, um cruzador submarino comandado por Konrad Gansser, foi a estação secreta de TSF. Falhando o alvo, a granada atingiu a igreja vizinha de Santa Clara.

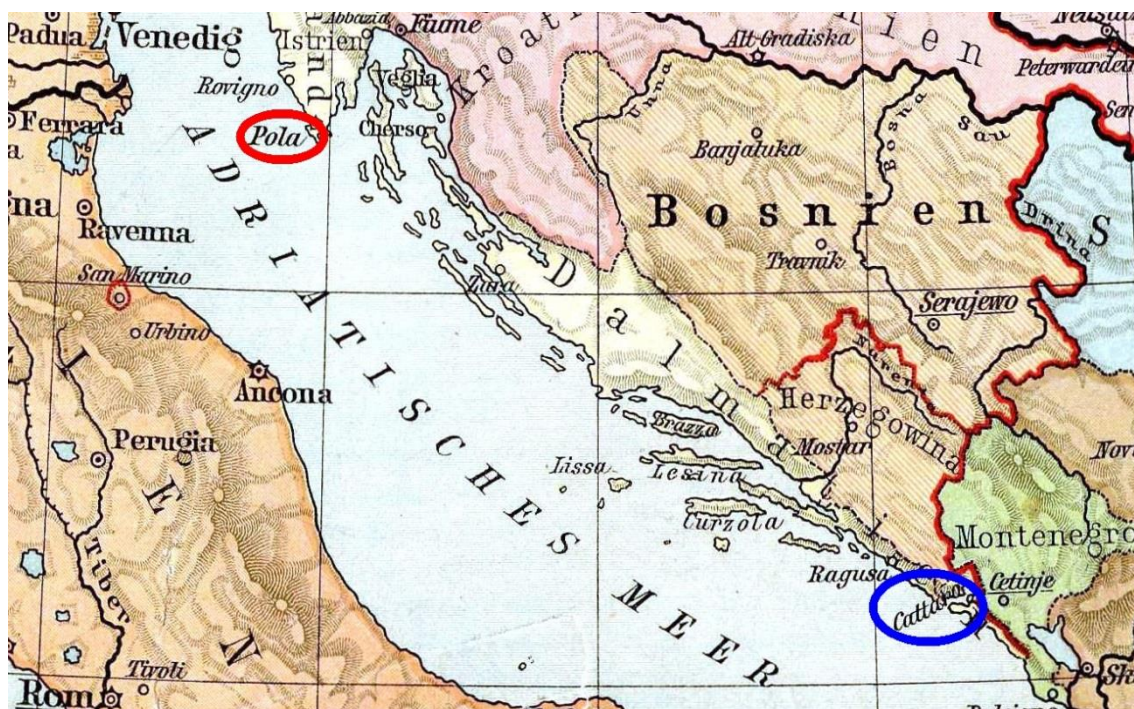


Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

1916, medida que levou à declaração de guerra da Alemanha a Portugal que entrou no conflito ao lado dos Aliados.

### A missão do U 38 na perspectiva do Kapitänleutnant Valentiner

A missão madeirense do *Kapitänleutnant* Valentiner insere-se nesta constelação político-militar complexa. Desde novembro de 1915, o U 38 ficou integrado na flotilha de submarinos alemã em Pola<sup>20</sup>, no Mar Adriático, ancorando na baía de Cátaro e operando no Mediterrâneo sob bandeira austríaca. Assim, o motivo para uma viagem tão extensa ao Atlântico Centro-Este parece, à primeira vista, surpreendente.



**Mapa 2** - Die Österreichisch-Ungarische Monarchie und die Schweiz, Staatenkarte. Fonte: D. H. Lange (ed.), *Volksschul-Atlas*, Braunschweig, Westermann, <sup>300</sup>1899, [consulta em 30.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2LDp6jU> (inserções coloridas do autor, vermelho = Pola, azul = Cátaro, recorte ampliado do mapa).

Segundo as memórias, a ideia para a tarefa surgiu em Março de 1916. Durante as suas férias na Alemanha, Valentiner tinha-se apresentado livremente ao Almirantado em Berlim. “Depois [i.e. no fim da conversa, *autor*] perguntaram-me se tinha vontade de

<sup>20</sup> Comandante: *Kapitänleutnant* Waldemar Kophamel.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

navegar para a Madeira a fim de controlar o que se passava no porto do Funchal. Ouviase que lá permaneciam de vez em quando vasos de guerra ingleses.” (Valentiner, 1931: 135 sq.).

Na sua versão, os seus superiores propuseram-lhe acidentalmente a monitorização do porto do Funchal. A aceitação espontânea desta alegada sugestão explica-se possivelmente pelo facto de que uma viagem tão extensa lhe proporcionava uma excelente oportunidade para afundar embarcações inimigas, tendo em conta que Valentiner estava numa competição permanente com os outros comandantes de submarinos para ver quem afundava a maior tonelagem de navios: “Enquanto navegávamos no Mar Negro, outros submarinos tinham afundado mais tonelagem do que nós. Isto tinha que ser compensado o mais rápido possível. Acerca desta questão falámos com uma só voz.” (Valentiner, 1917: 78). Daí torna-se compreensível a decepção de Valentiner (1931: 151 sq.) por encontrar na Madeira “somente” três navios inimigos a afundar. A chamada ideologia de tonelagem, generalizada entre os capitães dos submarinos, baseava-se no consenso de que a tonelagem afundada proporcionava o critério decisivo para o *ranking* dos comandantes, sendo este um indicador para as promoções na carreira militar. Além disso, a competição servia como meio de fortalecimento da coesão da tripulação. Este espírito de comunidade dos tripulantes, transformando-se em relações interpessoais estáveis, era, face aos perigos incalculáveis nas missões marítimas, condição indispensável para a sobrevivência no mar.

Regressado à baía de Cátaro, Valentiner informa os seus subordinados sobre a missão a desempenhar e descreve a reação: “Alegrámo-nos [...] com o desvio à Madeira. Mais uma vez qualquer coisa de novo! Podíamos acionar de forma discricionária, pois isto é a preferência de cada comandante disposto a assumir responsabilidades.” (Valentiner, 1917: 79). Num sistema de obediência hierárquica, tanta liberdade de ação parece ser uma sobrestimação do próprio papel por parte de Valentiner que não tem fundamento na realidade do quotidiano militar. Mas outras fontes, como os relatos no diário pessoal do almirante Gustav Bachmann, chefe do almirantado até ao dia 3 de setembro de 1915, comprovam a autonomia dos comandantes de submarinos destacados longe das bases nacionais. Bachmann escreve que “[...] a influência do chefe do almirantado em relação à distribuição de ordens foi

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

sensivelmente diferente. Oscilou entre as ordens plenamente respeitadas e a ampla autonomia de comandantes distantes que somente possuíam a capacidade de tomar as decisões cruciais no local e de executá-las.” (Hubatsch, 1958: 173).

Sendo um desses comandantes distantes, Valentiner provavelmente dispunha de um vasto espaço de manobra. Além disso, as posições conflituosas sobre a guerra submarina entre políticos e militares, entre marinha e exército e entre as diversas entidades da própria marinha contribuíam para conceder espaços livres nas missões concretas, visto que as divergências acabavam numa frequente alteração das ordens causando às vezes imprecisões ou até contradições.

A ordem para a missão madeirense do U 38 é um caso paradigmático desta falta de clareza. A primeira redação de 7 de novembro de 1916 expressamente “[...] deixa um ataque surpresa aos navios comerciais inimigos no ancoradouro do Funchal à escolha do U 38”, opção realizada por Valentiner. Porém, na revisão do documento, o comandante-em-chefe dos submarinos integrados na frota do alto mar suprime esta parte, substituindo-a pela frase: “O U 38 conduz guerra comercial nas águas da Madeira e recebeu uma ordem particular.”<sup>21</sup>. Esta redação mais vaga renuncia à menção de um alvo concreto, orientando-se pro forma nos regulamentos da Lei das Presas, embora deixando na realidade uma margem de manobra mais ampla ao comandante.

O conteúdo da ordem suplementar pode ser reconstruído do relatório final de Valentiner no diário de guerra, classificado como muito secreto. Na introdução e no anexo B (Aspeto militar), Valentiner aborda o ataque ao Funchal muito sucintamente<sup>22</sup>. Em contrapartida, o capítulo sobre as experiências de TSF é o mais longo e compreende cerca de um terço do relatório anexado<sup>23</sup>. Obviamente, esta nova tecnologia de comunicação estava no centro de interesse do Comando Naval. Porém, a hipótese contemporânea<sup>24</sup> de que o bombardeio do Funchal fosse uma ação destinada à destruição de infraestruturas inimigas, especialmente da estação de cabos, não tem fundamento nas fontes. Valentiner (1934: 168) descreve o bombardeamento sobre as

---

<sup>21</sup> BArch RM 8/676, fl. 49.

<sup>22</sup> BArch RM 97/784, fls. 108 sqq.

<sup>23</sup> Ibid., fls. 120 sq.

<sup>24</sup> In *Deutsche Kriegszeitung* (1916) com referência a uma fonte anónima de Lisboa. Cf. Rodrigues (2014: 75) e Castro Brandão (2015: 38 sq.).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

baterias terrestres como reação ao fogo destes. “O submarino é alvo de fogo de artilharia do forte perto da estação de sinalização e do ‘Old Fort’ [i.e. o Forte de São Tiago, *autor*] no centro da cidade. [...] emerso a 80 hectómetros [= 8 km, *autor*] da costa, aberto fogo sobre o forte perto da estação de sinalização. [...] Tomadas debaixo de fogo uma grande fábrica, a barcaça de abastecimento e outras instalações portuárias.”<sup>25</sup>.

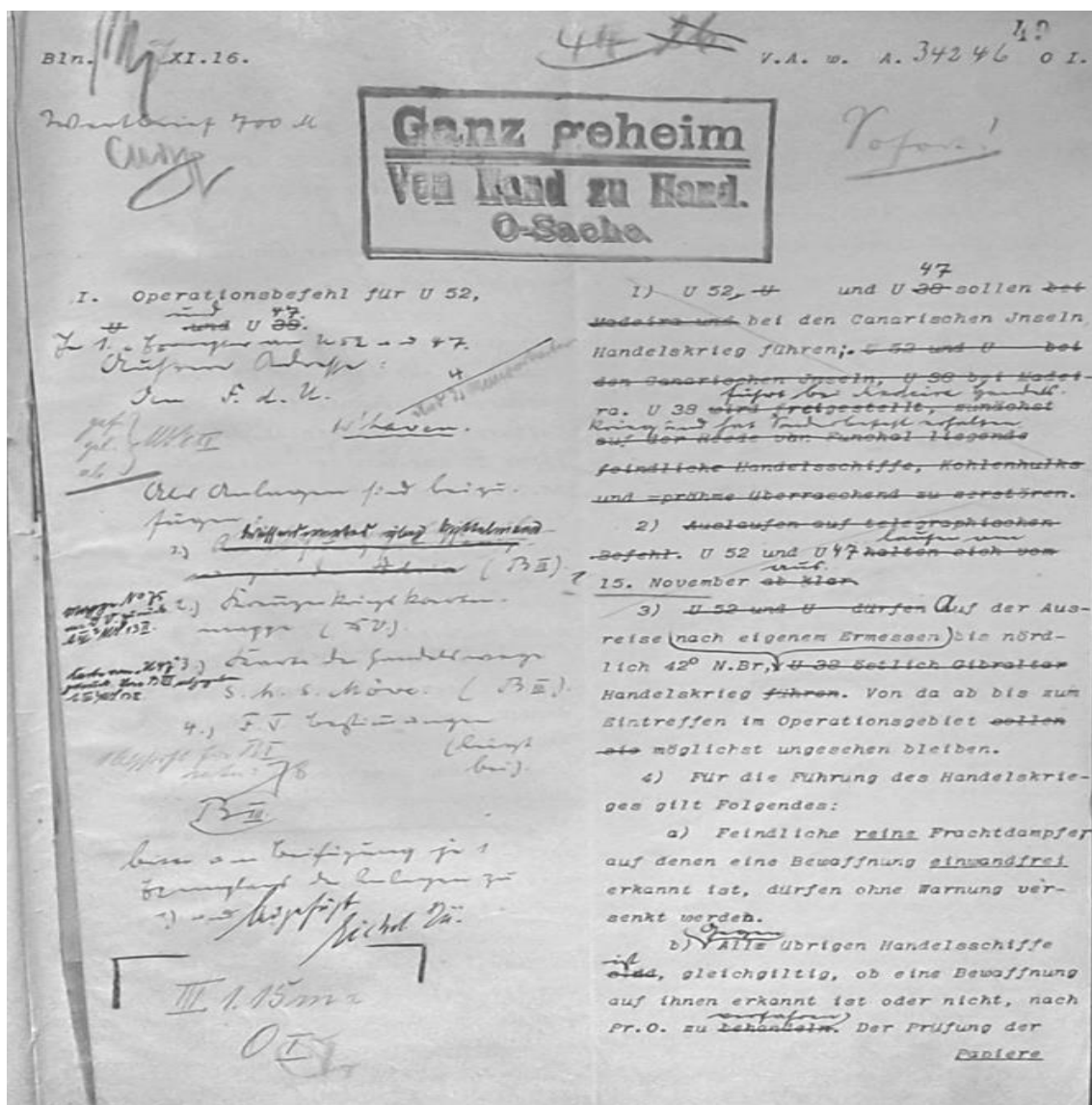


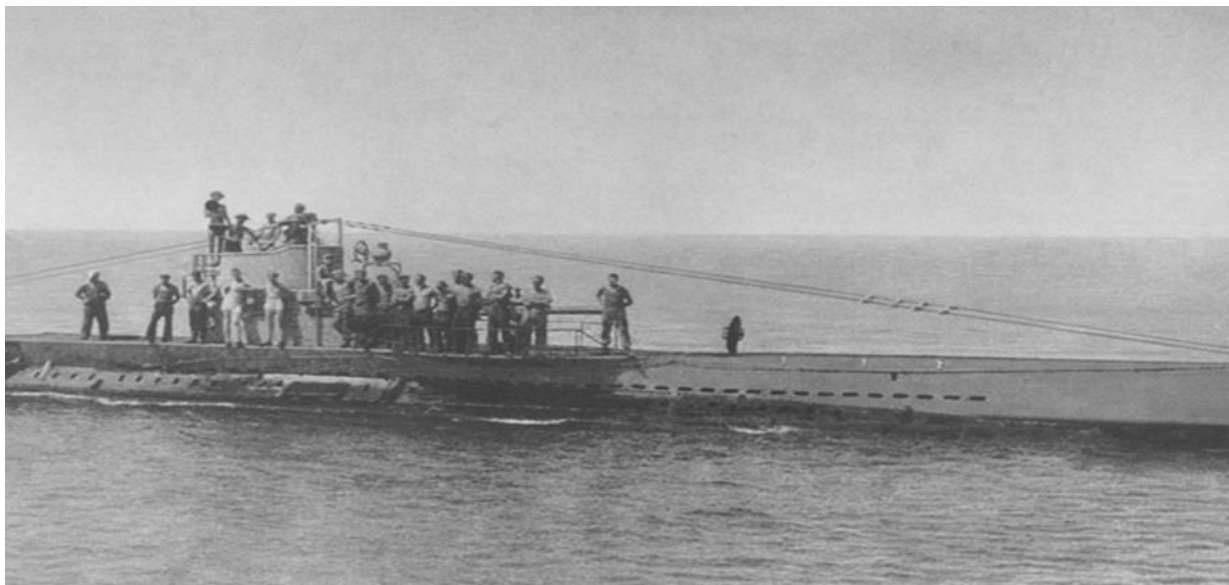
Foto 4 – Ordem para o U 38 (07.11.1916). Fonte: BArch RM 8/676, fl. 49.

<sup>25</sup> BArch RM 97/784, fls. 114 sq.





Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2



**Foto 5:** S.M. U 38. - Fonte: Valentiner, 1934: 213 [Fotógrafo Segundo-tenente Wendlandt].

O alcance efetivo do submarino exigia uma verificação, porque o raio de ação especificado na documentação técnica da construtora *Germaniawerft Kiel*<sup>26</sup> não considerava os fatores constrangedores nas missões concretas, nomeadamente agitação marítima, direção e força das correntes, salinidade e profundidade do mar, ventos ou o peso da carga. O U 38 pertencia a uma das primeiras séries em que o motor trabalhava à base de diesel em vez de petróleo. Tratando-se de uma inovação tecnológica, não é surpreendente que avariasse repetidas vezes.

Outra limitação resultava do sistema de ventilação e dos acumuladores que não permitiam uma permanência subaquática superior a cerca de seis horas, sendo essa uma das razões por que a passagem no Estreito de Gibraltar se tornava difícil. Navegando emersa, o submarino facilmente podia ser localizado por vasos de guerra inimigos e especialmente pelas baterias de artilharia costeiras dos ingleses. De acrescentar ainda que a força de propulsão do submarino mergulhado não era suficiente para possibilitar a passagem do Estreito contra a corrente do Atlântico (Valentiner, 1934: 151 sq.). Valentiner resolve o problema atravessando a zona de perigo à noite e a reboque do cargueiro norueguês *Solvang*, tomado como presa horas antes. Como militar, dedica

<sup>26</sup> À superfície 8790 mn a 8 nós e submerso 80 mn a 5 nós, cf. Gröner (1937: 27) e WWI U-boat Types.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

especial atenção ao armamento: “O U 38 tinha, na sua primeira viagem, somente oito torpedos e duas metralhadoras<sup>27</sup>. As duas metralhadoras eram em vão. Na primeira parte da guerra provou-se cada vez mais que apenas o equipamento com peças de convés garantia o verdadeiro sucesso de um submarino. [...] O primeiro canhão que recebi no U 38 foi um canhão muito curto de 8,8 cm<sup>28</sup>, colocado atrás da torre de comando. Esta colocação foi desvantajosa, porque tive que mudar cada vez de rumo antes de disparar sendo obstruída a linha de fogo pela torre.” (Valentiner, 1934: 81).

Além disso, os torpedos ainda mostraram insuficiências técnicas como uma taxa de falha por volta de cinquenta por cento. O peso elevado destes limitava o transporte a seis unidades, o que exigia uma utilização bem ponderada desta arma.



**Foto 6:** Torpedo a ser carregado no S.M. U 38 – Fonte: Valentiner, 1934: 69 [Fotógrafo Segundo-tenente Wendlandt].

<sup>27</sup> Informação diferente em WWI U-boat Types e Gröner (1937: 60): 6 torpedos.

<sup>28</sup> 1916/17: canhão suplementar de 10,5 cm, (Gröner, 1937: 61).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

Todavia, o equipamento com quatro tubos lança torpedos, dois na proa e dois na popa, trouxe importantes vantagens para o combate subaquático a curta distância.

Problemas análogos existiam na aparelhagem de TSF instalada nos submarinos. Enquanto o raio de emissão das estações alemãs terrestres de longa distância já era considerável, o equipamento de rádio instalado nos submarinos tinha propriedades muito inferiores. O mau tempo nas águas da Madeira impediu por completo o contacto bidirecional com as estações terrestres na Alemanha de modo que Valentiner (1931: 156) não sabia se a sua mensagem radiotelegráfica sobre o ataque ao porto do Funchal tinha sido captada<sup>29</sup>. Além do mais, não lhe foi possível estabelecer um contacto com os U 47 e U 52 que, ao mesmo tempo, operavam nas águas das Canárias<sup>30</sup>.

Nestas circunstâncias, Valentiner considerou as suas viagens, especialmente as de longa distância, como testes em condições reais (testes Beta) e como estímulos para desenvolver melhorias técnicas<sup>31</sup>. Por detrás do ganho de eficiência pretendido escondese, contudo, o objetivo primordial de causar danos irreparáveis às marinhas inimigas, ora às mercantes, ora às de guerra.

### **Avaliação jurídica do ataque de Valentiner**

A avaliação jurídica do ataque de Valentiner ao ancoradouro e à franja costeira do Funchal baseia-se no direito internacional do século XIX e início do século XX. Este é um *ius ad bellum* que concede a todos os estados o direito de fazer guerra. Já não se impõe os requisitos elevados estipulados na doutrina medieval do *bellum iustum*; contenta-se com a codificação dos usos de guerra como regras para a utilização dos meios de combate. Assim, o direito internacional assume o carácter de um *ius in bello*. Tendo em conta que Portugal e a Alemanha já se encontravam em estado de guerra no momento do ataque, o afundamento de vasos de guerra inimigos como o do Surprise e do Kangaroo é principalmente permitido, também em território hostil.

---

<sup>29</sup> Um cabo de aço, estendido de proa a popa, tinha a função de um defletor das redes subaquáticas destinadas a impedir os submarinos de seguirem as suas rotas. Este cabo servia ao mesmo tempo como antena.

<sup>30</sup> BArch RM 97/784, fls. 119 sq.

<sup>31</sup> Valentiner inventou entre outros um sistema de respiração rápida de modo que conseguiu acelerar consideravelmente a submersão dos submarinos (5 min. vs. 50 seg.). (Valentiner, 1934: 31).



Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

Isto deriva do artigo 2 do Convénio estabelecido em Haia, em 1907, relativo ao bombardeio por meio de forças navais em tempo de guerra: “O comandante de uma força naval pode destruí-los [i.e. os vasos de guerra inimigos, *autor*] com fogo de artilharia depois de notificação e com um prazo razoável se qualquer outro meio estiver excluído.”<sup>32</sup>. Valentiner (1917: 37) considera o requisito de um aviso prévio como “[...] coação [...] [que] contradiz à natureza do submarino como arma subaquática.” Mas a concessão de um prazo pode ser renunciada a menos que “as necessidades militares requeiram ação imediata” (Marques Guedes, 1982: 91). Esta cláusula tão vaga ficava instrumentalizável pelos comandantes de submarinos. Estes entenderam como necessidade militar um ataque surpresa sendo a maneira de combate apropriada para a nova arma tão vulnerável na superfície da água devido à velocidade inferior à dos navios. Uma vez que ainda não existem costumes da guerra comparáveis aos da guerra terrestre, a norma não abrange as especificidades dos engenhos submersíveis como meios de combate. Consequentemente, a garantia do direito de Haia para a salvaguarda da vida em caso da rendição incondicional está em perigo de ser lesada, sobretudo num ataque surpresa como aquele verificado na baía do Funchal. Isto prova que a lei internacional continuava atrasada face às novas tecnologias do armamento.

No que diz respeito ao afundamento de barcaças de abastecimento, a avaliação jurídica é mais clara. Certamente são “navios inimigos” na aceção do artigo 10 da Lei das Presas alemã<sup>33</sup>, mas não são vasos de guerra. Por conseguinte, é permitido apresá-las, o que não implica o seu afundamento. Assim, não existe justificação alguma para a morte dos tripulantes civis, evidentemente desarmados<sup>34</sup>. Do ponto de vista de Valentiner (1931: 112), a morte destes é um dano colateral inevitável. “[...] Infelizmente tais acontecimentos não podem ser evitados na guerra.”

O caso mais complexo sob a perspetiva do direito internacional naval é o do afundamento do *Dacia*. Sendo originalmente um cargueiro, em 1869 o *Dacia* foi transformado num lança-cabos inglês cujo último proprietário foi uma companhia

---

<sup>32</sup> Versão original francesa: Convention (1907). Datas de entrada em vigor: Portugal 12.06.1911, Alemanha 26.01.1910.

<sup>33</sup> Reichs-Gesetzblatt [adiante RGBI] 1914: 276.

<sup>34</sup> Princípio retomado entre outros na ordem nº 34246 Ic do Guilherme II. [06.10.1916], (BArch RM8/676, fl. 38, p.3).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

privada. Daí foi regido pelo Direito das Presas. A carga deste tipo de navio pertence ao chamado “contrabando de guerra relativo”<sup>35</sup>. Em terminologia de hoje trata-se de bens de dupla utilização (*dual use goods*). Valentiner teria tido o direito de afundar o navio só depois do apresamento, da fiscalização e da confiscação eventual, bem como do salvamento da tripulação<sup>36</sup>. Além disso, não podia invocar a disposição jurídica que permitia empregar todos os meios para quebrar a resistência contra medidas referidas na Lei das Presas, porque a tripulação do Dacia abriu fogo segundo a afirmação do próprio Valentiner (1931: 154) só depois do impacto do torpedo<sup>37</sup>. A avaliação era diferente caso Valentiner soubesse que o Dacia executava uma missão secreta – o corte dos cabos submarinos alemães e a ligação deles à rede francesa - ao serviço do governo francês<sup>38</sup>. Mas este não foi o caso.

Como provam os relatórios para a Direção-Geral da Marinha<sup>39</sup> relativos ao afundamento dos três navios, o comandante nem sequer era capaz de identificar através do periscópio os dados corretos dos navios afundados, i.e. o nome, o pavilhão ou a classificação, porque a reprodução da imagem era demasiado pequena e o alcance de visão ficava afetado pelo mar cavado. Apesar desses entraves, Valentiner tinha conscientemente criado esta situação complexa em termos do direito internacional da guerra, cujas consequências deveria ter calculado. De facto, praticou a guerra de submarinos irrestrita o que implicava o afundamento de todo o tipo de navios inimigos sem atender aos prejuízos. Esta atuação contrariava claramente as ordens do imperador Guilherme II como senhor da guerra supremo e a linha do governo<sup>40</sup>. Embora estivesse consciente das implicações políticas, Valentiner (1931: 67) chamou o procedimento segundo a Lei das Presas uma “guerra de submarinos fraca” para a qual responsabiliza

---

<sup>35</sup> RGBI (1914: 282 sq.), art. 23 sq.

<sup>36</sup> RGBI (1914: 297), art. 116.

<sup>37</sup> RGBI (1914: 300), *Anlage zur Prisenordnung* [Anexo à Lei das Presas] de 22 de Junho de 1914.

<sup>38</sup> “*Far the most important work accomplished by our ship, the Dacia, [...] was the diversion of the rest of the German Emden-Teneriffe cable so as to connect Brest with Casablanca [...], and the diversion of the German Teneriffe-Monrovia cable so as to connect Morocco with Senegal.*” Report of the Chairman, Major Leonard Darwin, in 56<sup>th</sup> Ordinary General Meeting of the India Rubber, Gutta Percha, and Telegraph Works Company, 18 December 1919, *The Times*, London, 19 de dezembro de 1919, [consulta 30.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2NsOURC>.

<sup>39</sup> São os documentos cronologicamente mais próximos do ataque, com datas de 3, 5 e 25 [sic!] de dezembro de 1916, in Kudryashov; Uhl (2015 sqq.), fls. 17 - 19.

<sup>40</sup> Cf. cap. “A guerra submarina no quadro político-militar alemão”.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

em primeiro lugar o chanceler Bethmann Hollweg bem como o chefe do Gabinete da Marinha, von Müller. Significativo para o pensamento de Valentiner é a consequência que tira de uma anedota que o almirante Tirpitz, supostamente, contou em 1914 por ocasião de uma visita à armada destacada na ilha de Heligolândia: Na batalha naval de Copenhaga, Lord Nelson foi informado que o navio almirante tinha dado o sinal de retirada. Nelson reagiu pondo o seu telescópio em frente do olho cego e dizendo que não podia ver o sinal. A seguir ordenou o ataque<sup>41</sup>. O comentário de Valentiner (1934: 70 sq.): “Muitos capitães de submarinos devem-se ter orientado pela moral da história. [...] Eu, pela minha parte, seguia-a.”

Segue-se ao afundamento um confronto armado entre as fortificações funchalenses e o U 38 que, nesse momento, já se encontrava a cerca de oito quilómetros da franja costeira e fora do alcance da artilharia madeirense, enquanto os disparos do canhão de convés do submarino atingiram a cidade. Este ato fica abrangido pelo Convénio referido supra. O bombardeamento de uma cidade desarmada é proibido. Mas “Da proibição ficam excluídas as obras militares, os estabelecimentos de forças terrestres ou navais [...]”<sup>42</sup>. Considerando as más condições do mar, Valentiner sabia perfeitamente que não era capaz de visar alvos concretos a uma distância tão grande. Não obstante, aceita deliberadamente eventuais danos colaterais, o que implica uma violação do direito de Haia. Valentiner teria tido evidentemente a possibilidade de se afastar sem ripostar o fogo. O facto de não o fazer não se deve a objetivos militares mais extensos, como provam os apontamentos no diário de guerra do U 38. Segundo as memórias, trata-se de uma questão de honra de oficiais que lhe exige não se retirar da zona de combate sem luta: “Não queríamos safar-nos sem fazer grande alarido. Antes disso, os fortes deviam aprender que também podíamos resistir na luta aberta.” (Valentiner, 1917: 123).

---

<sup>41</sup> Valentiner refere-se à batalha naval, a 2 de abril de 1801, no âmbito da Guerra da Segunda Coligação. Como reação à participação de Dinamarca na Segunda Liga da Neutralidade Armada, a Marinha Real Britânica enfrentou a armada dinamarquesa ao largo da costa de Copenhaga. Ignorando a ordem de retirada do almirante Sir Hyde Parker, o vice-almirante Horatio Nelson iniciou o ataque vitorioso antes de um acordo de armistício.

<sup>42</sup> Cf. nota de rodapé nº 32.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### **Considerações finais**

A ampliação do horizonte para além do caso específico leva ao destaque de algumas consequências para a época pós-guerra. A fim de punir violações do direito internacional como a guerra submarina irrestrita, o Tratado de Versalhes abriu o caminho para a instauração de uma jurisdição internacional abandonando o princípio da amnistia geral para crimes de guerra, fixado no Paz de Vestefália e em vigor até à data. A prática da guerra submarina infringiu tanto as normas do direito internacional como as da Lei das Presas alemã. Face à acusação dos Aliados de que o afundamento de navios sem aviso prévio constituía um crime de guerra, a Marinha Alemã justificou o procedimento como reação ao alegado bloqueio de fome e como autodefesa contra os navios-armadilha (*Q-ships*) inimigos.

Em 1919, o Tratado de Versalhes determinou nos artigos 228–230 a extradição de criminosos de guerra alemães, mas após uma controvérsia diplomática, os aliados concordaram com a proposta alemã de entregar a execução dos respetivos processos penais à jurisdição alemã e reduziram consideravelmente o número dos indivíduos a serem acusados no Tribunal Supremo em Lípsia. Esta indulgência da parte dos vencedores explica-se, entre outros, pela interferência do almirantado britânico, querendo impedir que a guerra irrestrita de submarinos fosse qualificada como forma de combate ilegal face às normas do direito internacional.

O *Kapitänleutnant* Valentiner, constituído arguido por seis afundamentos, porém não pelos na baía do Funchal, foi absolvido de todas as acusações a 7 de abril de 1924, por ter agido na convicção de estar em plena conformidade com ordens superiores. Nas memórias dos anos trinta, Valentiner interpreta esta obediência como expressão de um apurado sentido do dever.

A admissão de atrocidades de guerra só podia surgir num determinado ambiente político-social. Na viragem do século XIX para o século XX, o nacionalismo e o militarismo marcaram profundamente atitudes e comportamentos dos intervenientes das grandes potências. Na Era Guilhermina, o nacionalismo desenvolveu tendências chauvinistas cada vez mais agressivas, sendo a burguesia a principal classe portadora desta ideologia. Valentiner cresceu num meio caracterizado por esta amálgama de patriotismo e militarismo prussiano. “A força motriz do soldado alemão foi

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

exclusivamente o amor pela sua pátria. Certamente, o alemão gosta de ser soldado.” (Valentiner, 1934: 141). Esta afirmação revela paradigmaticamente que o militarismo abrange a sociedade guilhermina na sua totalidade.

Neste ambiente social, os futuros oficiais navais eram educados para um patriotismo absoluto que lhes impunha de matar e de morrer pela pátria. Considerando este horizonte ideológico fechado e as condições da vida social hermética nas bases costeiras isoladas e nos vasos de guerra, a atuação de Valentiner torna-se explicável.

A perpetuação da mentalidade nacionalista em amplas faixas da burguesia alemã resulta da derrota na guerra, causando a frustração de todas as ambições ao estatuto de um poder colonial e a consolidação da supremacia marítima do Reino Unido. Valentiner, como a esmagadora maioria dos antigos oficiais, sentia-se traído pelo *System* de Weimar e injustamente perseguido pelo *Diktat* do Tratado de Versalhes. Essas denominações pejorativas refletem um pensamento antidemocrático que facilitou a adaptação ao estado nacional-socialista. A 1 de setembro 1934, Valentiner foi reativado pelo Ministério da *Reichswehr*,<sup>43</sup> onde dirigiu a Comissão pela Aprovação de Submarinos (*U-Boots-Abnahmekommission* [UAK]) de 1940 até ao fim da guerra.

Finalmente, a participação na guerra infligiu um golpe profundo a todos os níveis aos países retardatários como Portugal. Apesar de ter ficado ao lado dos vencedores, o arquipélago da Madeira teve que arcar com as consequências de uma situação económica agravada, entre outros, pelo êxodo forçado dos empresários alemães radicados na ilha em 1916.

---

<sup>43</sup> Alteração da denominação para *Reichskriegsministerium* a partir de março de 1935.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### Apêndice

**SS / CS Dacia** – **cargueiro / lança-cabos**, navio a vapor, construído em 1867 por *Laing James & Sons Ltd.*, 1856 TAB, comprimento 86,3 m, largura 10,6 m. Em 1869, foi vendido à *India Rubber, Gutta Percha and Telegraph Works Co.*, reforçado e ampliado em 12 m de comprimento para lançar cabos telegráficos no Atlântico. Ostentava pavilhão britânico. Foi afundado por torpedo a meio navio, quando estava em missão secreta para o governo francês, iniciada em 1914.

**Kanguroo** – **porta-submarinos**, servindo também como doca flutuante para a reparação de submarinos, foi construído por *Forges et Chantiers de la Gironde* em 1912, 2493 TAB, 850 cv, comprimento 93 m, largura 12 m, velocidade 10 nós, 22 tripulantes, tinha pavilhão francês, proprietário *Schneider & Cie.* e fora requisitado pela Marinha Nacional Francesa, em 1914. O afundamento foi causado por torpedo a meio navio.

**Surprise** – **canhoneira**, navio de escolta, a vapor, construído por *Chantiers et Ateliers Augustin Normand* para a Marinha Nacional Francesa em 1896, 680 TAB, 800 cv, comprimento 56 m, largura 8 m, velocidade 13 nós, 1 hélice, armamento com 10 peças, 2 de calibre 100 mm, 4 de 65 mm, e 4 de 37 mm, 100 tripulantes. Foi afundado por torpedo a meio navio, causando 33 baixas.

**S.M. U 38** – **submarino** (de Sua Majestade) com casco duplo, construído por *Friedrich Krupp Germaniawerft* para a Marinha Imperial Alemã, entrado em serviço em dezembro de 1914, comprimento 64,70 m, largura 6,32 m, 2 motores diesel com 1850 cv, motor elétrico de 1200 cv, velocidade máx. 16,4 nós (emerso), 9,7 nós (submerso), 2 hélices de 1,60 m, armamento com 6 torpedos (4 tubos lança torpedos de 50 cm), 2 peças de convés (8,8 cm UK L/30 e, desde 1916 / 1917, 10,5 cm TK L/45), 35 tripulantes. Foi demolido em julho de 1921, em Brest.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### **Bibliografia:**

#### **Fontes:**

ASSMANN, Kurt; SPINDLER, Arno (eds.) (1934), *Der Handelskrieg mit U-Booten 1914 - 1918*, vol. 3, *Oktober 1915 bis Januar 1917*, Berlin, E.S. Mittler & Sohn, 1934.

BETHMANN HOLLWEG, Th[eobald] von, *Betrachtungen zum Weltkrieg*, parte 2, *Während des Krieges*, Berlin, Reimar Hobbing, 1921.

BUNDESARCHIV [BArch]

- RM 8/545, *Handakte Konteradmiral a. D. Arno Spindler zur Bearbeitung des Unterseeboothandelskrieges, Feb. 1915–Aug. 1916*.

- RM 8/676, *Unterseebootsbefehle, Juni 1915–Juli 1918*.

- RM 8/1272, *"Der Admiralstab der Kaiserlichen Marine" von Admiral Bachmann mit Stellungnahme von Vizeadmiral a. D. von Trotha 1936*.

- RM 97/780, *U 38 Logbuch, 15. Nov. 1916–26. Jan. 1917*.

- RM 97/784, *U 38 Kriegstagebuch, 8. Dez. 1915 - 30. Apr. 1917*.

CONVENTION CONCERNANT LE BOMBARDEMENT PAR DES FORCES NAVALES EN TEMPS DE GUERRE. Conclue à La Haye le 18 octobre 1907, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2MDN1oY>.

DEUTSCHE KRIEGSZEITUNG (1916), "Die Ereignisse zur See", nº 51 (17. Dez.), p. 6 sq., [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2LxRZya>.

GRANIER, Gerhard (ed.) (2000), *Die deutsche Seekriegsleitung im Ersten Weltkrieg - Dokumentation*, vol. 3, *Materialien aus dem Bundesarchiv 9*, Koblenz, Bundesarchiv.

GRÖNER, Erich (1937 / 2010), *Alle deutschen Kriegsschiffe von 1815 - 1936*, Historische Schifffahrt 164, München, Lehmanns, Reprint Bremen, Salzwasser.

GÖRLITZ, Walter; MÜLLER, Sven von (eds.) (1959), *Regierte der Kaiser? Kriegstagebücher, Aufzeichnungen und Briefe des Chefs des Marine-Kabinetts Admiral Georg Alexander von Müller; 1914 – 1918*, Göttingen, Musterschmidt.

KUDRYASHOV, Sergey; UHL, Matthias (eds.) (2015 sqq.), *Deutsche Beuteakten zum Ersten Weltkrieg im Zentralarchiv des Verteidigungsministeriums der Russischen Föderation. Russisch-deutsches Projekt zur Digitalisierung deutscher Dokumente in den Archiven der Russischen Föderation, Angaben über durch deutsche Kriegsschiffe und U-Boote versenkte oder beschädigte feindliche Schiffe*, Bestand 500, Findbuch

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

12519, Akte 319, fls. 17–19 [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2ogyO2z>.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS [MNE] (1995), *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)*, tomo I, *As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*, Lisboa, nº 289, pp. 237–239, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2Ns3rNF>.

OBERZENSURSTELLE DES KRIEGSPRESSEAMTES (1917), *Zensurbuch für die deutsche Presse, Unterseebootkrieg*, Berlin, Reichsdruckerei, p. 76, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2NoqM2p>.

REICHS-GESETZBLATT [RGBL], *Prisenordnung*, lei nº 4428 de 30 de setembro de 1909, emitido a 3 de agosto de 1914, pp. 275–300, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2Pel5Vp>.

REPÚBLICA (1916), *O bombardeamento do Funchal é uma experiência*, ano VI, nº 2.134, 17 de dezembro, p. 1, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2wtmakq>.

TIRPITZ, Alfred von (1926), *Deutsche Ohnmachtspolitik im Weltkrieg*, *Politische Dokumente 2*, Hamburg, Hanseatische Verlags-Anstalt.

VALENTINER, Max (1917), *300000 Tonnen versenkt! Meine U=Boots=Fahrten*, Berlin / Wien, Ullstein.

VALENTINER, Max (1931), *Der Schrecken der Meere: meine U-Boot-Abenteuer*, Zürich / Leipzig / Berlin, Amalthea.

VALENTINER, Max (1934), *U 38. Wikingerfahrten eines deutschen U-Bootes*, Berlin, Deutscher Verlag.

WWI U-boat Types, Type U 31 [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2LAlcZc>.

### **Estudos:**

ABBATIELLO, John (2016), *Atlantic U-boat-campaign*, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2MZS8Pu>.

ASMUSS, Burkhard (2011), *Die Lebensmittelversorgung*, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2oeFLB4>.



Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

CASTRO BRANDÃO, Miguel (2015), “A Atividade Marítima Alemã durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) na costa Portuguesa” in Gaspar Martins Pereira *et al.* (coords.), *A Grande Guerra (1914–1918): problemáticas e representações*, Porto, CITCEM, pp. 27–56, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2y704FX>.

FRIEDEWALD, Michael (2001), “Telefunken und der deutsche Schiffsfunk 1903–1914”, *Zeitschrift für Unternehmensgeschichte*, vol. 46:1, pp. 27–59, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2NrkiA2>.

HANKEL, Gerd (2003), *Die Leipziger Prozesse. Deutsche Kriegsverbrechen und ihre strafrechtliche Verfolgung nach dem Ersten Weltkrieg*, Hamburg, Hamburger Edition.

HUBATSCH, Walther (1958), *Der Admiralstab und die obersten Marinebehörden in Deutschland. 1848–1945*, Frankfurt/Main, Bernard & Graefe.

MARQUES GUEDES, Armando (1982), “A Guerra Naval e o Direito”, *Nação e Defesa*, nº 24, pp. 68–119, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2BVOvG7>.

RODRIGUES, Paulo Miguel (2014), “A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918): Tópicos de Política e Defesa”, *Nação e Defesa*, nº 139, pp. 64–83, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2wpgnMO>.

VIEIRA, Alberto (2016), “blandy, família”, *aprender madeira*, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2Ruhsvx>.

## O Porto e a Grande Guerra no mar

### Oporto and the Great War at sea

### Porto et la Grande Guerre en mer

### Porto y la Gran Guerra en el mar

Augusto Salgado

Centro de Investigação Naval & Centro de História da UL

CINAV-CH-UL

alves.salgado@marinha.pt

**Resumo:** Quando Portugal entra na Grande Guerra, os portos portugueses não se encontravam preparados para se defenderem de quaisquer ataques alemães, mesmo o porto de Lisboa. Só após Portugal entrar na guerra é que as autoridades navais e do Exército estabelecem os primeiros planos para a defesa de Leixões e do Douro. No entanto, apesar dos meios conseguidos, os portos do norte mantêm-se encerrados até os ingleses implementarem novas medidas defensivas. Mais tarde, são os franceses que estabelecem uma base de patrulhas em Leixões para apoiar os comboios de cabotagem em viagem entre o Mediterrâneo e o Atlântico, apoiados por uma base aérea em S. Jacinto, Aveiro. Através de documentação inédita, tentaremos analisar os acontecimentos navais na zona de Leixões e do Porto durante a Grande Guerra.

**Palavras-chave:** Porto, Leixões, Grande Guerra, U-Boats, Guerra Naval

**Abstract:** When Portugal enters the Great War, the Portuguese ports were not prepared to defend themselves against any German attacks, even the Lisbon harbour. Only after Portugal enters the war, that army and naval authorities establish the first joint plans for the defense of Douro and Leixões. However, the port remains closed until the British implement new countermeasures. Later, the French establish a patrol boat base in Leixões, to support inshore convoys traveling between the Mediterranean and the Atlantic. An air force base in S. Jacinto, Aveiro, backs this base with French crews and planes. Through unpublished documentation, we will try to analyze naval events in the area of Leixões and Oporto during the Great War.

**Keywords:** Oporto, Leixões, Great War, U-Boats, Naval Warfare

**Resumé:** Quand Portugal entre dans la grande guerre, les ports portugais n'étaient pas préparés à se défendre contre toute attaque allemande, même le port de Lisbonne. Juste après le Portugal, entrent les autorités navales de la guerre et l'armée a établi les premiers plans pour la défense du Douro et Leixões. Cependant, malgré les moyens obtenus, les ports du Nord restent fermés jusqu'à ce que les anglais implémentent de nouvelles contre-mesures. Plus tard, les Français établissant une patrouille de la base à Leixões pour soutenir des trains circulant de cabotage entre la Méditerranée et l'Atlantique, soutenu par une base en S. Jacinto, Aveiro aérienne. Grâce à la documentation inédite, nous allons essayer d'analyser les événements navals dans la région de Leixões et de Porto pendant la Grande Guerre.

**Mots-clés:** Porto, Leixoes, Grande Guerre, sous-marins, Guerre Navale

**Resumen:** Cuando Portugal entra en la gran guerra, los puertos portugueses no estaban dispuestos a defenderse de cualquier ataque alemán, incluso el puerto de Lisboa. Justo después de Portugal entran autoridades navales de la guerra y el ejército establecieron los primeros planes para la defensa de Douro y Leixões. Sin embargo, a pesar de lo logrado, norte puertos permanecen cerrados hasta que los ingleses implementan contramedidas nuevas. Más tarde, los franceses establecer una patrulla de la basan en Leixões para soportar trenes viajar cabotaje entre el Mediterráneo y el Atlántico, respaldado por fuerza aérea base de S. Jacinto, Aveiro. A través de documentación inédita, intentaremos analizar los eventos navales en la zona de Leixões y Oporto durante la Gran Guerra.

**Palabras clave:** Puerto de Leixões, Gran Guerra, submarinos, Guerra Naval

## **Introdução**

Apesar da maior importância económica do porto de Lisboa, comparativamente aos restantes portos nacionais, a ligação por via marítima entre todos os portos nacionais, era fundamental para Portugal. Contudo, os portos de Leixões e do Douro, quando Portugal entra no conflito, pura e simplesmente, suspendem a sua actividade. Um esforço conjunto das autoridades locais e da missão da Marinha inglesa, permitem que estes portos fiquem a operar, protegidos por uma estrutura que apenas é suplantada pela estrutura de defesa de Lisboa. Este esforço permite que estes dois portos se mantenham operacionais durante toda a guerra, mas não impede que os U-Boats operem ativamente na zona Norte do país, nem que ocorram outros tipos de actividades ilícitas.

Contudo, mais do que a eficácia do bloqueio alemão, a falta crónica de meios mercantes nacionais, já que os dos restantes países são desviados para outras paragens, leva a que os produtos nacionais fiquem a apodrecer nos cais, conforme relatam, constantemente, os jornais da época.

Neste estudo, através de documentação nacional e estrangeira, que serviu de base ao estudo mais recente e detalhado da Grande Guerra no Atlântico Português (Telo e Salgado, 2018), será aqui abordado, de forma resumida, como o norte de Portugal esteve organizado e operou face à ameaça submarina alemã durante a Grande Guerra.

## **O apoio inglês**

Quando a Grande Guerra começa, em agosto de 1914, apenas Lisboa tinha implementado algum tipo de proteção contra possíveis ataques vindos do mar. A preocupação com a defesa de outros portos nacionais, incluindo naturalmente o porto de Leixões e a Barra do Douro, apenas surgiu verdadeiramente após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a 9 de março de 1916.

E, foi logo no dia seguinte à declaração de guerra a Portugal pela Alemanha que o chefe do Departamento Marítimo do Norte (DMN), Capitão-de-mar-e-guerra Cunha Lima, acompanhado do capitão do porto de Leixões, Capitão-de-fragata Hoffer Gomes, se reuniu com o general comandante da 3ª Divisão do Exército, com o objetivo de definir quais as providencias que deviam tomar de modo a proteger a zona do Porto, de possíveis ataques de navios inimigos. De imediato, foram sugeridas um conjunto de ações, que tinham o objetivo de impedir de dia a aproximação da costa de qualquer navio inimigo e

ajudar a vigilância<sup>1</sup>. Igualmente e, com o intuito de não fornecer de noite pontos de referência ao tiro do mar que tornasse possível o bombardeamento da cidade do Porto, foi proposto que a iluminação publica na zona ribeirinha fosse grandemente diminuída, que o farol da Luz fosse apagado, assim como todas as ajudas à navegação do porto de Leixões e da barra do Douro. Para proteger este espaço, foi proposta não só a colocação de artilharia ao Sul da barra do Douro junto à raiz do Cabedelo e um pouco a norte do porto de Leixões mas, também, manter um navio de guerra em Leixões e outro a leste do Cabedelo do Douro, que tivessem projetor. Logo no dia 13 de março de 1916, é promulgado um aviso aos navegantes internacional, indicando quais as medidas que tinham sido estabelecidas que afetavam a navegação normal no porto de Lisboa, de Leixões e na Barra do Douro.

Importa, no entanto, mencionar que o referido chefe do DMN frisa no já mencionado documento, que o pior cenário a ser considerado, em termos do calibre das peças dos adversários, devia ser “*o que consta haver nos seus pequenos cruzadores e navios armados, únicos que poderão aproximar-se d’esta costa n’um raid atrevido...*”. Ou seja, todas estas medidas visavam um possível ataque de navios de superfície alemães, numa altura em que já não havia meios de superfície alemães à mais de um ano a operar fora do Mar do Norte. Este aparente desconhecimento da realidade da guerra naval por parte dos oficiais da marinha portuguesa é, no mínimo, constrangedor.

Para apoiar a artilharia que provisoriamente já tinha sido instalada no castelo da Foz do Douro, o mesmo oficial propôs ainda que fosse contratado, ao custo de 33 escudos/dia, o rebocador *Tritão*, da Junta Autónoma das Instalações Marítimas.

Entretanto ao longo da costa de Portugal continental, nas semanas seguintes, é implementado um sistema de postos semaforicos com o objetivo de garantir a fluidez das informações relativas à vigilância e segurança no mar. Todos os postos semaforicos deviam ficar a operar em permanência e comunicar, diariamente, o nome dos navios e o destino para o posto central de Cascais. De igual modo, deviam informar o posto de Cascais de qualquer situação suspeita que detetassem ou os navios que praticassem o respetivo porto<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH) Núcleo 446, nº 664.

<sup>2</sup> BCM-AH Cx 1378.

Quando estes trabalhos se encontram finalmente concluídos, cerca de um mês depois, foi ainda necessário reorganizar e priorizar as comunicações junto da Administração dos Telégrafos. Por razões compreensíveis, a Marinha considerava que devia ser dada a máxima prioridade aos telegramas dirigidos ao posto central de Cascais, a partir das principais estações semaforicas de Portugal continental – Espichel, Sagres, São Julião, Carvoeiro, Leixões e Viana do Castelo. A Armada propõe também que alguns dos postos passem a ser guarnecidos por pessoal de Marinha, outros sejam reforçados com pessoal, mas que todos acabem por comunicar qualquer situação para Cascais. Esta medida incluía também os faróis de São Vicente, da Luz, do Cabo Carvoeiro e o das Berlengas<sup>3</sup>.

Entretanto, os ingleses conhecedores da debilidade militar de Portugal, consideraram, e bem, que Portugal não estava apto para fazer frente à ameaça submarina. Isto, numa altura, em que os seus serviços de informações já previam que os submarinos imperiais alemães podiam operar até Lisboa e mesmo, até próximo da costa norte da ilha da Madeira. Não é, pois, de estranhar, que no dia 10 de março, um dia depois da declaração de guerra, que internamente na Inglaterra, o Almirantado Britânico propusesse ao seu governo, o envio de uma missão para apoiar Portugal a organizar as suas defesas, ressaltando, logo à partida, que não podia dispensar nenhum meio naval, nem mesmo simples arrastões de pesca. E as peças de artilharia para armar os arrastões portugueses, que consideravam ser bons e com boas tripulações, a Inglaterra sugeria que esta fossem fornecidas pelos franceses<sup>4</sup>.

Em menos de uma semana, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico indaga o Governo Português, através do seu Ministro Plenipotenciário do Reino Unido na República de Portugal, com carácter de urgência, se concordava, no envio de um oficial da Royal Navy, para apoiar a Marinha portuguesa, principalmente, na preparação da defesa de Lisboa<sup>5</sup>. E, sem esperar pela resposta formal do Governo Português, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico pede ao Almirantado britânico que indique quais os elementos que iriam integrar a missão. Logo no dia 16, a chefia da missão é entregue ao Contra-almirante William De Salis<sup>6</sup>, incluindo também na missão cinco

---

<sup>3</sup> BCM-AH Núcleo 320, Nota nº 41.

<sup>4</sup> National Archives – Kew (NA-PRO) ADM137-1203.

<sup>5</sup> NA-PRO ADM137-1203.

<sup>6</sup> No início da guerra encontrava-se reformado, tendo sido chamado a voltar ao serviço. Foi posteriormente promovido a Vice-almirante.

outros oficiais, todos com experiência no Serviço de Patrulhas Auxiliares. Inicialmente também estava previsto o envio de, pelo menos, duas guarnições de arrastões com experiência na rocega de minas, mas estas nunca chegaram a ser enviadas para Portugal<sup>7</sup>.

A esta missão foram atribuídos, entre outros objetivos, o de apoiar o Governo Português a organizar a defesa naval de Portugal continental e das ilhas atlânticas principalmente contra-ataques de submarinos, com especial ênfase, naturalmente, na defesa do porto de Lisboa<sup>8</sup>. Esta missão chega a Lisboa em Abril de 1917, e de imediato dá início a edificação da estrutura defensiva da capital.

Só após a estrutura defensiva do porto de Lisboa estar em funcionamento, é que o almirante De Salis pede autorização ao Almirantado britânico que possa efetuar a avaliação da defesa do porto de Leixões e, instalar um esquema de proteção na entrada do porto de Leixões contra eventuais ataques com torpedos. Como em Portugal não havia material próprio para esta função e, à semelhança do que já tinha feito em Lisboa, de imediato pede que fossem enviadas desde Inglaterra, se possível, redes para montar uma barragem móvel à entrada do porto de Leixões. Antecipando a necessidade, o almirante inglês já tinha pedido que a Marinha portuguesa identificasse previamente à sua visita, algumas embarcações pequenas, com cabrestantes a vapor, para operarem a mencionada rede<sup>9</sup>. A montagem de uma rede anti-torpédica era fundamental para proteger o interior do porto, pois De Salis tinha sido previamente informado que esse importante porto, desde o início, que não estava a ser utilizado, exatamente por falta de meios defensivos<sup>10</sup>.

O pedido para o envio das redes necessárias, solicitado por De Salis, é avaliado e rapidamente autorizado por Londres, sendo inclusivamente indicado o modo como estas deveriam ser dispostas. No entanto, alguém acrescenta, à mão, na informação interna que acompanhava o pedido do almirante inglês, que a rede “*não tinha de ser necessariamente do último modelo*”, e que deviam ser os portugueses a providenciar os flutuadores para as redes e para o “portão”<sup>11</sup>. No início do mês de junho, De Salis é informado que 20 redes anti-torpédicas do tipo “*treble T*” ou *Bullivan*, com cerca de 25 por 10 metros, juntamente com 1.000 (?) anilhas de aço já tinham seguido para Lisboa a 31 de maio, a bordo do SS

---

<sup>7</sup> NA-PRO ADM137-1203 e FO W49598.

<sup>8</sup> NA-PRO ADM137-1203.

<sup>9</sup> NA-PRO ADM137-1203.

<sup>10</sup> NA-PRO ADM137-1203.

<sup>11</sup> No original “*gate*”.

*Britannia*. Efectivamente as redes são recebidas em Lisboa poucos dias depois, mas ainda faltavam os planos para as jangadas a serem utilizadas com as redes<sup>12</sup>.

Enquanto decorria todo este processo, o Chefe do DMN, Capitão-de-mar-e-guerra Cunha Lima, encontrou-se em Lisboa com o Almirante inglês, ficando combinado que este iria deslocar-se, em breve, a Leixões e ao Porto, de modo a avaliar pessoalmente a situação local<sup>13</sup>. Essa visita acabou por se realizar entre os dias 15 e 17 de junho, tendo De Sallis inspecionado os preparativos defensivos instalados e discutido o que poderia ainda ser implementado, a breve prazo. Este oficial britânico, deslocou-se primeiramente ao porto de Leixões, constatando que apenas se encontrava montado um projetor no quebra mar Sul do porto de Leixões. Foi informado que dentro de pouco tempo estava prevista a instalação de uma peça de artilharia, também no mesmo local. A peça a ser instalada era uma das duas de 120 mm provenientes do *Gonçalo Zarco*, que já não se encontrava capaz de desempenhar as funções de “cruzador auxiliar”. De Salis deslocou-se então à cidade do Porto, onde inspecionou alguns rebocadores com o objetivo de determinar se poderiam ser utilizados na rocega de minas. Depressa constatou que nenhum destes tinha as características necessárias para essa missão, mas identificou dois arrastões que o podiam fazer, tendo de imediato, sido dado início à sua adaptação para esta nova missão.

Da visita, foram também identificadas as seguintes carências: A primeira prendia-se com a necessidade de ser mantido um canal dragado e balizado de acesso ao porto de Leixões, com outro entre o porto e a entrada da barra do Douro. A outra medida reforçava a necessidade da instalação, para além do projetor instalado na cabeça do molhe Sul de Leixões, de um telefone direto para a capitania e de uma ou duas peças de tiro rápido de 76 mm. Adicionalmente, para fazer face a um possível ataque de um cruzador auxiliar alemão, o porto devia ser defendido, pelo menos, por duas peças de 150 mm, a bordo de um navio ou em terra<sup>14</sup>.

O telefone foi rapidamente instalado mas, no que se refere às peças, o chefe do DMN teve que as pedir a Lisboa, embora já tivesse solicitado o apoio do Exército para estudar a melhor localização das peças a colocar, eventualmente, em terra. O mesmo

---

<sup>12</sup> NA-PRO ADM137-1203.

<sup>13</sup> NA-PRO ADM137-1203.

<sup>14</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 1918

oficial já tinha feito sentir a Lisboa a necessidade de garantir a presença em Leixões de um navio armado com peças de 150 mm.

Ainda antes do final do mês de junho, chegam a Lisboa os desenhos detalhados das jangadas para as redes anti-torpedicas para o porto de Leixões, tendo de imediato sido dado início à sua construção. Apesar desse início auspicioso, a previsão para a colocação no local e, entrada em funcionamento em pleno, apontava apenas para finais de julho. Nessa data, sabemos que a construção da estrutura ainda se encontrava atrasada, por falta de madeira apropriada e que só devia estar pronta no final de agosto. Contudo, diversos atrasos subsequentes levaram a que a barreira só estivesse concluída em meados de Setembro<sup>15</sup>.

### **A estrutura defensiva de Leixões implementada**

Assim, em finais de setembro, quando o almirante De Salis regressa a Inglaterra, sabemos que o porto de Leixões já se encontrava protegido, com as defesas abaixo indicadas, embora houvesse algum receio sobre a sua capacidade para aguentar um temporal:

Barreira anti-torpedica<sup>16</sup> – Esta ficou ligeiramente diferente da proposta original, apesar de seguir, na generalidade, a proposta enviada por de Inglaterra. Por exemplo, e face à dificuldade de obtenção de madeira com as características necessárias para os flutuadores, foi necessário recorrer a caixas com cortiça. E, ao contrário da proposta inicial, ambas as estruturas tinham comprimentos diferentes e a estrutura de leste é que servia de porta, sendo manobrada através de um rebocador local. Havia também um pequeno espaço entre as extremidades das barreiras, de modo a permitir a entrada e a saída das embarcações de pesca.

Rocega de minas – Tinham sido escolhidos dois arrastões de pesca, que foram equipados com sistema de rocega francês. Este sistema, era considerado mais complicado pelos ingleses, mas tinha a vantagem de os dois navios conseguirem operar independentemente, ao contrário do sistema britânico, que os obrigava a trabalhar sempre em parelhas.

---

<sup>15</sup> NA-PRO ADM137-1203

<sup>16</sup> Eram usados dois tipos de rede nas barragens, ambas com múltiplas variantes. As anti-torpedo eram de malha fina e podiam ser de corda grossa, sendo mais leves e fáceis de manter a flutuar; as anti-submarino eram de malha mais grossa e normalmente metálicas, por vezes completadas com pequenas minas, sendo pesadas e difíceis de manter a flutuar.



Molhe Sul – Colocado um projetor na extremidade e um pouco antes, uma peça de 120 mm<sup>17</sup>.

No princípio de outubro, os serviços de Defesa Marítima do porto de Leixões e da Barra do Douro estavam sob a superintendência do chefe do DMN, tendo como adjuntos o Capitão do Porto de Leixões e o comandante da parelha de draga-minas, como auxiliar o engenheiro Gervásio Leite, da Junta Autónoma. A defesa encontrava-se estruturada do seguinte modo:

1. Os canais de acesso ao porto de Leixões e da barra do Douro Canal eram regularmente dragados pelos dois arrastões; Tratavam-se dos vapores de pesca *Açor* e *Margarida Victória*, ambos sob o comando do 1º Tenente Emílio Gagean, que para além de executarem as funções de dragagem dos mencionados canais, realizavam outras tarefas conforme as necessidades, recolhendo ao porto durante o período noturno<sup>18</sup>;

2. Estava colocada uma rede metálica à entrada do porto de Leixões. Esta só era aberta com ordens da capitania e, sempre que se encontrasse fechada, devia estar içado um cilindro preto ou uma luz vermelha, entre duas verdes, conforme fosse dia ou noite, no mastro da capitânia;

3. Havia uma peça de artilharia e um projetor elétrico no molhe sul de Leixões;

4. Outras duas peças de artilharia estavam instaladas no castelo da Foz do Douro, com guarnição do Exército;

5. Havia um vapor requisitado para movimentar a parte móvel da rede anti-torpédica.

Adicionalmente, foram emanadas instruções detalhadas não só para como o pessoal dos serviços de Defesa Marítima do porto de Leixões e da Barra do Douro de via atuar mas, também, para como toda esta estrutura devia funcionar na eventualidade da aproximação de um navio atuando de forma suspeita. Também incluíam as instruções em como atuar no caso de ser avistado um submarino inimigo ou não identificado<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> À semelhança do que também acontecia com as baterias em Lisboa, também esta peça tinha falta de munições. No início de 1917 tinha apenas 40 munições (27 explosivas e 13 perfurantes), o que era manifestamente pouco caso tivesse de evitar o ataque de um submersível inimigo. BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 100.

<sup>18</sup> Em Julho de 1916, o único elemento da Armada a bordo do *Açor* era o 1º Tenente Gagean e no *Margarida Victória* era um 1º Sargento. Todo o restante pessoal era civil. BCM-AH Núcleo 10A.

<sup>19</sup> BCM-AH Núcleo 446.

Embora pudesse parecer que a estrutura de defesa dos dois portos do norte era a adequada, a verdade é que, por exemplo, os dois caça-minas debatiam-se com graves deficiências militares. Desde o início que lhes faltava armamento e meios de comunicação, necessidades já colocadas para Lisboa logo em dezembro de 1916<sup>20</sup>. Contudo, em janeiro de 1917, apenas o *Margarida Victória* se encontrava armado, e este só com uma peça de 37 mm, pelo que o chefe do DMN pressionou Lisboa para que os navios dele dependentes melhorassem, urgentemente, o seu armamento. Propunha que cada um fosse armado com duas peças de 47 mm, ou no mínimo uma, para além de 10 carabinas e seis pistolas<sup>21</sup>.

Infelizmente as deficiências persistiram, o que levou o chefe do DMN, já em julho de 1917, a voltar a insistir com Lisboa sobre este problema. Entretanto, esta situação tinha-se agravado pois estes dois pequenos navios, para além das atividades de guerra de minas que realizavam junto a Leixões e da barra do Douro, estavam a ser continuamente utilizados em serviço de patrulha e de comboio a navios, cada vez mais afastados da base e da proteção das recém-instaladas baterias<sup>22</sup>. Não sabemos quando é que a situação foi alterada, mas sabemos que em Outubro de 1918 já os navios estavam armados com peças de 47 mm e previa-se, numa altura já perto do final da guerra, que estas iriam ser substituídas por outras de 90 mm<sup>23</sup>.

Adicionalmente a todo este esforço, até meados de julho de 1917, e de modo a apoiar a defesa do porto e as necessidades da armada, foram requisitadas outras cinco embarcações, incluindo o rebocador *Minho*, de 125 toneladas, o navio de pesca longínqua *Azevedo Gomes*, de 245 toneladas e o *Lordelo*, de 280 toneladas<sup>24</sup>.

Entretanto, na impossibilidade ou, falta de vontade política, de enviar um dos cruzadores para Leixões, fundamentais desde maio de 1915 para o sucesso dos diversos golpes militares que ocorriam em Lisboa (Telo e Salgado, 2018), o DMN dá início ao processo de instalação de peças de artilharia em terra para defender o porto de Leixões e a barra do Douro. Este processo iniciou-se logo entre meados de fevereiro e os inícios de março de 1917, e previa a aquisição ou o aluguer de terrenos para a instalação de duas baterias de costa, uma a Norte e outra a Sul de Leixões. Estes terrenos foram selecionados

---

<sup>20</sup> BCM-AH Núcleo 320, Nota nº 90.

<sup>21</sup> BCM-AH Cx 446, Nota nº100

<sup>22</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 243.

<sup>23</sup> BCM-AH Núcleo 419, Nota nº 729.

<sup>24</sup> BCM-AH Cx 1378, Nota nº1903.

pelo Diretor-Geral de Marinha e pelo Diretor do Material Naval e, no total, custaram cerca de nove mil escudos, embora ainda faltassem contabilizar algumas despesas<sup>25</sup>. Logo após terem sido recebidos os planos para a instalação da peça de 150mm/45 a Norte de Leixões e das duas peças de 150mm/28 a Sul, a meados de fevereiro<sup>26</sup> foi dado início às obras, que estavam previstas terminarem antes do final do mês seguinte. Nos inícios de maio de 1917, a bateria a Norte de Leixões passou a ser designada “Bateria do Rodão” e a do Sul “Bateria dos Lavradores”<sup>27</sup>. Até ao final da guerra, apenas a bateria do Rodão, em dezembro de 1917, terá feito fogo sobre um submarino imperial alemão, o UB-55, mas sem sucesso<sup>28</sup>.

No entanto, não bastava obter o material, também eram necessários elementos para guarnecer estas novas posições. Efetivamente, em termos do pessoal, o chefe do DMN considerava que o pessoal mínimo estritamente necessário para que as baterias estivessem permanentemente guarnecidas era o indicado na Tabela 1. Face à falta de oficiais, considerava que estes poderiam ser substituídos por sargentos artilheiros, desde que devidamente competentes e que possuíssem as qualidades morais e disciplinares indispensáveis<sup>29</sup>. Adicionalmente aos valores apresentados na Tabela 1, foram atribuídos mais um sargento e seis praças<sup>30</sup>, de modo a guarnecer a peça de 15/45 (T/R) e o projetor elétrico, com motor de explosão, instalados no molhe Sul do porto de Leixões.

	<b>Bateria Norte Leixões (1 peça 15/45)</b>	<b>Bateria Sul Leixões (2 peças 15/45)</b>
<b>Oficiais</b>	1	1
<b>Sargento Artilheiro</b>	1	1
<b>Artilheiros</b>	7	12
<b>Marinheiros ou Moços</b>	5	15
<b>Sinaleiros</b>	2	2
<b>Cozinheiro</b>	1	1

**Tabela 1** (BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 129).

<sup>25</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 193. Estas despesas seriam posteriormente pagas pela verba das “Despesas Excepcionais resultantes da Guerra”.

<sup>26</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 115.

<sup>27</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 145.

<sup>28</sup> BCM-AH Núcleo 10A, Nota nº 6488. Infelizmente o Diário de Guerra não ajuda muito, pois é manuscrito e de leitura muito difícil. (*Bundesarchiv* RM 97 – 1543).

<sup>29</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 130.

<sup>30</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 193.

Para além desta estrutura defensiva, o chefe do DMN considerava fundamental para a defesa de toda a costa Norte de Portugal continental, que a direção da estação radiotelegráfica do Porto fosse entregue a um oficial de Marinha. Na sua opinião, aquela estação representaria “*o mastro de sinais de um navio chefe em que as comunicações devem ser expedidas e recebidas com a máxima rapidez*”. Além do mais, conforme também refere, em tempo de guerra os navios não transmitiam serviço comercial, com receio de serem detetados pelo inimigo, mas apenas serviço de guerra. Apesar de todas as razões válidas que apresentou, aparentemente esta proposta não foi aceite por Lisboa<sup>31</sup>. No entanto, não sabemos se por detrás deste pedido não estariam as suspeitas das relações que o responsável pela estação TSF de Leça, embora não fosse ele próprio um germanófilo, tinha com um tal Luís Lenshner e com o seu filho. Ambos tinham sido vistos muitas vezes à noite nas proximidades da estação e, este Luís, era um alemão naturalizado português, que por motivos desconhecidos às autoridades, tinha regressado a Portugal<sup>32</sup>.

Aparentemente, mesmo não tendo sido implementada a proposta do chefe do DMN, nos primeiros dias de setembro desse mesmo ano, este oficial já reportava que “*A estação radiotelegráfica do Porto situada ao Norte de Leixões, presta um magnífico auxílio a esta Base, fornecendo todos os avisos sobre paragem de submarinos inimigos, que recebe, e transmitindo as ordens da Base para os seus*<sup>33</sup> *navios patrulhas*”<sup>34</sup>.

### **A base francesa de Leixões**

Paralelamente ao dispositivo nacional, no início de janeiro de 1917, talvez aproveitando a presença de uma força de navios patrulha franceses em Leixões a embaixada francesa, em Lisboa, faz um pedido urgente ao Governo Português para criar uma base permanente nesse porto<sup>35</sup>. Em apenas três dias o Ministério dos Negócios estrangeiros informa o Ministro da Marinha que o Governo Português autorizou a instalação em Leixões de uma “*base de abastecimento de cruzeiros franceses*”[sic]. Tratavam-se, obviamente, de navios para a luta anti-submarina, que passariam a utilizar Leixões como base, respeitando a autoridade do capitão do Porto de Leixões, e utilizavam

---

<sup>31</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 211.

<sup>32</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 193.

<sup>33</sup> i.e. aos navios franceses, pois os portugueses continuavam sem comunicações sem fios.

<sup>34</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 304.

<sup>35</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 106.

apenas o abastecimento de água doce local, enquanto o carvão e outros carburantes eram garantidos pela marinha francesa<sup>36</sup>.

Contudo, apesar da aparente celeridade da resposta, esta decisão do Governo Português não foi tomada sem que o Governo Britânico tivesse dado a sua “*bênção*” prévia: “*O Governo inglês não vê objeção alguma na organização em Leixões de uma base de abastecimento [francês] e considera útil o estabelecimento de patrulhas [franceses] naquela localidade. Neste sentido respondeu à consulta direta sobre o assunto*”<sup>37</sup>. Há semelhança de outras situações ocorridas durante a Grande Guerra, mais uma vez, ho Governo Português nada decidia sem a prévia sanção dos britânicos...

Contudo é só a 13 de julho de 1917, que o jornal *Comércio do Porto* menciona, pela primeira vez, a entrada de “pequenos vapores” franceses no porto de Leixões, referindo que se encontravam em funções de fiscalização. Cerca de duas semanas depois, chegam mais três navios pequenos, acompanhados de outros três vapores, cuja tonelagem não é especificada, transportando abastecimentos para a nova estrutura francesa, nomeadamente carvão e óleo. Num destes navios vinha o oficial francês que irá ficar responsável pela instalação da base e assumirá o seu comando até novembro desse mesmo ano, tratava-se do Capitão-de-fragata René Nielly (Saraiva, 2017: 480).

Como qualquer estrutura militar, a força francesa tinha que ter uma designação própria. Sem o conhecimento de Portugal e, ainda durante o período de instalação, esta força terá adotado a designação de “*Escadrille de Patrouilles du Portugal*”. Esta designação levou a Marinha portuguesa a pedir ao ministério dos Negócios Estrangeiros português para que este apresentasse um protesto formal, assim que teve conhecimento do tal facto. Não querendo comprometer de qualquer maneira a nova base, no final agosto de 1917, a esquadrilha francesa passou a ser designada por: “*Marine Française Base Leixões*”<sup>38</sup>.

A razão da implantação em Leixões desta força francesa, assim como o Centro de Aviação Naval em São Jacinto e todo o restante apoio que a República francesa deu a Portugal, tem tanto razões militares, como políticas. Em termos militares, estas patrulhas franceses em Leixões eram um importante componente no sistema de escoltas dos comboios de cabotagem (formados por pequenos navios que seguiam relativamente

---

<sup>36</sup> BCM-AH Núcleo 446, MNE.

<sup>37</sup> BCM-AH Núcleo 446, MNE.

<sup>38</sup> BCM-AH Núcleo 320, Notas nº 229 e 251.

próximo da costa) que ligava a França do Mediterrâneo à do Atlântico. Estes comboios eram escoltados por vapores armados e traineiras mobilizadas com base em Marrocos num primeiro troço; por vezes recebiam o apoio de navios Aliados (ingleses e franceses) com base em Gibraltar e um ponto de apoio na costa do Algarve; eram depois entregues aos navios franceses com base em Leixões; na última fase da viagem eram apoiados pelos navios franceses com base em Bordéus. Eram comboios perigosos pois seguiam perto da costa, a zona mais patrulhada pelos U-Boats.

Em termos de coordenação global, o futuro dispositivo francês a operar em território nacional, passou a ser integrado no sistema aeronaval francês coordenado pela *Direction Générale de la Guerre Sous-Marine* (DGGSM) desde junho de 1917<sup>39</sup>. Deste modo, e em termos aéreos, os centros na França, Argélia e Portugal garantiam uma cobertura aérea na costa da Península, embora deixando de fora grande parte do litoral espanhol.

Apesar da premência para que este dispositivo entrasse em funcionamento pleno, nomeadamente devido ao elevado número de baixas que os U-Boats alemães estavam a provocar aos Aliados desde o início de 1917, a mencionada estrutura só vai estar concluída nos inícios de setembro desse ano, pois não tinha sido fácil realizar as alterações pretendidas, em especial no que respeita aos alojamentos e guarda de material. Quando finalmente começou a funcionar, a estrutura francesa era composta pelos seguintes meios humanos e materiais:

Em terra, instalados no “Posto de Desinfecção de Leixões”:

- Comandante: Capitão-de-fragata René Nielly
- Imediato: um 1º Tenente
- Outros: um médico, um engenheiro naval, dois comissários, um enfermeiro, artífices, sargentos e praças

No mar<sup>40</sup>:

- Antigos navios de pesca (*chalutiers*) equipados com telegrafia sem fios, e armados com duas ou uma peça de artilharia: *Cyclonen*, *Fuchno*, *Hortensia*, *Medoc*, *Mimosa* e *Tetunia*
- Traineiras com uma peça: *Grevette* e a *Pieuvre*

<sup>39</sup> “Patrouille maritime. La guerre vue du ciel”, *Cols Bleus*, n°3057, avril 2017: 24.

<sup>40</sup> Outros navios franceses praticaram o porto de Leixões até ao final da guerra, mas não é possível confirmar se pertenciam à força estacionada em Leixões, ou se encontravam em trânsito (Saraiva, 2017:482).

Em termos das funções e, como já foi referido, os oito navios davam comboio tanto para Norte como para Sul de Leixões e patrulhavam de Leixões para lá do cabo Finisterra. No entanto, as duas traineiras, por serem de menores dimensões tinham dificuldade em operar de inverno.

Estando os navios bem armados e equipados com comunicações sem fios, a sua atuação foi muito eficaz, indicando os relatórios que os ataques dos submarinos na zona entre o mencionado cabo e Leixões tinham diminuído. Contudo, o chefe do DMN continuava a queixar-se que infelizmente os navios portugueses que também operavam na zona, por estarem mal-armados e não possuírem telegrafia sem fios a bordo, não podiam acompanhar os seus congéneres franceses<sup>41</sup>. No entanto, os jornais locais relatam algumas situações em que navios de ambas as nações formaram parcerias de patrulha (Saraiva, 2017: 483-487).

Por razões políticas mas, também, militares, a cooperação e a ação eficaz destes elementos franceses, foi reconhecida publicamente apenas poucos meses depois da estrutura gaulesa entrar em funcionamento. Efetivamente, logo em janeiro de 1918, os oficiais franceses da base de Leixões e do Centro de Aviação de Aveiro (S. Jacinto)<sup>42</sup>, foram condecorados pelo governo português<sup>43</sup>. Inclusivamente, em meados desse mesmo mês, o então Presidente da República, Sidónio Pais, durante uma visita oficial que realizou ao Porto, fez questão em também visitar a base francesa. Por sua vez, em abril desse mesmo ano, é a França que condecora vários oficiais da Marinha portuguesa com a Legião de Honra, incluindo militares da Armada que prestavam serviço no Norte (Saraiva, 2017: 490).

Apesar das mencionadas demonstrações oficiais de boa cooperação, os jornais locais referem alguns episódios negativos, para ambos os lados. Por exemplo e, aproveitando o reduzido policiamento da zona, alguns populares terão furtado carvão. Inversamente, uns quantos marinheiros franceses em gozo de licença, terão provocado alguns desacatos (Saraiva, 2017, pp.493-494). Nada de excepcional, poderemos afirmar...

Já a possibilidade de os navios franceses realizarem visitas e vistorias a navios neutrais, em águas de jurisdição portuguesa, levantou algumas questões sensíveis em termos jurídicos. Esta solicitação da parte da França acabou por ser atendida, apenas em

---

<sup>41</sup> BCM-AH Núcleo 446, Nota nº 304.

<sup>42</sup> Apesar do Centro ainda não estar operacional.

<sup>43</sup> BCM-AH Núcleo 10A, Ofício s/n.

abril de 1918, através da criação de um “Centro de Visita a navios Neutros”, numa zona do porto de Leixões, para tratar destas situações, em que esta atividade seria realizada por elementos dos dois países<sup>44</sup>.

Esta estrutura francesa manteve-se a funcionar até 11 de dezembro de 1918, de acordo com uma informação enviada da Esquadilha Francesa de Patrulhas de Leixões ao Chefe do DMN<sup>45</sup>. No entanto, as primeiras unidades francesas dão início ao regresso ao país de origem a 26 de novembro desse mesmo ano (Saraiva, 2017: 481).

Por razões várias, o aprontamento do *Centre d’Aviation Maritime d’Aveiro* em São Jacinto, é ainda mais demorado. Para o comandar é escolhido um jovem oficial subalterno, o Tenente Larrouy, ficando, naturalmente, subordinado à base francesa de Leixões. Este centro começa, finalmente, a operar a 9 de maio de 1918. Na base servia também um oficial da Armada, o 1º Tenente Tavares da Silva e algumas praças portuguesas. Apesar de instalada no interior da Ria de Aveiro, nem sempre as condições atmosféricas eram as mais favoráveis à operação dos aéreos. O trabalho dos aviadores franceses também não era facilitado pela falta de meios portugueses de patrulha que pudessem responder, em tempo, aos avistamentos de contactos reportados por estes (Telo, 1999: 270). Esta base era responsável pelas patrulhas aéreas na zona norte do país, numa área compreendida entre o Mondego e Finisterra. O Centro de S. Jacinto recebe 8 *Donnet-Denhaut* DD-8 e 2 *Georges Lévy* GL 40 (Derou, 1986), que seriam entregues à Armada no final da guerra.

Em termos operacionais, e apesar das aeronaves sediadas neste centro não conseguirem afundar qualquer U-Boat, sabemos que, por exemplo, mesmo havendo pouca informação da atuação global deste centro, no mês de setembro de 1918, as aeronaves francesas realizam 28 voos de patrulha, num total de 37 horas de voo, percorrendo 2.220 milhas. E, para além das ações abaixo mencionadas, nesse mês de setembro, as aeronaves francesas reportam ter realizado outros 18 ataques contra submarinos<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> BCM-AH Núcleo 419, Nota s/n.

<sup>45</sup> BCM-AH Núcleo 10A, Ofício nº311.

<sup>46</sup> *Service Historique de la marine de Vincennes*, BB-16, novembro 1918. Curiosamente, é a única referência a Portugal nos relatórios de *Intelligence* franceses.



Das outras ações a destacar podemos incluir<sup>47</sup>:

1. Em 11 de maio, após ter sido detetado um submarino alemão a 5 milhas a Sudoeste do farol de Aveiro, foi necessário abrir o caminho aos navios da pesca do bacalhau que saíam para a campanha daquele ano;
2. Em 5 de setembro, os aéreos reportam dois submarinos inimigos (mas nessa data, apenas o U-22 se encontrava na zona, navegando de regressa à Alemanha), tendo este U-Boat bombardeado o navio português *Desertas* que se encontrava encalhado a Sul de Aveiro. As aeronaves realizam um ataque ao submarino, mas, ao contrário do que reportam, este não é afundado<sup>48</sup>;
3. Em 13 de setembro, as aeronaves localizaram e atacaram um outro submarino alemão a 20 milhas da costa de Aveiro<sup>49</sup>.

Como já foi mencionado, para além de não haver meios de superfície capazes de prosseguir e investigar os contatos reportados pelos aéreos, os respetivos chefes dos dois centros franceses também se queixavam da falta de fluxo de informações. Nomeadamente na passagem de informações sobre a presença de U-Boats ao largo da costa Ocidental de Portugal. Por exemplo, quando a 4 de setembro de 1918, o U-22 navegou à superfície do Cabo Espichel até Aveiro afundando várias embarcações de pesca pelo caminho. Este submarino tinha sido inicialmente avistado perto de Lisboa pelos aparelhos do Bom Sucesso, mas que não conseguiram passar a informação a tempo de alertar Aveiro (Derou, 1986: 126). E esta situação ocorreu, porque os aparelhos portugueses, não tendo rádio, só conseguiram passar para terra a informação após terem amarrado no Bom Sucesso. Mas, também como não havia uma ligação direta para o Centro de S. Jacinto, a informação não conseguiu chegar em tempo a esse centro. Caso tal tivesse acontecido, talvez tivesse permitido que os hidroaviões franceses levantassem voo para atacar o U-Boat, o que podiam fazer, porque estavam equipados de bombas com espoletas<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> [http://www.momentosdehistoria.com/MH\\_02\\_03\\_Marinha.htm](http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_03_Marinha.htm), consultado em março 2018.

<sup>48</sup> *Service Historique de la marine de Vincennes* BB-16, setembro 1918

<sup>49</sup> Possivelmente foi um falso contacto, pois não há registo de nenhum submarino alemão na zona.

<sup>50</sup> Nesta altura e, devido às revoltas em Lisboa de dezembro de 1917 e janeiro de 1918, o Governo Português tinham mandado recolher as espoletas das bombas das aeronaves do Centro de Aviação Naval o Bom Sucesso, em Lisboa (Telo e Salgado, 2018)

### Considerações finais

No Atlântico Português<sup>51</sup>, entre 1916 e 1918, os Aliados e os neutrais, perderam cerca de 275 navios, ou seja 5% do total dos navios afundados durante a Grande Guerra pelos submarinos imperiais alemães em todos os mares. Desses, a Norte da Figueira da Foz e até ao rio Minho, foram afundados pouco mais de 30 navios e embarcações de pesca, num total de quase 32,5 mil toneladas. Esses navios eram de sete nacionalidades diferentes, sendo a maioria, 19 do total, portugueses e, curiosamente, ou não, nenhum britânico<sup>52</sup>. Para além desses, outros 40 foram perseguidos ou parados e inspecionados, na maioria navios espanhóis (Telo e Salgado, 2018).

Para além das estruturas já mencionadas para Leixões e para Aveiro, no final da guerra chegou ainda a ser considerada a instalação de uma base de apoio para os submarinos nacionais em Leixões. Esta base iria servir para apoiar as operações dos três últimos submarinos portugueses da 1ª Esquadilha, chegados no início de 1918, que ao contrário do que habitualmente é referido, até ao final da guerra ainda chegaram a ter um papel ofensivo<sup>53</sup>. Efectivamente, e como escreveu Jaime do Inso “*O papel dos nossos submarinos era não só a proteção à navegação nacional e aliada, como a caça de submarinos inimigos*” (Inso, 2006: 56).

Por fim, importa abordar a questão do contrabando, não só realizada através de Portugal por outras nações do norte da Europa neutrais mas, em especial, pela vizinha Espanha. O contrabando entre os dois países não era novidade mas, naturalmente, que se agravou durante o período da guerra, até porque este país se manteve neutral durante todo o conflito. De acordo com as autoridades nacionais e inglesas, uma das substâncias habitualmente contrabandeada era a gasolina e o petróleo. Esta atividade ocorria devido à fraca vigilância que Portugal mantinha ao longo das suas fronteiras, em especial na fronteira Norte e na raia de Trás-os-Montes<sup>54</sup> mas, também, a sul, mais concretamente nas proximidades de Vila Real de Santo António<sup>55</sup>.

Embora estes produtos pudessem ter como destino final apenas a própria população espanhola, os Aliados suspeitavam que parte seria para abastecer os

---

<sup>51</sup> Um espaço geográfico abrangendo Portugal Continental, os arquipélagos dos Açores, da Madeira e Cabo Verde.

<sup>52</sup> Os navios ingleses, por norma, praticavam rotas mais afastadas da costa.

<sup>53</sup> BCM-AH, Caixa 1379.

<sup>54</sup> BCM-AH Núcleo 320, Nota nº42.

<sup>55</sup> BCM-AH Núcleo 320, Nota nº250.

submarinos alemães... A entrega dos combustíveis à Alemanha, segundo os serviços de informações Aliados, seria desenvolvida por traineiras espanholas<sup>56</sup>, que atuavam com muita liberdade, face aos bons conhecimentos que tinham de como as autoridades portuguesas operavam<sup>57</sup>. Por exemplo, as autoridades nacionais não percebiam por que razão, no verão de 1918, uma traineira espanhola tinha permanecido quatro dias fundeada à entrada da barra do Douro<sup>58</sup>.

Um outro tipo de colaboração que se suspeitava que era realizada pelos navios e embarcações neutras era o fornecimento de viveres aos submarinos alemães. Esse apoio era realizado envolvendo nacionais dos dois países e, em Esposende, ocorreu a única situação que temos conhecimento, que resultou na condenação de alguns elementos portugueses, após terem sido intercetados pela Guarda Fiscal. Tratava-se de ovos que seriam destinados aos submarinos alemães e cujo transporte final iria ser realizado por embarcações de pesca espanholas (Brandão, 2015).

Mas, também terão ocorrido outras situações em que as tripulações eram obrigadas a colaborar. Foi o caso de uns pescadores da Póvoa do Varzim, em que alguns dos tripulantes da embarcação, cujo nome não é referido, são retidos a bordo do submarino, enquanto os restantes vão a terra buscar ovos e gasolina. Por esta ação terão sido muito bem pagos, o dobro do preço normal... será que foi só uma desculpa para justificarem o contrabando que fizeram? Porque razão não avisaram as autoridades quando vieram a terra buscar os abastecimentos?<sup>59</sup>

## Conclusão

Em jeito de conclusão, o porto de Leixões e a barra do Douro passaram mais ou menos incólumes durante o período da guerra, sem terem sofrido nenhum ataque directo, como aconteceu com o Funchal ou Ponta Delgada. Nem sequer foram colocadas quaisquer minas nas suas aproximações, como também ocorreu em Lisboa. Terá sido da qualidade e quantidade de meios defensivos, portugueses e franceses, a operar na zona? Os Diários de Guerra dos submarinos alemães nada esclarecem... O que a documentação e as ações dos submarinos imperiais alemães mostram é que a zona norte, assim como o

---

<sup>56</sup> NA-PRO ADM137-709.

<sup>57</sup> BCM-AH Núcleo 224-537, Nota nº254.

<sup>58</sup> BCM-AH Núcleo 320, Nota nº592.

<sup>59</sup> BCM-AH Cx 346, Nota nº221.

Augusto Salgado - O Porto e a Grande Guerra no Mar - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 38-56. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a3

Algarve, são zonas de maior atividade destes meios. Mas, ao contrário desta última, esta é amplamente patrulhada por meios nacionais e estrangeiros, em especial franceses, tornando-se, no último ano da guerra numa importante estação naval Aliada.

### **Bibliografia:**

BRANDÃO, Miguel Castro (2015) *(Con)Viver com o Inimigo – A Atividade Submarina Alemã Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – Interações na Costa de Esposende*, Tese de Mestrado em “História e Património Mediação Patrimonial”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CABRAL, Hugo Baptista (2017), “A Aviação naval na Grande Guerra”, *Mais Alto*, ano LV, nº430, pp. 37-47

DEROU, Jean (1986), *Les Relations Franco-Portugaises a l'Époque de la Première République Parlementaire et Libérale*, Paris, Sorbonne.

INSO, Jaime Correia do (2006), *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.

“Patrouille maritime. La guerre vue du ciel” (2017), *Cols Bleus*, nº3057, pp. 24-25

RUSSO, Jorge e SALGADO, Augusto (2015), “Submarinos Alemães na Costa Portuguesa. O caso do U-35”, *Actas do Colóquio Internacional “A Grande Guerra – Um século depois”*, Academia Militar, pp. 173-191.

SARAIVA, Joaquim (2017), “A base naval francesa de Leixões na primeira Guerra Mundial”, *Omni Tempore: Encontros da Primavera 2014-2015*, pp.474-498. [consulta em 30/08/2018]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15095.pdf>

TELO, António (1999), *Homens Doutrinas e Organização 1824-1974*, Tomo I, Lisboa, Academia de Marinha.

TELO, António, SALGADO, Augusto e RUSSO, Jorge (2017), *As Ações do U-35 no Algarve*, Lisboa, Escola Naval & Vila do Bispo

TELO, António e SALGADO, Augusto (2018), *A Grande Guerra no Atlântico Português*, 2 vols, Porto, Fronteira do Caos.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

**Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e  
os Navios do Kaiser (1914-1918)**

**Requested or Seized? The Anglo-Portuguese agreement and the Kaiser Ships  
(1914-1918)**

**Demandé ou saisi? L'accord anglo-portugais et les navires kaiser (1914-1918)**

**Requeridos o Apreciados? El Acuerdo Luso-Británico y los Buques del Kaiser  
(1914-1918)**

Miguel Castro Brandão  
CINAV (Centro de Investigação Naval)  
CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar)  
miguelbrandao1992@gmail.com

**Resumo:** Após uma intensa negociação entre Lisboa e Londres, 70 navios alemães e 2 austríacos são requisitados em portos portugueses em nome da diplomacia e esforço de guerra britânicos, a partir do dia 23 de fevereiro de 1916. Esta requisição legitimava, ao abrigo da aliança anglo-portuguesa, a entrada de Portugal na Grande Guerra. Explorando a semântica das palavras “requisitar” e “apreender”, explanaremos as diferentes perspetivas sobre este processo histórico. Portugal, após este ato de guerra, entregou boa parte destes navios à sua aliada, mas qual a moeda de troca? Iremos igualmente explicitar, à luz da erudição histórica, o modo como estes navios foram requisitados e geridos no período da conflagração mundial, e mesmo logo após este.

**Palavras-chave:** Navios alemães; Requisição, Primeira Guerra Mundial.

**Abstract:** After intense negotiation between Lisbon and London, 70 German and 2 Austrian ships were requisitioned in Portuguese ports in the name of British diplomacy and war effort, starting on February 23, 1916. This requisition legitimized, under the Anglo-Portuguese, the entrance of Portugal in the Great War. Exploring the semantics of the words "requisition" and "apprehending", we will explain the different perspectives on this historical process. Portugal, after this act of war, delivered a good part of these ships to its ally, but what is the currency of exchange? We will also make explicit, in the light of historical scholarship, how these ships were requisitioned and managed in the period of the world conflagration, and even soon after.

**Keywords:** German ships; Requisition; World War One.

**Résumé:** Après d'intenses négociations entre Lisbonne et Londres, 70 navires allemands et 2 navires autrichiens ont été réquisitionnés dans les ports portugais au nom de la diplomatie et de l'effort de guerre britanniques, à compter du 23 février 1916. Cette réquisition légitimée sous le régime anglo-saxon. Portugais, l'entrée du Portugal dans la Grande Guerre. En explorant la sémantique des mots "réquisition" et "appréhension", nous expliquerons les différentes perspectives de ce processus historique. Le Portugal, après cet acte de guerre, a livré une bonne partie de ces navires à son allié, mais quelle est la monnaie d'échange? Nous allons également expliciter, à la lumière de l'érudition historique, comment ces navires ont été réquisitionnés et gérés pendant la période de l'incendie mondial, et même peu après.

**Mots clefs:** Navires allemands; Réquisition; Première Guerre Mondiale.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

**Resumen:** Después de intensas negociaciones entre Lisboa y Londres, se requirieron 70 barcos alemanes y austriacos en dos puertos portugueses en el nombre de la diplomacia y el esfuerzo de guerra británico, del 23 de febrero de 1916. Esta solicitud legitimado bajo la alianza anglo portugués, la entrada de Portugal en la Gran Guerra. Explorando la semántica de las palabras "ordenar" y "agarrar", explicaremos las diferentes perspectivas sobre este proceso histórico. Portugal, después de este acto de guerra, dio gran parte de estos buques a su aliado, pero lo que el comercio de divisas? También explicitar, a la luz de la erudición histórica, la forma en que estos barcos fueron solicitados y gestionados en el período de la conflagración mundial, e incluso poco después.

**Palabras clave:** Buques alemanes; Solicitud; Primera Guerra Mundial.

### **O refúgio dos navios do Kaiser em portos portugueses - Julho a Dezembro de 1914**

A morte do arquiduque Francisco Fernando precipitou um dos maiores conflitos da história mundial. A *Entente Cordiale* escudou a integridade da nação sérvia, opondo-se aos Impérios Centrais. Era o início da Grande Guerra. No mar a marinha mercante alemã de tudo fazia para evitar a *Royal Navy*, tentando alcançar os portos neutrais mais próximos. Segundo o autor Marc Ferro, 743 navios alemães encontraram refúgio em portos neutros (Ferro, 1970), mais posteriormente 70 destes navios seriam requisitados em portos portugueses<sup>1</sup>.

Os portos lusos foram uma opção aparentemente sensata para os vapores alemães dada a aparente “neutralidade”<sup>2</sup> portuguesa e a respetiva posição-chave de Portugal continental no contexto atlântico, assim como os arquipélagos dos Açores e Madeira. Os portos ultramarinos, compreendidos nos eixos mercantis internacionais, ofereciam a mesma vantagem estratégica: 17 embarcações alemãs aportaram na África portuguesa; 4 embarcações alemãs e 1 austríaca fundearam na Índia portuguesa. No entanto, um número considerável destes navios já tinha Portugal como destino, mesmo antes do conflito mundial. Portugal não proclamou a sua neutralidade num primeiro momento como vimos, no entanto alguns armadores alemães ordenaram o recolhimento dos seus navios em portos portugueses, julgando que o conflito mundial não se estendesse por muito mais tempo (Fraga, 2010: 245). Portugal detinha o sétimo lugar entre os países com maior provimento portuário, recebendo um total de 40.182.000 toneladas por ano (Pires, 2011: 74), tendo igualmente fortes relações comerciais com a Alemanha desde o início do século (Miranda, 1987).

---

<sup>1</sup> Aproximadamente 10 % do total de navios alemães refugiados em portos neutrais encontravam-se em território português no alvorecer do conflito mundial.

<sup>2</sup> Portugal não formalizou a sua neutralidade nos primeiros dias do conflito mundial.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

Várias agências de vapores alemães ordenaram que os seus navios se retivessem em Portugal, a 4 de agosto de 1914<sup>3</sup>. Segundo as nossas fontes, as capitánias portuguesas já esperavam por alguns navios alemães provenientes do Atlântico, como é o caso dos navios *Prinz Heinrich* e *Cap Arcona*<sup>4</sup>. A 1 de agosto de 1914, o periódico *A Capital* contabilizava 11 navios alemães<sup>5</sup>. Dois dias depois, o mesmo periódico sobe o número para 22<sup>6</sup>. O porto de Lisboa registou um movimento extraordinário nos primeiros dias do conflito, dado o aumento exponencial de embarcações que aqui vieram ancorar, como confirmam as fontes hemerográficas analisadas<sup>7</sup>. A 6 de agosto o porto do Funchal regista a presença de 3 navios germânicos<sup>8</sup>.

Ao abrigo da lei internacional, os navios dos países beligerantes atracados em ancoradouros neutros não podiam receber ou expedir radiogramas. O Ministério da Marinha decretou que os navios mercantes das nações beligerantes surtos no Tejo arriassem de imediato as antenas sem fios. Em virtude dessa ordem, os 11 navios que possuíam equipamento de telegrafia presentes no Tejo, entre os quais 9 alemães e 2 britânicos, cumpriram as ordens dadas pela capitania lisbonense<sup>9</sup>. Por várias vezes os navios alemães surtos no Tejo tentaram estabelecer contacto com a metrópole.

Desde os primeiros dias da Grande Guerra, o porto de Lisboa apresentava já alguns sinais de congestionamento. Em agosto de 1914, registou-se a entrada de cerca de 135 navios mercantes, sendo que a maioria escapava à guerra no mar<sup>10</sup>. Os navios estrangeiros, quase todos alemães, tiveram de levantar âncora para fundear a este da alfândega lisbonense, ocupando o espaço entre esta e a estação de Santa Apolónia<sup>11</sup>. O objetivo das autoridades portuárias era desimpedir todo o espaço que ficava defronte da Rocha do Conde de Óbidos, local onde tradicionalmente ancoravam os navios ingleses. Evitava-se, em suma, qualquer tipo de conflito entre as nações beligerantes<sup>12</sup>. Não seria a única vez que os navios alemães mudariam de posição no Tejo. A 22 de agosto, alguns

---

<sup>3</sup> *Suplemento O Comércio do Porto*, 3 de agosto de 1914.

<sup>4</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>5</sup> *A Capital*, 1 de agosto de 1914, p. 2.

<sup>6</sup> *A Capital*, 3 de agosto de 1914, p. 2.

<sup>7</sup> *O Comércio do Porto*, 5 de agosto de 1914, p. 4.

<sup>8</sup> *O Comércio do Porto*, 6 de agosto de 1914, p. 2.

<sup>9</sup> *O Comércio do Porto*, 7 de agosto de 1914, p. 2.

<sup>10</sup> *O Comércio do Porto*, 19 de agosto de 1914, p. 4.

<sup>11</sup> *O Comércio do Porto*, 8 de agosto de 1914, p. 4.

<sup>12</sup> *Idem, Ibidem*.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

navios alemães mudaram novamente de fundeadouro, atracando desta vez nas proximidades da Cova da Piedade. Estes ocuparam temporariamente o quadro dos navios de guerra portugueses<sup>13</sup>. Ainda neste mês, quase todos os navios alemães aportados no Tejo tinham arriado a bandeira alemã, com o intuito de evitar qualquer conflito com a *Royal Navy*<sup>14</sup>. A 20 de agosto nenhum dos navios em questão tinha içada a bandeira alemã<sup>15</sup>.

Em setembro chegaram numerosos reservistas alemães ao porto de Lisboa<sup>16</sup>. Provenientes maioritariamente das colónias germânicas, os reservistas acorreram ao consulado alemão para serem reencaminhados para a metrópole. Dada a incapacidade do consulado em enviar os seus reservistas para a Alemanha, tanto por via terrestre como por via marítima, vários reservistas ficaram alojados no navio alemão *Bullow*, no início de setembro de 1914<sup>17</sup>. No dia 7 de setembro chegou a barca<sup>18</sup> alemã *Schasen* a Leixões, desconhecendo totalmente o conflito mundial antes da sua chegada a Portugal, como indicou o capitão alemão numa entrevista ao *Comércio do Porto*. A 29 de setembro as autoridades portuguesas registaram cerca de 35 navios alemães e 1 austríaco no Tejo<sup>19</sup>, sendo que nesta fase 387 navios alemães<sup>20</sup> já tinham sido retidos ou apresados pela *Entente*<sup>21</sup>.

Os últimos meses de 1914 foram marcados pelos constantes boatos em torno da saída de alguns navios alemães do porto lisbonense em direção a alguns portos espanhóis, como Vigo ou Cádiz. Tal não se verificou. A maioria dos navios não tentou qualquer tipo de manobra. Não obstante, o Ministério da Marinha, receoso da veracidade destes boatos, destacou o vapor *Azinheiro* e um torpedeiro<sup>22</sup> para desencorajar qualquer fuga alemã. O vapor *Uckermack* tentou mudar de fundeadouro sem autorização da capitania lisbonense a 14 de novembro, sendo necessária a intervenção do *Azinheiro* para este voltasse ao

---

<sup>13</sup> *O Comércio do Porto*, 22 de agosto de 1914, p. 3.

<sup>14</sup> As fontes consultadas indicam que somente um navio alemão, sem especificar qual, possuía a bandeira alemã içada. *O Comércio do Porto*, 21 de agosto de 1914, p. 3.

<sup>15</sup> *A Capital*, 20 de agosto de 1914, p. 2.

<sup>16</sup> As fontes consultadas apontam para 60 o número de reservistas.

<sup>17</sup> *O Comércio do Porto*, 4 de setembro de 1914, p. 4. O *Bullow* era o maior navio alemão que aportou em Portugal nesta data. Com uma tonelagem bruta de 8:965 toneladas, o *Bullow* era um paquete de luxo.

<sup>18</sup> Navio à vela, de três mastros, inferior à galera.

<sup>19</sup> Segundo as fontes consultadas, os navios em questão perfaziam cerca de 93.958 toneladas brutas.

<sup>20</sup> Arqueação bruta de 1.140.000 toneladas.

<sup>21</sup> *O Comércio do Porto*, 29 de setembro de 1914, p. 2.

<sup>22</sup> Desconhecemos qual.



Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

ancoradouro inicial. O *Uckermack* foi multado pela capitania do porto de Lisboa<sup>23</sup>. Dois navios alemães, um fundeado em Ponta Delgada e outro na Horta, alegaram terem sido vendidos a empresários americanos. Estes navios tentaram içar a bandeira americana<sup>24</sup>.

Nos últimos meses do ano, o consulado alemão de tudo fez para enviar os seus reservistas para a metrópole, no entanto nem sempre foi possível. A distância geográfica e a *Royal Navy* complicavam a equação. Grande parte dos reservistas alemães ficaram hospedados em navios surtos no Tejo, como vimos. Para além do *Bulow*, o navio *Phoenicia*, albergou 150 reservistas que não conseguiram passar para além de Salamanca<sup>25</sup>. No final de outubro, algumas centenas de reservistas hospedados nos navios alemães conseguiram finalmente seguir para Madrid<sup>26</sup>. É por esta altura que imprensa internacional destaca a presença de navios alemães em Portugal e respetivas possessões coloniais. O afamado periódico londrino *The Times* via com bons olhos uma hipotética beligerância portuguesa, considerando que a aquisição dos navios alemães fundeados em Portugal protagonizaria um rude golpe ao *Kaiser*<sup>27</sup>.

### **Requisitar ou Apreender? O crescente interesse nos navios alemães – Janeiro de 1915 a 23 de Fevereiro de 1916**

A permanência dos navios alemães levantou alguns problemas, no entanto, paradoxalmente, a sua presença trouxe algumas soluções a nível político, financeiro e diplomático. A tensão entre as autoridades portuárias e as tripulações alemãs era constante. O “jogo de cintura” foi-se agravando progressivamente, culminando com a requisição destes a 23 de fevereiro de 1916, no porto de Lisboa, após o acordo luso-britânico cogitado meses antes. A inócua e ambígua neutralidade portuguesa sucumbia à medida que o interesse britânico aumentava. A aquisição dos navios alemães fundeados em portos portugueses sustentava a pertinência de um Portugal beligerante, como veremos.

A presença das embarcações germânicas no porto de Lisboa agravou o congestionamento da zona ribeirinha, como vimos no capítulo anterior. Não era somente

<sup>23</sup> *O Comércio do Porto*, 29 de setembro de 1914, p. 2.

<sup>24</sup> *A Capital*, 9 de dezembro de 1914, p. 2.

<sup>25</sup> *A Capital*, 3 de outubro de 1914, p. 2.

<sup>26</sup> *Suplemento O Comércio do Porto*, 19 de outubro de 1914, p. 4.

<sup>27</sup> *A Capital*, 5 de novembro de 1914, p. 2.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

no porto de Lisboa que se fizera sentir o congestionamento portuário. O navio *Santa Ursula*, aportado em Portugal desde agosto de 1914, estava a dificultar em muito o habitual fluxo de navios no porto de Leixões. A Armada notificou o navio, para que este fosse reencaminhado para o porto de Lisboa, até setembro de 1915. Receando um encontro com a marinha britânica, o comandante do *Santa Ursula* recusou-se a sair do porto. A Armada intimou uma vez mais o comandante alemão, mas eram necessárias garantias. O comandante queria uma garantia por parte do governo português. Portugal responsabilizar-se-ia por qualquer incidente na viagem entre Leixões e o Tejo, caso contrário nada seria feito neste sentido<sup>28</sup>. A Armada mostrou a sua força. O cruzador NRP *Almirante Reis* intimou o *Santa Ursula*, para que este finalmente saísse do porto leixonense. Posteriormente, o contratorpedeiro *Guadiana* comboiou o vapor alemão até ao Tejo. No porto de Lisboa, as autoridades alfandegárias fiscalizaram o navio, julgando que este contivesse material de guerra a bordo. As suspeitas intensificaram-se quando o *Santa Ursula* transferiu boa parte do seu material para bordo do navio chileno *Rancagua*. Após uma visita do subdiretor da alfândega de Lisboa aos dois navios em questão, concluiu-se que se tratava apenas de armas de caça e caixas de cartuchame<sup>29</sup>.

As tripulações alemãs pressionavam a infraestrutura local, sobretudo em redor do porto de Lisboa<sup>30</sup>. A subsistência destas revelava-se um sério problema. Entre 10 e 11 de agosto<sup>31</sup> o consulado alemão solicitou, junto das autoridades portuguesas, a permissão para se recolherem os navios da sua nacionalidade, dado que muitos tripulantes alemães tinham acorrido ao consulado por falta de recursos<sup>32</sup>. A carência de víveres era constante no seio das tripulações germânicas. Obter produtos indispensáveis à condição humana num país onde faltava praticamente tudo no alvorecer do conflito mundial, mostrava-se particularmente desafiante. Registou-se igualmente a proliferação de várias doenças nas tripulações alemãs. Vejamos alguns exemplos. A 19 de agosto, o tripulante alemão Emil Boistek, do paquete *Lubeck*, dá entrada no hospital de S. José, devido a um ataque de reumatismo<sup>33</sup>. Dois dias depois, o marinheiro Wilhelm Ferdinand Rasch, tripulante do

<sup>28</sup> *A Capital*, 11 de setembro de 1915, p. 1.

<sup>29</sup> *A Capital*, 18 de setembro de 1915, p. 1.

<sup>30</sup> Segundo as fontes hemerográficas analisadas, aproximadamente 1.094 marinheiros alemães encontravam-se em Portugal continental.

<sup>31</sup> As fontes recolhidas não coincidem no que toca à data deste pedido pelo consulado alemão.

<sup>32</sup> *O Comércio do Porto*, 11 de agosto de 1914, p. 3.

<sup>33</sup> *A Capital*, 19 de agosto de 1914, p. 2.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

navio alemão *Milos*, recolhe-se igualmente no hospital de S. José<sup>34</sup>. As fontes consultadas espelham esta realidade por várias vezes.

Os descatos e zaragatas com os locais eram frequentes. Dois tripulantes alemães do navio *Jaffa* deram entrada no hospital de S. José, após terem sido agredidos nas proximidades da estação de Santa Apolónia, em outubro de 1914<sup>35</sup>. Praticamente um ano depois, uma rixa numa taberna lisboeta entre populares e as tripulações alemãs culminou com uma intervenção policial<sup>36</sup>.

Nos primeiros meses de 1915, vários navios tentaram substituir a bandeira imperial alemã, algo que já se tinha verificado no ano anterior. Como vimos anteriormente, os navios *Excelsior* e *Mohican*, aportados em Ponta Delgada e Horta, alegaram terem sido vendidos a uma empresa norte-americana, tentaram a todo o custo mudar de bandeira. As autoridades portuguesas impediram o içar da bandeira americana, impossibilitando ao mesmo tempo uma possível fuga. As tripulações de ambos os navios foram forçadas a desmontar algumas peças do maquinismo, para assim evitar uma fuga clandestina<sup>37</sup>. Posteriormente, as peças seriam devolvidas devido ao forte temporal verificado nos primeiros meses de 1915<sup>38</sup>.

A 30 de novembro de 1915, o governo de Afonso Costa toma o poder. Costa opta por uma postura pró-beligerante, próximo da *Entente*, próximo da velha aliada: a Grã-Bretanha. Um mês depois da sua tomada de posse, a 30 de dezembro de 1915, a república portuguesa recebe um pedido oficial por parte da Grã-Bretanha para que Portugal requisitasse os navios alemães e austríacos em questão (Afonso, 2007: 108).

O esforço de guerra no mar era já visível. Em fevereiro de 1915, a Alemanha declarava a guerra submarina sem restrições em torno das Ilhas Britânicas, numa tentativa de asfixiar a sobrevivência económica do arquipélago. Os efeitos foram surpreendentes: em agosto de 1915 os aliados perdem 182 mil toneladas mensais de arqueação naval (Telo, 2010: 330). Eram necessários mais navios. O pedido britânico coincidiu com uma grave crise das finanças portuguesas. O governo português almejava obter três milhões de libras esterlinas na praça londrina para uma maior fluidez financeira da jovem

---

<sup>34</sup> *A Capital*, 22 de agosto de 1914, p. 2.

<sup>35</sup> *A Capital*, 16 de outubro de 1914, p. 2.

<sup>36</sup> *A Capital*, 4 de outubro de 1915, p. 2.

<sup>37</sup> *A Capital*, 29 de março de 1915, p. 2.

<sup>38</sup> *Idem, Ibidem*.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

república portuguesa, assim como para obter material de guerra (Ramos, 2001:450). Em meados de 1915, Londres negava o empréstimo a Portugal. Num telegrama, datado de 5 de agosto de 1915, o ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes, replica as diligências de Sir Edward Grey<sup>39</sup>, Secretário de Estado dos Assuntos Estrangeiros britânico, ao ministro português dos negócios estrangeiros, Augusto Soares: *On the other hand H.M.G could not in view of the many heavy demands upon them, provide munitions of war of financial assistance except by way of the hire or purchase of German vessels that might be seized in Portuguese waters* (Telo, 2010: 332-333)<sup>40</sup>. A relutância britânica só se dissiparia com a beligerância portuguesa. Só a “apreensão” dos navios alemães justificaria o empréstimo português, num primeiro momento. Londres impunha a sua vontade.

Em Portugal somavam-se as vozes que defendiam a apropriação dos navios alemães, não obstante existiam igualmente vozes contrárias a esta postura pró-beligerante. O periódico *O Dia* argumenta contra *A Capital*, alegando que a neutralidade portuguesa não permitiria, ao abrigo da lei internacional, a apropriação destas embarcações. *A Capital* arguiu que a neutralidade portuguesa não era verosímil dada a aliança inglesa, afirmando que a Espanha e os Estados Unidos iriam, eventualmente, “apreender” os navios alemães aí surtos<sup>41</sup>. Leote do Rego, deputado e comandante da Armada portuguesa, numa entrevista ao periódico *O Século*, defendia de forma vincada que “o aproveitamento temporário” dos vapores alemães seria a resolução para a crise das subsistências<sup>42</sup>. As opiniões eram díspares. Porém, a opinião pública desconhecia por completo as negociações entre Lisboa e Londres. O espectro da beligerância era mitigado pela cúpula portuguesa e pelo *Foreign Office*.

Em boa verdade, o pedido inglês, a 30 de dezembro de 1915, obedecia a uma estratégia que se verificou ao longo da guerra. Após o exemplo português, os britânicos

<sup>39</sup> Um dos Subsecretários de Estado, Sir Eye Crowe, ficou encarregue de expressar a vontade britânica ao corpo diplomático português presente em Londres, através de uma carta de 5 de agosto de 1915. Parte desta carta está presente na obra de António José Telo, *Primeira República – Do Sonho à Realidade*.

<sup>40</sup> Tradução: “Por outro lado, H.M.G não podia, sob o ponto de vista das pesadas exigências, fornecer munições de guerra ou assistência financeira, exceto por meio do aluguer ou compra dos navios alemães que poderiam ser apreendidos em águas portuguesas”.

<sup>41</sup> *A Capital*, 14 de janeiro de 1916, p. 1.

<sup>42</sup> *Os 72 navios alemães que levaram à entrada de Portugal na Grande Guerra* (2014), [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/09/04/culturaipsilon/noticia/os-72-navios-alemaes-que-levaram-a-entrada-de-portugal-na-grande-guerra-1668548>.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

conseguem o mesmo feito diplomático com o Brasil e com o Peru (Ramos, 2001: 449). O mês de janeiro de 1916 fora absolutamente decisivo para as negociações luso-britânicas. O empréstimo britânico não era suficiente para Costa. Era necessário invocar a aliança anglo-portuguesa. O governo português queria garantias. A semântica explicava a posição diplomática portuguesa. As palavras “apreensão” e “requisição” fariam toda a diferença. Se Portugal efetivamente “apreendesse” os navios isoladamente, sob pretexto de uma medida política de índole interna, isso representaria um *casus belli* irreversível. Portugal apoiaria a *Entente*, autonomamente. Contudo, no seguimento de um pedido formalizado e protocolizado pelo seu aliado britânico, Londres acudiria a causa portuguesa ao abrigo da aliança. Westminster proporcionaria os meios necessários para uma beligerância portuguesa pró-ativa, assumindo ao mesmo tempo os seus compromissos defensivos para com Portugal e respetivas colónias (Telo, 2010: 334). Num primeiro momento, a Grã-Bretanha pretendeu explorar a ambiguidade da neutralidade portuguesa, tentando descartar-se de qualquer compromisso militar para com Portugal. Tudo mudaria em fevereiro de 1916.

A Grã-Bretanha, já em agosto de 1915, tinha reconhecido motivos “razoáveis” para a beligerância portuguesa. O ataque alemão a Naulila<sup>43</sup> e o afundamento do navio *Cysne*<sup>44</sup> sustentavam a tensão entre Portugal e a Alemanha imperial. Porém, a 2 de fevereiro de 1916, Lancelot Carnegie, ministro plenipotenciário britânico em Portugal, entrega a Augusto Soares um *aide-mémoire* (Fraga, 2010: 245). A Grã-Bretanha pressionava novamente Portugal para que a aquisição dos navios se concretizasse o mais brevemente possível. A Grã-Bretanha argumentava que Portugal não seria o único a fazê-lo. A Espanha estaria a estudar um passo semelhante, não sendo claro o futuro dos navios alemães aí requisitados (Telo, 2010: 334). Afonso Costa, sob pressão, fez de tudo para que Portugal “requisitasse” as embarcações em nome da aliança. A 5 de fevereiro de 1916, a proposta de Costa é aceite no palácio de Belém. A heterogeneidade política da república portuguesa estava de acordo, em boa parte, quanto à tomada dos navios germânicos. Após a aprovação do Conselho de Ministros, Londres é notificada no dia seguinte. Portugal e a sua velha aliada chegam finalmente a um consenso. A 17 de

---

<sup>43</sup> Ocorreu o primeiro incidente a 19 de outubro 1914, no sul de Angola. A 18 de dezembro do mesmo ano, os alemães executam um novo ataque.

<sup>44</sup> Afundado pelo submarino U-41, comandado por Klaus Hansen, ao largo de Oussant, França.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

fevereiro de 1916, os britânicos entregam a seguinte nota: *in the name of the alliance to requisition all the enemy's ships lying in Portuguese ports* (Telo, 2010: 335)<sup>45</sup>.

É notória a mudança dos termos utilizados pela diplomacia britânica. Em meados de agosto de 1915, na ótica britânica, Portugal deveria “apreender” (“*purchase*”) os navios alemães, no entanto em fevereiro de 1916, Portugal deveria proceder à “requisição” (“*requisition*”) dos mesmos. A “requisição”, ou “*requisition*” seria feita ao abrigo da aliança luso-britânica, mas igualmente ao abrigo da lei nº480, publicada pelo Ministério do Fomento, a 7 de fevereiro de 1916. Segundo esta lei, compreendendo o ponto previsto na base 10.<sup>a</sup>, a “requisição” era legitimada a nível formal: “O Governo poderá requisitar em qualquer ocasião as matérias-primas e os meios de transporte que forem indispensáveis à defesa ou economia nacional, que se encontrem nos domínios da República”<sup>46</sup>. Portugal “requisitaria” os navios alemães em nome da aliança e da república, a 23 de fevereiro de 1916. Nos decretos publicados pelo Ministério da Marinha, surge novamente o termo “requisição”. Sirvamo-nos do exemplo do decreto 2236, ao abrigo da lei 480, que formalizava a requisição dos navios alemães no porto de Lisboa: “Artigo único. São requisitados para serviço do Estado os navios abaixo mencionados, surtos no porto de Lisboa: Alemães: (...)”<sup>47</sup>.

Durante o mês de fevereiro os periódicos portugueses especulavam sobre a requisição dos navios germânicos. Ao que parece, os alemães já expectavam a “apreensão” ou “requisição” dos seus navios por parte das autoridades portuguesas poucos dias antes. Vários colonos alemães presentes em Lisboa albergaram-se dentro dos navios, para assim aumentar os números da guarnição germânica, içando ao mesmo tempo a bandeira imperial<sup>48</sup>. O içar da bandeira imperial era contra as normas do porto de Lisboa. Esta postura contrastava em absoluto com a atitude germânica verificada no início do conflito, onde os alemães de tudo fizeram para escamotear a verdadeira nacionalidade dos seus navios. Os alemães dissuadiam Afonso Costa. Estavam lançados os dados. Portugal rumava em direção à conflagração mundial.

<sup>45</sup> Tradução: “Em nome da aliança para requisitar todos os navios inimigos surtos em portos portugueses”.

<sup>46</sup> *Diário do Governo, Ministério do Fomento*, n.º 22/1916, Série I de 1916-02-07, pp. 61-62.

<sup>47</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 35/1916, Série I de 1916-02-24, decreto nº 2236, p. 180.

<sup>48</sup> *A Capital*, 20 de fevereiro de 1916, p. 2.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

### **A requisição dos navios alemães no porto de Lisboa - 23 de fevereiro de 1916**

A 23 de fevereiro de 1916 a distribuição dos navios compreendia vários portos portugueses, tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas. A historiografia difere quanto ao número de navios alemães e austríacos presentes em águas portuguesas desde 1914<sup>49</sup>. A requisição de todos navios alemães só foi concluída parcialmente no dia 23 de fevereiro de 1916. As restantes apreensões, tanto em outros portos metropolitanos como ultramarinos, só foram efetivamente concretizadas meses depois, como veremos. No dia 23 de fevereiro a Armada operou somente no porto de Lisboa.

Um pormenor de elevada importância é o facto de Portugal não apreender qualquer navio austríaco num primeiro momento<sup>50</sup>. A historiografia não é clara neste aspeto, assumindo em alguns casos que a requisição dos navios austríacos fora coincidente com a das embarcações alemãs. A 23 de fevereiro de 1916, o único navio austríaco presente no Tejo, o *Szechenyi*<sup>51</sup>, não foi tomado, como confirmam as nossas fontes<sup>52</sup>. Só a 25 de abril de 1916 é que o *Szechenyi* é finalmente apreendido pela Armada. A embarcação austríaca *Vorwaertz*, ancorada no porto de Mormugão só foi igualmente confiscada em meados de julho de 1916<sup>53</sup>. Nos decretos de requisição dos navios alemães, presentes nos *Diários do Governo*, não há qualquer alusão relativamente aos dois navios austríacos. O governo português só decreta a requisição de ambas as embarcações em abril (*Szechenyi*)<sup>54</sup> e julho de 1916 (*Vorwaertz*)<sup>55</sup>.

O epicentro de toda esta operação foi em torno do porto de Lisboa, dado que era o porto português um maior número de embarcações alemãs. Vejamos como decorreu a operação da Armada, a 23 de fevereiro no porto de Lisboa. Alguns autores asseveram que as tripulações alemãs foram apanhadas de surpresa numa operação bem organizada, o que contradiz o que se verifica nas fontes consultadas. Os alemães esperavam por uma operação deste tipo há já algum tempo, fosse por boatos, fosse por alerta do consulado

<sup>49</sup> A historiografia não é coincidente quanto ao número de navios apresados. Neste artigo, contabilizamos 72 embarcações. No entanto, admitimos a possibilidade de mais embarcações, se contabilizarmos a requisição de pequenos barcos auxiliares e jangadas de transporte afetas.

<sup>50</sup> Apenas dois navios austríacos estavam fundeados em portos portugueses aquando do conflito mundial.

<sup>51</sup> Este navio estava consignado à casa Pinto Bastos & C<sup>a</sup> a 23 de fevereiro de 1916.

<sup>52</sup> *A Capital*, 24 de fevereiro de 1916, p. 2.

<sup>53</sup> *A Capital*, 10 de julho de 1916, p. 2.

<sup>54</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 35/1916, Série I de 1916-02-24, decreto n.º 2236, p. 180.

<sup>55</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 137/1916, Série I de 1916-07-10, decreto n.º 2496, p. 675.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

alemão, ou mesmo pelo espectro da intervenção britânica. Leote do Rego foi o cérebro desta operação. A Armada preparou a intervenção com o máximo sigilo, mobilizando várias unidades da Divisão Naval em torno do porto de Lisboa, assim como alguns destacamentos da Marinha. Os principais navios da Armada participaram na operação, servindo de exemplo os cruzadores *Vasco da Gama*, *S. Gabriel* e *Almirante Reis*. No entanto, coube aos navios *Albatroz*, *Cabo da Roca*, *Cisne*, *Josefina*, *Sempre a Andar* e *Trafaria* a verdadeira abordagem, com o objetivo de intimar um grupo específico de navios alemães (Inso, 2006: 22). A resistência alemã não se verificou. Os destacamentos da Armada ocuparam as zonas vitais dos navios sem qualquer tipo de incidentes. Pelas 17 horas, o navio-chefe da Divisão Naval, o *Vasco da Gama*, deu uma salva de 21 tiros, simbolizando assim o sucesso da operação. As forças portuguesas içaram a bandeira verde-rubro nos navios apreendidos. Foram requisitados ao todo 35 navios alemães<sup>56</sup>.

Os oficiais encarregados, acompanhados por quatro a seis praças, procederam à notificação das tripulações alemãs presentes nos navios requisitados<sup>57</sup>. Os alemães cumpriram os procedimentos impostos pelas autoridades portuguesas, levando consigo os poucos recursos ainda disponíveis. As tripulações não tiveram mais do que meia hora para abandonar os seus navios<sup>58</sup>. A Armada tomou fortes precauções em relação ao *Santa Ursula*, que já tinha levantado alguns problemas no porto de Leixões, sendo este o primeiro navio a ser efetivamente ocupado<sup>59</sup>. Os populares, curiosos, tomaram de assalto os elétricos lisboetas para assistirem a esta operação, ocupando os espaços entre a praça do Comércio e o molhe de Santa Apolónia. As nossas fontes confirmam uma forte adesão popular.

Nesse mesmo dia os correspondentes do periódico *A Capital* entrevistaram Afonso Costa e Augusto Soares. Costa declarou que não houve qualquer tipo de negociação com a Alemanha, mostrando-se lacónico. O governo português cumpria os memorandos delineados. Segundo Costa, Portugal seguia o exemplo da Itália<sup>60</sup>. Augusto

---

<sup>56</sup> Cremos, de acordo com a nossa investigação, que o número de navios requisitados no dia 23 de fevereiro de 1916 é este, o que não coincide com grande parte da historiografia nacional, que admite a requisição de 36 vapores. A historiografia contabiliza erroneamente o navio austríaco *Szechenyi* cuja requisição não se verificou no dia em questão.

<sup>57</sup> *A Capital*, 23 de fevereiro de 1916, p. 2.

<sup>58</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>59</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>60</sup> *Idem, Ibidem.*



Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

Soares desmentia qualquer ato de beligerância por parte da república portuguesa, proferindo as seguintes palavras: “o apropriamento dos navios alemães obedece à necessidade absoluta que temos de navios para transportes. Simplesmente isso. Repito, não pode, nem deve ser encarado como ato de hostilidade”. Portugal, na ótica de Soares, cumpria simplesmente a 10ª lei de subsistências, votada em pleno parlamento<sup>61</sup>.

O decreto para requisição dos navios no Tejo foi publicado no *Diário de Governo*, reconhecido nos Paços do Governo da República a 24 de fevereiro de 1916, um dia após requisição dos mesmos. Seguir-se-iam os restantes decretos mais posteriormente. A historiografia ignorou em boa medida esta documentação, baseando-se sobretudo na listagem de Jaime Correia do Inso (Inso, 2006: 27-28). No entanto, se cruzarmos os dados obtidos em ambas as listagens, podemos verificar que maior parte da informação a comparar é maioritariamente coincidente. O governo português publicou vários decretos<sup>62</sup> para assim formalizar a requisição das embarcações germânicas, de acordo com a distribuição geográfica destes. Segundo o decreto nº 2.236<sup>63</sup>, referente ao porto de Lisboa, são requisitados ao abrigo da lei nº480, de 7 de fevereiro de 1916, cerca de 35 navios alemães, comportando 55.613 mil toneladas<sup>64</sup>. O decreto nº2237 aclarava o modo como seria feita a gestão dos novos navios requisitados, assim como a estruturação da comissão encarregada para tal. Segundo este documento, o Ministério das Finanças abriu um crédito extraordinário de 600.000\$ para acorrer as primeiras despesas que resultam da requisição destes mesmos navios<sup>65</sup>.

Podemos dizer com alguma segurança que as tripulações alemãs receberam um tratamento digno pelas autoridades portuguesas. O governo republicano chegou inclusive a responsabilizar-se pelas tripulações alemãs que estavam nas embarcações requisitadas, numa tentativa de diminuir a pressão diplomática entre Lisboa e Berlim. As tripulações foram hospedadas em várias unidades hoteleiras da capital portuguesa. O nível de

---

<sup>61</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>62</sup> Os decretos foram publicados de acordo com a distribuição geográfica dos navios apreendidos. Contabilizamos somente 10 decretos, no entanto não conseguimos apurar o decreto que formalizava a requisição do navio alemão *Triton* presente em Setúbal.

<sup>63</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 35/1916, Série I de 1916-02-24, decreto nº 2236, p. 180.

<sup>64</sup> Este número baseia-se na tonelagem líquida verificada no *Diário de Governo*. Este número coincide com a listagem de Jaime Correia do Inso em toda a linha, presente na obra *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*.

<sup>65</sup> *Diário de Governo, Ministério da Marinha*, n.º 35/1916, Série I de 1916-02-24, decreto nº 2237, pp. 180-181.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

comodidade correspondia à hierarquia militar de cada tripulante, criando-se três divisões hierárquicas distintas para tal<sup>66</sup>. A distribuição ficou a cargo do tenente alemão Ochea. Uma considerável parte da tripulação dos navios requisitados era composta por marinheiros chineses, desconhecendo-se totalmente o seu destino neste âmbito<sup>67</sup>. A estada alemã foi assegurada pelo governo português, gastando este cerca de 500\$00 réis<sup>68</sup>. Foi igualmente posto à disposição um vapor português para recolher todas as bagagens alemãs, para que na Alfândega de Lisboa estas fossem verificadas<sup>69</sup>. As casas consignatárias nacionais solicitaram, junto das autoridades portuguesas, o descarregamento das mercadorias armazenadas dentro dos navios logo após a operação da Armada.

A estada alemã, após a requisição dos navios, seria de curta duração. O cônsul alemão Karl Von Rosen tentou de reencaminhar as tripulações alemãs o mais rápido possível para a metrópole. Após praticamente um ano e meio, as tripulações alemãs abandonavam o porto de Lisboa. O consulado requisitou, a 2 de março, 800 bilhetes à Companhia dos Caminhos de Ferro portugueses, com destino a Madrid<sup>70</sup>.

Após a requisição dos navios no porto de Lisboa, foram convocados vários oficiais para a guarnição dos navios alemães. 11 capitães-tenentes, 11 segundos-tenentes, 7 primeiros-tenentes maquinistas e 12 segundos-tenentes maquinistas compunham esta convocatória<sup>71</sup>. Muito se especulava sobre a gestão dos navios requisitados. O ministro da Marinha Vítor Hugo d'Azevedo Coutinho, numa entrevista ao periódico *A Capital*, explanava a requisição dos navios com argumentos lacónicos e casuísticos, escamoteando as verdadeiras intenções do governo e mesmo as negociações prévias com a Grã-Bretanha<sup>72</sup>. Um padrão que já verificamos com Afonso Costa e Augusto Soares.

A resistência alemã não se verificou nos moldes mais convencionais como vimos, no entanto as tripulações escolheram um modo mais subtil e eficaz de demonstrar que o processo de requisição do governo português não seria fácil. Várias peças que compunham o funcionamento do maquinismo dos demais navios requisitados foram

---

<sup>66</sup> *A Capital*, 24 de fevereiro de 1916, p. 1.

<sup>67</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>68</sup> *O Comércio do Porto*, 26 de fevereiro de 1916, p. 4.

<sup>69</sup> *A Capital*, 24 de fevereiro de 1916, p. 1.

<sup>70</sup> *O Comércio do Porto*, 3 de março de 1916, p. 4.

<sup>71</sup> *A Capital*, 24 de fevereiro de 1916, p. 2.

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

sabotadas ou danificadas intencionalmente, noutros casos as tripulações alemãs fizeram desaparecer peças indispensáveis. No entanto, alguns comandantes alemães já o teriam feito bem antes da operação da Armada portuguesa, como é o caso do navio *Bulow*, cujo comandante teria danificado o maquinismo um ano antes, receando uma intervenção inglesa em Lisboa, a qualquer momento<sup>73</sup>. Podemos assegurar, com algum sustento, que os atos de sabotagem foram premeditados por Berlim<sup>74</sup>. Berlim negava a Portugal, e em última instância à Grã-Bretanha, os seus navios. As comissões de vistoria dos navios, do Arsenal de Marinha, concluíram que a explosão das caldeiras fora o método mais utilizado. As tripulações alemãs destruíram igualmente toda documentação a bordo. Os navios que necessitariam de reparações fundearam na Cova da Piedade<sup>75</sup>.

A Alemanha, após as ações da Armada, declara formalmente guerra a Portugal, a 9 de março de 1916. Portugal, aquando a requisição dos navios no porto de Lisboa, notificou o governo alemão. O ministro plenipotenciário português em Berlim, Sidónio Pais, notificaria a Alemanha imperial do sucedido. O cônsul Von Rosen demonstrou a sua indignação a Augusto Soares, vilipendiando a imprensa portuguesa, chegando ao ponto de pedir um ato de censura ao periódico português *A Capital*: “A notícia da *Capital* dá a impressão que o Governo Imperial deixou passar a requisição dos navios alemães nos portos portugueses sem protesto (...) Ligo a maior importância a que esta impressão inexata seja removida (...)” (M.N.E, 1995: 332). Soares mostrava-se algo surpreso com a indignação de Rosen. Os alemães não tinham protestado quando a Itália requisitou os seus navios pelas mesmíssimas razões (Costa, 2003: 117). Dava-se o inevitável.

### **A Requisição dos Navios alemães na metrópole e territórios ultramarinos**

Seguir-se-iam mais requisições, tanto na metrópole como nos territórios ultramarinos. O governo decreta a requisição do navio alemão *Vesta*<sup>76</sup>, fundeado no porto de Leixões, ao abrigo do decreto nº 2240 do dia 25 de fevereiro de 1916<sup>77</sup>. O governo português, apesar de decretar formalmente a requisição dos navios, este só o fazia após a requisição dos mesmos. Sirvamo-nos do exemplo do *Vesta*. A Armada captura o *Vesta* a

<sup>73</sup> *A Capital*, 24 de fevereiro de 1916, p. 2.

<sup>74</sup> *A Capital*, 1 de março de 1916, p. 2.

<sup>75</sup> *A Capital*, 25 de fevereiro de 1916, p. 2

<sup>76</sup> O Diário de Governo não especifica a tonelagem deste navio.

<sup>77</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 36/1916, Série I de 1916-02-25, decreto nº2240, p. 183.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

24 de fevereiro, um dia após a operação executada no Tejo, no entanto só formaliza a sua requisição um dia depois, a 25 do mesmo. O mesmo teria acontecido no Tejo, como vimos. O capitão-de-fragata Mariano da Silva encarregou-se da operação, mobilizando corpos de marinheiros armados a bordo do rebocador *Lidador* para a tomada do navio, não havendo qualquer tipo de incidentes.

Na madrugada de 26 de fevereiro, dois destacamentos de infantaria do Regimento nº26, comandados pelos capitães Albergaria e Ivens, tomam três navios alemães no porto de Ponta Delgada<sup>78</sup>. Na ilha da Horta, o destacamento local captura outros três navios alemães. A operação nos Açores contabilizou 3 mortos, dado que três soldados portugueses ingeriram ácido sulfúrico, julgando que numa vasilha presente no navio estivesse apenas água<sup>79</sup>. Os Paços do Governo só aprovariam o decreto nº 2243, que formalizava a requisição dos navios alemães fundeados nos Açores, a 1 de março de 1916<sup>80</sup>. No mesmo dia, as forças portuguesas cumprem as ordens em Luanda. A 6 de março, a Marinha promulga o confisco dos 3 navios alemães surtos em Angola, equivalendo 6.949 toneladas respetivamente<sup>81</sup>.

No mês seguinte, a 1 de março de 1916, *Triton*<sup>82</sup>, o único vapor alemão fundeado no porto de Setúbal foi apreendido. A guarnição de Armada que tomou este navio veio de Lisboa, encontrando o navio danificado pela marinhagem alemã<sup>83</sup>. A 31 deste mesmo mês o *Triton* seguiu para o porto lisbonense, a reboque dos rebocadores *Cabo da Roca* e *Josephine*, para reparações<sup>84</sup>.

No porto de S. Vicente, Cabo Verde, as autoridades portuguesas requisitaram, ao abrigo do decreto nº2259<sup>85</sup>, reconhecido a 6 de março de 1916, 8 navios, perfazendo 18.599 toneladas. No Funchal são capturados 4 navios alemães<sup>86</sup>, sob os procedimentos do artigo nº 2260, de 6 de março de 1916<sup>87</sup>. O navio alemão *Hochfeld*, surto no Funchal,

<sup>78</sup> Açores, 1914-1918 [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [http://momentosdehistoria.com/001-grande\\_guerra/001-01-marinha/001-01-08-marinha\\_azores/index.html](http://momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-01-marinha/001-01-08-marinha_azores/index.html).

<sup>79</sup> *A Capital*, 1 de março de 1916, p. 2.

<sup>80</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 39/1916, Série I de 1916-03-01, decreto nº 2243, p. 211.

<sup>81</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto nº 2257, p. 228.

<sup>82</sup> Não conseguimos encontrar o decreto que formalizava a requisição do *Triton*.

<sup>83</sup> *A Capital*, 1 de março de 1916, p. 2.

<sup>84</sup> *A Capital*, 31 de março de 1916, p. 2.

<sup>85</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto nº 2259, p. 228.

<sup>86</sup> Neste caso o decreto não especifica a tonelagem dos navios alemães fundeados no Funchal.

<sup>87</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto nº 2260, p. 228

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

tentou fugir na noite de 23 de fevereiro, deixando em terra apenas o capitão e o imediato<sup>88</sup>, no entanto o navio foi intimado a voltar ao porto pouco depois. No mesmo dia, a Marinha portuguesa decreta igualmente a tomada dos 5 navios alemães presentes no porto indiano de Mormugão, representando 17.368 mil toneladas<sup>89</sup>. Tal como o navio austríaco *Szechenyi*, o navio da mesma nacionalidade *Vorwaertz*, fundeado no porto de Mormugão, não consta na lista de navios a requisitar. Por último, Moçambique. Sob o decreto datado de 14 de abril de 1916, as autoridades portuguesas são mobilizadas para confiscar os 7 navios alemães presentes em portos moçambicanos: 4 em Lourenço Marques, 2 em Moçambique, e 1 no porto da Beira, totalizando 22.134 toneladas<sup>90</sup>

### **A entrega dos Navios à Grã-Bretanha**

Excede-nos por completo abranger, neste mesmo artigo, todas as dimensões afetas à gestão dos navios alemães. O processo de nacionalização e privatização dos navios alemães sob administração portuguesa, a venda das preciosíssimas mercadorias a bordo e o destino destas embarcações no pós-guerra, dariam certamente mais três capítulos. Neste âmbito focar-nos-emos somente processo de gestão destas embarcações ao abrigo da aliança anglo-portuguesa.

A gestão dos navios apreendidos foi um dos assuntos de estado mais polémico, complexo e controverso que os sucessivos governos republicanos tiveram de lidar. A opinião pública desconhecia por completo, até meados de maio de 1916, as verdadeiras intenções do governo português. A cedência dos navios à Grã-Bretanha era em grande parte desconhecida. A opinião pública reagia à aparente má gestão dos navios requisitados. Depois do ato de guerra português, era incompreensível como as chefias políticas não empregavam os navios requisitados no comércio transatlântico. O cenário era catastrófico. A crise dos transportes marítimos estrangulava a já deficitária e assimétrica economia portuguesa, agravada pelo espectro da guerra submarina alemã. No final da primavera de 1916, os Aliados estimavam uma perda entre 200.000 a 300.000 toneladas em embarcações nos mares que banhavam a Europa do Norte (Gibson; Pendergast, 2003: 94). As demoradas negociações anglo-portuguesas quanto à

---

<sup>88</sup> *A Capital*, 23 fevereiro de 1916, p. 2.

<sup>89</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto nº 2258, p. 228.

<sup>90</sup> *Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 73/1916, Série I de 1916-04-14, decreto nº 2332, p. 323.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

distribuição dos navios apreendidos, a falta de armazéns alfandegários, a escassez de tripulantes, a falta de técnicos, a carência de um oficialato português capaz de comandar as novas embarcações, a instabilidade política e as lentas e custosas reparações moldariam a gestão dos 72 navios apreendidos.

A Armada requisitou 70 navios alemães e 2 navios austríacos representando 170.140 toneladas líquidas<sup>91</sup>, aproximadamente o dobro da marinha mercante portuguesa antes do conflito. Os navios em questão eram modernos, contrastando com a velha frota mercante portuguesa que *grosso modo* era obsoleta, sendo uma boa parte desta composta navios de vela e madeira (Telo, 2010: 334). Os navios apreendidos foram rebatizados com nomes portugueses, que aludiam a regiões, cidades, rios ou colónias portuguesas. As primeiras reparações ocorreram entre os finais de fevereiro e os inícios de março. A 6 de março, 8 navios alemães sofriam reparações no Arsenal de Marinha<sup>92</sup>. Compuseram-se igualmente as tripulações e respetivas chefias para os navios requisitados. A Grã-Bretanha oferecia a Victor Hugo d’Azevedo, ministro da Marinha, oficiais da *Royal Navy* para comandar os mesmos. De Lisboa partiam vários corpos de marinheiros para engrossar a nova marinhagem em vários portos da metrópole e das colónias. No dia 20 de março de 1916, a Armada determinou que o navio alemão *Lahneck*, rebatizado como *Gil Eanes*, seria incorporado na Divisão Naval, como cruzador auxiliar<sup>93</sup> (Santos, 2008: 116). Posteriormente, a 28 de março, antigo *Newa*, rebatizado como *Patrão Lopes*, foi adquirido pela Armada, como navio de salvamento (Santos, 2008: 182).

As negociações com a Grã-Bretanha só se tornaram do conhecimento público, quando o Ministro do Trabalho, António Maria da Silva, admitiu a possibilidade de Portugal empregar os vapores apreendidos no comércio da *Entente*, nos finais de maio de 1916<sup>94</sup>. À semelhança da Itália, Portugal fretaria os seus navios à causa aliada. Estas afirmações geraram uma enorme controvérsia. Os principais agentes económicos portugueses sentiam-se enganados. As negociações com a Grã-Bretanha só dariam os primeiros passos em meados de agosto de 1916. Segundo as nossas fontes, aproximadamente 70% dos navios apreendidos, representando 51 navios, seriam

---

<sup>91</sup> Para atingirmos este número cruzamos a listagem de Jaime Correia do Inso com as listagens do *Diário do Governo*.

<sup>92</sup> *A Capital*, 6 de março de 1916, p. 2.

<sup>93</sup> Navio cruzador, fortemente armado, com funções de escolta.

<sup>94</sup> *A Capital*, 26 de maio de 1916, p. 2.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

entregues à Grã-Bretanha nesta data. Portugal empregaria 21 embarcações, sendo que 2 destes navios já estavam ao serviço da Armada por esta data<sup>95</sup>. Em novembro de 1916, as negociações sofreram novos contornos devido aos atrasos e às sucessivas reparações técnicas. Em meados deste mesmo mês, Portugal entregava mais 7 navios à sua aliada<sup>96</sup>. A firma inglesa de transportes marítimos *Furness Withy*<sup>97</sup>, representada pela casa *Tordales* em Portugal, era a concessionária destes mesmos navios. Por esta altura, apesar das negociações prévias, desconhecia-se ainda o destino de 22 navios, surtos em Portugal e nas colónias<sup>98</sup>.

Não podemos responder com segurança, no entanto cremos que Portugal não entregou mais do que 40 navios à Grã-Bretanha, num universo de 45 embarcações fretadas à *Furness Withy*<sup>99</sup>. A historiografia alega que os britânicos, num primeiro momento, exigiram cerca de 80% dos navios a Portugal. Com o agravamento da crise económica nacional, a Inglaterra baixaria a percentagem, permitindo que Portugal empregasse 35% dos navios (Telo, 2010: 337). Foi igualmente acordado, que após a guerra, os navios reverteriam para Portugal e que navegariam com a bandeira portuguesa durante o conflito (Telo, 2010: 337)<sup>100</sup>. Por intermédio da *Furness Withy*, a Grã-Bretanha subfretaria alguns navios à França, Bélgica e Itália<sup>101</sup>. Portugal acudia à *Entente* e não somente à sua velha aliada. Segundo Jaime Correia do Inso, 41 navios foram fretados ao governo inglês, representando 47% de todos os navios requisitados. Inso contabiliza alguns navios que foram torpedeados a caminho da Inglaterra, como foi o caso do *Cascais*<sup>102</sup>, do *Leça*<sup>103</sup> e do *São Nicolau*<sup>104</sup>. Retirando estes três navios, Portugal, muito

<sup>95</sup> *A Capital*, 11 de agosto de 1916, p. 2.

<sup>96</sup> *A Capital*, 24 de novembro de 1916, p. 2.

<sup>97</sup> Fundada em 1891, em Inglaterra, a *Furness Whithy* foi uma das maiores transportadoras marítimas do século XX.

<sup>98</sup> *A Capital*, 24 de novembro de 1916, p.2.

<sup>99</sup> *A Capital*, 25 de fevereiro de 1917, p. 1.

<sup>100</sup> Segundo os nossos cálculos, 18 dos 72 navios requisitados foram afundados por submarinos alemães. Através do site [www.uboat.net](http://www.uboat.net), conseguimos apurar os seguintes naufrágios.

<sup>101</sup> *A Capital*, 19 de outubro de 1916, p. 1. Não conseguimos apurar quais os navios fretados a outros aliados da *Entente*. Provavelmente, os navios *Barreiro*, *Caminha*, *Madeira* e *Sagres* foram subfretados à França.

<sup>102</sup> *Ships hits during WWI - Cascais* [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [https://uboat.net/wwi/ships\\_hit/1154.html](https://uboat.net/wwi/ships_hit/1154.html).

<sup>103</sup> *Ships hits during WWI - Leca* [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [https://uboat.net/wwi/ships\\_hit/3543.html](https://uboat.net/wwi/ships_hit/3543.html).

*Ships hits during WWI - San Nicolao* [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [https://uboat.net/wwi/ships\\_hit/5411.html](https://uboat.net/wwi/ships_hit/5411.html).

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

provavelmente, conseguiu entregar entre 33 a 38 embarcações aos britânicos. No entanto, não podemos responder com segurança.

### **Considerações finais**

A historiografia apresenta várias lacunas quanto ao processo de requisição dos navios alemães e austríacos como aqui já mencionamos. Quanto ao processo de nacionalização carecemos de estudos à luz da erudição histórica e académica, no período de beligerância e mesmo após esta. As negociações anglo-lusas em torno dos vapores requisitados são analisadas de um modo superficial, a nosso ver. A historiografia não examina as mudanças das perspetivas diplomáticas de acordo com o desenrolar do conflito mundial, com destaque para a emergência da guerra submarina alemã em meados de 1915. Em finais de 1915, a perspetiva inglesa sobre o sul da Europa tinha mudado, muito devido à ousada ofensiva anglo-francesa aos Dardanelos (Telo, 2010: 329). A pertinência de um Portugal beligerante, do ponto de vista da *Entente*, está intrinsecamente relacionada com a presença de 70 navios alemães e 2 embarcações austríacas nos portos portugueses. Portugal não requisitava apenas os navios em nome da aliança com a Grã-Bretanha, mas em nome da *Entente*, como vimos. Outras nações aliadas beneficiariam desta requisição, com destaque para a França. O desgaste do esforço de guerra aliado era já visível nesta fase. Os navios requisitados serviram de transporte nos mais preponderantes palcos de guerra no mar ao serviço da *Entente Cordiale*: Atlântico, Mar do Norte, Biscaia e Mediterrâneo.

Desejamos que este artigo sirva como ponto de partida para novos estudos neste sentido, dadas as falhas historiográficas aqui apontadas. A historiografia deve encarar a requisição dos navios alemães e austríacos como um processo histórico de alta complexidade diplomática, com efeitos militares, económicos, militares e políticos de alto-relevo para Portugal e os seus aliados. Em suma, o ato de guerra português terminou com a dúbia posição diplomática portuguesa. Portugal era arrastado para um conflito que Afonso Costa desejava ter. A requisição dos 72 navios fora um meio para atingir um fim. Um objetivo político e diplomático: um Portugal beligerante, capaz de se financiar externamente ao abrigo de uma aliança, no âmbito de um conflito mundial sem precedentes.



Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

**Anexo 1:**

**Navios Alemães requisitados<sup>105</sup>**

<b>Nome</b>	<b>Nome Português</b>	<b>Tonelagem Líquida</b>	<b>Porto de requisição</b>
<i>Achilles</i> (1), (3).	<i>Cávado</i>	580	Lisboa
<i>Adelaide</i> (1), (3), (5).	<i>Cunene</i>	3.712	Luanda
<i>Admiral</i> (1), (5).	<i>Lourenço Marques</i>	3.695	Lourenço Marques
<i>Antares</i> (1), (5)	<i>Coimbra</i>	1.529	Lisboa
<i>Arkadia</i> (1) (3)	<i>Espozende</i>	1.106	Lisboa
<i>Beta</i> (1), (5)	<i>Maio</i>	1.391	S. Vicente
<i>Brisbane</i> (1), (3)	<i>Damão</i>	3.557	Mormugão
Bulow (1), (3)	Trás-os-Montes	5.034	Lisboa
Burgmeister-Hachmann (1), (3)	Ilha do Fogo	2.804	S. Vicente
Casa Blanca (1), (5)	Ovar	1.043	Lisboa
Cheruskia (1), (3)	Leixões	2.047	Lisboa
Colmar (1), (3)	Machico	3.857	Funchal
Dora Horn (1), (5)	São Nicolau	1.698	S. Vicente
Electra (1), (3)	Cascais	417	Lisboa
Energic (1), (3)	Espinho	452	Lisboa
Enos (1), (3)	Leça	1.210	Lisboa
Euripos (1), (3)	Caminha	1.747	Lisboa
Galata (1), (3)	Faro	2.580	Lisboa
Girgente (1), (3)	Gaia	1.036	Lisboa
Guhayba (1), (3)	Porto Santo	1.786	Funchal
Heimburg (1), (3)	Santo Antão	2.673	S. Vicente
Hessen (1), (3)	Inhambane	3.206	Lourenço Marques
Hochfeld (1), (3)	Desertas	2.362	Funchal

<sup>105</sup> Para esta listagem recorreremos à lista de Jaime Correia do Inso e aos decretos de requisição do Diário de Governo.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

Hof (1), (5)	Gaza	2.191	Lourenço Marques
Ingbert (1), (5)	Porto Alexandre	1.681	Luanda
Ingraban (1), (5)	Congo	2.354	Luanda
Jaffa (1), (3)	Sacavém	1.263	Lisboa
Khalif (1), (3)	Fernão Veloso	3.244	Moçambique
Kommodore (1), (5)	Mormugão	3.879	Mormugão
Kronsprinz (1), (6)	Quelimane	3.541	Lourenço Marques
Lahneck (1), (6)	Gil Eanes	1.681	Lisboa
Lichtenfels (1), (5)	Goa	3.528	Mormugão
Linda Woermann (1), (5)	Pungué	878	Beira
Lubeck (1), (5)	Barreiro	1.055	Lisboa
Mainland (1), (5)	Viana	1.030	Lisboa
Margretha (2), (3)	Graciosa	2.190	Ponta Delgada
Marienfels (1), (3)	Diu	3.509	Mormugão
Max (2), (3)	Flores	1.825	Horta
Mazagan (1), (5)	Trafaria	1.110	Lisboa
Milos (1), (3)	Sines	1.758	Lisboa
Mina Schuldt (1), (3)	Nazaré	616	Lisboa
Mogador (1), (5)	Minho	785	Lisboa
Nargos ou Naxos (1), (3)	Aveiro	1.389	Lisboa
Newa (1), (6)	Patrão Lopes	98	Lisboa
Numantia (1), (3)	Pangim	2.875	Mormugão
Petropolis (1), (3)	Madeira	3.093	Funchal
Phoenicia (1), (3)	Peniche	2.185	Lisboa
Picador (1), (5)	Granja	327	Lisboa
Pluto (1), (5)	Sado	1.023	Lisboa
Prinz Heinrich (1), (3)	Porto	3.866	Lisboa
Rhodes (1), (3)	Belém	1.220	Lisboa
Rolandseck (1), (3)	Mira	757	Lisboa
Rotterdam (1), (3)	Figueira	1.385	Lisboa

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

Santa Bárbara (1), (3)	Santiago	2.347	S. Vicente
Santa Ursula (1), (3)	Estremadura	2.340	Lisboa
Sardínia (1), (?)	S. Jorge	2.264	Horta
Schiffbek (2), (3)	Santa Maria	2.527	Ponta Delgada
Schwarzburg (1), (3)	Ponta Delgada	2.082	Ponta Delgada
Schaumburg (1), (3)	Horta	2.135	Horta
Shophie Richmerz (1), (3)	Berlengas	2.262	Lisboa
Taygetos (1), (3)	Sagres	1.817	Lisboa
Theoder Wille (1), (5)	Boavista	2.385	S. Vicente
Fogo (1), (5)	Brava	2.055	S. Vicente
Triton (1), (3)	Setúbal	1.312	Setúbal
Uckermark (1), (3)	Alemtejo	2.652	Lisboa
Vesta (1), (5)	Foz do Douro	1.027	Porto
Westerwald (1), (5)	Lima	2.390	Lisboa
Wurtemberg (1), (3)	Amarante	4.829	Lisboa
Wurzburg (1), (3)	São Vicente	3.246	S. Vicente
Zieten (1), (3)	Tungue	4.836	Moçambique

#### Navios austríacos requisitados

Nome	Nome Português	Tonelagem Líquida	Porto de requisição
Szechenyi (1), (?)	Lagos	1.149	Lisboa
Vorwaertz (1), (3)	Índia	3.727	Mormugão

#### Legenda:

- (1) – Navio de Carga.
- (2) – Galera.
- (3) Navios fretado à Grã-Bretanha.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

(4) Navio fretado à Armada.

(5) Navio fretado à Marinha Mercante.

### **Bibliografia:**

#### **Fontes Hemerográficas:**

*A Capital*

*O Comércio do Porto*

#### **Documentos:**

*Diário do Governo, Ministério do Fomento*, n.º 22/1916, Série I de 1916-02-07, pp. 61-62.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 35/1916, Série I de 1916-02-24, decreto n.º 2236, p.180.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 35/1916, Série I de 1916-02-24, decreto n.º 2237, pp. 180-181.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 36/1916, Série I de 1916-02-25, decreto n.º 2240, p. 183.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 39/1916, Série I de 1916-03-01, decreto n.º 2243, p.211

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto n.º 2257, p. 228.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto n.º 2258, p. 228.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto n.º 2259, p.228.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 43/1916, Série I de 1916-03-06, decreto n.º 2260, p. 228

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 73/1916, Série I de 1916-04-14, decreto n.º 2332, p. 323.

*Diário do Governo, Ministério da Marinha*, n.º 137/1916, Série I de 1916-07-10, decreto n.º 2496, p.675.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

### Recursos eletrónicos:

*Açores, 1914-1918* [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [http://momentosdehistoria.com/001-grande\\_guerra/001-01-marinha/001-01-08-marinha\\_azores/index.html](http://momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-01-marinha/001-01-08-marinha_azores/index.html).

COSTA, Rui Manuel Pinto (2003), “Relações Externas Luso-Germânicas:1916 e o despertar de um conflito latente”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol.4. [Consulta em 06/09/2018]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2352.pdf>.

*Os 72 navios alemães que levaram à entrada de Portugal na Grande Guerra* (2014), [Consulta em 20.08.2018].

Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/09/04/culturaipsilon/noticia/os-72-navios-alemaes-que-levaram-a-entrada-de-portugal-na-grande-guerra-1668548>.

*Ships hits during WWI – Cascais* [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [https://uboat.net/wwi/ships\\_hit/1154.html](https://uboat.net/wwi/ships_hit/1154.html).

*Ships hits during WWI – Leca* [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [https://uboat.net/wwi/ships\\_hit/3543.html](https://uboat.net/wwi/ships_hit/3543.html).

*Ships hits during WWI – San Nicolao* [Consulta em 20.08.2018]. Disponível em: [https://uboat.net/wwi/ships\\_hit/5411.html](https://uboat.net/wwi/ships_hit/5411.html).

### Estudos:

AFONSO, Aniceto (2007), *Grandes Batalhas da História de Portugal – 1914-1918. Grande Guerra*, Vol. 7., Vila do Conde, Lidergraf.

FRAGA, Luís Alves de (2010), “Os Navios alemães – Declaração de Guerra” in Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes (dir.), *Portugal e a Grande Guerra. 1914-1918*, Matosinhos, Quidnovi, pp.245-249.

FREIRE, João, (2016), *Jornal da Marinha. Chefias, Mudanças, Permanências e Desempenhos nos Últimos 180 anos*, Lisboa, Edições Colibri.

GIBSON, R.H; PRENDERGAST, Maurice (2003), *The German Submarine War (1914-1918)*, London, Naval Institute Press.

INSO, Jaime do (2006), *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, [S.l.], Edições Culturais da Marinha.

Miguel Castro Brandão - Requisitados ou Apreendidos? O Acordo Luso-Britânico e os Navios do Kaiser (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 57-82. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a4

Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995), *Portugal na Grande Guerra (1914-1916). As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*, Vol.1., Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MIRANDA, Sacuntala, (1987), *O Declínio da Supremacia Britânica em Portugal (1890-1939)*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PIRES, Ana Paula, (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

RAMOS, Rui (1993), *História de Portugal. A Segunda Fundação*. In José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. VII Vol., Lisboa, Editorial Estampa.

SANTOS, José Ferreira dos (2008), *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Academia de Marinha.

TELO, António José (2010), *Primeira República. Do sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

**A crise dos abastecimentos e a «Questão das Subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918)**

**The supply crisis and the «Subsistence issue» in Setúbal during the Great War: the city that erupted (1914-1918)**

**La crise des approvisionnements et la «Question des subsistances» à Setúbal pendant la Grande Guerre: la ville qui est entrée en eruption (1914-1918)**

**La crisis de los abastecimientos y la «Cuestión de las subsistencias» en Setúbal durante la Grande Guerra: la ciudad que entró en erupción (1914-1918)**

Diogo Ferreira  
IHC-NOVA FCSH  
diogofilipesantosferreira@gmail.com

**Resumo:** As dificuldades dos meios urbanos portugueses em serem abastecidos de géneros de primeira necessidade provocou uma profunda escalada de preços e diversos momentos de fome generalizada nas camadas mais desfavorecidas da sociedade durante a Grande Guerra. Da necessidade de estudar estes efeitos nefastos num plano geográfico circunscrito, este texto aborda a «questão das subsistências» na comunidade de Setúbal, então a terceira cidade com maior índice demográfico do país e caracterizada como sendo uma região operária e piscatória. Do ponto de vista institucional, o presente estudo salienta as medidas inoperantes da Câmara Municipal num quadro de ‘economia de guerra’ e exemplifica as dificuldades pelas quais passou um estabelecimento de solidariedade social como a Misericórdia de Setúbal. Entre os impactos abordados, analisa-se a intensa crispação social gerada pela fome, que ficou marcada por assaltos coletivos a quintas e estabelecimentos comerciais, por greves e por protestos anti-intervencionistas de um «vulcão operário» que entrou em erupção.

**Palavras-Chave:** Grande Guerra, Setúbal, Abastecimento Alimentar.

**Abstract:** The difficulties of the portuguese urban towns to be supplied with staple food caused a deep escalation of prices and diverse moments of generalized hunger in the most underprivileged layers of our society during the Great War. From the need to study these harmful effects in a circumscribed geographic area, this article addresses the «question of subsistence» within the community of Setúbal, then the third city with the highest demographic index in the country and characterized as a working and fishing region. From the institutional point of view, the present study will emphasize the inoperative measures of the City Hall within the framework of the ‘war economy’ and exemplify the difficulties that a social solidarity institution such as Misericórdia de Setúbal experienced. Among the impacts addressed, it will be analyzed the intense social upheaval generated by famine, that was marked by collective assaults on farms and commercial establishments, by strikes and by anti-interventionist protests of a «working class volcano» that erupted.

**Keywords:** Great War, Setúbal, Food Supply.

**Résumé:** Les difficultés rencontrées par les moyens urbains portugais pour se chercher des produits de première nécessité ont provoqué une profonde augmentation des prix et divers moments de faim généralisée dans les couches les plus défavorisées de la société pendant la Grande Guerre. De la nécessité

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

d'étudier ces effets néfastes dans un plan géographique circonscrit, ce texte aborde la «question de la subsistance» dans la communauté de Setúbal, alors troisième ville la plus peuplée du pays et qualifiée de région ouvrière et de pêche. Du point de vue institutionnel, la présente étude met en évidence les mesures inopérantes prises par la Mairie dans le cadre d'une 'économie de guerre' et illustre les difficultés qu'un établissement de solidarité sociale tel que Misericórdia de Setúbal a connu. Parmi les impacts abordés, les bouleversements sociaux générés par la faim, marqués par des cambriolages collectifs contre des fermes et établissements commerciaux, ainsi que par des grèves et des manifestations anti-interventionnistes d'un «volcan ouvrier» qui est entré en éruption.

**Mots-clés:** Grande Guerre, Setúbal, Approvisionnement Alimentaire.

**Resumen:** Las dificultades de los medios urbanos portugueses en ser aprovisionados de géneros de primera necesidad provocó una profunda escalada de precios y diversos momentos de hambre generalizada en las capas más desfavorecidas de la sociedad durante la Gran Guerra. De la necesidad de estudiar estos efectos nefastos en un plano geográfico circunscrito, este texto aborda la «cuestión de las subsistencias» en la comunidad de Setúbal, entonces la tercera ciudad con mayor índice demográfico del país y caracterizada como siendo una región obrera y pesquera. Del punto de vista institucional, el presente estudio destaca las medidas inoperantes del Ayuntamiento en un quadro de 'economía de guerra' y ejemplifica las dificultades por las cuales pasó un establecimiento de solidaridad social como la Misericordia de Setúbal. Entre los impactos abordados, se analiza la intensa crispación social generada por el hambre, que quedó marcada por asaltos colectivos a quintas y establecimientos comerciales, por huelgas y protestas anti-intervencionistas de un «volcán obrero» que entró en erupción.

**Palabras Clave:** Gran Guerra, Setúbal, Abastecimiento Alimenticio.

## Introdução e Estado da Questão

A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» - assim retratada na imprensa da época – foram duas das mais graves problemáticas que o nosso país atravessou durante o trágico contexto da Grande Guerra. Com o decorrer da evocação do centenário do conflito surgiram novos trabalhos de investigação em redor dos seus impactos políticos, militares, económicos e sociais em Portugal<sup>1</sup>, contribuindo para o aprofundar de visões de importantes textos sobre a crise dos abastecimentos, que servem de enquadramento a este artigo<sup>2</sup>. Não obstante, a verdade é que, tal como noutros casos, o espaço regional e a história local continuaram a ser colocados à margem dos interesses da historiografia.

Nesse sentido, surge o presente texto que procura contribuir para uma visão mais profunda da forma como uma relevante comunidade portuguesa viveu esta crise. No âmbito da literatura histórica local este trabalho vem, em grande medida, preencher um

<sup>1</sup> A título de exemplo: FREIRE, João (2014), *Portugal face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa, Colibri; AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2015), *Portugal e a Grande Guerra: As trincheiras – 1915-1917*, Lisboa, Verso da História.

<sup>2</sup> PIRES, Ana Paula (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio; SAMARA, Maria Alice (1998), “O Impacte Económico e Social da Primeira Guerra Mundial em Portugal” in org. TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Colibri, pp. 89-107.



Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

vazio em face da especificidade temática e pelo facto da historiografia regional ter colocado o assunto à margem dos seus focos de estudo. Ainda assim, determinados trabalhos aproximam-se superficialmente deste objeto, nomeadamente de Albérico Afonso Costa<sup>3</sup>, de Maria da Conceição Quintas<sup>4</sup> ou de Álvaro Arranja<sup>5</sup>. A minha dissertação de mestrado, defendida em 2015 e publicada em 2017<sup>6</sup>, aborda alguns aspetos deste artigo, mas é importante evidenciar o maior grau de problematização, ênfase e importância aqui entregues, cooperando para o aprofundamento do conhecimento de um tópico circunscrito e pouco explorado.

Este estudo tem como principais objetivos abordar os efeitos da crise dos abastecimentos e da «questão das subsistências» no concelho setubalense, analisando a constante deterioração das condições de vida da comunidade – aliado ao açambarcamento e à escalada de preços -, as infrutíferas medidas de intervenção municipais e a inconsequente centralização dos métodos de distribuição de produtos alimentares. Deste modo, será possível demonstrar como a fome, principalmente nos anos de 1917 e 1918, gerou um novo impulso nos sectores mais radicais, despertando - nas palavras do então administrador do concelho - o «*vulcão operário*». Esta erupção fez-se sentir através de uma intensa conflituosidade social marcada por diversas greves, assaltos coletivos e manifestações contra a beligerância.

### **Setúbal nas vésperas e durante a Grande Guerra**

Desde o início da I República que Setúbal, do ponto de vista demográfico e industrial, se destacou por ser o terceiro mais importante concelho do país, depois de Lisboa e do Porto, totalizando 47.783 habitantes [Censo de 1911]. Esta relevância no contexto nacional foi impulsionada a partir da década de 1880, quando diversos industriais conserveiros da Bretanha, perante o esgotamento do *stock* de sardinhas, realocalizaram ali muitas das suas fábricas. A oferta de emprego permitiu um *boom*

---

<sup>3</sup> COSTA, Albérico Afonso (2012), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário; *Idem* (2010), *Setúbal: Roteiros Republicanos*, Matosinhos, CNCCR.

<sup>4</sup> QUINTAS, Maria da Conceição (1998), *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Lisboa, Horizonte.

<sup>5</sup> ARRANJA, Álvaro (2009), *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, Setúbal, CEB.

<sup>6</sup> FERREIRA, Diogo (2017), *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Setúbal, Estuário.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

migratório interno e o conseqüente aumento populacional<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo, a política do *materialismo progressista* da Regeneração deixou uma importante herança material, que é demonstrativa do crescimento da urbe, possibilitando que passasse “*de uma comunidade mercantil e piscatória para um espaço fabril em ascensão*”<sup>8</sup>.

O surgimento de dezenas de fábricas de conservas de peixe potenciou a construção de um numeroso grupo operário, onde germinavam ideários de cariz anarcossindicalista e socialista, reivindicando melhores condições laborais através de vários fenómenos de agitação social. A autodenominada «*Barcelona Portuguesa*» foi bem conduzida pela elite republicana, tendo esta conseguido criar um relevante bloco social de apoio e um forte bastião antimonárquico até ao 5 de outubro.

No entanto, a legislação do *lock-out*, o não cumprimento do sufrágio universal ou a pressa do Partido Republicano Português em hegemonizar o poder, colocando elementos da sua esfera em todos os cargos administrativos e mantendo as mesmas lógicas de caciquismo, veio enfraquecer esta aliança nos primeiros dias da República. O divórcio consumou-se numa greve, em março de 1911, quando a Guarda Republicana assassinou Mariana Torres e António Mendes<sup>9</sup>. “*A República, ao disparar sobre os grevistas da avenida Todi, matava o mito da República social emancipadora.*”<sup>10</sup>.

Uma pequena cidade industrial, com um forte pendor revolucionário, foi o palco que a Grande Guerra encontrou em 1914. Nestes cinco anos, o conflito transformou indelevelmente Setúbal, despertando desilusão perante o regime político, vivenciando a transitoriedade e ilusória riqueza proporcionada pelo sector conserveiro e, mais importante, deixando cicatrizes sociais impossíveis de sarar. A *Barcelona Portuguesa* acabou por não defender a República no 28 de maio. Assim, o panorama político, económico e social setubalense durante a Grande Guerra ficou marcado, tal como o resto do país, pelos efeitos nefastos que teve na vida quotidiana. As experiências ditatoriais (Pimentismo/Sidonismo) ou o fracasso da União Sagrada contribuíram para

<sup>7</sup> VALENTE, Vasco Pulido (1981), “Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, vol. XVII, Lisboa, ICS, p. 619.

<sup>8</sup> COSTA, Albérico Afonso (2011), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário, p. 96.

<sup>9</sup> Cf. ARRANJA, Álvaro (2011), *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura do Operariado-República em 1911*, Setúbal, CEB.

<sup>10</sup> MEDINA, João (1981), “Prefácio” - *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, org: AA.VV., Setúbal, Assembleia Distrital de Setúbal, p. 16.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

este desgaste. Em contraste, a indústria conserveira e o sector piscatório viveram alguns dias de progresso e prosperidade.

As necessidades externas de consumo britânicas e francesas, proporcionadas pelo facto das conservas serem um dos principais meios de alimentação das tropas em combate, estimulou um intenso crescimento da indústria, oferecendo trabalho a milhares de pessoas, ainda que em condições deploráveis: “A guerra esteve na base da grande expansão desta indústria, que passou de terceiro para segundo lugar no valor total das exportações portuguesas, superando as cortiças (...) Os anos de 1915-1919 [são] caracterizados por um autêntico boom conserveiro”<sup>11</sup>. Os estabelecimentos industriais passaram de pouco mais de 40 (1914) para cerca de 130 (1920). Ainda que as grandes firmas fossem em bastante menor número, poucas foram as que conseguiram sobreviver após o conflito, gozando meramente de uma prosperidade artificial.<sup>12</sup> Este crescimento sectorial é claro se forem observados os seus valores de exportação, uma vez que dobraram durante a beligerância: (1914 – 18 488 toneladas / 1918 – 35 880 toneladas)<sup>13</sup>.

Num contexto mais amplo, as dificuldades estruturais da economia portuguesa foram exacerbadas ao longo do conflito e a implementação de uma ‘economia de guerra’ revelou a inabilidade do intervencionismo em resolver a crise de subsistências. A impossibilidade de abastecer as cidades provocou uma intensa crispação social e um forte recrudescimento no movimento operário, sendo a fome e o aumento extraordinário do custo de vida os motivos para tantos assaltos coletivos, greves e sentimentos antiguerristas. Localmente, a «questão das subsistências» e a constante deterioração das condições materiais e de vida da comunidade geraram este clima de reivindicação social, permitindo a Albérico Afonso Costa sublinhar que “*não se exagerará ao dizer que a Setúbal da guerra é também a Setúbal em Guerra.*”<sup>14</sup>. Esta é a imagem de uma cidade em permanente conflito social, principalmente depois da declaração de guerra do Império Alemão a Portugal.

<sup>11</sup> ROLLO, Maria Fernanda (1991), “Industrialização” in MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, p. 136.

<sup>12</sup> RODRIGUES, Joaquim (1997), *A indústria conservas de peixe no Algarve*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, FCSH/NOVA, p. 173.

<sup>13</sup> ROLLO, Maria Fernanda, *op. cit.*, p. 138.

<sup>14</sup> COSTA, Albérico Afonso (2012), “Setúbal Republicana – quando as fábricas transbordavam de greves” in org: AA.VV., *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Lisboa, Colibri, p. 67.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

### **As dificuldades nos abastecimentos à cidade**

Genericamente, a «questão das subsistências» e as dificuldades dos abastecimentos foram problemáticas que afetaram seriamente as nações europeias, sendo o recrutamento militar uma causa direta para a diminuição dos níveis de produção. A guerra submarina diminuiu o número de navios mercantes, essenciais para o transporte de mercadorias, limitando a capacidade dos Estados e do comércio privado de abastecerem de produtos as suas comunidades. Sendo Portugal secularmente deficitário na produção agrícola e profundamente dependente da marinha mercante britânica, a Grande Guerra veio evidenciar as dificuldades na alimentação da população. Compreendendo esta crise “*na associação da escassez de géneros com a carestia, agravadas por algumas deficiências do sistema de organização central no que toca a fixação e uniformização de preços, bem como no referente ao binómio distribuição/transportes*”<sup>15</sup>, pressupõe-se a necessidade que o Estado teve de intervir para combater esta realidade e corrigir diversas deficiências que lhe estavam associadas.

A cidade do Sado foi das cidades portuguesas que mais sofreu com os obstáculos proporcionados por uma crise que ganhou maior ímpeto à medida que a beligerância foi perdurando no tempo. Ainda que a documentação consultada revele uma clara disparidade entre meio urbano e meio rural no que diz respeito ao número de pedidos de abastecimento efetuados pelas autoridades municipais, isso não implica que os trabalhadores agrícolas não tenham sentido, também, bastantes dificuldades. A título de exemplo é de ressaltar que a Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Palmela<sup>16</sup> sentiu-se forçada a fundar uma cooperativa para que “*livre os associados da ganância dos açambarcadores (...) [e] para baratear a vida pois que o exíguo aumento dos salários pouco atenua as dificuldades económicas.*”<sup>17</sup>.

A inflação dos preços de bens essenciais e bens de retalho foi incrementando as dificuldades das classes trabalhadoras setubalenses que viram o seu poder de compra reduzido substancialmente. O *Boletim de Previdência Social* apresenta a relação entre

---

<sup>15</sup> SAMARA, Maria Alice, *op. cit.*, p. 93.

<sup>16</sup> Entre as reformas administrativas de 1855 e 1926, Palmela foi apenas uma freguesia rural do concelho de Setúbal.

<sup>17</sup> Ministério do Trabalho e da Previdência Social (1919), *Boletim da Previdência Social*, ano II, nº 5, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 27-28.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

ordenados e o custo de vida em Portugal, demonstrativo desta lógica: “*um ordenado de 100\$ em 1914 representa hoje [1918] apenas 43\$50, um de 50\$ apenas 21\$75.*”<sup>18</sup>. Este boletim, que era produzido trimestralmente, expunha os preços mensais dos principais alimentos consumidos nos concelhos com mais de 10 mil habitantes. Os responsáveis pela publicação recebiam as tabelas de preços enviadas pelas diferentes administrações dos concelhos. Nesse sentido, foi possível elaborar o seguinte quadro e concluir, de forma evidente, que os preços dos produtos em Setúbal tiveram uma subida muito significativa:

Designações	Set-Dez. 1916	1º Semestre de 1917	2º Semestre de 1917	1º Semestre de 1918	2º Semestre de 1918	1º Semestre de 1919
<b>Açúcar</b>	0\$42	0\$40	0\$48	0\$61	0\$94	0\$86
<b>Arroz</b>	0\$19	0\$24	0\$32	0\$51	0\$51	0\$45
<b>Azeite</b>	0\$35	0\$47	0\$57	0\$73	0\$77	0\$82
<b>Batatas</b>	0\$06	0\$07	0\$08	0\$10	0\$14	0\$20
<b>Carne de porco</b>	0\$72	0\$67	0\$84	1\$19	1\$77	1\$60
<b>Carne de vaca</b>	0\$45	0\$47	0\$53	0\$63	0\$77	0\$93
<b>Chouriço de carne</b>	0\$95	0\$92	1\$22	1\$74	2\$00	2\$07
<b>Pão de milho ou de centeio</b>	?	0\$12	0\$24	0\$25	0\$34	0\$28
<b>Pão de trigo (1ª qualidade)</b>	0\$16	0\$19	0\$23	0\$49	0\$48	0\$45
<b>Vinho</b>	0\$13	0\$12	0\$10	0\$13	0\$16	0\$20

**Tabela nº 1** Média dos preços das principais subsistências em Setúbal (1916-1919). Fonte: Edições do *Boletim da Previdência Social* publicado, entre 1916 e 1920, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Grosso modo, todos os géneros dobraram o seu preço no mercado, alguns triplicaram e outros, como a batata, chegaram a quadruplicar. A especulação, o açambarcamento, o mercado negro e o contrabando generalizaram-se, caracterizando o dia-a-dia da cidade. *O Trabalho* – órgão local do Partido Socialista Português - condenou sistematicamente este tipo de “*negócios mais ou menos ilícitos, originados principalmente no açambarcamento e na carestia de artigos de toda a ordem*”,

<sup>18</sup> *Idem*, p. 56.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

acusando-os de representarem “*a maior das ladroeiros*”<sup>19</sup>. Do mesmo modo, o periódico dos caixeiros, o *Alvorada*, salientou como a guerra promoveu o máximo de prosperidade ilícita a uma pequena-média burguesia, contrastando com a “*miséria que campeia desenfreada e cruel nos lares da parte menos feliz da população*”<sup>20</sup>.

Proveniente do meio operário, os periódicos da esquerda radical, *O Semeador*, *O Trabalho*, *A Trombeta* e o *Alvorada* foram os mais ferozes na notificação do público sobre os obstáculos que a «questão das subsistências» provocava nas camadas sociais mais pobres. O jornal do Partido «Democrático» (*República*) e o jornal do Partido Evolucionista (*A Folha de Setúbal*), ainda que noticiassem estes problemas de abastecimento e publicassem os editais municipais de combate a esta crise, procuravam ludibriar a opinião pública, procurando legitimar a intervenção militar portuguesa pela via do destaque a outras questões políticas e económicas.

José Bernardo Ferreira, o administrador do concelho nomeado pela União Sagrada, demonstra que Setúbal esteve constantemente a ser ameaçada pelo ‘fantasma’ da fome através da dificuldade em obter farinhas e da carestia de pão, verificando-se uma redução na média de sacas importadas quotidianamente de 350 para 250. Num ofício do edil para o Ministério de Subsistências toma-se conhecimento de que o concelho necessitava, semanalmente, de ser abastecido de quatro vagões de farinhas de trigo e milho, um para as freguesias rurais e três para Setúbal<sup>21</sup>. O sofrimento verificado na comunidade levou o administrador a avisar o Governo Civil de Lisboa de que “*A fome neste concelho se afigura que virá a ser terrível e as consequências, devido ao meio revolucionário aqui latente, das mais desastrosas.*”<sup>22</sup>.

Entre a múltipla documentação encontrada, com origem nas autoridades municipais<sup>23</sup> ou na imprensa local<sup>24</sup>, e que aqui apenas são utilizadas a título de

<sup>19</sup> “Actualidades” in *O Trabalho*, 30.07.1916, p. 1.

<sup>20</sup> “Crónica” in *Alvorada*, 01.07.1918, p. 3.

<sup>21</sup> Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB), Câmara Municipal de Setúbal (CMS), Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 97, Lv. 15, Ofício de 21.03.1918 do edil para o Ministério de Subsistências.

<sup>22</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Governo Civil de Lisboa (GCL), Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. «Relatórios», Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917, p. 7.

<sup>23</sup> “*Não tendo sido atendidas reclamações fornecimento farinhas, condenando-se numerosa população cidade à fome, C.M. receando alteração ordem pública mais uma vez pede providências urgentes.*” in

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

ilustração, transmitem momentos de desespero e de fome em Setúbal. A proximidade geográfica à capital não significou privilégio na receção de produtos e os vários períodos de dificuldades germinaram um movimento operário e social altamente reivindicativo e violento. Este clima de tensão era sentido pelo edil «democrático» José da Rocha que, em 1916, avisou o Governo por telegrama sobre o que implicava a não receção, nomeadamente de farinha: *“Perante falta farinhas nesta cidade pão vai faltar dentro dois dias. Hoje já algumas padarias suspenderam laboração. É esta uma situação gravíssima para uma cidade de 30.000 almas onde a par da falta da primeira alimentação se podem dar graves alterações de ordem pública.”*<sup>25</sup>.

Os constrangimentos sentidos pela Misericórdia de Setúbal são reveladores do que a cidade viveu. O Dr. Francisco de Paula Borba, Diretor-Presidente da instituição, informou o Presidente da Junta de freguesia de S. Sebastião que *“Por motivos da contínua alta que têm tido e continuam a ter as subsistências, mormente o pão, a carne, o azeite e o açúcar, sou forçado a vir dizer a V. Exa. que a administração desta Misericórdia não pode continuar a fornecer as rações para as albergadas.”*<sup>26</sup>. Na impossibilidade de se alimentarem as idosas do asilo Acácio Barradas, foi criada uma padaria privativa, em outubro de 1917, para autoconsumo e para alguma venda ao público carenciado<sup>27</sup>. Observando a tabela seguinte torna-se clara a verdadeira escalada dos preços e do custo de vida em Setúbal, uma vez que em 1916-1917, o ano de menor consumo de carne (1.160 kg), foi o que teve maiores gastos (474\$63).

Anos Económicos	Pão (Kg)	Pão (Esc.)	Carne (Kg)	Carne (Esc.)
<b>1913-1914</b>	4.703	406\$84	1.372	355\$24

ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 15, Ofício de 29.11.1917 do edil para o Ministro do Trabalho.

<sup>24</sup> *“Se aviltante era a condição das classes operárias antes da guerra, hoje, que os preços de todos os géneros de primeira necessidade triplicaram, a situação é insuportável.”* - *A Trombeta*, 24.06.1917, p. 1.

<sup>25</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 11, Ofício do edil de 08.06.1916 para o Presidente do Ministério.

<sup>26</sup> Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (AHSCMS), Lv. 756, Copiador de Correspondência Expedida, Ofício de 06.07.1917 para a Junta de Freguesia de São Sebastião, p. 3.

<sup>27</sup> ADSTB, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Saúde e Assistência Social, Padaria privativa da Misericórdia, Receita e Despesa da Padaria Privativa (1917-1928), Livro de Receita e Despesa da Padaria Privativa da Misericórdia de Setúbal, pp. 32-42.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

<b>1914-1915</b>	4.802	470\$88	1.412	369\$30
<b>1915-1916</b>	5.160	575\$72	1.328	413\$00
<b>1916-1917</b>	4.694	677\$26	1.160	474\$63

**Tabela nº 2** Pão e carne consumidos e custo no Asilo Acácio Barradas (1913-1917). Fonte: Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal (1918), *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Setúbal, Tipografia Albino & C.<sup>a</sup>, p. 30.

### As realizações inconsequentes da centralização da «questão das subsistências»

Num novo quadro de ‘economia de guerra’, o Estado foi chamado a concentrar um conjunto de funções para as quais não tinha experiência suficiente ou recursos humanos capacitados para responder aos novos problemas. Este aspeto foi mais do que evidente no conjunto diversificado de medidas paliativas da edilidade no âmbito regional. Várias das intervenções económicas para reduzir os efeitos desta crise eram vistas pela imprensa local como dando “*resultados contraproducentes*”<sup>28</sup>. Ilustrando esta lógica, tem-se o estabelecimento de tabelas de preços oficiais que, em contraciclo, potenciavam o açambarcamento. Perante isto, o próprio município - depois de as colocar em execução - solicitava a sua abolição e a liberdade de comércio<sup>29</sup>.

Duas das principais estratégias permanentes de combate à crise de abastecimento foram a procura dos três organismos (município, administração do concelho e as comissões de subsistências) criarem e manterem uma rede de abastecimento diversificada em termos geográficos (Lisboa, Coruche, Beja, Serpa, Benavente, entre outros) e aprofundarem a relação junto da Manutenção Militar<sup>30</sup>. Por outro lado, as diferentes autoridades locais dirigiam-se com frequência aos diversos ministérios e ao Governo Civil de Lisboa e agendavam reuniões com os responsáveis políticos, trazendo consigo representantes das associações de classe<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> “Subsistências” in *O Trabalho*, 06.08.1916, p. 3.

<sup>29</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 11, Ofício de 14.10.1916 enviado pelo edil para o Ministro do Trabalho.

<sup>30</sup> ADSTB, CMS, Cx. 91, Lv. 1 - Atas das Sessões da Comissão Executiva da CMS, Ata de 19.08.1915, p. 88.

<sup>31</sup> A 17.08.1915, Manuel Silvério Júnior e a comissão de fabricantes de pão de Setúbal dirigiram-se a Lisboa para informarem que, sem providências imediatas, não haveria pão no dia seguinte. “A falta de farinhas” in *Jornal do Comércio e das Colónias*, 18.08.1915, p. 1.



Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

Entre as medidas mais singulares é relevante destacar a criação dos pequenos mercados na Praça Miguel Bombarda e na Praça do Quebedo. Estes tinham como propósito evitar que o mercado do Livramento fosse o único na cidade<sup>32</sup> e melhorar o controlo de *stock*, impedindo as transações dos vendedores ambulantes depois das 15h00, sob pena de pesadas multas. Nesta linha surgiu, já no quadro da política de abastecimento sidonista e após a criação de uma padaria municipal que vendesse mais barato, a fundação de um celeiro municipal<sup>33</sup>. Este último tinha como propósito diminuir a especulação e controlar a distribuição entre o meio rural e o meio urbano, obtendo, conservando e vendendo produtos cerealíferos<sup>34</sup>.

A intervenção municipal com maior repercussão foi o requerimento efetuado junto da Caixa Geral de Depósitos para que fossem utilizados 150 dos 303 mil escudos reservados para as obras de reestruturação do porto, a fim de controlar o défice camarário e adquirir géneros para venda ao público<sup>35</sup>.

Não obstante, todas estas medidas (e as seguintes) foram inconsequentes. As guias de trânsito de farinhas foram uma das medidas mais ferozmente criticadas. Estas, emitidas pelo poder local desde meados de 1915, não possibilitavam a receção nem de metade das quantias supostas. A Comissão Administrativa do Sidonismo, liderada pelo monárquico Henrique Augusto Pereira, avaliava-as da seguinte forma: “*A forma como as guias eram passadas favorecia o negócio, visto que sendo as farinhas despachadas e recebidas pela mesma pessoa não havia forma de fiscalizar o andamento das remessas*”<sup>36</sup>. A opção para a criação da mencionada padaria municipal procurava “*ser a reguladora do tipo e preço de pão e evitar a ganância criminosa que se estava dando*”<sup>37</sup>.

Na tentativa de proteger os interesses da comunidade em detrimento das regiões vizinhas foi proibido vender géneros a outros concelhos, interditou-se a exportação de

---

<sup>32</sup> “Os mercados” in *República*, 26.06.1917, p. 2.

<sup>33</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 14, Ofício de 23.02.1918 do edil para o Ministro do Trabalho.

<sup>34</sup> PIRES, Ana Paula, *op. cit.*, p. 309.

<sup>35</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 13, Ofício de 22.09.1917 do edil para o Ministro do Interior.

<sup>36</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 14, Ofício de 30.01.1918 do edil para o Diretor Geral do Serviço de Subsistências Públicas.

<sup>37</sup> *Idem*, Ofício de 30.01.1918 do edil para o Diretor Geral do Serviço de Subsistências Públicas.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

peixe durante o horário de funcionamento dos mercados e apelou-se aos produtores para reservarem as colheitas para a cidade. Simultaneamente, os comerciantes foram obrigados a reservar pescado para que a edilidade pudesse vender ao público de forma mais acessível<sup>38</sup>. Um dos vários exemplos de queixas do administrador do concelho transmite a inconsequência de algumas destas medidas: “*O arroz da nova colheita não aparece à venda pelo preço oficialmente estabelecido porque os produtores saem com ele para locais fora do concelho onde lho pagam por outros preços (...) o azeite procura por todas as formas sair para fora dos locais de produção atraídos por preços mais altos*”<sup>39</sup>.

A crescente necessidade do município em intervir nesta questão forçou a que este se concentrasse na inspeção nos momentos de produção. Em 11 de julho de 1918, o “Regulamento transitório para as padarias” pressupunha diversas normas, nomeadamente a fiscalização da produção do pão - contabilizando-se a farinha entrada – , a proibição da venda de farinhas ou, ainda, a possibilidade de o município requisitar boa parte do pão produzido “*para o distribuir conforme o que for mais conveniente para o serviço público, pagando-o ao preço da tabela municipal*”<sup>40</sup>. As decisões da edilidade são reveladoras da imposição do Estado no sector da panificação: a) “*Na composição do mesmo tipo entrarão por completo as proporções de farinha de 1ª e de 2ª qualidade;* b) *Sob pretexto algum poderá ser fabricado pão de outros tipos;* c) *O peso do pão fabricado tanto em Setúbal como nas freguesias rurais será de um quilograma e de meio quilograma;* d) *O preço do pão em Setúbal não poderá ser superior a \$15 por quilograma e \$07,5 por meio quilograma.*”<sup>41</sup>. Uma vez mais eram alguns dos membros do próprio poder político que consideravam esta tarefa nas padarias como «impossível»<sup>42</sup>.

Já a carne era de tal forma residual numa cidade dependente de peixe que os seus preços eram extraordinariamente elevados, “*dada a dificuldade de abastecerem os seus*

<sup>38</sup> ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1289, Lv. 04, Ofício de 27.10.1917.

<sup>39</sup> *Idem*, Ofício de 25.11.1917.

<sup>40</sup> “Serviço de Subsistências” in *O Trabalho*, 07.07.1918, p. 2.

<sup>41</sup> ADSTB, CMS, Cx. 51, Lv. 2, Atas das sessões do Senado da CMS, Ata da sessão de 28.11.1916, p. 129 e 129v.

<sup>42</sup> *Idem*, Ata da sessão extraordinária da Comissão Executiva da CMS de 31.10.1916, p. 119v.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

*estabelecimentos não só devido à notada escassez, como à notada subida no preço do gado.*<sup>43</sup>. O município proibiu a venda e o consumo de carne de vaca, obrigando ao encerramento dos talhos às quintas-feiras, impondo multas entre 20\$00 e 200\$00 ou prisão correcional por trinta dias aos que não cumprissem<sup>44</sup>. Outra medida em clara impotência: em diversas ocasiões os talhos encontravam-se abertos nesse dia<sup>45</sup>.

A Câmara Municipal, ainda assim, não é exclusivamente culpada pela inoperância destas medidas. As constantes reformulações ministeriais, as mudanças políticas camarárias e as alterações nas estruturas ligadas ao sector das subsistências provocaram vários momentos de desarticulação. Neste último caso, a criação da comissão de subsistências - que tinha como funções a formação de organismos estatais com incidência local, a fixação de preços e tabelas dos géneros alimentícios e a melhoria das estratégias de abastecimento - foi composta em Setúbal por evolucionistas e democráticos. Estes grupos foram, também, um dos principais cúmplices desta incosequência. A sua primeira medida foi o lançamento da “*Tabela dos preços dos géneros alimentícios posta em vigor em 9 de novembro de 1915*”<sup>46</sup>.

<b><i>Membros</i></b>	<b><i>Áreas/Funções</i></b>
António Sá Pavillon	Administrador do Concelho
José da Rocha	Presidente da Comissão Executiva da CMS
César Romano Baptista	Indústria
Vitorino Moreira Rodrigues	Agricultura

**Tabela nº 3** Estrutura da Comissão de Subsistências de Setúbal (1915). Fonte: “Comissão de Subsistências” in *A Voz da Mocidade*, 16.10.1915, p. 2.

<sup>43</sup> ADSTB, CMS, Correspondência Recebida pela Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 161, Mç. 15, Ofício de 25.02.1918 dos proprietários de talho.

<sup>44</sup> “Edital” in *República*, 17.01.1917, p. 3.

<sup>45</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 12, Ofício de 01.02.1917 do edil para o Administrador do Concelho.

<sup>46</sup> *A Justiça*, 21.11.1915, p. 3.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

Estas comissões tinham um problema de origem: conflito de interesses. O administrador do concelho, Manuel Silvério Júnior, criticou a organização estabelecida pelo governo, caracterizando-a como «*ilógica*», uma vez que era composta por comerciantes e agricultores, não possuindo consumidores que pudessem “*contrariar quanto possível o espírito ganancioso que se manifestasse no seu seio*”<sup>47</sup>. Do mesmo modo, a comissão municipal de abastecimento, criada em 28 de junho de 1917, substituiu a comissão de subsistências, tendo sido nomeada por parecer da Associação Comercial e Industrial de Setúbal. Daqui é possível deduzir, por um lado, a procura da C.M.S. em obter apoio das diversas forças vivas locais e, por outro, que esta associação funcionou como *lobby*, determinando os elementos que correspondessem aos seus interesses. De facto, Vitorino Moreira Rodrigues detinha o cargo de depositário das farinhas e foi eleito para a primeira comissão<sup>48</sup>. Também no Algarve estes organismos “*refletiriam os seus interesses, o que gerava alguma desconfiança*”<sup>49</sup>.

<i>Elementos</i>	<i>Profissões</i>
Joaquim dos Santos Fernandes	Comerciante e Agricultor
Germino Alves Ferreira	Comerciante e Agricultor
Gregório José Abrantes	Comerciante com depósito de cereais
José da Conceição Mata	Vinicultor e Agricultor
António Ferreira Alves Passos	Comerciante e Agricultor

**Tabela nº 4** Comissão Municipal de Abastecimento (1917). Fonte: ADSTB, C.M.S, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1289, Lv. 04, Ofício de 24.07.1917.

A ação destas comissões em Setúbal ficou marcada pela análise das necessidades alimentícias da região, pela regulação de preços e através do trabalho conjunto com o município, elaborando estratégias e requisitando produtos. Estas

<sup>47</sup> JUNIOR, Manuel Silvério, “A questão das subsistências” in *A Justiça*, 24.10.1915, p. 1.

<sup>48</sup> ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício de 27.04.1916.

<sup>49</sup> RODRIGUES, Joaquim (2010), *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das Subsistências (1914-1918)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, FCSH/NOVA, p. 108.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

estratégias foram, também, inconsequentes, já que, a par do que sucedeu noutras cidades como o Porto<sup>50</sup>, encontraram fortes obstáculos. Padeiros e outros comerciantes desejavam obter lucros ilícitos, agricultores e donos de armazéns açambarcavam e existia uma excessiva burocratização por parte das entidades centrais.

Para o sector do pescado, estas comissões preocuparam-se em reduzir a venda ilegal de peixe na zona de desembarque, estabelecendo o mercado do Livramento como único local de venda até ao meio-dia. Além disso, não permitiam a venda ou exportação em nenhum outro, tornando o cais de Nossa Senhora o local para a lota de consumo da indústria<sup>51</sup>. O problema mantinha-se. Contínuas queixas das autoridades locais junto da capitania do porto, para que o fiscal municipal fosse auxiliado (*“encontram-se diariamente muitos indivíduos fazendo venda de peixe, sem autorização alguma.”*<sup>52</sup>) provam a ineficiência destas medidas. O peixe parece ter sido o «pão de cada dia» da comunidade, pescado de forma ilícita e vendido no mercado negro para as várias bocas desesperadas: *“o carapau, nesta localidade, é abundante e constitui alimento das classes pobres.”*<sup>53</sup>.

### O «vulcão» que entrou em erupção

Se para o administrador do concelho *“Setúbal é um vulcão de movimentos operários”*<sup>54</sup>, a fome fez com que a cidade entrasse em erupção. O agravamento do custo de vida e os irrelevantes aumentos salariais dos trabalhadores são a fórmula que explica o recrudescimento do movimento operário e da agitação social. De facto, multiplicam-se o número de greves; decreta-se o «estado de sítio» (jan. 1917), proibindo o comércio e a livre circulação de pessoas; sucedem diversos assaltos

<sup>50</sup> ROSSUM, Arnold Arie van (2011), *A Questão das Subsistências no Porto no período da Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Porto, FLUP, p. 82.

<sup>51</sup> Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico (BCM-AH), Núcleo 174, Mç. 73, Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal, Ofício de 14.10.1915 do capitão do porto para o chefe da delegação de alfândega de Lisboa em Setúbal.

<sup>52</sup> BCM-AH, Núcleo 174, Mç. 27, Correspondência recebida do Departamento Marítimo Norte, Sul e suas Delegações, Capitania do Porto de Setúbal, Ofício de 15.06.1917 do Presidente da CMS para o capitão do porto de Setúbal.

<sup>53</sup> BCM-AH, Núcleo 174, Mç. 74, Copiadores de Correspondência Expedida da Capitania do Porto de Setúbal, Ofício de 21.12.1916 do capitão do porto de Setúbal para o Departamento Marítimo do Centro.

<sup>54</sup> ANTT, Ministério do Interior (MI), DGAPC, 1ª Rep., Cx. 46, Mç. 76, Relatório do Administrador do Concelho de Setúbal de 20.08.1917, pp. 1-2.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

coletivos a carvoarias, armazéns, quintas e padarias; surgem atos de sabotagem em fábricas de conservas que utilizassem maquinaria; ocorrem atentados à bomba.

Sendo a guerra o pano de fundo deste enquadramento, proliferaram as deserções militares e os manifestos anti-intervencionistas<sup>55</sup>. Em Setúbal contabilizaram-se mais de 40 deserções a partir de janeiro de 1917. Os panfletos antiguerristas, espalhados desde março de 1916, foram a maior aliança a uma parte de uma imprensa local muito ativa contra a participação militar portuguesa, culpando o conflito pelas paupérrimas condições de vida. Perante isto, o ministro da Guerra, Norton de Matos, encarregou o comandante da 4ª Divisão do Exército de informar o comandante do Regimento de Infantaria nº 11 de que era “*necessário proceder com todo o rigor contra os indivíduos que na cidade de Setúbal fazem a propaganda constante dos manifestos (...) solicitando da autoridade administrativa local a mais severa repressão de tais factos*”<sup>56</sup>.

Os nefastos efeitos económicos motivados pela Grande Guerra geraram um aumento da criminalidade em Setúbal, aumentando cerca de nove vezes o número de réus condenados (1913 – 48 / 1919 – 509) e mais que triplicando o número de processos criminais que deram entrada na comarca local (1913 – 118 / 1919 – 385). Em ambos os casos, os anos de 1917 (116 réus condenados e 169 processos criminais), 1918 (358 réus condenados e 214 processos criminais) e 1919 são os que possuem os mais altos valores, demonstrando como a participação militar portuguesa e a longevidade do conflito influenciaram estes índices<sup>57</sup>.

As forças de segurança tiveram profundas dificuldades em manter a ordem pública, existindo apenas 109 efetivos (60 guardas municipais e 49 G.N.R.) numa cidade composta por um universo operário e piscatório que rondava as mais de 10 000 pessoas. Não surpreendem as dezenas de pedidos de aumento de pessoal ou de incremento do armamento para controlar a desordem popular em Setúbal. Em setembro de 1917, o administrador do concelho resumia esta realidade: “*A segurança da cidade*

---

<sup>55</sup> COSTA, Albérico Afonso (2011), “Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Setúbal, ESE/IPS, p. 230.

<sup>56</sup> Arquivo Histórico-Militar (AHM), 1ª Divisão, 35ª Secção, Cx. 1262 Ofício do Comandante da 4ª Divisão do Exército para o Comandante do R.I. 11 a 04.04.1916.

<sup>57</sup> Cf. Ministério das Finanças (1921), *Anuário Estatístico de Portugal, 1913 a 1917*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 10-11; Ministério das Finanças (1923), *Anuário Estatístico de Portugal, 1915 a 1919*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 10-11.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

*continua confiada a um reduzidíssimo corpo de polícia, em grande parte inválido, e um posto da G.N.R. com obrigação de serviço rural, o que o afasta do serviço de polícia da cidade (...) Só uma boa organização policial e um forte núcleo da G.N.R. poderão garantir nesta cidade (...) a segurança pública.*”<sup>58</sup>. Dada esta necessidade, em 1919, o efetivo da G.N.R. aumentou de 155 para 304 homens em todo o atual distrito de Setúbal<sup>59</sup>.

O contexto era de tal forma incoerente que a cadeia não possuía guardas que vigiassem os prisioneiros, levando ao desespero do edil José da Rocha que, após a fuga de 10 presos em abril do mesmo ano, descrevia assim a situação: “*estando a cadeia inteiramente livre para os ali de dentro promoverem frequentemente a desordem e os de fora fornecerem armas e ferramentas que ali não devem entrar.*”<sup>60</sup>. Apesar das diversas solicitações para aumentar as forças de segurança, os constrangimentos centrais impediam o seu consentimento.

A prática destes crimes ganhou ímpeto com a ausência de carvão na Companhia de Gás de Setúbal, levando a uma redução na iluminação pública na cidade e, consequentemente, a um “*extraordinário aumento de crime*”<sup>61</sup>. O primeiro assalto coletivo ocorreu a 30 de maio de 1915, mas foi entre os meses de março e junho de 1917 - que coincidem com a «Revolta da Batata» - que a cidade mais se rebelou contra a crise das subsistências.

A 7 de março ocorreram diversos assaltos a armazéns, a estabelecimentos de víveres e a «portadores de cabazes» em virtude da não receção de farinha, cereais e pão<sup>62</sup>. Estes foram iniciados com vários protestos e «ajuntamentos» em frente às padarias como em ocasiões anteriores<sup>63</sup>. Em maio, o edil avisava: “*como a falta*

<sup>58</sup> ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. “Relatórios”, Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917, pp. 3-6.

<sup>59</sup> PÓVOA, Marco (2013), *Policiar Portugal: A Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL, pp. 59-73.

<sup>60</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência expedida a várias entidades da Administração Central, Cx. 137, Lv 01, Ofício de 08.05.1917 do edil para o Ministro do Interior, p. 15.

<sup>61</sup> ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1289, Lv. 04, Ofício de 15.02.1917.

<sup>62</sup> *Idem*, Ofício de 07.03.1917.

<sup>63</sup> A 02.09.1915 já ocorrera um comício público para se debaterem, pacificamente, as questões dos abastecimentos à cidade. ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício de 01.09.1915.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

*absoluta de farinhas pode determinar factos contrários ao sossego e boa ordem da cidade.*”<sup>64</sup>.

Poucos dias depois da «Revolta da Batata», em Lisboa, o administrador do concelho prognosticava tumultos e assaltos aquando da inauguração dos novos mercados devido às trocas de tiros ocorridas entre a G.N.R. e desordeiros na semana anterior<sup>65</sup>. A 28 de maio várias padarias e mercearias voltaram a ser assaltadas. Sucedeu, também, uma invasão da estação de caminho-de-ferro com “*muito povo (...) para assaltar quem o [pão] trazia para Setúbal*”<sup>66</sup>. Esta voltou a ser assaltada, pelo «povo de Setúbal», a 19 de junho<sup>67</sup>.

Com motivos distintos encontram-se assaltos de pescadores setubalenses a pescadores de regiões próximas. No início de 1916 vários trabalhadores filiados na Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar assaltaram 11 canoas da picada provenientes de Peniche, lançando ao mar cerca de 8 mil escudos de sardinha. Três dias depois afundaram o galeão *Sete Amigos*, originando 12 mil escudos de prejuízo<sup>68</sup>. Esta associação agredia quaisquer armadores que não fossem seus sócios: “[Um indivíduo] *foi, naquela cidade, forte e barbaramente agredido espalhando-se ameaças continuadas e insistentes de que serão assim tratados, quando não estejam associados.*”<sup>69</sup>.

Também um numeroso grupo de soldados, na defesa dos seus interesses e receando o aumento do desemprego gerado pela mecanização da indústria conserveira, assaltou fábricas francesas para destruir «cravadeiras». Nos dias 30 de julho e 3 de agosto de 1917, as fábricas *Kolm & Laffitau* e *René Beziere* foram, respetivamente, alvos de sabotagens - com a destruição das máquinas e outros utensílios -, depois de terem despedido alguns soldados, não terem aumentado salários e de terem declarado

<sup>64</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 13, Ofício de 09.05.1917 do edil para o Administrador do Concelho.

<sup>65</sup> COSTA, Albérico Afonso (2011), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário, p. 246

<sup>66</sup> ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. «Relatórios», Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917.

<sup>67</sup> COSTA, Albérico Afonso, *op. cit.*, p. 246.

<sup>68</sup> ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Copiadores de Correspondência Expedida, Lv. 415, Ofício de 18.03.1916 do edil para o Ministro do Interior.

<sup>69</sup> ANTT, MI, DGAPC, 1ª Rep., Cx. 29, Mç. 59, Ofício de 20.04.1915 da Direção Geral da Marinha para o Diretor Geral da Administração Política e Civil.



Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

*lock-out*. A fábrica luso-espanhola *Lázaro Morais* e as fábricas portuguesas *Azevedo e C<sup>a</sup>* e a *Castelo Branco e C<sup>a</sup>* escaparam ilesas com auxílio policial<sup>70</sup>.

O movimento grevista em Setúbal atingiu níveis relevantes neste período, abrangendo diversas áreas da atividade económica<sup>71</sup>, sendo os anos de 1917 e 1918 aqueles que conheceram as mais duras greves, inclusive gerais. Dos 24 momentos de greve contabilizados, 17 ocorreram nos últimos dois anos da beligerância e o sector conserveiro foi o que mais vezes entrou em greve (13), havendo ocasiões com paralisação de todas as fábricas. As greves-gerais ocorreram entre 13 e 19 de julho e 10 e 13 de setembro de 1917 e a 18 de novembro de 1918 (esta última marcada pela União Operária Nacional). Deve-se recordar que uma greve convocada pela Associação dos Trabalhadores do Mar paralisava toda a cidade face à sua imponente força (2.750 filiados<sup>72</sup>).

Estas greves eram marcadas por intensas redes de solidariedade, provocando verdadeiras paralisações intersectoriais. O repórter Adelino Mendes experienciou, em 1916, uma greve marítima e conserveira em Setúbal, admitindo que “*entre as diversas classes de trabalhadores existe nesta cidade a mais estreita solidariedade. Basta que uma delas reclame, insista e se declare em greve para que todas as outras a acompanhem e façam causa comum com ela.*”<sup>73</sup>. Nesta linha seguia o administrador do concelho, José Bernardo Ferreira: “*A greve em Setúbal é, por assim dizer, uma situação normal (...) dirigidas por uma forma mais ou menos violenta (...) Uma greve geral aqui é de fácil execução.*”<sup>74</sup>.

Ao lado da exigência de melhores salários, como resposta à inflação, era reivindicado o respeito pelo horário laboral, mas o contínuo incumprimento das promessas de receção de géneros pelas entidades competentes gerava greves com a “*população indignada pela indiferença como está sendo tratada.*”<sup>75</sup>. Todas estas

<sup>70</sup> ANTT, MI, DGAPC, 1ª Rep., Cx. 46, Mç. 76, Ofício de 04-08-1917 do Administrador do Concelho para o Governador Civil de Lisboa.

<sup>71</sup> Marítimos, sapateiros, metalúrgicos, trabalhadores dos correios e telégrafos, calceteiros e padeiros.

<sup>72</sup> “Movimento Associativo de Setúbal” in *O Semeador*, 01.05.1915, p. 6.

<sup>73</sup> MENDES, Adelino (1916), *O Algarve e Setúbal*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, p. 200.

<sup>74</sup> ANTT, GCL, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência Expedida – 1917, NT 929, Mç. «Relatórios», Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917.

<sup>75</sup> ADSTB, CMS, Copiadores de Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv. 12, Ofício de 19.03.1917 do edil para o Presidente do Conselho de Ministros, p. 350.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

questões sociais potenciaram o surgimento de 6 novas associações de classe no concelho dada a necessidade de reforçar estas redes<sup>76</sup>.

Os padeiros e manipuladores do pão retorquiavam com greves (e.g. 18.03.1918) ou aumentavam os preços no mercado acima das tabelas em vigor sem autorização. Além de venderem pão de baixa qualidade a um preço demasiado alto, ameaçavam encerrar os estabelecimentos<sup>77</sup>. Justificavam os aumentos com a chantagem perpetuada pelos moageiros, cuja atitude “*altamente criminosa e repugnante*” se baseava em passar recibos pelos preços oficiais, recebendo a mais uma quantia “*por fora*”<sup>78</sup>.

### Considerações finais

A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra foram marcadas pela má gestão do Estado central e a inoperância do poder local na procura de satisfazer as necessidades básicas de alimentação da terceira maior cidade do país. Altamente dependente do exterior de géneros alimentícios, a cidade do Sado sofreu com o drama da fome em vários momentos, principalmente nos últimos anos do conflito, fruto da completa ausência de pão, farinha, trigo ou de uma escalada de preços absolutamente inoportáveis para a maioria da comunidade sadina. Esta foi a principal causa para que se tenha gerado um novo fulgor nos movimentos sociais, que culpabilizaram a guerra pelas dificuldades pelas quais passaram, e utilizaram diferentes meios de reivindicação, inclusive violência, para demonstrarem o seu descontentamento e desespero.

A Setúbal da Grande Guerra abriu um conjunto de cicatrizes num vulcão, que entrou em erupção, e que não voltaria a perdoar a República pelo contexto que vivenciou. A crise dos abastecimentos perpetuou-se depois do conflito, sendo o episódio das «Revoltas da Fome» de 1920, com mais de 1.500 setubalenses em protesto e que

---

<sup>76</sup> Associações de Classe: Trabalhadores Rurais de Palmela (1914); Pescadores da Murtosa (1914); Operários da Construção Civil e Artes Correlativas (1914); Revendedores de Peixe no Mercado do Livramento (1915); Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva (1917); Empregados no Comércio e Indústria (1917). Disponível em: <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/index.htm> [Consultado a 25.08.2018]

<sup>77</sup> ADSTB, CMS, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício de 16.04.1915.

<sup>78</sup> *Idem*, Ofício de 15.10.1916.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

terminou com mais duas mortes, um dos mais representativos momentos da decadência do republicanismo na região.

### **Bibliografia:**

#### **Fontes:**

##### **Fontes Primárias:**

Arquivo Distrital de Setúbal

C.M. de Setúbal

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Governo Civil de Lisboa

Ministério do Interior

Arquivo Histórico-Militar

1ª Divisão

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

Livros de correspondência

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

Núcleo 174

##### **Fontes Secundárias:**

Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal (1918), *Relatório e Contas da Associação de Beneficência da Misericórdia de Setúbal respeitante ao ano económico de 1916-1917 com recapitulação de contas dos últimos cinco anos económicos*, Setúbal, Tipografia Albino & C.

MENDES, Adelino (1916), *O Algarve e Setúbal*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores.

Ministério das Finanças (1921), *Anuário Estatístico de Portugal, 1913 a 1917*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Ministério das Finanças (1923), *Anuário Estatístico de Portugal, 1915 a 1919*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Ministério do Trabalho e da Previdência Social (1919), *Boletim da Previdência Social*, ano II, nº 5, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

**Periódicos:**

**Imprensa local:**

*Alvorada*

*A Folha de Setúbal*

*A Justiça*

*A Trombeta*

*A Voz da Mocidade*

*O Semeador*

*O Trabalho*

*República*

**Imprensa nacional:**

*Jornal do Comércio e das Colónias*

**Estudos:**

ARRANJA, Álvaro (2011), *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura do Operariado-República em 1911*, Setúbal, CEB.

COSTA, Albérico Afonso (2011), *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*, Setúbal, Estuário.

*Idem* (2011), “Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana” in *II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Setúbal, ESE/IPS, pp. 225-240.

*Idem* (2012), “Setúbal Republicana – quando as fábricas transbordavam de greves” in org: AA.VV., *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*, Lisboa, Colibri, pp. 61-72.

FERREIRA, Diogo (2017), *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Setúbal, Estuário.

MEDINA, João (1981), “Prefácio” - *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*, org: AA.VV., Setúbal, Assembleia Distrital de Setúbal.

PIRES, Ana Paula (2011), *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

Diogo Ferreira - A crise dos abastecimentos e a «questão das subsistências» em Setúbal durante a Grande Guerra: a cidade que entrou em erupção (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 83-105. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a5

PÓVOA, Marco (2013), *Policar Portugal: A Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE-IUL.

RODRIGUES, Joaquim (1997), *A indústria conservas de peixe no Algarve*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa, FCSH/NOVA.

*Idem* (2010), *O Algarve e a Grande Guerra: A questão das Subsistências (1914-1918)*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, FCSH/NOVA.

ROLLO, Maria Fernanda (1991), “Industrialização” in MARQUES, A. H. de Oliveira (org.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença.

ROSSUM, Arnold Arie van (2011), *A Questão das Subsistências no Porto no período da Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Porto, FLUP.

SAMARA, Maria Alice (1998), “O Impacte Económico e Social da Primeira Guerra Mundial em Portugal” in org. TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Colibri.

VALENTE, Vasco Pulido (1981), “Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, vol. XVII, Lisboa, ICS, pp. 615-678.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

## Os socialistas portuenses e a Grande Guerra

### Porto Socialists and the Great War

### Les socialistes de Porto et la Grande Guerre

### Los socialistas del Porto y la Gran Guerra

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia  
Universidade do Porto  
fausto.correia92@gmail.com

**Resumo:** Cem anos separam-nos do fim de um dos mais terríficos conflitos que a História conheceu. De Naulila à Flandres, a participação portuguesa, envolvida num conjunto intrincado de peripécias até à declaração de guerra alemã, revelou-se uma experiência desastrosa. Com a Grande Guerra, o socialismo internacional fracionou-se em torno da defesa ou condenação do conflito. Em Portugal, de entre as diversas forças políticas da época, o Partido Socialista Português, apesar de pequeno e contar nas suas fileiras com inúmeras divergências em termos ideológicos, e perante a ameaça de um conflito generalizado, cedo condenou uma possível intervenção portuguesa na guerra. A ação dos socialistas portuenses seria decisiva no alinhavar de posições de um partido fracionado e atemorizado pela atmosfera de uma Europa em sobressalto.

**Palavras-chave:** Socialismo, Grande Guerra, Partido Socialista Português, Porto.

**Abstract:** One hundred years have passed since one of the most terrific conflicts that history has ever known. From Naulila to Flandres the Portuguese participation was involved in an intricate set of shenanigans till the German declaration of war, which proved to be a disastrous experience. With the Great War, international socialism was fractured around the defense or condemnation of the conflict. Among the political forces of that time, the Portuguese Socialist Party, in spite of being a small party that was facing numerous differences in ideological terms, early condemned a possible Portuguese intervention in the war. The measures taken by Porto Socialists would be decisive in order to tack the positions and directions of a split party, terrified by the atmosphere of a Europe in shock.

**Key-words:** Socialism, Great War, Portuguese Socialist Party, Porto.

**Résumé:** Cent ans nous séparent de la fin de l'un des plus terrifiants conflits que l'Histoire a connu. De Naulila à la Flandre, la participation portugaise, impliquée dans une situation complexe jusqu'à la déclaration de la guerre, s'est avérée désastreuse. Avec la grande guerre, le socialisme international est divisé. D'un côté, ceux qui étaient favorable au conflit et ceux qui le condamnaient. Au Portugal, parmi les différentes forces politiques de l'époque, le Parti Socialiste Portugais – malgré son influence limitée et ses divergences idéologiques, et face à une menace de conflit généralisé –, a condamné très tôt une possible intervention portugaise dans la Grande Guerre. Le rôle des socialistes de Porto serait décisif pour la prise de position de ce parti, fractionné et terrorisé par le climat d'une Europe troublée.

**Mots-clés:** Socialisme, Grand Guerre, Parti Socialiste Portugais, Porto.

**Resumen:** Cien años nos separan del final de uno de los más terribles conflictos que la Historia ha conocido. Desde Naulila hasta Flandes, la participación portuguesa, implicada en un conjunto complejo de peripecias hasta la declaración de guerra alemana, resultó ser una experiencia desastrosa. Con la gran guerra, el socialismo internacional se fracturó en torno a la defensa o condena del conflicto. En Portugal, entre las diversas fuerzas políticas de la época, el Partido Socialista de Portugal, aunque pequeño y con muchas diferencias en términos ideológicos en sus filas, y delante de la amenaza de un conflicto generalizado,

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

pronto condenó la posibilidad de intervención portuguesa en la guerra. La acción de los socialistas portuenses sería decisiva en el alineamiento de posiciones de un partido fraccionado y atemorizado por la atmósfera de una Europa en sobresalto.

**Palabras clave:** Socialismo, Gran Guerra, Partido Socialista de Portugal, Porto.

## Introdução

Apesar da evolução que a historiografia portuguesa conheceu com a Revolução de abril de 1974, o estudo do socialismo português, mais propriamente do Partido Socialista Português, está ainda numa fase incipiente. Após décadas de desprezo por parte do Estado Novo relativamente à Primeira República, estigmatizada pela máquina do regime, vários historiadores tomaram as rédeas do estudo do movimento operário e socialista em Portugal. Com exceção de César Nogueira (Nogueira, 1964;1966), destacado militante do Partido Socialista Português, apenas Maria Filomena Mónica (Mónica, 1985;1986) estudou o movimento socialista português e a forma como o partido se inseriu no mesmo, destacando que “as peripécias que envolveram o nascimento dos vários partidos socialistas, o Partido Socialista (1875), o Partido dos Operários Socialistas de Portugal (1878) e o Partido Socialista Português (1895) são praticamente desconhecidas” (Mónica, 1985: 15). Esta afirmação de Filomena Mónica não poderia ser mais atual, até porque as grandes figuras de proa da produção histórica continuam a ser as mesmas, provenientes das gerações emergentes dos anos 70 e 80. São, pois, os casos de Maria Filomena Mónica, César Oliveira (Oliveira, 1973; 1990) e José Pacheco Pereira (Pereira, 1971; 1971a), que se dedicaram à reconstituição da sociologia do movimento socialista e suas influências (Filomena Mónica), à evolução do pensamento do operariado socialista (César Oliveira) e à reflexão sobre a condição operária (José Pacheco Pereira). Posteriormente, este pequeno grupo recebeu sangue novo, juntando-se António Ventura (Ventura, 2000; 2010), Maria Alice Samara (Samara, 2002) ou Joana Dias Pereira (Pereira, 2011), cabendo a esta última o estudo da ideologia que mais influenciou o operariado organizado no período da Primeira República: o sindicalismo-revolucionário. A produção teórica não se esgota, naturalmente, nos autores elencados, justificando-se esta escolha com a maior proximidade para com o objeto de estudo<sup>1</sup>.

O estudo do socialismo, enquanto movimento que preconizava o

---

<sup>1</sup> Importa destacar aqui a obra de Fernando Pereira Marques, *O Socialismo e o PS em Portugal*, lançada em 2018, e que dedica uma parte à história das ideias socialistas em Portugal e respetivos partidos. Merecem também destaque: Fonseca (1979-1980), Castro (1999) e Correia (2016).

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

internacionalismo operário, depende de uma análise aturada do contexto internacional onde se insere. Daí que se destaquem os trabalhos de Georges Haupt (Haupt, 1964; 1965; 1969; 1972), que estudou a proeminência da II Internacional no plano geopolítico mundial e da própria ideologia socialista noutras correntes de pensamento, tendo-se socorrido do arquivo do Bureau Socialista Internacional. Outros autores, como Jacques Droz (Droz, 1974; 2014) e Donald Sassoon (Sassoon, 2001), aprofundaram as relações da Internacional com os partidos da sua esfera de influência, enquanto Eric Hobsbawm (Hobsbawm, 1990; 1998) procurou dar maior ênfase à questão sociológica do movimento operário, ao desenvolvimento da consciência de classe e à forma como as ideologias a agitaram, seguindo uma linha historiográfica marxista.

Este trabalho pretende retomar as linhas gerais da temática que explorámos em estudo anterior, centrado na análise do Partido Socialista Português no Porto durante a Grande Guerra (Correia: 2016). Neste artigo, procuraremos rastrear as diferentes representações socialistas do conflito, partindo da perspectiva internacional (da Internacional Socialista) para contextualizar o caso português e, em particular, o caso dos socialistas portuenses. Recorrendo, principalmente, a fontes ligadas ao Partido Socialista Português e à bibliografia disponível, serão retratadas as questões ligadas às clivagens geradas pela guerra no socialismo português

## **1. Os socialistas e a guerra: divisões de perspectivas no seio da Internacional Socialista**

Agosto de 1914 não representa apenas a data do despoletar do grande conflito europeu. O pensamento socialista internacional, nas suas diversas matrizes, sofre um golpe fatal nas suas aspirações, após anos de grande atividade antimilitarista propagandeada por todo o mundo. Terá a Internacional Socialista acreditado que a sucessão de conflitos dos inícios do século XX, mais propriamente, as guerras balcânicas, seria insuficiente para um alerta de guerra generalizada?

Nas vésperas da Grande Guerra, a Internacional Socialista seria o estandarte do antimilitarismo. Os próprios membros acreditavam nisso mesmo, capazes de “mobilizar um exército de cinco milhões de operários organizados na luta pela paz” (Haupt, 1972: 1). A realidade da guerra viria, porém, demonstrar a falência desta retórica.



Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

Atentemos, de forma sucinta, na ideologia que animava a grande maioria da II Internacional, o ‘marxismo vulgar’, que condensou a doutrina marxista em simples proposições. Tal como refere Donald Sassoon, “a versão popular da nova doutrina foi divulgada através dos trabalhos de Kautsky e Bebel, mais largamente difundidos e lidos do que as obras do próprio Marx” (Sassoon, 2001: 32). O principal efeito deste novo *corpus* doutrinário foi atenuar (poder-se-á dizer omitir, na prática) a índole revolucionária que categorizava o marxismo, muito por influência dos socialistas alemães. Por se tratar do partido que melhor se apresentava em termos de organização, o Partido Social Democrata Alemão rapidamente se evidenciou como o condutor dos destinos da II Internacional (Sassoon, 2001: 31-36). Esta proeminência não evitou um conjunto acérrimo de críticas provenientes das suas próprias fileiras e de alguns socialistas radicais de outros países, entre os quais, Lenine.

Desde o ressurgimento da Internacional Socialista<sup>2</sup>, em 1889, que as questões do militarismo e da guerra estavam na ordem dos debates dos congressos. No congresso inaugural da Internacional em Paris (congresso marxista «de la salle Pétrelle»)<sup>3</sup>, “entre as questões da ordem do dia, [estavam] a abolição dos exércitos permanentes” (Droz, 1974: 785). Os interesses do capital, afirmava-se, desaguardariam para a guerra, enquanto os dos trabalhadores teriam que necessariamente passar pela paz (Haupt: 1972: 12). As questões táticas, como veremos, seriam as que mais celeuma causariam no seio da Internacional e as que viriam a precipitar a sua falência no verão de 1914.

O Congresso de Zurique, de 1893, marca um passo decisivo na prossecução dos intentos daqueles que apenas admitiam a ação política como o verdadeiro propulsor de toda a ação socialista. Excluídos os anarquistas, *o marxismo vulgar* e, mais concretamente, a social-democracia alemã, triunfavam. Esta vitória do Partido Social Democrata Alemão representava um paradoxo: os velhos ideais marxistas da revolução

---

<sup>2</sup> A nova Internacional Socialista ressurgia com uma orientação diferente, assumindo o respeito pela autonomia de cada partido segundo as próprias circunstâncias nacionais. Este modelo descentralizado permitiria, aparentemente, uma melhor adaptação dos socialistas à sua realidade, afastando-se de certas conceções utópicas da sociedade. Porém, a tomada de posições comuns tornou-se ambígua e, frequentemente, retórica. A ação conflagradora dos socialistas perante a Grande Guerra não seria mais que o produto das divergências no seio do movimento socialista internacional.

<sup>3</sup> Apesar de, em 1889, se terem reunido dois congressos socialistas em Paris, um possibilista e outro marxista, “foi o congresso da sala Pétrelle, organizado em comum pelos guesdistas e pelos blanquistas, tendo à sua cabeça Édouard Vaillant e a Federação das Câmaras Sindicais de Paris, que a II Internacional considerou mais tarde como o seu primeiro congresso” (Droz, 1974: 784).

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

socialista seriam olvidados em prol de uma demarcada vocação parlamentarista, com a emergência de partidos de classe, disciplinados e organizados (Hobsbawm, 1990: 174). Tal não impediu que a retórica revolucionária continuasse a ser proclamada mas, na prática, a revolução apresentava-se mais como um fator intimidatório para com a burguesia do que uma questão estratégica (Haupt, 1972: 22).

Os inícios do século XX despontam num cenário cada vez mais preocupante para o socialismo internacional. Os vários conflitos emergentes viriam a traçar o seu futuro enquanto mobilizador de massas. Desde logo três importantes e decisivas questões: o problema colonial, das nacionalidades e da guerra.

A questão colonial, introduzida no Congresso de Paris de 1900 mas debatida com mais intensidade no Congresso de Estugarda de 1907, gerou divergências nos socialistas. As teses em confronto dividiam-se na atitude a adotar face aos impérios colonizadores. Enquanto o alemão E. David se pronunciava a favor da ideia de colonização como objetivo integral do socialismo, uma outra posição, mais moderada, de Van Kol, pronunciava-se pela criação de estruturas coloniais sólidas que, de futuro, dariam azo a movimentos de independência. Por fim, as posições de L. de Brouckère e Kautsky repudiavam o colonialismo por se tratar da “forma degradada do capitalismo no período imperialista”. O congresso acabaria por aprovar uma moção que responsabilizava a Internacional pelo combate a todo o tipo de exploração colonial, moção essa que, para Jacques Droz, não representava mais do que uma compreensão parcial do problema (Droz, 2014: 159).

O problema das nacionalidades foi outro dos pontos quentes dos debates da Internacional, dado que para os socialistas “o imperialismo designa a clássica opressão nacional praticada no quadro dos velhos impérios dinásticos” (Droz, 1974: 802). Do ponto de vista da doutrina marxista, as questões nacionais situavam-se num plano secundário, dado que as próprias nações “não poderiam constituir o *conteúdo* da ação revolucionária, elas não eram senão *formas* no interior das quais funcionava o único motor da história que é a luta de classes” (Droz, 1974: 804). Não obstante, a realidade assumia contornos diferentes, dado que a própria Internacional seria «envenenada» pelo problema das nacionalidades (Droz, 1974: 805). Para Droz, as lutas independentistas desenharam o princípio do fim da II Internacional, muito por influência de uma certa

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

negligência dos líderes socialistas que teriam camuflado a questão sob o signo do internacionalismo. Daí que o autor tenha afirmado: “na primeira ocasião furariam a camada superficial de um internacionalismo declarativo” (Droz, 1974: 809).

Convocado para agosto de 1907, o Congresso de Estugarda revelaria as fragilidades em que assentavam a tática e a realidade socialistas. Estugarda terá sido mesmo o culminar da vida da Internacional Socialista, onde o foco foi o problema do militarismo e da guerra. Mais do que rivalidades entre escolas, o cerne do problema estava na ação (Haupt, 1972: 20). O jogo de forças da Internacional seria baralhado pelas divergências entre os delegados franceses e alemães. Espelho disto seria a proposta conjunta de Vaillant e Jaurés para a prossecução da «guerra à guerra», a greve geral, que mereceu violentas críticas por parte dos delegados alemães, certamente receosos de uma nova vaga repressiva dos tempos da legislação anti-socialista bismarckiana. Aos delegados franceses juntaram-se Rosa Luxemburgo, das fileiras da social-democracia alemã, bem como os russos Lenine e Martov, cujas posições se situavam mais à esquerda no seio da Internacional. Este grupo assumia (e viria a assumir, irredutivelmente, com o deflagrar da Grande Guerra) uma posição antiguerra, em prol do velho ideal de Marx que situava as guerras capitalistas no plano da oportunidade da revolução socialista (Haupt, 1972: 21). A hipótese revolucionária, contudo, não estava ausente do ideal da maioria da Internacional. A resolução adotada pelo Congresso assim a sentenciava: “Contudo, no caso de a guerra rebentar, eles [os socialistas] têm o dever de se intrometer para a fazer cessar prontamente e de utilizar com todas as suas forças a crise económica e política criada pela guerra a fim de agitar as camadas populares mais profundas e precipitar a queda da dominação capitalista” (Droz, 1974: 813).

O verão de 1914 prometia ser decisivo para o socialismo internacional, naquilo que eram as suas intenções de definição de uma *tática* coerente com a realidade. Permanentemente agitada pelos graves acontecimentos na Europa, os congressos da Internacional Socialista de Copenhaga (1910) e de Basileia (extraordinário, convocado pelo Bureau Socialista Internacional em 1912, face ao recrudescimento da guerra nos Balcãs), apesar de se cingirem à retórica do internacionalismo pacifista, permitiram que os meios para combater a guerra fossem discutidos na forma de transposição para a prática. A proposta de Vaillant e Keir Hardie, em Copenhaga, para que os operários das

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

indústrias armamentistas recorressem à greve, caso a guerra despoletasse, foi enviada para o Bureau Socialista Internacional, “que foi encarregado de apresentar um relatório ao próximo congresso, o qual foi convocado para se reunir em Viena... em Agosto de 1914” (Droz, 1974: 815). Segundo Haupt, “em Viena, assim era esperado, a Internacional Socialista iria finalmente pronunciar-se inequivocamente ou para ou contra a simultânea e internacional greve organizada dos trabalhadores” (Haupt, 1972: 2).

Causalidade das casualidades, a guerra despoletou e a situação revelou-se caótica para o socialismo. Com a votação de créditos militares e a entrada em governos nacionais, a atitude tomada pela maioria da Internacional Socialista era tudo menos em prol do velho dogma marxista: a revolução social do operariado.

## **2. Divergências no Partido Socialista Português: da eclosão do conflito à União Sagrada**

Falar da República portuguesa em agosto de 1914 é, na realidade, narrar a guerra. Irreversível fatalidade, “a guerra foi a morte da Primeira República” (Rosas, 2009: 248). Todo o país seria inevitavelmente arrastado para o debate em torno do que sucedia nos teatros de guerra europeus, produzindo-se duas visões distintas: os intervencionistas, que clamavam pela entrada de Portugal no conflito, e os anti intervencionistas, que a repudiavam. No que respeita ao Partido Socialista Português, pretende-se tão somente responder às seguintes questões: qual o posicionamento do partido face à guerra? Qual o nível de preponderância dos socialistas portuenses neste período no seio partidário?

À semelhança do que sucedia nos diversos partidos da Internacional Socialista, o conflito europeu produziu grandes querelas no Partido Socialista Português. Se, em todo o caso, a maioria da Internacional Socialista optou por ações pró-nacionais, na esfera de atuação dos respetivos governos, também coexistiram grupos de resistência e de intransigência face ao intervencionismo na guerra. Rosa Luxemburgo e Lenine seriam os rostos mais visíveis da «guerra à guerra», tantas vezes proclamada no seio da Internacional Socialista. Em Portugal, o mesmo sucederia, consubstanciando-se em correntes de opinião muito distintas no seio da família socialista.

A primeira tomada de posição de um órgão oficial do Partido Socialista Português pertenceu ao jornal da Confederação do Norte do Partido Socialista Português, *A Voz do*

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

*Povo*<sup>4</sup>, a 9 de agosto de 1914, sob o título “Tremendas Responsabilidades”. João Dias da Silva, editor do periódico e vereador pela minoria socialista na Câmara Municipal do Porto, criticava a postura do Império Alemão. Mais importante que o litígio entre a Alemanha e a França, para este socialista o problema que resultou na declaração de guerra da Áustria à Sérvia merecia maior destaque. Se a Áustria tinha razões para exigir certos compromissos à Sérvia, perdia agora a sua autoridade moral ao subordinar-se às imposições secretas da Alemanha. Por isso, os alemães deveriam ser responsabilizados pelo ultimato da Áustria à Sérvia. Quanto à França, Dias da Silva classificava-a como a “simpática nação que mais tem contribuído para o reinado da paz”, tendo sido ofendida na sua integridade pelo Kaiser. Para não arrastar a Europa para a guerra terá a França, na opinião deste socialista, sacrificado o seu direito à Alsácia Lorena. “Daí a oportuna intervenção da Inglaterra que arbitrará em favor da justiça o trágico pleito internacional”. As responsabilidades da guerra recaíam todas na Alemanha dos governantes, do imperador e da burguesia. Outra Alemanha alentava os socialistas portuenses: a dos socialistas e operários alemães, cuja atitude lhes era ainda desconhecida devido à censura imposta no Império Alemão (Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), *A Voz do Povo*, n.º 372, 9 de agosto de 1914, p. 1). Dando como adquirida a posição de Dias de Silva como a da Confederação do Norte, ressalva-se uma proximidade dos socialistas portuenses para com os Aliados, em especial a França. O distanciamento face à Alemanha não significava a exclusão desses socialistas, que se esperava terem sido os primeiros a repudiar a ofensiva guerreira do Kaiser.

Na semana em que se dá início às hostilidades, o Partido Socialista Português, por intermédio das suas Confederações (Norte e Sul), organizou manifestações públicas de repúdio contra a guerra. No Porto, a manifestação do Largo da Trindade, proibida pelo Governo Civil, não se chegaria a realizar, apesar de ter comparecido “um grande número de manifestantes” dispersos pela polícia. Em Lisboa, à semelhança da do Porto, a manifestação contra a guerra foi também dispersa pela polícia (*A Voz do Povo*, n.º 372, 9 de agosto de 1914, p. 2).

---

<sup>4</sup> Fundado em 1907 por Manuel José da Silva, mais tarde eleito deputado pelo partido às Constituintes de 1911, foi um importante meio de difusão dos ideais socialistas desde a sua fundação até ao ano de 1919, altura em que se fundiu com o jornal *A Comuna* e do qual resultou um novo periódico socialista, *A República Social*.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

O Conselho Central do Partido Socialista Português dava início, a 15 de agosto de 1914, à publicação do seu órgão oficial, *O Combate*. Tendo como redatores principais figuras importantes do partido, tais como António Pereira, presidente, e César Nogueira, secretário externo e delegado do partido ao Bureau Socialista Internacional, *O Combate* apresentou-se como “o traço de união entre o Conselho Central e as agremiações do partido”, pelo que “não eram permitidas nem alimentadas questões de caráter pessoal e as questões de caráter coletivo só serão abordadas em harmonia com os interesses e a disciplina do partido”. No que respeita à guerra, neste número inaugural, *O Combate* limitou-se a expressar um dilema: “com respeito a Portugal, não sabemos se está neutral ou se deixa de o estar”. Aproveitando a notícia da realização de um Congresso Socialista na Região Norte, o órgão do Conselho Central referia-se aos socialistas portuenses nestes termos: “No Porto, o Partido Socialista é o segundo partido que conta com maior influência eleitoral. [...] Além disso, o povo operário no Norte estando mais afastado do foco revolucionário, como é Lisboa, mais facilmente se desapega dos ídolos da República, abraçando os ideais do Socialismo”. Aludiram, ainda, “à superior vantagem dos elementos socialistas [do Norte] serem perfeitamente solidários na ação partidária, manobrem sempre em uniformidade e nunca faltarem aos compromissos da luta” (Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), *O Combate*, n.º 1, 15 de agosto de 1914, p. 2).

O tom elogioso que o órgão oficial do Conselho Central do partido adotou na caracterização dos seus camaradas do Norte poderá, indiretamente, apontar para o seguinte: uma declaração, em forma de crítica, para com os elementos do Sul, aparentemente mais permeáveis às influências republicanas. Aqui, poderá residir um dos fundamentos para as divergências de perspetivas face à guerra que se encontram entre o Conselho Central/Confederação do Sul e a Confederação do Norte, estando subjacente a ideia de uma independência sem contestação, ainda que harmoniosa com os ideais partidários dos socialistas portuenses.

A 16 de agosto teve início o 2.º Congresso Regional de Braga, no qual a Confederação do Norte se pronunciaria sobre “A atitude do Partido Socialista perante a chamada defesa nacional”, num documento elaborado pela Federação Municipal Socialista do Porto. Poucos dias antes, o deputado socialista Manuel José da Silva, diretor

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

de *A Voz do Povo*, deu a conhecer no Parlamento a posição dos socialistas face às medidas extraordinárias propostas pelo executivo de Bernardino Machado para atenuar os efeitos provocados pela guerra. Afirmou que incumbia ao operariado internacional a resolução dos conflitos pela arbitragem, pelo que os socialistas portugueses repudiavam quaisquer conflitos “a ferro e fogo”. “É socialista, e dos socialistas costuma dizer-se que não têm pátria”. Para o deputado socialista, esta era uma questão que deveria ser remetida para a teoria, dado que, sendo socialista criado no país, não exultava vê-lo caminhar para o abismo. Portanto, e nestas circunstâncias excepcionais, o Partido Socialista Português via de bom grado uma cooperação com os restantes partidos pela defesa do país, pelo que deu o seu voto às propostas do Governo (*A Voz do Povo*, n.º 373, 16 de agosto de 1914, p. 2).

O estado conformista dos socialistas era evidente, algo que só a retórica internacionalista e pacifista poderia, de alguma forma, atenuar. Em artigo de primeira página de *A Voz do Povo*, de 30 de agosto de 1914, Manuel José da Silva revelava o seu pensamento face à guerra, à sociedade capitalista e à possibilidade da revolução socialista. Assim, “como meio transitório, os socialistas não podem repudiar determinados deveres que a sociedade burguesa lhes prescreve”. Para justificar este ponto de vista, utilizou as seguintes metáforas: “o indivíduo que é ateu constrói igrejas, santos, santas, etc. O serralheiro, que odeia o ato de matar, fabrica revólveres, espingardas, etc. O operário socialista, que odeia o capitalismo, trabalha e recebe salário”. Assim, “como o mundo social é um só e não podemos viver senão dentro dele, é-nos conveniente não praticar o que possa corresponder ao suicídio sem nenhuma compensação”. Perante tudo isto, caberia aos jovens socialistas o dever de não fugir à vida militar, devendo exercê-la e subordinar-se aos convencionalismos em voga. Só numa única exceção os socialistas se deveriam abster de exercer a vida militar, em caso de guerra civil (*A Voz do Povo*, n.º 375, 30 de agosto de 1914, p. 1). Daqui ressalta uma consequência fundamental: os socialistas portugueses eram contra a guerra mas o seu antimilitarismo esvair-se-ia caso o país fosse arrastado para o conflito. Lutar contra um *status quo* consolidado era um atentado à sobrevivência do próprio partido. Como tal, poderemos deduzir que o Partido Socialista Português, ainda antes de Portugal entrar na guerra, pouco iria fazer para alterar uma situação que lhe merecia o maior dos repúdios. As contradições no discurso de

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

Manuel José da Silva, ao identificar-se como antimilitarista, mas servindo-se das metáforas do ateu e do serralheiro para justificar a necessidade de os socialistas exercerem a vida militar, evidenciavam uma preocupação mais forte para com a sobrevivência do próprio partido do que propriamente com as questões inerentes ao militarismo. Ainda assim, tais contradições não impediram os socialistas portuenses de exercerem uma forte propaganda pela não intervenção portuguesa, motivo pelo qual entrariam em conflito com os militantes da Confederação do Sul.

Os rumores que sobressaíam na imprensa republicana, relativamente à possibilidade da intervenção portuguesa na guerra, alertaram os socialistas. As críticas aos jornais republicanos e a uma série de militares e civis que propagandeavam a mobilização portuguesa para o teatro de guerra, ao abrigo dos tratados de aliança com a Inglaterra, fizeram-se sentir em *A Voz do Povo*. A reação dos socialistas portuenses é relativamente sóbria: “se as condições expressas nos tratados nos estabelecem essa obrigação, independentemente de qualquer situação ou entendimento, esse exército deve partir para o seu destino”. Os socialistas portuenses não desconsideravam a aliança inglesa, considerando-a um importante fator de integridade do território nacional: “Pela situação especial do território português da metrópole, ligada por terra com a Espanha, e pela situação também especial do nosso domínio colonial, a aliança luso-britânica é-nos conveniente, indispensável, até”. A questão prendia-se com uma possível subjugação aos interesses ingleses que, esperava-se, estavam cientes das dificuldades portuguesas a nível económico e militar. Por isso, para os socialistas portuenses, a mobilização de tropas só se deveria efetuar em caso de defesa do território nacional e colonial (*A Voz do Povo*, n.º 379, 27 de setembro de 1914, p. 1).

Porém, a propaganda contra a intervenção portuguesa na guerra encetada pelos socialistas portuenses iria intensificar-se cada vez mais na proporção em que cresciam na imprensa republicana as vozes intervencionistas. A 11 de outubro de 1914, *A Voz do Povo* dedicou toda a sua primeira página ao «Partido Socialista perante a guerra – contra a intervenção do Exército Português». Este artigo explorava largamente as contradições da argumentação intervencionista, procurando desse modo justificar a conservação da neutralidade portuguesa ou uma possível intervenção com base nos acordos com a Inglaterra. Este «documento» foi enviado ao Conselho Central para ser analisado, tendo



Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

em conta que, até esse momento, a direção do partido não se tinha pronunciado oficialmente sobre a situação nacional e internacional (*A Voz do Povo*, n.º 381, 11 de outubro de 1914, p. 1).

A Sul, algumas vozes ligadas ao Conselho Central começavam a pronunciar-se em sentido contrário às resoluções tomadas na Confederação do Norte. As posições de José Fernandes Alves, presidente da Confederação Socialista do Sul, geraram indignação nos socialistas portuenses. “Afirmando-se contrário a todas as guerras, Fernandes Alves dizia que neste caso fora forçado a reconhecer que a Alemanha representava a «força bruta». Era por conseguinte necessário esmagar as ambições do Kaiser com as mesmas energias com que os nossos antepassados tinham destruído as tropas napoleónicas” (Mónica, 1985: 121). Defendia ainda que a situação portuguesa deveria ser melhor definida, considerando a neutralidade “um sintoma de pusilanimidade” (*O Combate*, n.º 9, 11 de outubro de 1914, p. 1).

Ao exprimir-se no órgão oficial do partido, Fernandes Alves alegava a independência de opinião face ao Conselho Central. Manuel José da Silva aproveitará para tecer duras críticas à redação de *O Combate* pela transigência para com aquele tipo de opinião num órgão que se declarava como “a voz” do partido. Num artigo de primeira página intitulado “Portugal e a Guerra – Como o Partido Socialista do Norte encara a questão”, o socialista portuense afirmava: “o zelo, a expansão, o culto do patriotismo são disfarces com que a preponderância materialista do conflito procura encobrir-se”. Para Manuel José da Silva, não era só ao imperialismo alemão que deveriam ser atribuídas as responsabilidades pela guerra, pois “nas empresas alemães que fabricam material de guerra, estão envolvidos capitais e influências de nacionalidade francesa, nas empresas francesas estão envolvidos interesses e ingerências de nacionalidade alemã” (*O Combate*, n.º 11, 25 de outubro de 1914, p. 1).

A polémica entre os dois socialistas, não obstante a declaração oficial do Conselho Central, que seguia o posicionamento da Confederação do Norte, duraria ainda algumas semanas. Ficava claro que as vozes intervencionistas se concentravam a Sul, pelo que a Norte vingava uma intransigente posição anti intervencionista. Todavia, o Conselho Central procurou o caminho da conciliação da família socialista em prol de uma ação comum, a luta contra a guerra. Ainda assim, o partido viria a ser assolado por nova

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

polémica com a entrada de Portugal na guerra: a questão da União Sagrada.

A declaração de guerra alemã tornava Portugal, para bom grado dos intervencionistas, uma potência beligerante. A intenção dos socialistas portugueses estava já definida há algum tempo: caso a aliança com a Inglaterra prevalecesse, os socialistas não se oporiam. Se os socialistas portugueses foram obrigados, incitados primeiramente por eles próprios, a calar as vozes anti intervencionistas, restava-lhes um último embate: a formação do ministério nacional. Como seria de esperar, a questão envolveu o Partido Socialista Português num amplo debate em que os protagonistas se afiguraram os mesmos: o Conselho Central e a Confederação do Norte. As consequências daí resultantes revelaram-se mais gravosas do que aquelas que advieram do debate pró e contra a intervenção portuguesa.

Duas leituras resultaram da possibilidade de entrada dos socialistas no governo de União Sagrada. A Sul, *O Combate*, face à apresentação no Parlamento de uma proposta de governo nacional por parte de Afonso Costa, afirmava que o Conselho Central faria a devida reflexão e estudaria todas as questões políticas e administrativas, bem como as que dissessem respeito ao operariado em geral. Tendo a Inglaterra invocado o tratado de aliança, *O Combate* afirmava que o Governo cumpriu o seu dever perante os tratados. O discurso do órgão central do partido apelava para o patriotismo característico de um país em situação de guerra, em que a psicologia e os fervores do momento convidavam a que todos, inclusive um dos grandes alvos republicanos e socialistas, a Igreja, participassem na causa da pátria. Por isso, a sessão parlamentar de 10 de março de 1916 revestiu-se de uma “imponência invulgar [...], ocasiões solenes que só de longe em longe se reproduzem no bronze eterno da História”. Todos eram portugueses e os ressentimentos tinham de ser ultrapassados sob a honra da bandeira portuguesa: “mas o mais curioso disto tudo consiste em ser absolutamente indispensável consagrar as opiniões nacionais, forma única de dar tréguas a vivos ressentimentos, para a salvação da nacionalidade, da própria República”. Quanto à questão do governo nacional, *O Combate* dizia que o Conselho Central deliberou participar nele caso fosse convidado, tendo dado instruções ao deputado Costa Júnior para agir nesse sentido (*O Combate*, n.º 77, 19 de março de 1916, p. 1). Como as negociações só se estabeleceram entre os partidos republicanos, tal não chegou a afigurar-se como hipótese credível.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

Para os socialistas portuenses, a participação no governo poderia resultar, entre outras consequências, no abandono de militantes do partido. Apesar da situação presente, “o partido deve continuar libertado de cumplicidades em atos de poder” e, por isso, concluíram que a participação na União Sagrada não seria uma situação vantajosa para os socialistas (*A Voz do Povo*, n.º 452, 19 de março de 1916, p. 1).

A 13 de março de 1916, um telegrama de Lisboa informava os jornais portuenses sobre a posição do deputado socialista, Costa Júnior, perante o Presidente da República, tendo afirmado que se o partido fosse convidado para integrar o governo, os socialistas far-se-iam representar “sem estabelecer nem impor condições, dado o momento que se vive”. Esta declaração provocou a ira dos socialistas portuenses. Primeiro, porque, se o Conselho Central tinha dado poderes ao deputado socialista para proferir a deliberação do partido, a consulta às agremiações do partido tinha sido “uma fantasia”. Segundo, caso Costa Júnior não detivesse esses poderes, incorreu num procedimento grave, ao não ter auscultado o partido. O regulamento obrigava os deputados eleitos a regerem-se pelas indicações do Conselho Central, pelo que, se este não lhe deu tais indicações, Costa Júnior tê-las-ia simulado (*A Voz do Povo*, n.º 452, 19 de março de 1916, p. 2).

As acusações entre a Confederação do Norte e o Conselho Central subiam de tom. Ao ofício recebido do Conselho Central, os socialistas do Norte respondiam com a lei orgânica do partido, ao evocarem o artigo 61.º que estabelecia que “em caso nenhum dentro dos partidos burgueses poderão os membros do partido fazer parte do governo”. Para os militantes do Norte, o Conselho Central encontrava-se numa situação periclitante e sujeitava-se à acusação de violação do mandato (*A Voz do Povo*, n.º 452, 19 de março de 1916, p. 3). A resposta de *O Combate* surgiu a 26 de março. Aludindo às declarações de Costa Júnior no Parlamento, que “terá levantado um certo celeuma nos arraiais socialistas”, o órgão oficial do partido considerava que, na presente situação, os socialistas não poderiam ter outra atitude e que o contrário seria uma demonstração de fraqueza e de falta de tato patriótico. As críticas ao Conselho Central levaram o seu Presidente, António Pereira, a declarar o seguinte: “Não estou em desacordo com a sua constituição [da União Sagrada], nem faço coro com aqueles que julgam ver um grande perigo para o nosso partido fazermos parte, mas, pelo que sei e observei, não conviria a certos indivíduos, apesar do Partido Socialista se ter fundado muito antes da própria

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

República” (*O Combate*, n.º 79, 26 de março de 1916, p. 2). Esta afirmação destinava-se, nas palavras do seu autor, a descortinar e desmentir a argumentação de *A Capital*, que terá insinuado que Costa Júnior aceitaria a participação no ministério nacional sem quaisquer restrições, o que, como vimos, despoletara a ira dos socialistas portuenses (*A Capital*, n.º 2010, 13 de março de 1916, p. 2). António Pereira desvalorizava publicamente a questão e mantinha uma postura de defesa do seu partido perante as correntes difamatórias que surgiam do exterior.

Acosado interna e externamente, o Conselho Central ver-se-ia obrigado a convocar um Congresso Nacional Extraordinário para o dia 16 de abril, com o intuito de resolver o conflito com a Confederação do Norte.

Não sabemos até que ponto a situação gerada em torno da questão da participação dos socialistas no ministério nacional não terá sido um pretexto para que a Confederação do Norte, insatisfeita com a postura de alguns dos membros do Conselho Central desde o início da guerra, engendrasse um esquema, mais ou menos consciente, para diminuir a ação da direção do partido. A argumentação utilizada pelos socialistas do Norte, sendo coerente no ponto da intransigência face à colaboração com governos burgueses, de resto um princípio consagrado nos Congressos da Internacional e consignado no regulamento do partido, apresentava algumas fragilidades no que diz respeito à relação do deputado socialista com o Conselho Central, na qual o primeiro se limitava a reproduzir as deliberações do segundo. De facto, como apontou o próprio César Nogueira, à data delegado pelo partido ao Comité Socialista Internacional, a direção do Partido Socialista Português tinha decidido, em princípio, participar no governo nacional se para tal ele fosse chamado: “Era intenção do Conselho Central, se se chegasse a organizar o ministério nacional, consultar o Partido Socialista Português se estava ou não de acordo com essa resolução, que tinha, como disse, votado em princípio, dependendo da sua resposta as condições a definir, caso aceitasse a participação” (Nogueira, 1966: 37). A atitude titubeante de Carmo Barão na exposição da deliberação do Conselho Central aos socialistas do Norte e a aparente permeabilidade destes socialistas às notícias que surgiam na imprensa, acrescentando ainda o historial de conflitualidade decorrente da definição da posição do partido face à guerra logo em agosto de 1914, contribuíram para o agravamento da turbulência no seio dos socialistas portugueses.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n.º 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

O Congresso Extraordinário do Partido Socialista Português de abril de 1916 decorreu num clima de grande tensão. Nele participaram 63 congressistas pela Confederação do Norte e 29 pela Confederação do Sul (*O Combate*, n.º 81, 23 de abril de 1916, p. 1). O Presidente do Conselho Central justificou a convocação do congresso com o intuito único de resolver o incidente com a Confederação do Norte. António Pereira esclareceu os presentes quanto à questão da deliberação do Conselho Central, justificando-a e assegurando que se tratava de uma intenção e não de uma resolução definitiva, uma vez que o partido ainda não tinha sido consultado. Por sua vez, a Confederação do Norte criticou a posição da direção do partido pelo facto de não ter convocado de imediato o congresso. Manuel José da Silva frisou que a Confederação do Norte participava no congresso com o intuito de liquidar a questão em prol da união do partido, assegurando que no Norte ninguém procedia com má vontade para com os seus camaradas lisboetas. Socorrendo-se do artigo 61.º do regulamento do partido, concluiu pela impossibilidade de qualquer colaboração dos socialistas nos governos burgueses (*A Voz do Povo*, n.º 456, 23 de abril de 1916, p. 1). Apresentadas as explicações, procedeu-se à aprovação por larga maioria de uma moção de João Dias da Silva que aconselhava a direção do partido a seguir, futuramente, os princípios doutrinários defendidos pelos socialistas portugueses, em especial a lei orgânica que dizia respeito à irredutibilidade da participação dos socialistas nos governos burgueses. Aprovou-se ainda uma moção de Oliveira Pombo que pugnava pela pacificação dos militantes socialistas, reconhecendo que não houve qualquer intuito ofensivo de uma e de outra parte, pelo que o incidente terminava ali. Na altura das votações, a maioria dos delegados do Sul já se teria retirado para apanhar o comboio com destino a Lisboa (*O Combate*, n.º 81, 23 de abril de 1916, p. 2).

A aprovação da moção de Dias da Silva, apesar do voto de confiança de Oliveira Pombo, era suficiente para colocar o Conselho Central numa posição extremamente frágil, pelo que, face ao sucedido, se demitiu. *O Combate*, perante as declarações de *A Voz do Povo*, que acusava o presidente do Conselho Central de ter atuado com injustiça e incorreção para com a Confederação do Norte, recusou-se a prolongar o assunto em nome da estabilidade e da coesão do partido (*O Combate*, n.º 82, 30 de abril de 1916, p. 1). Fernandes Alves, pouco depois, assegurou não haver qualquer dissensão no partido,

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

mas, sim, “discórdia saudável e democrática” (*O Combate*, n.º 85, 21 de maio de 1916, p. 1). Os socialistas portuenses aproveitaram o momento para encetar demonstrações da sua força: “Sem vaidade e sem desconsideração por ninguém, há a considerar que no nosso partido, como sucedeu sempre com todos os partidos e com todas as coisas de ordem política social, é do norte que há-de partir a iniciativa e a ação forte com que ele se engrandecerá, sob todos os pontos de vista” (*A Voz do Povo*, n.º 465, 25 de junho de 1916, p. 1).

O Conselho Central demissionário optou pela constituição do Comité de Direção Superior do Partido Socialista Português, constituído por um elemento de cada Confederação Regional, uma decisão que agradou aos socialistas do Norte e que, por insistência destes, vigorou até ao VII Congresso Nacional no qual foi eleito um novo Conselho Central (Nogueira, 1966: 42).

## Conclusão

O fim da guerra chegava envolto em ténues esperanças para os socialistas portuenses. A apologia do “começo de uma nova era” ganhava força, após quatro longos anos de lutas fratricidas. A fé no futuro dos trabalhadores não se tinha desvanecido, mas o capitalismo, ao invés de ceder à dialética materialista prevista por Marx, não tinha perdido a sua força. Por isso, “o regime da produção, da circulação e da repartição, sendo de futuro o mesmo que tem sido, há-de impreterivelmente determinar novos e sangrentos conflitos, o que é indubitável se é lógico que as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos”. A perspetiva do futuro produzia sentimentos paradoxais: “Se a terminação da guerra é motivo para nos encher de boa e justificada alegria [...], não devemos esquecer nem por um momento que a paz dos povos não será duradoura nem frutuosa para a relativa felicidade dos indivíduos se os povos [...] não se concentrarem [...] na realização do seu programa de reformas sociais” (*A Voz do Povo*, n.º 587, 17 de novembro de 1918, p. 1).

Para os socialistas portuenses, o tempo era agora de pacificação de todos aqueles que clamavam pela República. A intransigência face à cooperação com governos republicanos cedia agora aos clamores de uma «República em perigo», face ao que sucedeu nos inícios de 1919, com a proclamação da Monarquia do Norte. Os 24 dias da

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

“aventura do urso monárquico-clerical” aproximaram os socialistas portuenses dos republicanos. A experiência monárquica revelou-se desastrosa: “prisões a esmo. Aplicação de insultos a toda a gente mais ou menos suspeita. Espionagem exercida em toda a parte por brutos, beatos e mendigos profissionais. O regime da denúncia, do cacete e da sova”. Os acontecimentos de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919 deveriam afigurar-se como lição para os republicanos: “entre a família republicana deverá doravante ser visto e considerado como nocivo à causa todo o procedimento que, material ou moralmente, possa contribuir para desprestigiar, enfraquecer ou empobrecer a República criando-lhe inimigos ou descrentes” (*A Voz do Povo*, n.º 545, 23 de fevereiro de 1919, p. 1).

Esperava-se que a Nova República Velha trouxesse um novo fôlego para a almejada renovação mental apregoada pelos socialistas. O governo de José Relvas ficava marcado pela inclusão de Augusto Dias da Silva, militante socialista nomeado Ministro do Trabalho, que terá aceitado o convite à revelia do Conselho Central do Partido Socialista Português (Mónica, 1985: 132). À partida, este facto deveria merecer, especialmente, a reprovação dos socialistas portuenses, se tivermos em conta o historial de conflitos ocorridos no seio do partido, decorrentes da polémica questão da União Sagrada. Porém, entre o armistício e a nomeação de Augusto Dias da Silva, o estado de coisas tinha-se alterado substancialmente. Os socialistas tinham apoiado os republicanos nas alturas periclitantes e a experiência da Monarquia do Norte contribuiu para que, afastado o pesadelo monárquico, a aproximação à República se consolidasse. Por isso, a notícia de socialistas no Governo foi recebida a Norte com satisfação: “fazemos votos por que a cooperação no governo do nosso correligionário seja um motivo de prestígio para a causa e de fecundo proveito para a nação” (*A Voz do Povo*, n.º 595, 23 de fevereiro de 1919, p. 2). O partido estava unido em torno da preservação do regime republicano, “o menos defeituoso de todos os regimes políticos do Estado burguês” (*A Voz do Povo*, n.º 596, 2 de março de 1919, p. 1.).

A intransigência do tempo de guerra cedia e a cooperação dos socialistas nos governos republicanos era uma realidade. Não obstante os desencontros de posições, deve assinalar-se que da participação socialista no Executivo republicano resultou alguma legislação social avançada, como o decreto dos Seguros Sociais Obrigatórios, base da

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

Previdência Social, incluindo medidas de grande impacto social (subsídios na velhice, invalidez e doença; apoio às grávidas necessitadas; etc.) ou o decreto de construção de bairros sociais.

Deixaremos em aberto a hipótese de a conjuntura de guerra ter sido utilizada pelos socialistas portuenses, é certo, descontentes com a conduta dos dirigentes do partido, para a conquista de uma margem de manobra mais ampla. A estrutura federativa e descentralizada do Partido Socialista Português, afinal, permitia este tipo de atuações. Os socialistas não se souberam proteger, nos seus órgãos de imprensa, das quezílias e divergências de opinião internas. Por isso a Confederação do Norte, impulsionada pela Federação Socialista do Porto, conseguiu contornar todas as polémicas e superiorizar-se aos seus camaradas do Sul, mais permeáveis às influências da proximidade com o poder político.

### **Bibliografia:**

#### **Fontes:**

Biblioteca Pública Municipal do Porto, *A Voz do Povo*, Porto. 1914-1919.

Biblioteca Pública Municipal do Porto, *O Combate*, Lisboa. 1914-1916.

#### **Estudos:**

CASTRO, Maria João Mena de Guimarães (1999), *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, Dissertação de Mestrado em «História Contemporânea», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORREIA, Fausto (2016), *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em «História Contemporânea», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DROZ, Jacques (1974), *História Geral do Socialismo*, vol. 6, Lisboa, Livros Horizonte.

DROZ, Jacques (2014), *O Socialismo Democrático (1864-1900)*, Angola, Edições Pedago.

FONSECA, Carlos da (1979-1980), *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, 4 vol., Lisboa, Publicações Europa-América.

HAUPT, Georges (1964), *La II Internationale (1889-1914)*, Paris, Mouton.



Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

HAUPT, Georges (1965), *Le Congrès Manques. L' Internationale à la veille de la Première Guerre Mondiale*, Paris, Maspero.

HAUPT, Georges (1969), *Bureau Socialiste Internationale, comptes rendus des réunions, manifestes et circulaires*, Paris, Mouton.

HAUPT, Georges (1972), *The Socialism and the Great War. The colapse of the Second International*, Oxford, Clarendon Press.

HOBBSAWM, Eric (1990), *A Era do Império (1875-1914)*, Lisboa, Editorial Presença.

HOBBSAWM, Eric (1998), *A Era dos Extremos: breve história do século XX (1914-1991)*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

MÓNICA, Maria Filomena (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MÓNICA, Maria Filomena (1986), *Artesãos e Operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

NOGUEIRA, César (1964), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Lisboa, Portugália.

NOGUEIRA, César (1966), *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1895-1925)*, Lisboa, Portugália.

OLIVEIRA, César (1973), *O Socialismo em Portugal: contribuição para o estudo da filosofia do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX (1850-1900)*, Porto, Afrontamento.

OLIVEIRA, César (1990), *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Alfa.

PEREIRA, José Pacheco (1971), *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*, Porto, Portucalense Editora.

PEREIRA, José Pacheco (1971a), *Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917*, Porto, Coleção Temas Sociais.

PEREIRA, Joana Dias (2011), *Sindicalismo-revolucionário: a história de uma Idéa*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

ROSAS, Fernando (2009), *A República e a Grande Guerra*, in Maria Fernanda Rollo e Fernando Rosas (Coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 247-248.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia - Os socialistas portuenses e a Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 106-126. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a6

SAMARA, Maria Alice (2002), *Verdes e Vermelhos: Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias.

SASSOON, Donald (2001), *Cem Anos de Socialismo. A Esquerda Europeia Ocidental no Século XX*, vol. 1, Lisboa, Contexto Editora.

VENTURA, António (2000), *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Cosmos.

VENTURA, António (2010), *Antibelicismo em Portugal*, in Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (Coord.), *Portugal e a Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, Quidnovi.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

## Um hospital português em França na Grande Guerra

### A Portuguese hospital in France during the Great War

### Un hôpital portugais en France pendant la Grande Guerre

### Un hospital portugués en Francia en la Grande Guerra

Helena da Silva  
IHC-NOVA-FCSH  
helenadasilva@fcs.unl.pt

**Resumo:** Longe do rebuliço das trincheiras, um hospital português funcionou no sudoeste francês, em Hendaia, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Os militares portugueses poderiam convalescer nesta estrutura antes de regressarem aos combates. A partir de uma análise qualitativa e quantitativa de um conjunto de fontes arquivísticas, este artigo pretende conhecer o funcionamento deste hospital de forma mais aprofundada, das suas origens ao seu encerramento, passando pelo pessoal que ali trabalhou e pelos homens que ali deram entrada. Será assim avaliado o seu impacto no conjunto das estruturas de saúde durante a Grande Guerra.

**Palavras-chave:** Hendaia, Primeira Guerra Mundial, cuidados de saúde, estruturas hospitalares

**Abstract:** Far from the hustle of the trenches, there was a Portuguese hospital in the French southwest, in Hendaye, in the context of the First World War. Portuguese servicemen could convalesce in this structure before returning to combat. Through a qualitative and quantitative analysis of a set of archival sources, this article seeks to know more in detail the existence of this hospital, from its origins until its closure, including the personnel that worked there and the men that were admitted. It will be evaluated the impact of this hospital in the overall healthcare structures during the Great War.

**Keywords:** Hendaye, First World War, Healthcare, hospital facilities

**Résumé :** Loin du tumulte des tranchées, un hôpital portugais a fonctionné pendant la Première Guerre mondiale à Hendaye, dans le sud-ouest de la France. Les militaires portugais pouvaient s'y rétablir avant de retourner aux combats. À partir d'une analyse qualitative et quantitative d'un ensemble de sources archivistiques, cet article vise à connaître le fonctionnement de cet hôpital de façon plus approfondie, de ses origines jusqu'à sa fermeture, en passant par le personnel qui y travailla et par les hommes qui y furent admis. Ainsi, sera évalué son impact au sein de l'ensemble des structures de santé pendant la Grande Guerre.

**Mots-clés :** Hendaye, Première Guerre mondiale, Soins de Santé, structures hospitalières

**Resumen:** Lejos del bullicio de las trincheras, funcionó un hospital portugués en el sudoeste de Francia, en Hendaia, en el contexto de la Primera Guerra Mundial. Los militares portugueses podían recuperarse en esta estructura antes de volver a los combates. A partir de un análisis cualitativo y cuantitativo de un conjunto de fuentes archivísticas, este artículo intenta conocer el funcionamiento de este hospital de una forma más profunda, desde sus orígenes hasta su cierre, pasando por el personal que allí trabajó y por los hombres que allí entraron. Será así evaluado su impacto entre el conjunto de las estructuras de salud durante la Gran Guerra.

**Palabras clave:** Hendaia, Primera Guerra Mundial, asistencia sanitaria, estructuras hospitalarias

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

## 1. Introdução

Na sequência da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial e do envio de tropas para a Flandres, várias estruturas hospitalares foram criadas em França, quer pelas autoridades militares, quer por organizações voluntárias, diferentes entre si. Algo que não era uma novidade, pois a proteção e o cuidado dos militares sempre foram uma incumbência dos governantes, mesmo se delegada a terceiros. Pontualmente, as Misericórdias receberam soldados pois detinham a hegemonia dos cuidados de saúde em meio hospitalar em Portugal (Araújo, 2002; Araújo, 2005; Araújo, 2012). A Ordem de S. João de Deus administrou durante quase 200 anos os hospitais reais que admitiam maioritariamente militares. Nestas estruturas, em edifícios adaptados ou construídos ao longo da fronteira portuguesa, cuidava-se do corpo e das almas (Borges, 2007). Com o Liberalismo, assistiu-se ao afastamento das ordens religiosas como a de S. João de Deus e a uma progressiva laicização dos hospitais, reforçada com a instauração da República (Silva, 2010). Assim, na Primeira Guerra Mundial destacaram-se a Cruz Vermelha e a Cruzada das Mulheres Portuguesas<sup>1</sup>, reconhecidas como sociedades de socorros voluntários que podiam edificar os seus próprios hospitais, seguindo as exigências da época. Convém recordar que paralelamente à laicização hospitalar, o século XIX ficou marcado por um conjunto de avanços científicos e médicos, decorrentes da revolução pasteuriana, com profundas alterações nos cuidados de saúde (Silva, 2014), bem visíveis na Primeira Guerra Mundial. Este conflito, que recorreu como nenhum antes a armas industriais, levou a um aumento exponencial de feridos, mas o número de doentes era também elevado devido às péssimas condições de vida nas trincheiras, conduzindo a uma medicalização da guerra (Harrison, 2010). Na frente ocidental<sup>2</sup>, foi montado um complexo sistema de estruturas de saúde, para receber rapidamente feridos e doentes, dispensar-lhes os cuidados necessários para que pudessem regressar o quanto antes aos combates. Os cuidados dispensados, incluindo preventivos, foram os mais sofisticados de sempre, com novos tratamentos e novos medicamentos. Nunca como antes, a guerra

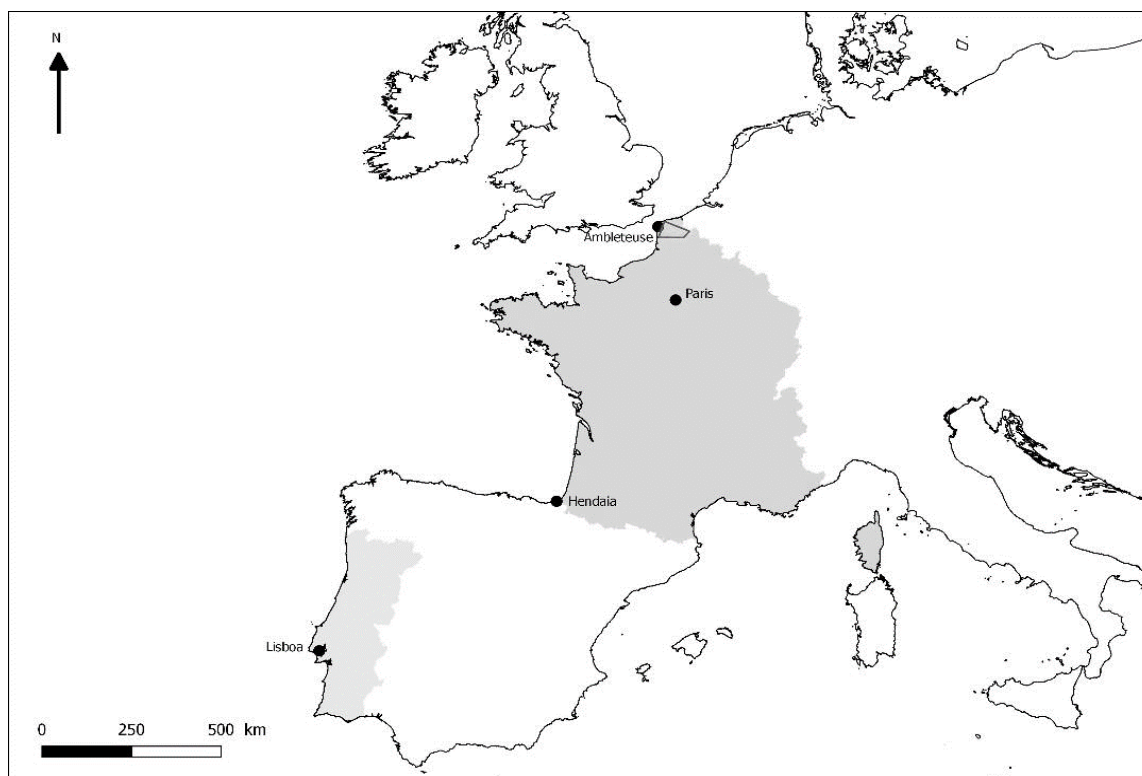
---

<sup>1</sup> Organização voluntária, feminina, republicana e patriótica criada após a declaração de guerra por senhoras da elite portuguesa para assistir os militares e respetivas famílias através de diferentes comissões e ações (Lousada, 2011; Silva, 2017).

<sup>2</sup> No teatro africano, a situação foi diferente com cuidados improvisados (Portela 2015).

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

funcionou como um laboratório de experiências e os hospitais militares como locais de formação (Bergen, 2014). O caso português não foi diferente, com uma rede de estruturas de saúde desde as trincheiras até à retaguarda contando com postos de socorros, ambulâncias, e diversos hospitais. Uma dessas estruturas funcionou no sudoeste francês, longe da agitação das trincheiras: o Hospital Militar Português de Hendaia, fundado pela Cruzada das Mulheres Portuguesas em 1917. A organização fora autorizada a criar um hospital em Lisboa e outro junto dos campos de batalha ambos com 400 camas (Decreto nº 2493, 1916). Contudo, acabaria por ser a Cruz Vermelha Portuguesa<sup>3</sup>, rival da Cruzada<sup>4</sup>, a montar um hospital na retaguarda, em Ambleteuse, onde o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) edificou dois hospitais e um campo de convalescentes (Afonso; Gomes, 2013: 307-308). Assim, à Cruzada coube a transformação de um casino em hospital numa “encantadora praia do Sul da França”, localizada na fronteira com a Espanha (“Em Hendaya”, 1917: 373).



**Mapa 1** Hendaia, Ambleteuse e o quadrilátero do setor português do C.E.P.

<sup>3</sup> Leia-se SILVA, 2018.

<sup>4</sup> A Cruz Vermelha era associada à nobreza e à Igreja Católica em oposição à Cruzada como uma organização patriótica, republicana e laica (Moura 2006).

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Poucas publicações sobre a Grande Guerra têm mencionado este hospital, tirando algumas exceções com breves referências (Fraga, 2006; Lousada, 2011; Ferreira, 2012). A título de exemplo, na vasta obra *Portugal e a Grande Guerra* surgem fotografias do Hospital de Hendaia acompanhadas de parcas informações sobre o seu pessoal (Afonso e Gomes, 2013: 360-361) e resumindo anteriores alusões (Martins, 1934: 291). Álvaro Martins mencionara as “luxuosas instalações” e a reduzida capacidade de hospitalização (Martins, 1936: 125). Já Isabel Pestana Marques salientou o papel de hospital de convalescença, diferente das restantes estruturas de saúde, e referiu alguns dos seus espaços, bem como a colaboração com as autoridades francesas (Marques, 2008: 179-180). Também Natividade Monteiro, nos seus trabalhos sobre as ações da Cruzada, tem escrito sobre este hospital, sem aprofundar o tema (Monteiro, 2016a; 2016b). O papel limitado deste hospital nos cuidados de saúde aos militares do C.E.P., a sua localização longe do *front* e as poucas referências na imprensa da época justificam, em parte, este cenário.

Tendo em conta este vazio na historiografia, este artigo pretende analisar o Hospital Militar Português de Hendaia, desde as suas origens até ao encerramento, examinando as instalações, os pacientes e o pessoal de saúde mobilizado. Daremos a conhecer o funcionamento desta estrutura partindo de uma análise qualitativa e quantitativa de fontes do Arquivo Histórico Militar Português (PT AHM), do Arquivo da Cruzada das Mulheres Portuguesas disponível na Liga dos Combatentes (LC-ACMP) e do Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa (ACVP). Tentaremos avaliar o impacto deste hospital no conjunto das estruturas de saúde criadas durante a Grande Guerra em França.

## **2. De casino a hospital**

Após a declaração de guerra da Alemanha, a *Société Foncière de Hendaye et du Sud-ouest*, proprietária do casino, ofereceu gratuitamente as instalações à Presidente da Comissão de Hospitalização da Cruzada das Mulheres Portuguesas, esposa do ex-chefe do Governo e então ministro das Finanças Afonso Costa, que aceitou o convite em junho de 1916<sup>5</sup>. O edifício de estilo neoárabe situado junto à praia, que fora um hospital para

---

<sup>5</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de M. Martinet para Afonso Costa, 24.03.1920.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

soldados franceses no início do conflito<sup>6</sup>, teria as condições necessárias para mais de uma centena de camas. Além da cozinha, da lavandaria, do refeitório e das casas de banho, tinha galerias para curas de sol, gabinetes que poderiam ser usados pela administração e quartos eventualmente para oficiais, para isolar doentes ou para o pessoal dirigente do hospital<sup>7</sup> (Imagem 1).

M. Martinet, presidente do conselho de administração da sociedade proprietária do casino, acabou por definir as funções do futuro Hospital Militar Português de Hendaia ao sugerir que recebesse feridos ligeiros ou convalescentes que não pudessem ser evacuados para Portugal, referindo que o clima local seria propício para restabelecer a saúde dos militares. Por último, Martinet argumentou que a localização de Hendaia seria acessível às famílias portuguesas que quisessem visitar os soldados ali hospitalizados<sup>8</sup>.



**Imagem 1** Hospital Militar Português de Hendaia Fonte: PT AHM FE/110/A11/PQ/40. Fotografias dos hospitais do C.E.P.

<sup>6</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Afonso Costa para Vitorino Godinho, 25.03.1920.

<sup>7</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de M. Martinet para Afonso Costa, 30.05.1917.

<sup>8</sup> *Ibidem.*

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

A 24 de outubro de 1917, o casino foi oficialmente entregue por Martinet a Bernardino Machado, que não lhe poupou elogios pela colaboração (“Em Hendaya”, 1917). Na mesma ocasião, o Presidente da República assumiu todos os custos com possíveis obras, incluindo de reposição das instalações do casino nas mesmas condições em que tinha sido emprestado. Apesar de nenhuma representante da Cruzada estar presente neste ato, esta decisão favorecia a organização que ficava com um hospital às custas do Estado Português, numa situação oposta à da Cruz Vermelha, que pagou a sua construção e recorreu a apoios estrangeiros (Silva, 2018).

Além do apoio do governo português, a empresa proprietária do casino intercedeu junto de Justin Godard, subsecretário de Estado e responsável pelo Serviço de Saúde militar francês, que acabaria por auxiliar a Cruzada através do empréstimo de diversos bens<sup>9</sup> (roupas de cama, loiças, material hospitalar) e da venda de medicamentos, géneros alimentares e combustíveis a preço de custo. Além destes apoios, o hospital foi aprovisionado, de forma graciosa, de água pelo município de Hendaia e de iluminação pela Companhia de Eletricidade Irun-Endara. Por último, o Sr. Armando de Abreu cedeu um pequeno chalé para habitação da administração<sup>10</sup>. A colaboração com o Exército francês e restantes auxílios permitiram certamente reduzir os custos de implementação e de funcionamento deste estabelecimento.

O hospital para soldados e oficiais recuperáveis seria organizado e mantido pela Comissão de Hospitalização da Cruzada (Portaria nº 1141, 1917), que escolheu Sílvio Rebelo Alves para o dirigir. Em finais de 1917, com um cheque de 50.000 francos passado pelo Estado Português (Decreto nº 4059, 1918), este médico começou a preparar as instalações, juntamente com a Presidente e uma vogal da Comissão de Hospitalização<sup>11</sup>, a quem a Cruzada pagou parte das despesas de deslocação<sup>12</sup>.

Contudo, em contexto bélico, o processo de montagem prolongou-se, como nos hospitais da Base e da Cruz Vermelha, estes construídos de raiz, levantando-se suspeitas

---

<sup>9</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Cartas de M. Martinet para Afonso Costa, 30.05.1917; 24.03.1920.

<sup>10</sup> PT AHM DIV1/35/671/2, *Livro de Carga de Medicamento*; PT AHM DIV1/35/123/6, Relatório do Chefe do Serviço de Saúde da Base sobre o Hospital de Hendaia, 07.06.1918.

<sup>11</sup> PT AHM DIV1/35A/1/09/2751, Boletim individual de Sílvio Rebelo Alves, [Consulta em 05.09.2018]. Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=128851>; PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Afonso Costa para Vitorino Godinho, 25.03.1920; Carta de M. Martinet para Afonso Costa, 24.03.1920.

<sup>12</sup> LC-ACMP, Pasta 6, Carta de Angélica Bordalo Pinheiro, 1918.



Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

sobre o seu funcionamento. Ao visitar Hendaia, o jornalista que acompanhava a missão da Cruz Vermelha Portuguesa concluiu que se poderia ter organizado em Portugal um hospital melhor pois este estava longe da frente de guerra, num local de clima pouco agradável (mesmo se melhor do que no norte da França) e necessitava de obras dispendiosas (Freire, 1919: 29-32).

Esta opinião realista resume o que seria este hospital, cuja abertura foi sendo adiada também devido ao golpe de Estado de 5 de dezembro de 1917. Com a mudança política, a Cruzada perdeu o apoio dos governantes, tendo sido acusada de gastar avultadas somas de dinheiro público (Moura, 2006). A Comissão de Hospitalização estava então no centro da polémica devido a um empréstimo obscuro pedido ao Governo para as obras do Hospital Militar de Campolide (Lisboa) que tencionava pagar com o dinheiro angariado com a Lotaria Patriótica (Lei nº 529, 1916: 427)<sup>13</sup>. Como consequência, em janeiro de 1918, os estabelecimentos hospitalares da Cruzada, incluindo o de Hendaia, passaram a ser administrados pelo Ministério da Guerra (Decreto nº 3732, 1918: 14; “Crónica. Ecos sanitários da mobilização”, 1918: 8).

No final, o Estado Português decidiu continuar com este projeto e, dois meses depois, os efetivos ao serviço do Hospital Militar Português de Hendaia seriam revistos em baixa e este passava a ter um conselho administrativo para gerir a parte financeira (Decreto nº 4059, 1918). Em finais de março, o Ministro da Guerra autorizou a seguir por via terrestre o pessoal que iria servir neste hospital<sup>14</sup>. Com a chegada do diretor e do tesoureiro em abril recomeçaram os trabalhos preparatórios para colocar em funcionamento o hospital. Estava armazenada uma grande quantidade de material e medicamentos fornecidos pelo Serviço de Saúde francês<sup>15</sup>, como anteriormente mencionado, e posteriormente coube às farmácias de Hendaia e Bayonne abastecerem o hospital<sup>16</sup>. Recorde-se que após a Batalha de la Lys, Portugal continuava presente na frente europeia, mais na retaguarda, afastado dos grandes combates, e com efetivos reduzidos (Afonso; Gomes, 2013: 423-426).

---

<sup>13</sup> LC-ACMP, Pasta 1, *Livro de Actas da Comissão Central da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Ata de 13.12.1917.

<sup>14</sup> PT AHM DIV1/35/1298, Carta do Quartel General Territorial do CEP para o Chefe do Estado-Maior, 30.03.1918.

<sup>15</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Abel Augusto de Sousa Penalva, 26.12.1919.

<sup>16</sup> PT AHM DIV1/35/671/2, *Livro de Carga de Medicamentos*.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

### 3. Instalações

Em junho de 1918, o Hospital Português de Hendaia começou finalmente a admitir militares, ao que tudo indica sem qualquer inauguração oficial. Após as obras, o hospital usufruía de “uma situação e exposição esplendidas [*sic*] e bem assim todos os anexos indispensáveis: sala de operações, sala de pensos, gabinete de radiologia, gabinete de análises clínicas [...] excelentes terraços para curas ao ar livre” (Imagem 2). As instalações ficaram com uma capacidade para 50 oficiais e 100 praças, podendo ter mais 200 camas, se necessário, que poderiam ser instaladas num hangar e em tendas-barracas num campo próximo<sup>17</sup>. Contudo, nunca se revelou necessário o recurso a tendas-barracas, como foi o caso de várias estruturas de saúde no norte da França (Marques, 2008). Sabe-se que em contexto bélico, a admissão num hospital era uma escapatória à violência dos combates, um local de refúgio que permitia aos militares algum repouso, uma melhor alimentação e higiene (Bergen, 2014: 291). Foi assim nos hospitais portugueses na retaguarda, sendo o caso de Hendaia flagrante, podendo os pacientes usufruir de passeios à beira-mar, num clima menos frio e ventoso do que Ambleteuse (Freire, 1919: 21).



**Imagem 2** Terraços do Hospital Militar Português de Hendaia. Fonte: PT AHM FE/110/A11/PQ/40. Fotografias dos hospitais do C.E.P.

<sup>17</sup> PT AHM DIV1/35/123/6, Relatório do Chefe do Serviço de Saúde da Base sobre o Hospital de Hendaia, 07.06.1918.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Infelizmente hoje apenas se conhece uma planta do rés-do-chão do hospital, sem data, nem descrição, mas que confirma os relatos existentes. Passada a entrada principal, ficando de costas para a cidade, encontrava-se um vestiário e uma pequena sala para o pessoal de serviço, seguindo-se um hall com acesso a duas enfermarias, provavelmente a enfermaria de Medicina 1 com 45 camas do lado oeste e a Medicina 2 com 33 leitos do lado este (Imagem 3). Depois de atravessado o hall, encontravam-se as galerias e o refeitório (uma sala circular com vista para a praia). No lado este, ficavam ainda a sala de operações e a enfermaria de Cirurgia com 20 camas, e mais oito leitos (provavelmente a enfermaria de Vias Urinárias, que passou para Medicina 3 em dezembro de 1918<sup>18</sup>), a sala de pensos e várias casas de banho. Do lado oeste havia mais latrinas, a sala de radiografia, os vestiários das enfermeiras e a lavandaria<sup>19</sup>. Supomos assim que o gabinete de análises clínicas e as restantes 44 camas, muito provavelmente para oficiais, ficavam no primeiro piso, mas desconhecemos qual o uso dado ao segundo. Estes espaços seguiam os preceitos higiénicos e científicos da época e eram semelhantes aos dos restantes hospitais portugueses (Marques, 2008).



**Imagem 3** Enfermaria de Medicina 2, antiga sala de jogo do Casino- Fonte: PT AHM FE/110/A11/PQ/40. Fotografias dos hospitais do C.E.P.

<sup>18</sup> Diversas fontes mencionam as enfermarias do Hospital de Hendaia. PT AHM DIV1/35/671/3, Mapas das Visitas Médicas; PT AHM DIV1/35/671/2, *Livro Receituário*.

<sup>19</sup> PT AHM DIV1/35/671/4, Planta do Hospital de Hendaia.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Também as fotografias deste hospital confirmam as descrições do edifício de estilo neoárabe, a localização privilegiada em cima da praia, ou ainda, a rotunda onde funcionou o refeitório (Imagem 1 a 3). Os clichés revelam as galerias e os terraços onde os pacientes podiam passear de forma idílica, longe da violência da guerra. Acreditamos que as fotografias tenham sido tiradas por Manuel Vítor Guerreiro, fotógrafo do Instituto de Medicina Legal, contratado como equiparado a alferes para o Hospital da Base nº 1, pois esteve em serviço em Hendaia para “fazer a documentação fotográfica” do hospital em finais de 1918<sup>20</sup>. Este é assim um registo oficial que, apesar de não ter sido então publicado, retrata apenas momentos de serenidade e oculta o lado mais sombrio da guerra, à semelhança de outras reportagens fotográficas. Em vários clichés os hospitalizados posam para o fotógrafo. Recorde-se que durante a Grande Guerra, a fotografia foi um meio privilegiado de propaganda (Lima; Sousa, 2015; Novais, 2013).

#### 4. Pacientes

Como hospital de retaguarda, Hendaia recebeu homens evacuados de Ambleteuse. Contudo, a viagem entre as duas localidades era longa, percorrendo os pacientes mais de 1.000 quilómetros em três dias. Primeiro, os militares evacuados eram transportados em ambulância de Ambleteuse até à Estação de Boulogne-sur-Mer, seguindo em comboio até Paris, novamente em ambulância na ligação entre as duas estações parisienses<sup>21</sup> e depois de comboio até Hendaia. Os doentes e feridos eram acompanhados por pessoal dos serviços de saúde, levavam com eles o material médico necessário para a viagem e eram abonados de ração para três dias<sup>22</sup>. Por último, era exigido aos militares a evacuar que estivessem “devidamente uniformizados, lavados, barbeados, cabelo cortado”<sup>23</sup>, respeitando as normas higiénicas e de aparato.

---

<sup>20</sup> PT AHM DIV1/35/679, Contrato de Manuel Vítor Guerreiro; PT AHM DIV1/35A/1/02/0356, Boletim individual de Manuel Vítor Guerreiro, [Consulta em 05.09.2018]. Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=128167>.

<sup>21</sup> A ligação entre a *Gare du Nord* e *d’Orsay* era da responsabilidade do representante do Triângulo Vermelho Português, também conhecido por Uniões Cristãs da Mocidade ou Y.M.C.A. Foram organizações que apoiaram os militares através de atividades recreativas e distribuição de alimentos (“Triangulo Vermelho Portuguez”, 1918).

<sup>22</sup> PT AHM DIV1/35/123/6, Instruções para a evacuação dos doentes e feridos assentados para o Hospital Militar de Hendaia.

<sup>23</sup> PT AHM DIV1/35/674, Ordens de serviço do Hospital da Base nº 1, Ordem nº 141 de 13.08.1918.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Devido às condições de transporte, apenas seriam evacuados para Hendaia os oficiais e praças recuperáveis, incluindo das enfermarias cirúrgicas, que pudessem fazer a viagem sentados, exceto os doentes infectocontagiosos, sobretudo os tuberculosos. O seu transporte seria demasiado complexo e implicaria medidas rigorosas para garantir o isolamento e evitar o contágio de militares e civis<sup>24</sup>. Contudo, a análise do registo de pacientes revelou que alguns sofriam de tuberculose<sup>25</sup>, diagnosticada posteriormente à sua evacuação.

A mesma análise estatística permitiu constatar que o primeiro paciente foi hospitalizado a 15 de junho de 1918, tendo alta quinze dias depois<sup>26</sup>. Entre essa data e o encerramento contabilizamos 155 entradas no Hospital Militar Português de Hendaia de 154 homens diferentes, sendo a última a 20 de dezembro, apesar de o hospital funcionar até fevereiro de 1919<sup>27</sup>. Destes, onze eram militares do exército francês e americano, sobretudo soldados, ou civis espanhóis, sendo que seis sofriam de gripe, provavelmente pneumónica<sup>28</sup>. Dos onze estrangeiros, apenas um faleceu<sup>29</sup>. Assim, este hospital recebeu um número reduzido de pacientes, em comparação com outras estruturas perto do *front* (Marques, 2008), nunca tendo estado sobrelotado, num momento de menores combates e provavelmente devido à burocracia necessária, à morosidade e ao cansaço da viagem, bem como aos elevados custos associados.

Se focalizarmos a análise quantitativa nos militares portugueses, verificamos que apenas um soldado foi admitido em dois momentos, primeiro em julho sofrendo de gripe e depois em novembro por outra doença, tendo ficado hospitalizado três e quatro dias respetivamente. Esta dupla entrada e, para mais, com uma moléstia infetocontagiosa deve-se ao facto de este soldado estar ao serviço do hospital, não tendo efetuado as viagens entre Ambleteuse e Hendaia<sup>30</sup>. Constatamos que alguns militares, sobretudo os

---

<sup>24</sup> PT AHM DIV1/35/674, Ordens de serviço do Hospital da Base nº 1, Ordem nº 130 de 02.08.1918; Ordem nº 191 de 05.10.1918; Ordem nº 214 de 28.10.1918.

<sup>25</sup> PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> Segundo Álvaro Martins, este hospital recebeu um total de 154 doentes, sem especificar se algum deles deu entrada duas vezes, como na nossa análise (Martins, 1936: 125).

<sup>28</sup> 1918 ficou marcado pela pandemia de gripe, também denominada influenza ou “gripe espanhola” (Frada, 2005; Sobral *et al.*, 2009).

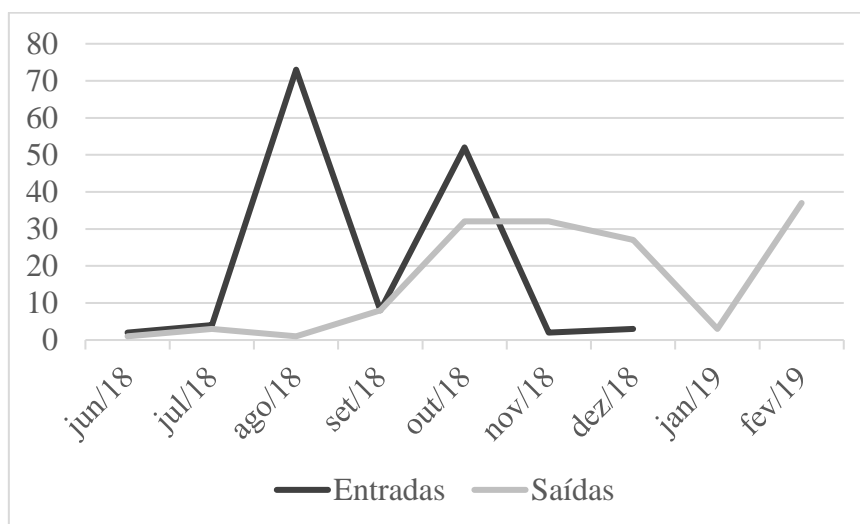
<sup>29</sup> PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

<sup>30</sup> PT AHM DIV1/35A/2/43/40390, Boletim individual de Josué Dinis, [Consulta em 05.09.2018]. Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=228521>.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

que tinham períodos de hospitalização mais curtos, seguiam depois para Portugal para gozar licença.

Assim, entre 15 de junho de 1918 e 23 de fevereiro de 1919, contabilizamos um total de 12.228 dias de hospitalização e uma média de 79 dias por paciente. Alguns militares portugueses estiveram hospitalizados apenas dois dias, mas a duração máxima foi de 204 dias, isto é, quase sete meses. A análise cruzada com outras fontes arquivísticas permitiu confirmar que os militares portugueses eram evacuados das estruturas hospitalares de Ambleteuse, principalmente dos Hospitais da Base 1 e 2, mas também do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e do Depósito de Convalescentes, mesmo se em menor número<sup>31</sup>.



**Gráfico 1** Entradas e saídas no Hospital Militar Português de Hendaia, 144 casos. Fonte: PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

Como representado no Gráfico 1, o número de entradas por mês é mais regular a partir de agosto, confirmando os relatos sobre o número reduzido de enfermos até esse mês (Martins, 1936: 125). Foi aliás em agosto que se deu um “pico” de entradas, com uma redução no mês seguinte, e um novo aumento em outubro, diminuindo novamente

<sup>31</sup> ACVP, *Livro de registo de praças de pré que estiveram em tratamento no Hospital de França*; PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes; PT AHM DIV1/35/675/4, Relações de oficiais e praças hospitalizados no Hospital da Base nº 1; PT AHM DIV1/35/1790/10, Praças evacuadas para o Hospital de Hendaia.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

nos meses seguintes, consequência da assinatura do armistício. Com o fim das hostilidades, este hospital não recebeu prisioneiros de guerra, como por exemplo, o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse<sup>32</sup>. Relativamente às saídas, apenas aumentaram entre outubro e dezembro, notando-se uma quebra no mês seguinte e um “pico” em fevereiro, com a evacuação de todos os pacientes aquando do encerramento.

Quanto às causas de hospitalização, as feridas resultantes dos combates eram uma minoria (14,3%) face às doenças (85,7% de 126 casos)<sup>33</sup>, num conflito marcado pelo uso de armas químicas (Sarmiento, 1918) que levaram a um conjunto de mutilações e perturbações do foro psíquico. Contudo, esta situação acaba por não ser surpreendente tendo em conta a localização periférica do hospital e o período de funcionamento, com menos combates para as tropas portuguesas e o armistício. Por outro lado, é um quadro semelhante a outros hospitais de retaguarda em França (exceto no reduzido número de tuberculosos) revelando uma seleção deficiente dos militares, uma fraca medicina preventiva e as difíceis condições de vida nas trincheiras agravadas pela longa permanência no *front* (Marques, 2008; Silva, 2018). Quanto às doenças, convém mencionar que são apontadas múltiplas moléstias em várias entradas. Em mais de metade dos casos destaca-se o cansaço (fraqueza ou astenia) como motivo para a hospitalização, seguindo-se a anemia e um conjunto de doenças do foro respiratório algumas delas infecciosas como a gripe, a pleurisia, a tuberculose ou a bronquite (Quadro 1). A completar este quadro, encontram-se ainda militares que sofriam de diferentes formas de paludismo, de sífilis, de doenças do foro mental e do resultado de ataques por gases.

Doenças	Nº entradas
Alienação mental	2
Anemia	10
Bronquite	2
Fraqueza	62
Gaseado	1
Gripe	5

<sup>32</sup> ACVP, Pasta 1ª Guerra Mundial Ambleteuse 2, Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, 18.11.1918.

<sup>33</sup> As causas são desconhecidas em 18 casos. PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Outras	22
Paludismo	2
Pleurisia	3
Sífilis	1
Tuberculose	2
Total	112

**Quadro 1** Doenças no Hospital Militar Português de Hendaia. Fonte: PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

Contrariamente ao que tinha sido definido, este hospital admitiu tuberculosos, com um diagnóstico posterior à evacuação, em número reduzido comparativamente às restantes estruturas, sobretudo se considerarmos que esta foi uma das principais causas de invalidez (Marques, 2008). Assim, um dos soldados sofria de astenia quando foi evacuado do Hospital da Base nº 1<sup>34</sup> e o outro foi diagnosticado de tuberculose pulmonar e enterite tuberculosa já em Hendaia e os pedidos de evacuação para Portugal foram recusados. Consequentemente, permaneceu até ao encerramento neste hospital militar, onde o clima marítimo não contribuiu para melhorar o seu estado de saúde, tendo depois sido internado no Sanatório Militar Francês de Larressore (a menos de 50 quilómetros). Ali esteve quase quatro meses e, melhorado da sua condição, seguiu para Lisboa em junho de 1919<sup>35</sup>.

Quanto às saídas do hospital, a grande maioria ficou curada ou melhorada (90,3% de 143 casos conhecidos), dez militares foram evacuados (6,99%) e três faleceram (2,1%). Os militares foram maioritariamente evacuados aquando do encerramento e encaminhados para o Hospital da Base nº 1 em Ambleteuse, o único naquela localidade que ainda funcionava<sup>36</sup>. Relativamente às causas de morte, um militar faleceu de tuberculose pulmonar, outro de “cancro gástrico” e um terceiro por afogamento na praia<sup>37</sup>. Os dois primeiros foram sepultados no cemitério de Hendaia e o terceiro no cemitério de Fuenterrabía em Espanha<sup>38</sup>.

<sup>34</sup> PT AHM DIV1/35/675/4, Relações de oficiais e praças hospitalizados no Hospital da Base nº 1.

<sup>35</sup> PT AHM DIV1/35/672, Correspondência da Comissão Liquidatária do Hospital Militar de Hendaia.

<sup>36</sup> PT AHM DIV1/35/674, Ordens de serviço do Hospital da Base nº 1.

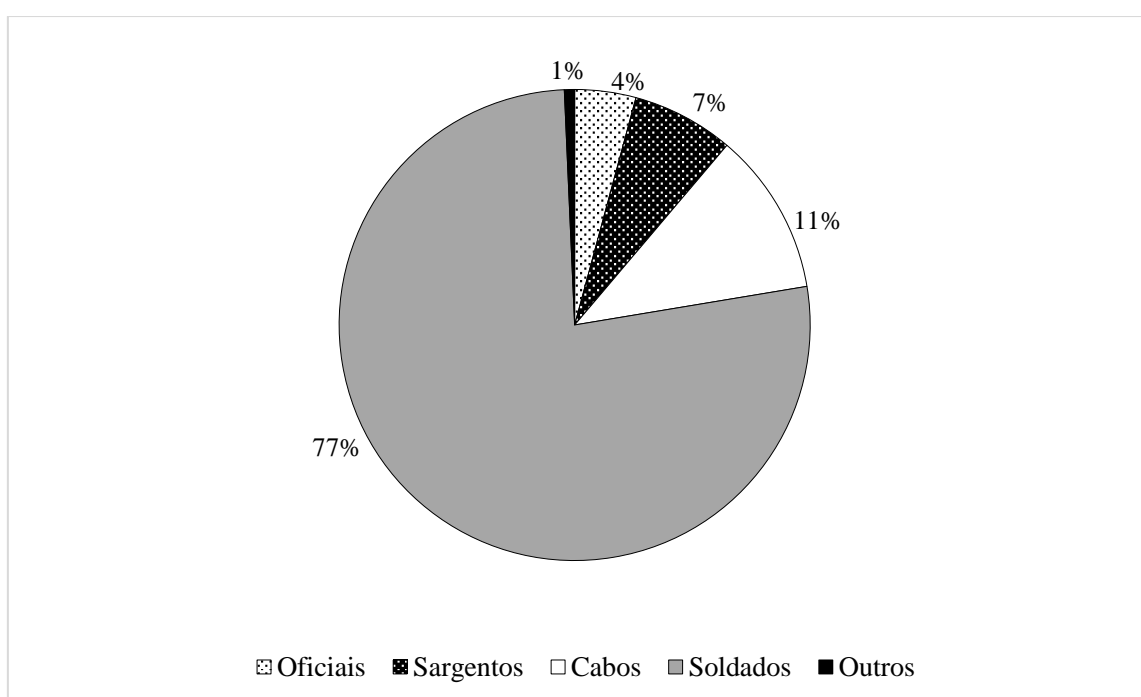
<sup>37</sup> PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

<sup>38</sup> PT AHM DIV1/35/672, Correspondência da Comissão Liquidatária do Hospital Militar de Hendaia.



Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Quanto ao posto dos portugueses hospitalizados em Hendaia, eram maioritariamente praças (136) nomeadamente soldados, refletindo a proporção das tropas portuguesas em França (Gráfico 2). O número de oficiais admitidos foi extremamente reduzido (três alferes, um capitão, um tenente e um tenente-capitão). Partindo das informações complementares de 12 homens, o paciente tipo tinha em média 24 anos, era solteiro e soldado, tendo sido admitido por motivo de doença, nomeadamente por cansaço<sup>39</sup>.



**Gráfico 2** Posto dos pacientes admitidos no Hospital Militar Português de Hendaia, 143 casos. Fonte: PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

## 5. Pessoal

Quando o hospital começou a receber pacientes, apenas uma parte do pessoal estava ao serviço; entre eles, o diretor, quatro médicos (Alberto Gomes, João Bastos Lopes, Joaquim Nunes Claro e Francisco Pulido Valente), um farmacêutico (José Pedro Alves), um ajudante de farmácia (Albino Vieira Dionísio), três enfermeiras (Maria Guilhermina de Castro Dá Mesquita Sá Meneses, Virgínia Rosa de Almeida, Maria Augusta

<sup>39</sup> PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Fernandes) e dois enfermeiros, bem como um tesoureiro (Abel Augusto de Sousa Penalva) e um almoxarife (António Tomás Eloy)<sup>40</sup>. Estavam em falta nove enfermeiras e oito sargentos enfermeiros segundo o que tinha sido definido no Decreto nº 4059 de 1918, e que nunca chegou a ser cumprido, provavelmente devido ao reduzido número de pacientes. Em finais de julho, com mais efetivos, o hospital tinha então ao seu serviço 46 pessoas, todas elas laicas: um diretor, cinco médicos, um farmacêutico e um ajudante, seis enfermeiras, quatro enfermeiros, um tesoureiro, um almoxarife, 22 soldados, três cabos e um cozinheiro<sup>41</sup>.

Parte deste pessoal manteve-se até ao encerramento do hospital, enquanto que outros ficaram ainda depois para o desmantelamento do mesmo. Contudo e à semelhança do que foi feito noutras estruturas de saúde para responder às necessidades do serviço, alguns médicos foram transferidos como Alberto Gomes e Francisco Pulido Valente e outros passaram temporariamente por Hendaia como Mário Pereira Lage, Cipriano Mendes Dordio, Gustavo Adolfo de Brito Pitschieller<sup>42</sup>. Aliás, o próprio diretor foi substituído por Alberto Gomes de Moura, a 20 de dezembro de 1918<sup>43</sup>.

Relativamente à enfermagem, este hospital destacou-se pelo seu pessoal feminino e português, como no Hospital da Base nº 2 e no Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa. As enfermeiras em serviço em Hendaia tinham sido formadas pela Cruzada das Mulheres Portuguesas em 1917 e 1918, à exceção de duas enfermeiras da Cruz Vermelha. A enfermagem militar feminina era ainda uma novidade em Portugal, o que explica o seu peso reduzido, sobretudo se comparado a outros países beligerantes (Hallett, 2014). A formação destas enfermeiras estava nos seus inícios e, nem todas tinham respondido às expectativas da Cruzada ou obtido o respetivo diploma. Contudo, isso não as impediu de servir em França, nem a Maria Guilhermina de ser enfermeira-chefe (Silva, 2017). Posteriormente chegou-se mesmo a questionar quem tinha autorizado esta nomeação<sup>44</sup>. Agnete May Farmer e Maria Eugénia da Silva Machado estiveram ali em serviço apenas um curto espaço de tempo devido a doença. Uma outra enfermeira deu à luz em Hendaia

---

<sup>40</sup> PT AHM DIV1/35/699, Mapa da Força do Hospital de Hendaia.

<sup>41</sup> PT AHM DIV1/35/1788, Hospital de Hendaia – Placas.

<sup>42</sup> PT AHM DIV1/35/699, Mapa da Força do Hospital de Hendaia.

<sup>43</sup> PT AHM DIV1/35/1372/8, Nota de Gomes de Moura para o Chefe dos Serviços de Saúde, 20.12.1918.

<sup>44</sup> PT AHM DIV1/35/672, Correspondência da Comissão Liquidatária do Hospital Militar de Hendaia.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

nos inícios de janeiro de 1919 (estado de gravidez anterior à sua mobilização), sem grandes consequências, tendo até sido recompensada pelos seus serviços. Aliás, quatro enfermeiras receberam a Medalha Comemorativa da Campanha de França e três foram repreendidas por pequenas falhas no serviço deste hospital, sobretudo falta de zelo e respeito pela hierarquia<sup>45</sup>. As enfermeiras foram desmobilizadas quando o hospital fechou as suas portas. Infelizmente, as informações relativas ao restante pessoal são reduzidas, relativas ao tempo de serviço, a punições ou a aspetos financeiros, desconhecendo-se a sua formação ou as funções que desempenhavam.

## 6. O encerramento do hospital

Com o final da guerra, era difícil justificar a continuação deste estabelecimento de saúde, devido aos custos elevados e ao número reduzido de pacientes. Assim, a 15 de janeiro de 1919 foi dada ordem para encerrar o Hospital Militar Português de Hendaia<sup>46</sup>, evacuando-se os pacientes para o Hospital da Base nº 1, como referido anteriormente. Com a saída do último doente, esta estrutura foi extinta a 24 de fevereiro, ficando ainda em serviço a comissão liquidatária<sup>47</sup>.

Esta comissão, encarregada de dissolver o hospital, liquidar as contas e devolver o material emprestado, era composta pelo diretor Alberto Gomes de Moura, o tesoureiro Abel Penalva e o almoxarife António Eloy<sup>48</sup> (Decreto nº 4059, 1918). Estes tiveram ainda a colaboração de outros membros do pessoal como, por exemplo, os homens que sabiam falar francês para lidar com as autoridades locais. O arquivo da secretaria seguiu para Ambleteuse, mas o restante processo foi demorado devido à quantidade de material e mobiliário a devolver a uma pluralidade de instituições<sup>49</sup> e agravado pela doença do farmacêutico.

Foram então desmontadas as divisórias de madeira que separavam as diferentes salas, bem como as mesas e os bancos que serviram para construir caixotes para

---

<sup>45</sup> PT AHM DIV1/35/670/11, Registo Disciplinar do Pessoal.

<sup>46</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Nota sobre a dissolução do Hospital de Hendaia.

<sup>47</sup> PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes; ACVP, Pasta 1ª Guerra Mundial Ambleteuse 2, Ordem nº 57 de 26.02.1919.

<sup>48</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Sílvio Rebelo Alves, 15.12.1919.

<sup>49</sup> Por exemplo, a *Société Foncière de Hendaye* cedeu uma máquina de escrever. PT AHM DIV1/35/672, Correspondência da Comissão Liquidatária do Hospital Militar de Hendaia.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

transportar os materiais. De referir ainda que o gabinete de radiologia foi desmontado, embalado e enviado para Portugal (desconhecendo-se a sua posterior utilização), os medicamentos foram enviados para a Ambulância nº 3, o material de cirurgia foi entregue ao Hospital Militar de Bayonne e alguns géneros alimentares e carvão foram vendidos por 11 mil francos. Quando a comissão liquidatária desmobilizou a 12 de junho de 1919, esta entregou um saldo de 140 mil francos à Secretaria da Guerra, de que dependia o Hospital de Hendaia<sup>50</sup>.

Contudo, as instalações teriam ficado “num estado deplorável”, o que levou os administradores do casino a pedir em julho uma subvenção para as obras que eram necessárias para que o estabelecimento voltasse a funcionar<sup>51</sup>. O orçamento incluía a reparação das casas de banho, a reposição de janelas, mármore e aparelhos elétricos, uma limpeza geral do casino, pinturas, entre outros, como a reinstalação de máquinas de cerveja à pressão. O valor ultrapassava os 7 mil francos, e corresponderia a uma pequena parte das obras<sup>52</sup>. Apesar do saldo positivo do hospital poder cobrar este valor, o pedido causou alguma surpresa pois a cedência do casino tinha sido negociada pela Cruzada e pelo anterior governo e tinha ficado apalavrado realizar eventuais obras de reparação no final. Após confirmação de várias personalidades, como Afonso Costa e o diretor do hospital, o Ministro da Guerra ordenou a liquidação da quantia à *Société Casino & Sports de Hendaye*, o que foi feito em março de 1920, pondo um fim na participação portuguesa nesta localidade francesa<sup>53</sup>.

## 7. Considerações Finais

Como outrora, na Primeira Guerra Mundial, as autoridades portuguesas estabeleceram colaborações no campo dos cuidados de saúde para auxiliar os serviços de saúde militares. No palco francês, coube à Cruz Vermelha e à Cruzada das Mulheres Portuguesas esse contributo; a primeira construiu de raiz um hospital-barraca na retaguarda das trincheiras e a segunda transformou um casino em hospital para militares

---

<sup>50</sup> PT AHM DIV1/35/672, Correspondência da Comissão Liquidatária do Hospital Militar de Hendaia.

<sup>51</sup> PT AHM DIV1/35/1271/4, Carta de A. Duverney, 04.07.1919.

<sup>52</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Afonso Costa para Vitorino Godinho, 25.03.1920.

<sup>53</sup> PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta do Adido Militar para o Chefe do Gabinete da Secretaria da Guerra, 31.03.1920.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

recuperáveis, apesar de demasiado afastado do *front*. Graças a uma colaboração intrínseca com as autoridades francesas (civis e militares) foi possível dar ao hospital todas as condições higiénicas e científicas necessárias para receber feridos e doentes.

Contudo, esta estrutura acabou por funcionar de forma temporária e limitada, tendo sofrido um conjunto de vicissitudes, desde a passagem das mãos da Cruzada para o Estado Português, atrasos consequentes nas obras e o adiamento da sua abertura. A localização do hospital, junto da fronteira espanhola, significava viagens dispendiosas e longas para os feridos e os doentes, sendo que nem todos os militares podiam convalescer em Hendaia, como os tuberculosos que eram em grande número entre as tropas portuguesas. Tudo isto num momento em que o exército estava menos envolvido em combates.

Assim, o hospital nunca chegou a estar sobrelotado, e acabou por manter um pessoal médico e de enfermagem estável, provavelmente satisfeito do local sossegado para onde foi mobilizado em contexto bélico. Por outro lado, é pouco provável que as famílias se tenham deslocado até Hendaia para visitar os militares portugueses, como inicialmente imaginado. A viagem seria longa e dispendiosa, passando pela Espanha neutral; além disso, o número de oficiais hospitalizados foi muito reduzido, e seriam estes que eventualmente teriam maior capacidade financeira para que as famílias os fossem visitar.

Apesar de desconhecermos os custos totais deste hospital, sabemos que entre as estruturas hospitalares constituídas em França durante a Grande Guerra, foi a que menos pacientes recebeu e operou no mais curto período de tempo. Mesmo funcionando de forma articulada com os restantes hospitais de retaguarda, a sua localização acabou por ditar o seu fado. O Hospital Militar de Hendaia ficou aquém dos objetivos iniciais, teve um impacto reduzido nos cuidados de saúde dos militares portugueses e acabou por ser de pouca utilidade face ao investimento financeiro do Estado. Tudo isto revela uma grande falta de organização, objetividade e planificação que tanto caracteriza a participação portuguesa na Grande Guerra (Telo; Sousa, 2016).

### **Bibliografia:**

#### **Fontes Manuscritas e dactilografadas:**

ACVP, *Livro de registo de praças de pré que estiveram em tratamento no Hospital de França.*

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

ACVP, Pasta 1ª Guerra Mundial Ambleteuse 2, Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, 18.11.1918.

ACVP, Pasta 1ª Guerra Mundial Ambleteuse 2, Ordem nº 57 de 26.02.1919

LC-ACMP, Pasta 1, *Livro de Actas da Comissão Central da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Ata de 13.12.1917.

LC-ACMP, Pasta 6, Carta de Angélica Bordalo Pinheiro, 1918.

PT AHM DIV1/35A/1/09/2751, Boletim individual de Sílvio Rebelo Alves, [Consulta em 05.09.2018]. Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=128851>.

PT AHM DIV1/35A/1/02/0356, Boletim individual de Manuel Vítor Guerreiro, [Consulta em 05.09.2018]. Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=128167>.

PT AHM DIV1/35A/2/43/40390, Boletim individual de Josué Dinis, [Consulta em 05.09.2018]. Disponível em: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=228521>.

PT AHM DIV1/35/123/6, Relatório do Chefe do Serviço de Saúde da Base sobre o Hospital de Hendaia, 07.06.1918.

PT AHM DIV1/35/123/6, Instruções para a evacuação dos doentes e feridos assentados para o Hospital Militar de Hendaia.

PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Abel Augusto de Sousa Penalva, 26.12.1919.

PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Afonso Costa para Vitorino Godinho, 25.03.1920.

PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de M. Martinet para Afonso Costa, 30.05.1917.

PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de M. Martinet para Afonso Costa, 24.03.1920.

PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta de Sílvio Rebelo Alves, 15.12.1919.

PT AHM DIV1/35/1270/5, Carta do Adido Militar para o Chefe do Gabinete da Secretaria da Guerra, 31.03.1920.

PT AHM DIV1/35/1270/5, Nota sobre a dissolução do Hospital de Hendaia.

PT AHM DIV1/35/1271/4, Carta de A. Duverney, 04.07.1919.

PT AHM DIV1/35/1298, Carta do Quartel General Territorial do CEP para o Chefe do Estado-Maior, 30.03.1918.

PT AHM DIV1/35/1372/8, Nota de Gomes de Moura para o Chefe dos Serviços de Saúde, 20.12.1918.

PT AHM DIV1/35/1788, Hospital de Hendaia – Placas.

PT AHM DIV1/35/1790/10, Praças evacuadas para o Hospital de Hendaia.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

PT AHM DIV1/35/670/11, Caderno auxiliar para escrituração dos doentes.

PT AHM DIV1/35/670/11, Registo Disciplinar do Pessoal.

PT AHM DIV1/35/671/2, *Livro de Carga de Medicamentos*.

PT AHM DIV1/35/671/2, *Livro Receituário*.

PT AHM DIV1/35/671/3, Mapas das Visitas Médicas

PT AHM DIV1/35/671/4, Planta do Hospital de Hendaia.

PT AHM DIV1/35/672, Correspondência da Comissão Liquidatária do Hospital Militar de Hendaia.

PT AHM DIV1/35/674, Ordens de serviço do Hospital da Base nº 1, Ordem nº 130 de 02.08.1918; Ordem nº 141 de 13.08.1918; Ordem nº 191 de 05.10.1918; Ordem nº 214 de 28.10.1918.

PT AHM DIV1/35/675/4, Relações de oficiais e praças hospitalizados no Hospital da Base nº 1.

PT AHM DIV1/35/679, Contrato de Manuel Vítor Guerreiro.

PT AHM DIV1/35/699, Mapa da Força do Hospital de Hendaia.

PT AHM FE/110/A11/PQ/40. Fotografias dos hospitais do C.E.P.

### **Fontes impressas:**

FREIRE, João Paulo (1919), *Impressões da Guerra (Notas de reportagem)*, Lisboa, Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

MARTINS, Álvaro (1936), *As tropas do 1º Grupo de Companhias de Saúde, em França, na Grande Guerra (1917-1919)*, Lisboa, Imprensa Beleza.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira (dir.) (1934), *Portugal na Grande Guerra*, vol. I, Lisboa, Ática.

SARMENTO, David (1918), *As Intoxicações pelos Gases de Guerra (1915-1918)*, Imprensa Nacional, Lisboa.

### **Legislação:**

Decreto nº 2493/1916, de 3 de julho, *Cruzada das Mulheres Portuguesas*.

Decreto nº 3732/1918, de 2 de janeiro, *Estabelecimentos hospitalares*.

Decreto nº 4059/1918, de 10 de abril, *Hospital Militar Português de Hendaia*.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

Lei nº 529/1916, de 12 de maio, *Lotaria Patriótica*.

Portaria nº 1141/1917, de 13 de novembro, *Regulamento do Hospital Militar Português de Hendaia*.

### **Periódicos:**

“Crónica. Ecos sanitários da mobilização” (1918), *A Medicina Moderna*, Ano XXV, vol. IX, nº 289, Porto, Tipografia da Empresa Guedes, p. 8.

“Em Hendaya” (1917), *Ilustração Portuguesa* nº 611, pp. 373-374.

“Recompensas a médicos do C.E.P.” (1920), *Medicina Contemporânea* vol. XXIII, nº 31, pp. 245-247.

“Triangulo Vermelho Portuguez” (1918), *Ilustração Portuguesa* nº 631, pp. 233-235.

### **Estudos:**

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (coord.) (2013), *Portugal e a Grande Guerra 1914.1918*, Vila do Conde, Verso da História.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2002), “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas” in Maria Engrácia Leandro; Maria Marta Lobo de Araújo; Manuel da Silva Costa (org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Congresso Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, pp. 335-356.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2005), “Hospitais Reais” in José Viriato Capela (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, pp. 651-652.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2012), “O internamento de militares no Hospital da Misericórdia de Ponte de Lima: doentes, doenças e pagamentos (1814-1850)” in Alexandra Esteves; Maria Marta Lobo de Araújo, *Ponte de Lima: Sociedade, Economia e Instituições*, Braga, CITCEM/Município de Ponte de Lima, pp. 27-49.

BERGEN, Leo van (2014), “Military Medicine” in Jay Winter (ed.) *The Cambridge History of the First World War*, vol. III Civil Society, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 287-309.



Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

BORGES, Augusto José Moutinho (2007), *Os reais hospitais militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus 1640-1834*, Tese de doutoramento, FCM-NOVA [consulta em 27.11.2018]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5555>.

FERREIRA, Jorge Eurico Gonçalves de Sousa (2012), *A missão e a acção dos militares portugueses: da guerra da restauração à grande Guerra*, Tese de Doutoramento, UCP [consulta em 31.03.2017]. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/12371>.

FRADA, João José Cúcio (2005), *A Pneumónica em Portugal Continental: estudo socioeconómico e epidemiológico*, Lisboa: Sete Caminhos, 2005.

FRAGA, Luís Alves de (2006), “O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário em França: 1916 – 1918” in *Separata das Actas do XVI Colóquio de História Militar («O Serviço de Saúde Militar»)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar [consulta em 22.03.2018]. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/523>.

HARRISON, Mark (2010) *The Medical War: British Military Medicine in the First World War*, Oxford, Oxford University Press.

HALLETT, Christine E. (2014), *Veiled Warriors, Allied Nurses of the First World War*, Oxford, Oxford University Press.

LIMA, Helena; SOUSA, Jorge Pedro (2015), “A Ilustração Portuguesa e cobertura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918): imagens da guerra em contextos de censura e propaganda” in Gaspar Martins Pereira *et al.* (coord.), *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações*, Porto, CITCEM, pp. 283-297.

LOUSADA, Isabel (2011), “Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)” in *Actas do XIX Colóquio de História Militar «100 Anos de Regime Republicano: Políticas, Rupturas e Continuidades»*, Lisboa, CPHM - Ministério da Defesa Nacional [consulta em 06.06.2012]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/7007>.

MARQUES, Isabel Pestana (2008), *Das Trincheiras com Saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

MONTEIRO, Natividade (2016a), “A Cruzada das Mulheres Portuguesas e a assistência aos feridos e mutilados de guerra (1916-1918)” in Luís Sá e Manuel Rêgo (coord.), *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

Helena da Silva - Um hospital português em França na Grande Guerra - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 127-150. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a7

MONTEIRO, Natividade (2016b), “Mulheres Portuguesas em Tempo de Guerra (1914-1918)”, *IDN Leituras da Grande Guerra*, nº145, Lisboa, pp. 109-121.

MOURA, Maria Lúcia de Brito (2006), “A Assistência aos combatentes na I Guerra Mundial: um conflito ideológico”, *Revista Portuguesa de História* nº 38, pp. 41-75.

NOVAIS, Noémia (2013), *A Imprensa Portuguesa e a Guerra. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas*. Tese de Doutoramento, FCSH-NOVA [consulta em 30.11.2018]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/10797>.

PORTELA, Margarida (2015), “A Grande Guerra e a Medicina em África” in Carlos Filipe Afonso e Vítor Lourenço Borges (coord.), *Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra*, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares, pp. 281-306.

SILVA, Helena da (2010), *Do curandeiro ao diplomado: história da profissão de enfermagem em Portugal (1886-1955)*, Tese de doutoramento, EHESS [consulta em 27.11.2018]. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/11627>.

SILVA, Helena da (2014), “O Porto e a construção da cidade moderna: o caso do Hospital Geral de Santo António, nos séculos XVIII e XIX”, *História, ciências, saúde-Manguinhos*, vol. 21, n. 2, pp. 709-725 [Consulta em 27.11.2018]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014000200013>.

SILVA, Helena da (2017), “As enfermeiras de guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1919)”, *Revista CEPIHS* 7, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 341-364.

SILVA, Helena da (2018), “O Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa na Flandres” in Abílio Pires Lousada e Jorge Silva Rocha (coord.), *Portugal na 1ª Guerra Mundial. Uma História Militar Concisa*, Lisboa, CPHM, pp. 495-517.

SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula; SOUSA, Paulo Silveira (eds.) (2009), *A pandemia esquecida*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

TELO, António José; SOUSA, Pedro Marquês de (2016), *O CEP: os militares sacrificados pela má política*, Porto, Fronteira do Caos.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

## **A Câmara do Porto e a Grande Guerra (1916-1918)**

### **Oporto City Council and the Great War (1916-1918)**

### **La Mairie de Porto et la Grande Guerre (1916-1918)**

### **El Ayuntamiento de Oporto y la Gran Guerra (1916-1918)**

Alexandre Lima Ferreira  
Universidade do Porto  
alexandremlff@hotmail.com

**Sumário:** Neste estudo procurou-se, através da análise das atas das diversas reuniões camarárias, verificar qual a posição política da Câmara Municipal do Porto em relação à participação portuguesa na Grande Guerra. O período escolhido foi o dos anos de 1916 a 1918, quando Portugal esteve oficialmente envolvido no conflito. Além da dimensão política, procurou-se ainda verificar quais as medidas tomadas pelo município para enfrentar a chamada crise das subsistências, e que marcas deixou a guerra na cidade, em particular na sua toponímia e nos seus habitantes.

**Palavras-chave:** Câmara do Porto, Grande Guerra, Primeira República Portuguesa

**Abstract:** In this study, through the analysis of the minutes of the various town hall meetings, we sought to verify the political position of the Oporto City Council in relation to the portuguese participation in the Great War. The period chosen was that of the years 1916 to 1918, when Portugal was officially involved in the conflict. In addition to the political dimension, we also sought to verify the measures taken by the municipality to face the so-called crisis of subsistence, and what traces the war have left in the city, particularly on its toponymy and on its inhabitants.

**Keywords:** Oporto City Council, Great War, First Portuguese Republic

**Résumé:** Dans cette étude, à travers l'analyse des procès-verbaux des différentes réunions municipales, on a cherché vérifier la position politique de la Mairie de Porto relativement à la participation portugaise dans la Grande Guerre. La période choisie a été celle des années 1916 à 1918, lorsque le Portugal était officiellement impliqué dans le conflit. Outre la dimension politique, il fut également demandé de vérifier les mesures prises par la municipalité pour faire face à la soi-disant crise de subsistance, ainsi que les marques laissées par la guerre dans la ville, notamment dans sa toponymie et sur ses habitants.

**Mots clés:** Mairie de Porto, Grande Guerre, Première République Portugaise

**Resumen:** En este estudio se buscó, a través del análisis de las actas de las diferentes reuniones municipales, verificar cuál fue la posición política del Ayuntamiento de Oporto en relación a la participación portuguesa en la Gran Guerra. El período escogido fue el de los años de 1916 a 1918, cuando Portugal participó oficialmente en el conflicto. Además de la dimensión política, se buscó también verificar que medidas han sido tomadas por el municipio para enfrentar la llamada crisis de las subsistencias, y que marcas dejó la guerra en la ciudad, en particular en su toponimia y en sus habitantes.

**Palabras clave:** Ayuntamiento de Oporto, Gran Guerra, Primera República Portuguesa

## **Introdução**

O tema deste estudo é a Câmara Municipal do Porto e a Grande Guerra, durante o período que vai de 9 de março de 1916 a 11 de novembro de 1918, ou seja, entre a

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

data da declaração de guerra alemã a Portugal e a assinatura do armistício. Foram escolhidas estas datas, porque se queria perceber o período em que Portugal esteve efetiva e oficialmente, em guerra. A entrada do país no conflito europeu causou profundas divisões nos diversos partidos e na própria instituição militar, que questionava a necessidade da intervenção militar neste teatro, contrariamente ao africano, onde o país assumia uma posição de defesa dos seus territórios coloniais face à agressão alemã.

O objetivo é saber quais as posições políticas assumidas pelos diferentes executivos da Câmara Municipal do Porto em relação à participação militar portuguesa na Grande Guerra. Interessa perceber as diferenças entre a Câmara do Partido Democrático, e a Câmara do período sidonista, ou seja, em que medida os executivos municipais refletiam as posições dos respetivos partidos. Importa, também, tentar perceber a relação entre a minoria socialista no Senado e a maioria democrática, sabendo-se que a posição do Partido Socialista portuense em relação à guerra era diferente da do partido a nível nacional.

Outro aspeto a ser esclarecido é o da atuação da Câmara em face das consequências, diretas e indiretas, que a Grande Guerra trouxe à cidade do Porto. A questão das subsistências foi a mais importante com que a Câmara teve de lidar. A guerra provocou dificuldades na importação de géneros, que se tornaram muito difíceis de ser fornecidos à população, fazendo com que a Câmara tivesse de assumir funções que normalmente não eram as suas. Perante isto, será importante saber quais as medidas tomadas para minorar os agravos que atingiam a população. Por último, terá interesse saber quais as marcas deixadas pela Grande Guerra na cidade, ao nível da toponímia, mas também nos seus habitantes e em algumas das suas instituições.

Como fontes principais deste estudo foram usadas as atas dos diferentes executivos municipais que se encontram no Arquivo Municipal do Porto. Através da leitura destas procuramos perceber as diferentes sensibilidades presentes. As Atas da Vereação foram as mais importantes para este estudo. Estas registam as reuniões do Senado, órgão político por excelência, onde devido à presença de duas forças políticas se pode perceber a oposição, ou a concordância, entre elas. As Atas da Comissão Executiva mostram uma discussão mais técnica, já que esta era o órgão executivo da

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

autarquia, a quem os cidadãos dirigiam os seus requerimentos. Nas Atas da Comissão Administrativa a discussão política desaparece, passando esta a juntar os dois poderes, deliberativo e executivo.

### **1. Enquadramento histórico**

O período em análise neste trabalho marcou um momento central da história portuguesa e europeia no início do século XX. Portugal, acabado de sair de uma revolução, viu-se envolvido — e envolveu-se — numa guerra para a qual não estava preparado, e que para cujo desfecho pouco podia contribuir.

Enquanto as potências europeias se encaminhavam para a guerra em 1914, Portugal manteve-se numa posição expectante. Ligado à sua tradicional aliança com a Inglaterra, era governado por uma geração de políticos que, se já não o demonstrava, tinha sido fortemente anglófoba em consequência do Ultimato de 1890 (Teixeira, 2014: 94). Em julho de 1914, Bernardino Machado tinha formado um Governo não partidário sem a presença de qualquer democrático. Para Afonso Costa, isolado no Parlamento e sem controlo sobre a rua, o início das hostilidades representou uma espécie de salvação para o seu partido. Se pudesse levar a cabo uma política de defesa nacional contra um inimigo externo, talvez conseguisse unir as diversas facções republicanas (Ramos, 2001: 433). Antes da beligerância ativa, Portugal já era atingido pelos efeitos da guerra. No entanto, não obtinha nenhuma das vantagens que podiam advir da sua participação, particularmente a ajuda financeira inglesa (Ramos, 2001: 450). A declaração de guerra alemã a Portugal acabou por permitir ao Governo juntar-se à comunidade das nações encabeçadas pela Inglaterra, e consequentemente, à afirmação internacional do novo regime republicano. Possibilitou também a instauração de um Governo de União Sagrada, à imagem do criado em França em 1914, sendo composto no caso português apenas por dois partidos, o Democrático e o Evolucionista (Pires, 2009: 333). Partidos como o Unionista e o Socialista acabaram por ficar fora do Governo, tendo este último, desde 1915, aceitado que Portugal participasse no conflito, se o fizesse a pedido expresso da Inglaterra, dentro do espírito dos tratados assinados entre ambos os países (Ventura, 2013a: 275). Como bem salientou Brito Camacho na Câmara dos Deputados,

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

na sessão de 10 de março de 1916, ao não representar todas as facções políticas, este Governo nunca foi de verdadeira unidade nacional.

A união das diferentes facções republicanas falhou. A 5 de dezembro de 1917 o golpe de Estado de Sidónio Pais tirou os democráticos do poder. Para a sua elaboração e realização contribuíram diferentes sensibilidades, desde heróis republicanos como Machado Santos, a membros do Partido Unionista, bem como o apoio de monárquicos.

O que tinham a uni-los eram as tendências conservadoras, e o ódio ao Partido Democrático (Samara, 2009: 371-373). A “República Nova” foi um regime personalista que criou, em torno da figura de Sidónio Pais, uma aura salvífica, dando corpo ao velho movimento português do sebastianismo. Acusado pelos democráticos de germanofilia e de ter abandonado as tropas portuguesas à sua sorte, Sidónio Pais acabou por ver o seu regime ser aceite pela Inglaterra, tendo ainda restabelecido relações diplomáticas com o Vaticano. A instabilidade governativa continuou, com a existência de três governos no espaço de um ano. A agitação social também não parou, o que fez aumentar as repressões e as prisões (Fernandes, 2014: 69-70).

No Porto estas divisões políticas também se manifestaram. A Câmara estava nas mãos do Partido Democrático desde as eleições de 30 de novembro de 1913, tendo sido o primeiro executivo camarário eleito após a implantação da República. Foi esta vereação a responsável pelas transformações operadas no centro da cidade, entre as quais a futura Avenida dos Aliados e os novos Paços do Concelho (Sousa *et al.*, 2012: 81). O projeto desta nova avenida provocou divisões entre personalidades destacadas da vida portuense, em particular, Elísio de Melo<sup>1</sup> e Xavier Esteves<sup>2</sup>, que como presidente da direção da Associação Industrial Portuense, informou a Câmara que a associação a que presidia não estaria presente nas cerimónias de inauguração das obras desta avenida, a 1 de fevereiro de 1916 (Sousa *et al.*, 2012: 93)<sup>3</sup>. Estas divergências marcaram

---

<sup>1</sup> Elísio de Melo foi o grande impulsionador, enquanto vereador, do projeto de remodelação do centro da cidade, que incluía a abertura de uma nova avenida, que mais tarde veio a ser a dos Aliados, e a construção de um novo edifício dos Paços do Concelho (Guichard, 1994: 537-542).

<sup>2</sup> Antigo Presidente da Comissão Administrativa (16/01/1911 – 19/03/1913), foi também presidente da direção da Associação Industrial Portuense, e ainda deputado por mais de uma ocasião. Veio a integrar o governo de Sidónio Pais, primeiro como ministro do Comércio, e depois com a pasta das Finanças (Sousa, 2013: 239-240).

<sup>3</sup> Nesta data iniciou-se a demolição do edifício camarário, passando os serviços municipais para o Paço Episcopal. A última sessão na Casa Monteiro Moreira realizou-se a 27 de janeiro, e a primeira no Paço Episcopal a 10 de fevereiro (Sousa *et al.*, 2012: 53-54).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

a vida política da cidade, com Xavier Esteves a representar as comissões administrativas que geriram a autarquia entre 1911 e 1914<sup>4</sup>. Já no período sidonista, a nova Comissão Administrativa criticou a anterior gestão democrática por não ter seguido o plano financeiro proposto por Xavier Esteves para os melhoramentos na cidade (Sousa *et al.*, 2012: 97). A cidade acabou por ser um espelho da situação política nacional.

## **2. A posição política das vereações face à participação na guerra**

### **2.1. Os democráticos e os socialistas (1916-1917)**

O Senado da Câmara Municipal do Porto era composto por quarenta e cinco vereadores, que elegiam uma Comissão Executiva com sete membros<sup>5</sup>. Em 1916-1917 tinha onze membros do Partido Socialista Português, sendo os restantes pertencentes ao Partido Democrático. Este foi o resultado das eleições municipais de 30 de novembro de 1913, as primeiras realizadas segundo os preceitos da Constituição de 1911. Henrique Pereira de Oliveira<sup>6</sup> foi eleito Presidente do Senado e, Eduardo Santos Silva, Presidente da Comissão Executiva.

Ao seguir a linha intervencionista do Governo de Afonso Costa, a maioria teve de contar com a oposição da minoria socialista, que contrariamente ao Partido Socialista nacional (Reis, 2014: 197), e à maioria dos partidos socialistas europeus, continuou a rejeitar a participação militar no conflito mundial. Os socialistas portugueses consideravam que a posição da secção lisboeta do partido, de apoio a uma intervenção militar como luta pela liberdade dos povos, se baseava numa análise superficial da questão, já que não era possível combater por esse ideal aliando-se a uma autocracia como a Rússia (Meneses, 2000: 57). Para a Confederação do Norte do Partido Socialista Português a guerra em curso tinha origem nas rivalidades económicas entre as grandes potências, devendo Portugal apenas intervir se a isso fosse levado por um pedido britânico em nome do tratado de aliança entre os dois países. Mesmo nessa circunstância apenas deveria participar no conflito se existisse uma agressão alemã a algum dos países, nunca com a Inglaterra no papel de agressora, como consideravam ser

---

<sup>4</sup> A vereação eleita, encabeçada por Henrique Pereira de Oliveira, iniciou funções a 2 de janeiro de 1914.

<sup>5</sup> *Diário do Governo*, Lei nº 88/1913, de 7 de agosto.

<sup>6</sup> Henrique Pereira de Oliveira foi presidente da Câmara Municipal do Porto entre 1914 e 1917, apenas com um interregno de 22 de abril a 19 de maio de 1915 durante a ditadura de Pimenta de Castro. Foi ainda eleito deputado pelo Porto, nas listas do Partido Democrático, em 1925 (Sousa, 2013: 251).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

o caso (Correia, 2016: 43-45). A relação entre as duas forças políticas foi marcada por alguns atritos. Logo no início de 1916, os vereadores socialistas recusaram-se a participar na receção e nas manifestações em honra dos Chefes de Estado e de Governo, por ocasião das comemorações do 31 de Janeiro. Consideravam que aquelas figuras, ao subordinarem os interesses de Portugal aos de Inglaterra, ofendiam a memória dos revoltosos de 1891, que tinham entoado “A Portuguesa” precisamente contra o Ultimato britânico (Ata da Vereação, 24/01/1916: 3-4). Passado um ano, a minoria pediu para fazer parte da Comissão Executiva, mas o seu pedido foi rejeitado (AV, 02/01/1917: 4), tendo como consequência a não participação daquela em nenhuma comissão, por considerar que não estava ali apenas para fazer número, mas sim para exercer uma ação fiscalizadora (AV, 05/01/1917: 4). Outro ponto que causou fricção entre as duas forças foi a questão dos empréstimos para a realização de obras públicas. Os socialistas acabaram por votar sempre contra a contração destes, porque entendiam que na situação económica da altura não era possível cobrar mais impostos para os pagar. Esta atitude da minoria foi objeto de críticas por parte dos outros vereadores, tendo Elísio de Melo chegado a afirmar que se a Câmara estivesse estado à espera da aprovação dos socialistas, nunca nada se tinha feito, já que estes se opunham não só aos empréstimos, mas às próprias obras. José Ribeiro, vereador socialista, afirmou que teria votado contra a realização do empréstimo para a conclusão do matadouro municipal, obra considerada essencial devido a questões de higiene no abate dos animais, se tivesse estado presente na sessão onde este foi aprovado (AV, 08/06/1917: 2-4).

Apesar desta sua oposição à guerra, nunca a minoria socialista deixou de participar e concordar com os votos de saudação dirigidos às diferentes forças expedicionárias portuguesas. Votos esses que foram muitos e dirigidos a diversas entidades, entre as quais o Governo, ministros a título individual, e comandantes militares das tropas portuguesas. No dia seguinte à declaração de guerra da Alemanha a Portugal - 9 de março de 1916 - o Presidente da Câmara, Henrique Pereira de Oliveira, fazia um apelo à união de todos os portugueses e de todos os partidos, em face do momento histórico que se vivia, e afirmava que a Câmara do Porto, representante legítima da segunda cidade da República Portuguesa, saberia cumprir o seu dever (AV, 10/03/1916: 2). Na altura da partida das primeiras tropas portuguesas com destino à



Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

Flandres francesa, foi proposto e aprovado por aclamação, o envio de um telegrama ao Ministro da Guerra e da Marinha, onde em nome da Câmara Municipal do Porto se transmitiam ao Exército português de terra e mar, as mais calorosas e vibrantes saudações, cheias de confiança no triunfo dos aliados, considerando que este seria o da vitória da civilização sobre a barbárie (AV, 22/01/1917: 1-2). Alguns dias depois, foi igualmente proposto o envio de um telegrama de saudação ao comandante da 1ª Brigada do Corpo Expedicionário Português, que estava de partida para França, o General Fernando Tamagnini. Esta proposta foi, à semelhança da generalidade deste tipo de moções, aprovada e aclamada de pé (AV, 02/02/1917: 2). Também aquando da entrada em batalha das tropas expedicionárias portuguesas em França foram enviadas saudações aos militares, aos Chefes de Estado e de Governo, e ao Ministro da Guerra (AV, 13/04/1917: 2). A ocupação do território de Quionga<sup>7</sup>, a 10 de abril de 1916, foi ocasião para o envio de um telegrama ao Presidente da República, saudando-o por esse sucesso das forças expedicionárias portuguesas (Ata da Comissão Executiva, 13/04/1916: 17).

Os aliados de Portugal e a participação portuguesa ao lado destes foram também objeto de referência nas sessões camarárias. Na sequência da participação portuguesa na Conferência de Paris, onde se discutiam questões económicas entre os aliados (*Diário do Congresso*, 07/08/1916: 5), a Câmara resolveu saudar e demonstrar o seu apoio ao Governo pela sua cooperação com estes (ACE, 10/08/1916: 2). Quando a 6 de abril de 1917, os Estados Unidos da América resolveram declarar guerra à Alemanha, a Câmara decidiu que a mensagem do presidente americano, Woodrow Wilson, seria distribuída em todas as escolas do concelho, a fim de que as crianças pudessem adquirir “a excelente lição de educação cívica que ela encerra” (AV, 10/04/1917: 3), tendo este gesto recebido o agradecimento do ministro<sup>8</sup> dos Estados Unidos da América (AV, 23/04/1917: 2). Também em todas as escolas foi colocado um quadro com o nome do primeiro soldado português morto em França, para que as crianças vissem um exemplo de civismo e patriotismo (AV, 11/05/1917: 2). A convite do Centro Republicano Radical do Porto, a Câmara participou ainda numa manifestação patriótica de saudação

---

<sup>7</sup> A celebração desse “grande feito” parece não ter tido em consideração o facto de ter sido levado a cabo sem resistência por parte do inimigo, uma vez que não se encontravam tropas alemãs na zona (Telo, 2013b: 428).

<sup>8</sup> É feita aqui referência ao Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos em Portugal, Thomas H. Birch.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

aos consulados dos Estados Unidos da América, do Brasil e de Cuba, devido à entrada destes países no conflito europeu (ACE, 19/04/1917: 2).

Estes exemplos demonstram que em tudo aquilo que teve a ver com a participação direta de soldados portugueses nas frentes de batalha, a unidade da vereação foi total. Mesmo a minoria socialista, contrária à participação no conflito, nunca deixou de manifestar o seu apoio às forças portuguesas a partir do momento em que estas partiram para frente de batalha.

## **2.2. A coligação sidonista (1918)**

A 5 de dezembro de 1917 deu-se o golpe de Estado de Sidónio Pais, que passou a presidir a uma Junta Revolucionária e instaurou um regime antiparlamentar em Portugal. Tal acontecimento teve também reflexos na Câmara do Porto, sendo nomeada uma Comissão Administrativa para a gerir. Esta foi nomeada a 16 de janeiro de 1918, e a sua composição representava os diferentes apoios que a insurreição tinha tido a nível nacional, sendo a sua orientação marcadamente conservadora. Dela faziam parte monárquicos, republicanos opositores ao Partido Democrático, e também socialistas. À imagem do próprio sidonismo, também a Comissão Administrativa sofreu de muita instabilidade, com cinco presidentes no período de um ano.

Estas divisões fizeram-se logo notar no início da nova governação. Na comemoração do 31 de Janeiro, vemos Pinheiro Torres<sup>9</sup> insurgir-se contra a participação de grémios maçónicos no cortejo comemorativo daquela data, porque, defendia este, a sua presença podia significar uma afronta à fé católica, e à memória do falecido rei D. Carlos, que tanto tinha feito para consolidar a aliança de Inglaterra com Portugal, garante da independência nacional (Ata da Comissão Administrativa, 30/01/1918: 5).

A Comissão Administrativa partilhou com o regime sidonista a posição de maior frieza em relação à participação do país na guerra. No entanto, a própria posição do sidonismo é, ainda hoje, discutível. Sidónio Pais foi acusado de ser germanófilo, mas tal facto parece ter sido desmentido pelo apoio imediato que a Inglaterra deu ao seu regime. Se é verdade que o Corpo Expedicionário Português (CEP) foi praticamente

---

<sup>9</sup> Em 1908, Pinheiro Torres tinha sido eleito deputado pelo Porto nas listas do Centro Nacionalista, um partido de orientação católica e conservadora (Guichard, 1994: 564).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

abandonado à sua sorte a partir do início de 1918, e ainda mais a partir do fatídico dia 9 de abril, tal ter-se-á ficado a dever em maior medida à incapacidade do país em garantir o transporte de tropas para França (Telo, 2013a: 376-377), por falta crónica de meios para o fazer. Nada disto era novo, já tendo afetado a anterior governação.

Como veremos, acabou por ser durante este período que se fizeram propostas de alteração do nome de diversas artérias da cidade, renomeando-as em homenagem aos aliados de Portugal. Os votos de saudação às tropas portuguesas continuaram, e o final do conflito foi imensamente saudado, com referências à futura participação do país no congresso de paz, onde este se apresentaria digno de toda a estima devido aos sacrifícios realizados (ACA, 14/11/1918: 4-5). Se muitos dos membros da Comissão Administrativa foram contra a participação na guerra, principalmente devido a motivos políticos, houve unanimidade quanto ao facto do país poder participar na divisão dos “despojos”.

### ***2.3. Funcionários e vereadores na guerra***

A guerra acabou por afetar muitos cidadãos portuenses, desde aqueles que participaram diretamente no conflito nas frentes de batalha, até àqueles que sofreram consequências devido à sua nacionalidade ou origem. No entanto, nada afetou tanto os habitantes como as epidemias que atingiram a cidade.

Na leitura das diversas atas das reuniões camarárias aparecem-nos alguns casos de cidadãos portuenses que participaram nas diferentes expedições militares. Temos o caso de um ajudante do Corpo de Salvação Pública e oficial miliciano, de seu nome Francisco Maria de Freitas, que pediu autorização para participar numa expedição a África, tendo este pedido sido deferido com o maior louvor por proposta do presidente da Comissão Executiva (ACE, 18/01/1917: 8). Alguns elementos da vereação integraram também as forças expedicionárias portuguesas, como foi o caso do vereador Jaime Pereira de Almeida, que pediu a sua substituição porque ia prestar serviços médicos junto das tropas em França (AV, 20/04/1917: 2), e de Eduardo Santos Silva, que, encarando a participação no Corpo Expedicionário Português como um dever cívico, requereu ao Secretário de Estado da Guerra, a 11 de junho de 1918, a sua incorporação no CEP. Partiu para França em finais desse mês, ocupando o posto de

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

capitão-médico, tendo a sua ação ficado marcada por atos de grande bravura. Não se limitou a tratar dos feridos, tendo mesmo ido à linha da frente prestar assistência debaixo de fogo. Por estes feitos, quando foi desmobilizado em março de 1919, já tinha sido condecorado com a Cruz de Guerra (Pereira, 2002: 41-42). Temos ainda notícia da partida para França para cumprir serviço militar do médico veterinário da autarquia, Raúl Monteiro de Sá (ACA, 18/07/1918: 6), e do pedido efetuado pelos presos da cadeia da Relação, para que a Câmara intercedesse junto do Governo, no sentido de poderem ser incorporados nas tropas expedicionárias em França (AV, 10/08/1917: 6). Aparece ainda registado um voto de sentimento pela morte, em Moçambique, onde se encontrava integrado nas forças portuguesas, do bombeiro António Carneiro Bessa (ACA, 25/07/1918: 8).

### **3. Os problemas da cidade em guerra**

#### **3. 1. Crise das subsistências**

O principal efeito da guerra na cidade foi a crise das subsistências<sup>10</sup>, que afetava toda a Europa, atingindo países beligerantes e neutrais de igual forma. A Alemanha foi o primeiro país a conhecer a escassez, o que a levou a organizar um sistema de racionamento para a população. Logo desde 1914, o Departamento dos Cereais determinou a composição da farinha para panificação. Alguma desta tinha fécula de batata na sua composição, o que originou o chamado "pão K". Já nos países da *Entente*, se em Inglaterra apenas se racionaram alguns produtos que vinham do exterior, em França houve racionamento, entre outros, de carne e de açúcar (Ferro, 2008: 162).

A cidade e o país sofriam assim de uma escassez de géneros alimentares, que acabava por afetar com maior severidade as classes mais desfavorecidas. A principal dificuldade em arranjar estes alimentos, que na sua maioria eram importados, estava em conseguir transportes. A Câmara pediu mesmo ao Governo que lhe cedesse alguns dos vapores apressados aos alemães (AV, 28/03/1917: 6-7), para que pudesse transportar os géneros em falta, particularmente o chamado milho colonial que vinha de Moçambique (ACE, 30/03/1916: 3), e, mais tarde, também da Rodésia. A responsabilidade de arranjar os meios de transporte foi sempre do Governo, e se este não conseguisse

---

<sup>10</sup> Antes da entrada de Portugal no conflito já existiam lutas contra a carestia de vida, qua levaram ao tabelamento dos géneros.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

assegurá-los, a Câmara pouco podia fazer (ACA, 17/01/1918: 10). O Governo acabou por ceder a exploração de alguns vapores (AV, 08/06/1917, 3), entre os quais o vapor *Trafaria* (AV, 15/06/1917: 2). Mais tarde, no entanto, acabou por entregar a administração desta embarcação a uma entidade particular, o que motivou o protesto, em nome da Câmara, de Eduardo Santos Silva, por entender que tal ato só a desprestigiava (AV, 20/07/1917: 2).

O organismo da Câmara que tinha a seu cargo esta questão era a Comissão de Subsistências, dirigida por Manuel Pinto de Azevedo, que procurou levar a cabo uma política de regulação dos preços, não querendo competir com os particulares no mercado (AV, 08/07/1916: 2). Em janeiro de 1917, este vereador ofereceu à Câmara, pelo período em que decorresse a guerra, uma padaria com todo o seu conteúdo, para que pudesse ela própria começar a panificar (AV, 19/01/1917: 2). A Comissão de Subsistências acabou por comprar e vender alimentos diretamente à população, tais como açúcar, arroz, azeite, bacalhau, além de outros géneros (Ventura, 2013b: 450). O principal alimento que vendia, e que constituía a base da alimentação, era o pão, possuindo a Câmara padarias e produzindo ela mesma o pão que vendia, considerado de boa qualidade. Após se ter verificado a escassez de milho no mercado (AV, 10/03/1916: 1), que tinha atingido o ponto crítico em abril de 1916, a vereação decidiu que a Comissão de Subsistências devia começar a fazer um pão barato e de qualidade regular (AV, 05/04/1916: 3). Algum tempo depois, a Câmara teve conhecimento que os moageiros retiravam farinha destinada a fazer o pão camarário, cobrando-lhe o mesmo preço (AV, 05/05/1916: 2). A falta de farinha de milho no mercado, e a sua substituição por farinha de trigo e centeio, de preço superior, acabou por fazer com que o preço do pão camarário aumentasse, o que levou a uma troca de argumentos entre membros da minoria socialista, que censuravam esta subida (AV, 07/05/1917: 3), e o presidente da Comissão Executiva, Eduardo Santos Silva, que afirmou que o preço do pão poderia diminuir assim que o milho colonial chegasse (AV, 08/06/1917: 4). Apesar do preço mais elevado, a Câmara tinha adquirido centeio em Espanha, e continuou a fornecer farinha aos padeiros (AV, 20/07/1917: 4), tendo visto a sua ação dificultada pelo Ministério do Trabalho, que se tinha imiscuído na operação (ACE, 19/07/1917: 2). O vereador socialista Maravilhas Pereira chegou a pedir a Eduardo Santos Silva que este

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

influísse junto do Governador Civil do Porto, no sentido de entrar num entendimento com outros governadores civis do Norte do país, para que se acabasse com as fronteiras concelhias, a fim de que o milho existente em excesso nalguns locais pudesse ir para outros onde estava em falta (AV, 05/04/1916: 6). Se o pão feito pela Câmara era de boa qualidade, muito do pão vendido pelos industriais da panificação era adulterado, e por isso inferior, tendo mesmo a Federação das Associações Operárias pedido à Câmara que tomasse medidas para evitar as fraudes e as falsificações por parte dos industriais da panificação (AV, 13/11/1916: 2). Este problema continuou a manifestar-se em 1918, com Pinheiro Torres a acusar os industriais de padaria de estarem a subir os preços do pão, prejudicando as classes mais desfavorecidas, e de alguns terem manipulado o pão de tal forma, que este não se podia comer (ACA, 21/02/1918: 14). De resto, não eram apenas os industriais da panificação a cometer fraudes, tendo José Pinheiro afirmado que lhe tinham dado conhecimento da existência de refinarias que misturavam areia com o açúcar (ACA, 25/07/1918: 13). A Comissão de Subsistências continuou a tentar aumentar a produção de pão, que ainda não era suficiente para as necessidades da população (ACA, 28/02/1918: 14).

O consumo de carne foi também afetado, chegando mesmo a ser proibido um dia por semana logo no início de 1917 (Ventura, 2013b, 448), o que levou a Câmara a propor o dia de segunda-feira, tendo a Comissão de Abastecimento de Carnes escolhido o dia de quinta-feira para a proibição de venda de carne de vaca (ACE, 18/01/1917: 1). A Associação da Classe dos Empresários dos Açougues chegou a pedir à Câmara que esta conseguisse junto do Governo a proibição da exportação de gado lanífero e caprino (ACE, 27/01/1916: 9), já que a falta destes animais provocaria o aumento do preço da carne. Para a Câmara, a alta do preço da carne devia-se à atuação do Governo de Pimenta de Castro, que tinha permitido a exportação de gado sem nenhuma restrição, o que resultou na falta deste no país (ACE, 18/03/1916: 9), ilibando assim de responsabilidades nesta matéria o Governo do Partido Democrático.

O açambarcamento e o “mercado negro” retiraram do mercado muitos bens essenciais, o que permitiu a especulação, tendo a alta de preços e a escassez de alimentos sido particularmente notadas nas zonas urbanas (Oliveira, 1996: 256), como foi o caso do Porto. Assim, considerava a Câmara, a única maneira de acabar com o

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

açambarcamento e a especulação era a de importar diretamente do estrangeiro os géneros necessários para alimentar a população, podendo desse modo controlar os preços. Para fazer essa importação, como já vimos, precisava que o Governo lhe desse preferência na adjudicação da exploração dos vapores alemães apresados (AV, 28/03/1917: 6), algo que não aconteceu.

### **3.2. Crise energética**

A Companhia do Gás do Porto era a principal fornecedora de energia à cidade, quer destinada à iluminação, quer ao uso industrial. Esta teve que enfrentar graves dificuldades na obtenção de hulha<sup>11</sup>, que era a sua única matéria-prima, e que não existia em Portugal<sup>12</sup>, o que levou a Companhia do Gás a reduzir a iluminação pública, a partir de certas horas, naquelas que eram as partes mais iluminadas da cidade e, conseqüentemente, a pedir auxílio à Câmara logo no início de 1916 (AV, 14/02/1916: 2). Perante a necessidade de reduzir o consumo de gás, a Companhia apenas se limitava a lamentar o sacrifício e os incómodos que causava à população (ACE, 18/02/1916: 2). A situação agravou-se de tal maneira, que Eduardo Santos Silva chegou a enviar um ofício à Companhia, no sentido da Câmara tomar posse, no mais curto prazo possível, de tudo quanto era empregado na exploração da iluminação a gás e da eletricidade, uma vez que a Companhia assumia que lhe era impossível continuar com tal exploração. Este ofício, votado por unanimidade, representava “o início da municipalização de serviços públicos a cargo de concessionários” (AV, 26/04/1916: 2-4). Perante esta atitude da Câmara, a Companhia foi afirmando que os seus prejuízos eram consequência da guerra (AV, 28/04/1916: 2), enquanto alternava entre pedidos de auxílio à autarquia, e rejeições à oferta de ajuda desta (AV, 05/07/1916: 3). A Comissão Executiva, que tinha passado a adquirir carvão para uso na iluminação pública (AV, 21/06/1916: 3), acabou por vender à Companhia cerca de duas mil cento e noventa toneladas (ACE, 17/08/1916: 3), tendo decidido entregar metade do combustível a pronto pagamento, e a outra metade nas mesmas condições ou com uma garantia idónea de pagamento a prazo (AV, 20/11/1916: 8), tendo a Companhia aceitado estes termos (AV, 27/11/1916: 2).

---

<sup>11</sup> Esta era importada de Inglaterra, tendo a guerra submarina criado grandes dificuldades no seu abastecimento em 1916.

<sup>12</sup> A hulha existia em Alcácer do Sal, mas ainda não era conhecida a existência desse jazigo.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

Mas a venda não teve a concordância de todos os vereadores, tendo José Ribeiro afirmado que a Câmara não devia ceder nenhum carvão à Companhia, e que devia, desde logo, municipalizar os serviços de iluminação pública, sendo secundado por Maravilhas Pereira, no tocante à não cedência de carvão (AV, 18/10/1916: 2-3).

Durante bastante tempo, a Câmara foi atendendo aos pedidos da Companhia, mas a situação continuou a deteriorar-se, com queixas cada vez mais frequentes por parte de particulares e de industriais, que afirmavam que o gás fornecido era não só de má qualidade, como em pouca quantidade (AV, 11/05/1917: 3), não permitindo iluminar as ruas, nem colocar os motores fabris a trabalhar (AV, 14/09/1917: 2). A Câmara acabou por apresentar uma proposta à Companhia, no sentido de esta poder cobrar oito centavos por cada m<sup>3</sup> de gás fornecido (AV, 09/03/1917: 5-6), sendo que em troca esta tinha que fornecer gás em quantidade e de boa qualidade, mas a empresa não só não cumpriu as cláusulas do contrato (AV, 12/02/1917: 2-3), como exigiu cobrar mais pelo fornecimento de gás (AV, 28/03/1917: 5-6). Nesta situação, os industriais acabaram por se colocar ao lado da Câmara na defesa do que tinha sido acordado no contrato (AV, 28/09/1917: 4). Ao não cumprir as suas obrigações contratuais, a Companhia do Gás também não podia subir os preços que cobrava. Como não fornecia gás em qualidade e em quantidade suficientes, acabava por colocar em causa a sobrevivência de várias indústrias, e podia conduzir ao desemprego milhares de operários, o que levou o vereador socialista, Guedes Malvar, a pedir que se deixasse a Companhia cobrar mais pelo gás que fornecia (AV, 14/09/1917: 3). A situação acabou por atingir um ponto de rutura, quando a Companhia cessou a exploração do gás, originando a falta deste quer na iluminação pública, quer na privada. Também a ausência de gás industrial levou muitas oficinas a fechar portas e a despedir milhares de funcionários (AV, 14/11/1917: 3-5). Todo este processo só podia ter tido um epílogo, que foi o da municipalização da Companhia do Gás em novembro de 1917 (AV, 19/11/1917: 2-3). A partir desta data, o fornecimento de gás passou a estar assegurado pela Comissão Municipal Administrativa da Exploração dos Serviços do Gás, presidida por Marques Guedes (AV, 28/11/1917: 2).



Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

### **3.3. *Agitação social***

A agitação social, ou seja, a existência de motins e de assaltos a estabelecimentos, esteve intimamente ligada à questão das subsistências. Se a Câmara podia intervir no fornecimento de géneros alimentares, ela pouco podia fazer quando à manutenção da ordem pública. Isto mesmo pode ser constatado na análise das diversas atas das reuniões camarárias, onde praticamente não existem referências a estes acontecimentos.

A cidade do Porto tinha cerca de 200 000 habitantes no final da segunda década do século XX. População que pouco tinha aumentado desde 1910, devido principalmente à emigração, à diminuição dos fluxos migratórios internos, e à forte mortalidade resultante das diversas epidemias. Desde 1914, o aumento do custo de vida tinha provocado motins e saques um pouco por todo o país, tendo a subida dos preços sido originada tanto pela falta de géneros de primeira necessidade, como pelo açambarcamento destes (Van Rossum, 2011: 54). Em fevereiro de 1916, nos arredores do Porto, populares impediram a saída de comboios que transportavam cereais, e em Vila Nova de Gaia foram pilhadas algumas lojas. A entrada de Portugal na guerra agravou o clima de confronto, tendo o ano de 1917 sido nesse aspeto verdadeiramente funesto, com tumultos no Porto que duraram vários dias durante o mês de janeiro, e assaltos a padarias e lugares de venda de hortaliza (Ventura, 2013b: 452). Em abril, Dias da Silva informou os restantes vereadores que a escassez de pão que se verificava na cidade já tinha originado tumultos populares (AV, 04/04/1917: 3). Isto correspondia à realidade, tendo os assaltos a padarias e os confrontos continuado, levando à intervenção da Guarda Nacional, que resultou em ferimentos e prisões (Van Rossum, 2011: 64). Estas intervenções policiais não resolveram o problema de fundo, que era o do açambarcamento dos bens alimentares e a dificuldade em adquiri-los no mercado internacional.

### **3.4. *Os estrangeiros indesejados***

As vidas dos cidadãos alemães da cidade, ou de ascendência alemã, foram também afetadas pela eclosão da guerra. Logo em 1916 viram sair decretos que restringiam os seus direitos civis, recebendo mesmo ordem de expulsão do país, medida

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

esta que também afetou os seus aliados<sup>13</sup>. Se algumas dessas famílias germânicas portuenses optaram por se retirar voluntariamente para Espanha, em particular para a Galiza, a maioria optou por se manter na cidade. Sendo gente ligada à indústria e ao comércio, maioritariamente pertencentes à alta burguesia e às classes médias, a sua ausência representou um duro golpe no tecido económico da cidade, já que os depositários-administradores nomeados pelo Tribunal do Comércio do Porto acabaram vender em hasta pública o recheio e as instalações das suas propriedades industriais e comerciais, destruindo a sua capacidade produtiva e levando inúmeros trabalhadores ao desemprego (Araújo, 2015: 149-153). Se alguns dos restantes cidadãos protestaram contra a arbitrariedade destes decretos, outros chegaram a pedir à Câmara que estes fossem cumpridos. Temos notícia de, pelo menos, um pedido efetuado por uma comissão à autarquia, para que esta se secundasse na realização de uma reunião magna, onde participariam pessoas de vários quadrantes, e se pediria que, por motivos patrióticos, a lei que respeitava aos súbditos alemães fosse rigorosamente cumprida. A resposta camarária foi afirmativa, alegando que apoiava todas as resoluções que contribuíssem para o bem da Pátria (AV, 10/05/1916: 2). No ano seguinte, o vereador Pereira Coelho chegou a apresentar uma moção, onde constava que a Câmara do Porto, perante a autorização concedida à reentrada de cidadãos inimigos no país, alguns dos quais antigos residentes na cidade, deveria mostrar todo o seu descontentamento por este facto (AV, 10/08/1917: 12). Acabou por não ser levada à votação, mas representou uma censura moral à decisão do Governo, e demonstrou que, para a autarquia, os antigos munícipes de nacionalidade alemã não eram bem-vindos.

### **3.5. Saúde pública**

As doenças fizeram também sentir os seus efeitos na cidade durante este período. O tifo e a pneumónica<sup>14</sup> atingiram a cidade do Porto de forma particularmente dura em 1918. Para isto contribuiu, não só as carências alimentares da população, como também as más condições habitacionais de uma grande parte dela. A situação era tão grave que chegou a motivar a vinda à cidade do Presidente da República, Sidónio Pais,

---

<sup>13</sup> *Diário do Governo*, Decreto nº 2350/1916, de 21 de abril.

<sup>14</sup> Foi na cidade que se iniciou um surto, em agosto de 1918, que acabou por se espalhar pelo país, e que provocou cerca de 55 000 vítimas mortais em todo o território nacional (Ventura, 2013b: 445).

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

tendo este concordado com a vontade da autarquia em intensificar a construção de habitações operárias para aumentar a salubridade das habitações, e assim, melhor combater a epidemia de tifo que grassava na cidade e que provocou a morte a cerca de 1200 pessoas (Ventura, 2013b: 445). Outra maneira de combater a epidemia seria a de continuar a oferecer uma alimentação barata aos mais pobres (ACA, 26/02/1918: 5-6). A Comissão Administrativa considerou que era aí que se devia aplicar o dinheiro, e não no embelezamento da cidade, tendo o próprio Sidónio Pais considerado um erro que se tivesse avançado para a construção dos novos Paços do Concelho (ACA, 28/02/1918: 6).

#### **4. A resposta das instituições**

Várias instituições de assistência social estiveram ativas na cidade durante o período em análise, como a Cruz Vermelha, a Santa Casa da Misericórdia, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Junta Patriótica do Norte.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas, fundada em março de 1916, foi uma das que mais atuou no sentido de prestar auxílio às vítimas de guerra em Portugal. Teve à sua frente Elzira Dantas Machado, mulher de Bernardino Machado, e tinha como objetivo prestar assistência moral e material aos que dela precisassem, devido à participação portuguesa na guerra (Fraga, 2013: 506). Também na cidade do Porto a sua ação foi importante, organizando eventos para a angariação de donativos para os mobilizados, tendo pedido auxílio à Câmara para a realização dos mesmos (AV, 10/05/1916: 3), e para a fundação das “Casas de Trabalho” (ACE, 19/04/1917: 2), a que a autarquia acedeu.

Importante papel na assistência aos soldados foi desempenhado pela Junta Patriótica do Norte (JPN). Constituída no dia 15 de março de 1916, apoiou ainda as vítimas de guerra e desenvolveu funções de propaganda (Correia, 2011: 34). Para o apoio aos órfãos de guerra, a JPN e o Núcleo Feminino de Assistência Infantil (NFAI) abriram, em 1917, a Casa dos Filhos dos Soldados, destinada a receber os órfãos de combatentes nas diversas frentes, tanto durante como após o conflito (Fraga, 2013: 506). O NFAI organizou ainda outros eventos para apoio aos filhos dos soldados, como uma “Venda de Caridade” a favor dos filhos dos soldados portugueses, contando com o

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

auxílio camarário, nomeadamente com a cedência do *hall* do Palácio da Bolsa, a sua iluminação e ornamentação, e respetiva autorização de venda de bilhetes para aquele acontecimento (ACE, 16/11/1916: 4). A Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos, que estava agregada à JPN, chegou a pedir auxílio à Câmara para a criação de um sanatório-escola onde pudessem ser tratados alguns desses feridos (AV, 27/07/1917: 2). A JPN acabou por ser uma grande impulsionadora, como já vimos, da criação de lugares de memória, tendo organizado também manifestações de homenagem aos aliados de Portugal, como o cortejo cívico que realizou no dia 14 de julho de 1918, em homenagem à França, tendo para isso pedido à Câmara auxílio financeiro e a participação de funcionários municipais nesse evento (ACA, 11/07/1918: 2). Também a Cruz Vermelha e a Santa Casa da Misericórdia participaram na recolha de donativos para as vítimas de guerra, através da organização de recitais (ACE, 02/02/1917: 4).

## **5. Salvar a memória democrática da guerra**

### **5.1. Toponímia**

A Grande Guerra deixou algumas marcas na toponímia da cidade, tendo diversas artérias recebido novos nomes que invocavam a memória do conflito. Apesar de anterior ao período aqui em estudo, podemos fazer referência ao facto de logo a 8 de outubro de 1914 ter sido aprovado por unanimidade em sessão camarária que, ao Largo do Monte, na Foz do Douro, se desse o nome de “Praça de Liège”, em homenagem à tenaz resistência do povo belga naquela que foi a primeira grande batalha da guerra (Araújo, 2015: 148). Naquela cidade valã, durante alguns dias, uma guarnição de 35 000 homens conseguiu impedir que os alemães capturassem qualquer um dos seus doze fortes (Gilbert, 2007: 81).

Em pleno ano de 1918 ocorreram novas alterações. Ao pedido da Junta Patriótica do Norte (JPN) para que a Câmara desse o nome de “França” a uma artéria da cidade, respondeu a Comissão Administrativa afirmativamente, tendo Torquato Ribeiro proposto que a Rua das Pirâmides se passasse a chamar “Avenida de França” (ACA, 11/07/1918: 2-3). Já terminada a guerra, Luís de Sousa, membro da Comissão Administrativa, saudando o nosso exército e o grupo de nações que “tão gloriosamente ergueram a espada de paladinos da dignidade humana”, resolveu propor que se passasse

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

a designar a Avenida da Cidade como “Avenida das Nações Aliadas”, tendo a proposta sido aprovada e votada por aclamação (ACA, 14/11/1918: 5-6).

No que diz respeito a monumentos de homenagem aos combatentes, também a cidade do Porto teve o seu, não tendo este ficado isento de polémica. Seguindo o modelo-padrão da JPN, e tendo sido inaugurado na Praça de Carlos Alberto, a 11 de novembro de 1924, foi destruído no ano seguinte por não ser do agrado da população (Correia, 2011: 45). O que atualmente se encontra nesse local é de data posterior.

### **Conclusão**

Neste artigo mostrou-se a atuação da Câmara Municipal do Porto nos três anos em que Portugal participou de forma oficial na Grande Guerra. Apesar da posição inicial dos socialistas, parece não ter havido grandes divergências de opinião entre as diversas vereações no que diz respeito à participação portuguesa na Grande Guerra. Todas elas demonstraram uma grande unidade nas manifestações de apoio às várias forças expedicionárias portuguesas. Se entre as forças políticas republicanas e monárquicas a participação no teatro africano era pacífica, já o envio de tropas para França era polémico, mas esta opinião não transpareceu nas posições adotadas pelas diferentes vereações. Mesmo o Partido Socialista portuense, contrário à participação portuguesa na guerra, mostrou-se sempre solidário com o esforço e o sacrifício feito pelos soldados portugueses. Mas esta formação partidária não deixou de mostrar que, no entanto, a sua solidariedade e saudações eram apenas dirigidas aos soldados que se encontravam nas frentes de batalha, e não aos políticos que exerciam funções governativas em Portugal, como ficou demonstrado na sua recusa em participar nas comemorações do 31 de Janeiro, devido à presença do Chefe de Estado e do Chefe de Governo, considerando esta um insulto à memória dos mártires dessa revolta.

Apesar da retórica virulenta de alguns membros das comissões administrativas contra as medidas tomadas pelas anteriores vereações democráticas, por pragmatismo tiveram de tomar muitas das medidas que criticavam nos outros. As comissões administrativas acusaram as vereações democráticas de serem esbanjadoras e, efetivamente, cortaram em muitos projetos anteriormente aprovados, como a continuação da construção do matadouro. No entanto, a realidade fez com que muito

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

daquilo que era dito nas reuniões das comissões administrativas fosse apenas retórica, já que os acontecimentos obrigaram a continuar a assegurar um conjunto de serviços aos cidadãos. Nalguns casos, ainda tiveram de se empenhar mais do que as anteriores vereações, pois confrontaram-se com as epidemias de tifo e de “gripe espanhola”, que causaram não só bastantes mortos como afetaram o já frágil tecido social da cidade.

As dificuldades que se depararam aos sucessivos executivos camarários foram de tal ordem, que o esforço que estes tinham de desenvolver foi, em certos casos, colossal. As populações esperavam deles respostas para os seus problemas, mas os poderes municipais viam-se confrontados muitas vezes com problemas que exigiam soluções que ultrapassavam as suas competências. As populações tinham falta de alimentos, em particular de pão, e quando os tinham, estes eram vendidos a preços elevados. No entanto, arranjar estes alimentos, na sua maioria importados, estava fora das competências e dos poderes da Câmara, sendo que apenas o Governo central podia resolver estas situações.

Na sua toponímia ficaram gravados novos nomes em homenagem aos aliados da República Portuguesa, que para as diferentes câmaras representavam a civilização que combatia a “barbárie teutónica”. Tão longe foi esta ideia de incivilidade alemã, que cidadãos germânicos residentes há longo tempo na cidade, ou mesmo portugueses com essa ascendência, foram expulsos do país. É verdade que quem elaborou as leis de expulsão dos cidadãos alemães foi o Governo, mas a Câmara do Porto não se mostrou muito interessada em tê-los de volta, pelo menos enquanto o conflito durasse. Se não presenciou vítimas diretas do conflito, a cidade acabou por ter de lidar com os já referidos surtos epidémicos, que afetaram grandemente uma população já bastante debilitada pela carência alimentar.

À semelhança de outras cidades, o Porto enfrentou o problema de outras vítimas indiretas do conflito, como o caso dos órfãos de guerra. Aqui foi importante o papel das instituições de assistência da cidade, que com o auxílio da autarquia procuraram minorar o sofrimento e o sentimento de perda daquelas crianças que ficavam sem pai devido à guerra. Noutros casos, os soldados voltavam, mas encontravam-se incapacitados por mutilação, o que iria condicionar a sua capacidade futura de sustento da família.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

### **Bibliografia:**

#### **Fontes:**

Arquivo Municipal do Porto (AMP)

*Actas da Vereação da Câmara Municipal do Porto (AV)*, 1916-1917.

*Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto (ACE)*, 1916-1917.

*Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto (ACA)*, 1918.

*Diário do Congresso*, 1916.

*Diário do Governo*, 1913-1916.

#### **Estudos:**

ARAÚJO, Francisco Miguel (2015), “Aliados *versus* Inimigos da Nação: Sociabilidades no Porto da Grande Guerra (1914-1918)”, *CEM Cultura, Espaço & Memória*, nº 6, Porto, CITCEM, pp. 145-159.

CORREIA, Fausto (2016), *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra*, Tese de Mestrado, Porto, FLUP.

CORREIA, Sílvia (2011), “A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal”, *CEM Cultura, Espaço & Memória*, nº 2, Porto, CITCEM, pp. 33-50.

FERNANDES, Paulo Jorge (2014), “A vida política”, in PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. III Vol., *A Crise do Liberalismo 1890-1930*, Lisboa, Objectiva, pp. 31-85.

FERRO, Marc (2008), *A Grande Guerra: 1914-1918*, Lisboa, Edições 70.

FRAGA, Luís Alves de (2013), “Organizações Femininas Portuguesas”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 504-506.

GILBERT, Martin (2007), *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

GUICHARD, François (1994), “O Porto no Século XX”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 522-637.

MENESES, Filipe Ribeiro de (2000), *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra, 1916-1918*, Lisboa, Edições Cosmos.

Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

OLIVEIRA, César (1996), “A sociedade portuguesa entre 1910 e 1926”, in OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 248-259.

PEREIRA, Gaspar Martins (2002), *Eduardo Santos Silva: cidadão do Porto (1879-1960)*, Porto, Campo das Letras.

PIRES, Ana Paula (2009), “A economia de guerra: a frente interna”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 319-347.

RAMOS, Rui (2001), “As Guerras da República (1910-1917)”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal. VI Vol., A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 377-461.

REIS, António (2014), “Partido Socialista Português”, in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo. III Vol.*, Lisboa, Assembleia da República, p. 197.

SAMARA, Maria Alice (2009), “Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias»”, in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 371-395.

SOUSA, Fernando de; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (2012), *Os Paços do Concelho do Porto*, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

SOUSA, Fernando de (2013), *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2014), “Portugal no Mundo”, in PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.), *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. III Vol., A Crise do Liberalismo 1890-1930*, Lisboa, Objectiva, pp. 87-115.

TELO, António José (2013) a, “Sidónio Pais e a guerra” in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 374-377.



Alexandre Lima Ferreira - A Câmara do Porto e a Grande Guerra. 1916-1918 - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 151-173. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a8

TELO, António José (2013) b, “Campanha de Moçambique. 1916-1918”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 427-436.

VAN ROSSUM, Arnold Arie (2011), *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*, Tese de Mestrado, Porto, FLUP.

VENTURA, António (2013) a, “Antibelicismo em Portugal”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 275-279.

VENTURA, António (2013) b, “A Sociedade Portuguesa. Efeitos da Guerra”, in AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos, *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História, pp. 444-452.

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

### **O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918)**

#### **The football during the Great War (1914-1918)**

#### **Le football dans les temps de Grand Guerre (1914-1918)**

#### **El fútbol en tiempo de la Grande Guerra (1914-1918)**

Ricardo Costa Pereira  
CITCEM-Universidade do Porto  
ricardopereiraflup@gmail.com

**Resumo:** O presente estudo tem o intuito de analisar o futebol no tempo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Este conflito, definido pelos contemporâneos como “Grande Guerra”, marcou profundamente a vida de milhões de pessoas por todo o mundo. Numerosos futebolistas foram incorporados nos contingentes militares interessando, por isso compreender quer o impacto da guerra nos clubes de futebol quer a vida dos jogadores na frente de batalha. Quanto a Portugal, importa estudar os efeitos do conflito mundial no futebol nacional. Se, por um lado, a guerra colocou entraves à evolução deste desporto, por outro, o futebol soube adaptar-se e ajudar as vítimas do conflito através dos jogos de solidariedade.

**Palavras-Chave:** Grande Guerra, Futebol, Portugal, Primeira República Portuguesa.

**Abstract:** The main goal of the presente article is to analyse the football during the First World War (1914-1918). This conflict, named “Great War” by contemporaries, left a strong mark in millions of people. Many football players had reinforced the military forces, so we want to understand the impact of war in football clubs and the life of those players in frontline. For Portugal, matter to analyse the effects of this world conflict in national football. By one hand, the war put a lot of problems to the development of this sport. In other side, football adapted and helped the war victims by solidarity games.

**Keywords:** Great War, Football, Portugal, First Portuguese Republic.

**Resumé:** La présente étude se propose d’analyser le football à l’époque de la Première Guerre mondiale (1914-1918). Ce conflit, défini par les contemporains comme Grande Guerre, a profondément marqué la vie de millions de personnes dans le monde. De nombreux joueurs ont été incorporés dans des contingents militaires intéressants, si vous voulez comprendre l’impact de la guerre sur les clubs de football veulent la vie des joueurs en face. En ce qui concerne le Portugal, nous étudions les effets du conflit mondial dans le football national. D’une part, la guerre a mis des obstacles à l’évolution de ce sport, de l’autre, le football a appris à adapter et à venir en aide aux victimes du conflit à travers des jeux de solidarité.

**Mots-clés:** Guerre mondiale, Football, Portugal, Première République portugaise.

**Resumen:** El presente estudio tiene el objetivo de analizar el fútbol en el tiempo de la Primera Guerra Mundial (1914-1918). Este conflicto, apodado de Gran Guerra por los contemporâneos, marcó profundamente la vida de millones. Muchos futbolistas fueron reclutados para los contingentes militares, por lo que queremos comprender el impacto de la guerra en el fútbol y el impacto de la guerra en el fútbol. Si por un lado, la guerra colocó obstáculos al desarrollo de este deporte, por otro lado el fútbol supo adaptarse y ayudar las víctimas de la guerra a través de juegos solidários.

**Palabras clave:** Gran Guerra, Fútbol, Portugal, Primera República Portuguesa.

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

## Introdução

O tema do presente trabalho é o futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918). O futebol, desporto criado no século XIX, estava em processo de democratização e expansão nas vésperas deste conflito bélico. Com a Grande Guerra, os futebolistas trocaram os campos de futebol pelos de batalha. As problemáticas deste artigo são as seguintes: analisar o impacto da guerra nos clubes portugueses, nomeadamente no que concerne ao recrutamento ou voluntarismo dos futebolistas para o conflito; compreender se a guerra teve influência nas querelas que eclodiram entre os clubes, as associações e a imprensa; por último, perceber o papel dos jogos de solidariedade durante a conjuntura bélica.

Tanto a historiografia portuguesa como a internacional têm abordado com profundidade a Grande Guerra. Para o presente estudo consultei duas obras de carácter geral que tratam a temática da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. A saber, *História de Portugal* (Ramos, 1996) e *Portugal Contemporâneo* (Reis, 1990). Neste âmbito, importa ainda destacar a consulta do *Dicionário de história da I República e do republicanismo* (Rollo, 2014).

No que respeita à historiografia da I República Portuguesa, optei por consultar obras que reportam a diversas temáticas (política, economia, sociedade, cultura). No plano político, destaco *História da Primeira República Portuguesa* (Rosas; Rollo, 2010) e *A Primeira República Portuguesa: diplomacia, guerra e império* (Oliveira; Meneses, 2011). No que respeita ao tema da Grande Guerra, os estudos são numerosos e abrangem espaços diversos - desde o continente europeu, Portugal e até concelhos. Destaco os seguintes: *Portugal e a Grande Guerra* (Rollo, 2015); *Com a vida tão perdida: diário de um prisioneiro na Primeira Guerra Mundial* (Rita, 2017); *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações* (Alves; Alves; Pereira; Meireles, 2015); *(Con) Viver com o inimigo: a atividade submarina alemã durante a primeira guerra mundial (1914-1918): interações na costa de Esposende* (Brandão, 2015). Na historiografia internacional, a Grande Guerra é um tema estudado com profundidade. Os livros *A Grande Guerra 1914-1918* (Ferro, 2002); *A Primeira Guerra Mundial* (Gilbert, 2007); *História da Vida Privada: Da primeira guerra mundial aos nossos dias* (Vincent; Prost, 1990); *A sangre y fuego: de la guerra civil europea (1914-1945)* (Traverso, 2009); *A era*

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

*dos extremos: breve história do século XX* (Hobsbawm, 1996) e *O Horror da Guerra* (Ferguson, 2018) retratam o tempo da Grande Guerra ao nível político, económico, social e cultural.

Os estudos acerca do futebol no período de 1914 a 1918 são mais recentes. As monografias *Histoire du Football* (Dietschy, 2010) e *La balle au pied: histoire du football* (Wahl, 2006) analisam o futebol, durante a Primeira Guerra Mundial, e em muitos países. Estas obras são bastante úteis para comparar o futebol português com o espanhol, francês, italiano, inglês, alemão, etc. Importa ainda reiterar a obra *Inverting the Pyramid: The History of Football Tactics* (Wilson, 2008) que analisa a evolução tática da modalidade. Em Portugal, os trabalhos sobre a História do Futebol são recentes, praticamente do século XXI. Consultei obras que tratam do futebol a nível nacional como *A Paixão do Povo: História do Futebol Português* (Coelho; Pinheiro, 2002); *Desporto com Política* (Simões, 2010) e *História do Futebol Português. Das origens ao 25 de abril. Uma análise social e cultural* (Serra; Serrado, 2010). Ao nível do futebol local, destaco duas obras, respetivamente, de Lisboa e do Porto: *História do Futebol em Lisboa: de 1888 aos grandes estádios* (Dias, 2000) e *O futebol portuense durante a República Portuguesa* (Pereira, 2015). A comparação entre os estudos de âmbito nacional e os homólogos locais permite compreender melhor o futebol português, principalmente para inferir os diferentes ritmos de desenvolvimento da modalidade no país. Quanto à imprensa, a obra *História da Imprensa Desportiva em Portugal* (Pinheiro, 2011) traça o panorama dos jornais portugueses, inclusive no tempo da Grande Guerra, por isso possibilita a compreensão do meio jornalístico desportivo português nessa fase.

Para este artigo recorri a duas fontes hemerográficas, *O Sport de Lisboa* e *Os Sports*, sendo que o primeiro engloba os anos da guerra e o segundo trata do pós-guerra. Apesar de para este período existirem muitas publicações periódicas, a grande maioria teve duração efémera e pouco peso na imprensa desportiva. Assim, optei por levantar os anos de 1914 a 1918 do periódico *O Sport de Lisboa* porque é o jornal desportivo mais importante daquela época e com maior continuidade temporal (Pinheiro, 2011: 108). A rede de correspondentes de *O Sport de Lisboa* permite ter uma visão dos acontecimentos futebolísticos local, regional, nacional e, inclusive, internacional. *O Sport de Lisboa* é uma fonte de informação bastante rica que permite conhecer diversas temáticas: o

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

calendário e resultados dos jogos; a fundação e os órgãos sociais dos clubes; crónicas sobre o futebol, o desporto em geral e a raça; notícias do futebol internacional e da participação dos desportistas na Grande Guerra. O levantamento e análise dos primeiros anos do periódico *Os Sports* permitiu-me compreender os efeitos da Grande Guerra no futebol e a adaptação deste desporto na fase posterior ao conflito.

Os objetivos deste artigo consistem na compreensão do impacto da partida dos futebolistas dos clubes portugueses para a Grande Guerra; na análise do desenvolvimento do futebol português, ao nível institucional e jornalístico, e ao papel dos jogos de solidariedade no reforço da ligação entre associados, adeptos e clubes.

### **1. A eclosão da guerra e o recrutamento dos jogadores de futebol**

Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu, em julho de 1914, o futebol praticava-se já em muitos países. Inicialmente, desde meados do século XIX, foi um desporto britânico, embora se tenha expandido, rapidamente, pelo globo. Para essa expansão contribuíram, de modo significativo, a influência das comunidades britânicas espalhadas pelos vários continentes, bem como a hegemonia do Reino Unido na esfera política, económica, militar e cultural.

Apesar do berço elitista do futebol, este desporto não tardou a democratizar-se. Ainda no século XIX, em Inglaterra, a modalidade entrou em diversos setores como, por exemplo, nos quartéis, na marinha, no comércio e na indústria. O número crescente de praticantes comutou o futebol num desporto cada vez mais popular. No que respeita ao Exército e à Marinha, conhecem-se vários clubes de futebol naquela época compostos por militares destes dois ramos das Forças Armadas. Por exemplo, em Inglaterra uma das primeiras equipas militares foi o *The Royal Engineers* (Wilson, 2008: 23). Essa ligação entre desporto e forças armadas tinha na base os ideais de aperfeiçoamento da raça e servia as campanhas de expansão coloniais levadas a cabo pelas potências da época. Em Portugal, no período republicano, também sabemos da existência de equipas e de competições militares. Por exemplo, mesmo no pós-guerra, uma notícia do jornal *Os Sports* relata duas formações militares em contenda futebolística, prova de que os efeitos nefastos da guerra não quebraram a conexão entre as forças armadas e o futebol: “Nos dias 13 e 14 do corrente mês, fez dois jogos no Porto a equipa militar representativa de

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

Lisboa. No primeiro encontro com o FC do Porto, perdeu por 4 golos contra 2 e no segundo desafio com a equipa militar representativa do Porto, empatou por 2 golos a 2” (*Os Sports*, nº 294, 21.05.1922). Francisco Pinheiro e João Nuno Coelho também descrevem a existência de encontros militares entre as seleções regionais e nacionais de Portugal e de Espanha. Uma notícia do jornal *O Sport de Lisboa* revela a participação de equipas do Exército e da Marinha numa competição de futebol:

Apuram-se amanhã os campeões do torneio militar, promovido pelos Recreios da Amadora, sob a regulamentação da AFL, e com a colaboração do Sport Lisboa e Benfica que cedeu o seu campo para a realização das eliminatórias e das meias-finais. São dignos de elogio os organizadores do torneio que tiveram o condão de movimentar homens de desporto do nosso Exército e da Marinha. (*O Sport de Lisboa*, nº 147, 17.06.1916)

Como corroboram os exemplos anteriores, o futebolista, por diversas vezes, também conciliava essa atividade desportiva com o serviço militar. Em Portugal, mas também noutros países, a condição física exigida para a prática do futebol servia, de igual modo, os interesses dos exércitos.

A massificação do futebol elevou-o à categoria de um dos desportos mais praticados tanto no estrangeiro como em Portugal. Assim, quando eclodiu a Grande Guerra, um vasto número de futebolistas foi recrutado e muitos, inclusive, voluntariaram-se para servirem na linha da frente do conflito. Quais os motivos para os futebolistas e o futebol estarem tão representados nas trincheiras da Grande Guerra? Em primeiro lugar, o futebol é um desporto que pode ser praticado, praticamente, em qualquer lugar. Por exemplo, a obra *História do Futebol Português* aponta que no período republicano, em Portugal, se jogava futebol nas ruas, nos largos e nos bairros (Serrado; Serra, 2010: 126). As escassas necessidades materiais para a prática do jogo (duas balizas ou objetos que permitam substituir essas balizas e uma bola são basicamente os requisitos materiais para se praticar a modalidade) e a simplicidade das regras permitiram a democratização e a massificação deste desporto. Deste modo, quer as elites económicas quer as franjas sociais com poucos recursos podiam jogar a modalidade, uma vez que esta não exigia custos avultados em equipamentos. Aquando do recrutamento e do alistamento militar, numerosos indivíduos praticavam ou assistiam a jogos de futebol, uma vez que a

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

modalidade estava num processo crescente de democratização e massificação. O segundo ponto que queremos destacar abarca as características deste desporto. Os militares consideravam o futebol como uma modalidade importante para a formação do soldado, sobretudo, porque era coletivo, aprimorava a condição física geral dos praticantes (o jogador tem de executar diversos movimentos - corrida, salto, remate - e de possuir qualidades físicas e mentais específicas - resistência, tenacidade, inteligência, coordenação táctica e motora, etc.) e privilegiava o respeito pela hierarquia (treinador, capitão, etc.). Outro motivo foi a prevalência de um nacionalismo exacerbado, responsável pelo agravamento das relações diplomáticas entre os países, que cativava largas franjas da população. Os futebolistas não foram imunes às ideias nacionalistas como prova o voluntarismo para a guerra dos jogadores britânicos que representavam os clubes portugueses. Por último, destacamos que os Estados aproveitaram a condição física mais desenvolvida dos futebolistas, principalmente quando comparada aos restantes cidadãos que não praticavam desporto regularmente, para garantirem a incorporação de indivíduos bem preparados para a dureza dos combates na frente. Alguns cronistas e militares portugueses publicaram artigos na imprensa desportiva cujo conteúdo se baseava, regra geral, na defesa da prática do futebol no Exército e na Marinha. O jornalista Álvaro Lacerda escreveu o seguinte:

O futebol é um exercício adequado ao militar. Tendo por base a carreira, tem todas as vantagens dos exercícios para os membros locomotores, aumentando-lhe a capacidade torácica e criando-lhe peito. Isto permite-lhe ingerir um maior volume de ar. O jogo, nas suas diversas fases, dá-lhe decisão, energia, sangue-frio, educa-lhe a vontade, disciplina-lhe os nervos, habituando-o a obedecer e, mais do que isso, a mandar. Dá-lhe o espírito de solidariedade, fá-lo amar o seu regimento e a sua bandeira. (*O Sport de Lisboa*, nº105, 28.08.1915)

Fruto da mobilização de numerosos futebolistas, as notícias do falecimento de jogadores não tardaram a chegar aos antigos clubes. Do lado francês, o guarda-redes Elie Carpentier, famoso no seu país, perdeu a vida durante uma operação de reconhecimento do terreno (*O Sport de Lisboa*, nº 91, 22.05.1915). Outro futebolista francês famoso, desta vez avançado do *FC Roubaix*, morreu na frente ocidental: “Morreu na guerra André François, que foi há anos, um dos mais famosos internacionais franceses de futebol associação [...] ganhou o campeonato de França, em 1902, 1903, 1904 e 1908” (*O Sport*

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

*de Lisboa*, nº 92, 29.05.1915). Ainda no lado da Entente, os futebolistas britânicos mortos em combate foram numerosos. Por exemplo, Brian Brooker, jogador da defesa, perdeu a vida nos combates: “Foi morto, próximo de Ypres, um dos grandes jogadores de futebol da Inglaterra, Brian Brooker, o antigo defesa amador que jogou em 1909 na equipa representativa de Inglaterra contra a França” (*O Sport de Lisboa*, nº 92, 29.05.1915). Na mesma notícia consta que só da região do Lancashire (noroeste de Inglaterra) estavam alistados 4.758 futebolistas e 48 árbitros nas forças armadas britânicas (*O Sport de Lisboa*, nº 92, 29.05.1915). Segundo Niall Ferguson, 557.618 escoceses combateram na Grande Guerra (Ferguson, Niall, 2018: 19). Muitos elementos do contingente escocês jogavam nos clubes do norte de Inglaterra. No exército italiano, aquele que viria a tornar-se um dos melhores selecionadores daquele país, Pozzo, nunca esqueceu o futebol durante o tempo de serviço militar. A sua experiência como oficial do exército italiano marcou, substancialmente, as ideias futebolísticas de Pozzo nos anos seguintes (Wilson, 2008: 83). Os dados referidos anteriormente corroboram que os futebolistas estiveram presentes, em números significativos, na frente de batalha.

Da parte dos jogadores que atuavam no futebol português, os britânicos foram dos primeiros a voluntariarem-se para os contingentes militares. Mais tarde, seguir-se-iam os portugueses. Futebolistas de qualidade como Cecil Wright, Morgan, Reginald Pye e Robert Reid deixaram os respetivos clubes (no caso de Morgan, Pye e Reid o Boavista Futebol Clube e Wright do Futebol Clube do Porto) com o intuito de integrarem os batalhões britânicos (Pereira, 2015: 67). Na imprensa desportiva portuguesa, alguns artigos lamentavam a perda desses talentos como corrobora a seguinte notícia: “Wright, o conhecido guarda-redes do Futebol Clube do Porto, partiu para Inglaterra, a cumprir o seu dever militar. Que volte breve e inteiro, isto é o que sinceramente lhe desejámos” (*O Sport de Lisboa*, nº 158, 02.09.1916). No caso de Reid e Morgan, ambos perderam a vida nos Dardanelos. Os funerais, principalmente o de Reid, contaram com a presença de muitas pessoas, tanto adeptos de futebol como outros desportistas (Pereira, 2015: 67). Após março de 1916, quando Portugal entrou em guerra com a Alemanha, alguns futebolistas integraram as fileiras do Corpo Expedicionário Português. Os mais célebres foram Armando Cardoso (Boavista Futebol Clube), Floriano (Futebol Clube do Porto), Herculano Santos (Sport Lisboa e Benfica) e Vidal Pinheiro (Futebol Clube do Porto)



Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

(Pereira, Ricardo, 2014: 246). Se jogadores como Floriano e Herculano retornaram praticamente incólumes, em termos físicos, da Grande Guerra, já outros, nomeadamente Vidal Pinheiro e Raimundo, morreram na Flandres (Serrado; Serra, 2010: 115). A reação às mortes dos futebolistas indicia que o futebol já possuía um papel social relevante.

Contudo, não devemos restringir a análise sobre a participação dos futebolistas no conflito às questões de sobrevivência ou morte. Ao invés, importa compreender o impacto destes homens nos respetivos regimentos e na própria guerra. Como já referimos anteriormente, no período da Grande Guerra o futebol fazia parte do quotidiano, basicamente dos momentos de lazer de numerosos indivíduos, embora o ritmo de expansão e desenvolvimento da modalidade fosse díspar de país para país. Além do famoso desafio amigável de Natal, entre jogadores do exército britânico contra os congéneres alemães, o futebol esteve presente, em múltiplas ocasiões, tanto nas mentes como nas atividades dos militares nos tempos de pausa do conflito. Em 1916, na batalha do Somme, uma ofensiva britânica foi iniciada com recurso a um objeto curioso:

Aquando do último avanço inglês no Somme, houve um oficial que, no momento de sair da trincheira, lançou uma bola de futebol aos soldados [...] De facto, a bola chegou à trincheira inimiga e até a passou, levada com indizível entusiasmo pelos voluntários ingleses. O capitão, porém, ficou no caminho. Não assistiu, já ao fim do desafio. Ele que tinha dado o pontapé de saída. Essa bola é hoje um troféu de honra no regimento a que pertencia aquela companhia de futebolistas e, largo tempo, decerto, a história falará dela... (*O Sport de Lisboa*, nº 158, 02.09.1916)

Outra notícia refere o envio de material desportivo para a frente de batalha: “Em França, há uma associação que se encarrega de fornecer aos soldados bolas de futebol que os clubes põem de parte, mas que servem maravilhosamente aqueles que se iniciam” (*O Sport de Lisboa*, nº 91, 22.05.1915). Além destes dois episódios, sabemos que o futebol estava presente na vida dos militares. Na frente de batalha, em 1917, houve um jogo entre uma equipa de militares portugueses e outra composta pelos congéneres britânicos: “Nos últimos dias de maio, realizou-se o primeiro desafio de futebol entre grupos portugueses e ingleses, ganhando os últimos por 2 a 0. Serviu de juiz de campo o nosso antigo colaborador fotográfico, agora no campo da batalha, Arnaldo Garcês Rodrigues (*O Sport de Lisboa*, nº 202, 07.07.1917). O jornal ainda acrescenta: “Em 1 do mês findo realizou-

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

se a desforra, ganhando o grupo português por 3 a 0” (*O Sport de Lisboa*, nº 202, 07.07.1917). Em Angola e São Tomé e Príncipe, à época territórios coloniais portugueses, também decorreram jogos de futebol entre português e britânicos, os últimos ligados às atividades bélicas (*O Sport de Lisboa*, nº 118, 04.12.1915). Nesta temática podemos inferir que a manutenção dos hábitos de lazer anteriores à eclosão da guerra, onde se inclui o futebol, contribuiu, de certo modo, para aliviar, mesmo que momentaneamente, tanto as saudades da vida civil como a violência do conflito. A participação de futebolistas de qualidade - por exemplo, o caso de José Ribeiro da Costa, conhecido atleta do Sport Lisboa e Benfica - no teatro de guerra africano contribuiu para abrilhantar esses desafios (Serrado; Serra, 2010: 115). Mesmo longe do país, os futebolistas não esqueciam os seus clubes como corrobora a seguinte carta:

Há dois meses que me encontro no hospital de onde envio ao Grupo Cruz Quebrada, sinceras felicitações pelo seu aniversário e faço votos pela sua prosperidade. Já escrevi a alguns membros do Clube, a quem conhecia a direção, mas não obtive resposta [...] Como sabes sou um antigo sócio e seria para mim um grande desprazer perder o número três que tenho na lista. Ou a Direção guardará as minhas quotas que eu pagarei ou algum camarada e amigo pode fazer o favor de mas pagar e eu reembolsarei quando voltar à Pátria. É verdade que nas circunstâncias em que me encontro, será muito fácil e provável deixar aqui os ossos, mas nesse caso estou certo de que nenhum dos consócios me amaldiçoará por o calote que prego. Peço-te que me escrevas uma longa carta, dando-me notícias de todos os amigos e das vitórias do Clube, que teve o seu segundo grupo suspenso. Junto uma fotografia que tirei há dias no hospital, no meio de bravos *poilus*, e que ofereço ao Cruz Quebrada, a quem farás o favor de a entregar (*O Sport de Lisboa*, nº 127, 29.01.1916)

Muitos relatos que temos sobre os exércitos da Entente demonstram que o futebol esteve presente nas trincheiras da Grande Guerra. No meio da dureza e da catástrofe, o futebol constituiu uma catarse ou “breve alienação” dos problemas do mundo, pois permitiu que vários homens mergulhados numa guerra sangrenta pudessem, mesmo que por instantes, recordar a vida pré-conflito ou usufruir da liberdade, da paixão e da alegria que tão bem caracteriza este desporto.

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

## **2. O futebol português na conjuntura da Grande Guerra**

Nas vésperas da Grande Guerra, o futebol português contava com três associações - Lisboa (1910), Portalegre (1911) e Porto (1912/1913) -, com a recém-criada União Portuguesa de Futebol (1914) e a realização dos desafios Porto-Lisboa<sup>1</sup>. No que respeita às competições regulares, a mais antiga era o Campeonato Regional da Associação de Futebol de Lisboa (AFL) e a mais recente a prova da Associação de Futebol do Porto (AFP). Logo em 1910, a AFL deu início ao seu campeonato enquanto a AFP apenas criou o Campeonato Regional do Porto na época de 1913-1914 (Coelho; Pinheiro, 2002: 150-151). No entanto, importa não esquecer as competições que se realizavam em Portalegre, cujo impulso se deveu à comunidade britânica presente na região e à deslocação de jogadores da capital, nomeadamente do antigo atleta do Sport Lisboa e Benfica, Leopoldo Mocho (Serrado; Serra, 2010: 106). Em suma, os quatro anos iniciais da I República foram concomitantes com o surgimento de três associações de futebol, dos primeiros campeonatos organizados com regularidade, da criação da União Portuguesa de Futebol (UPF)<sup>2</sup>, dos desafios inter-regionais Porto-Lisboa e dos jogos internacionais. Com a eclosão da Grande Guerra, o futebol manteve este ritmo de desenvolvimento?

Nos anos do conflito bélico, a única instituição futebolística fundada em território português foi a Associação de Futebol do Funchal, em 1916, embora não tardasse a ter os trabalhos interrompidos devido a diferendos entre os seus associados. Mais tarde, no pós-guerra, retomou a atividade. A UPF, inicialmente com objetivos ambiciosos (por exemplo, instituir o campeonato de Portugal e criar a seleção portuguesa), apenas concretizou essas ideias na década de 20, em grande parte, devido aos obstáculos colocados pela guerra. A escassez de bens (inflação dos preços), a desorganização dos clubes devido às saídas das suas principais figuras, a instabilidade que caracterizava a política interna e a diminuição acentuada dos contactos desportivos internacionais estagnaram os projetos ambiciosos da UPF.

---

<sup>1</sup> Os desafios Porto-Lisboa, criados em 1914, consistiam em jogos entre a seleção da AFP e a seleção da AFL.

<sup>2</sup> A UPF, fundada em 31 de março de 1914, tinha como objetivos promover o futebol português, nomeadamente através da criação de um Campeonato Nacional e da organização da primeira seleção portuguesa.

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

Ao nível da competitividade interna do futebol português, a continuidade dos desafios Porto-Lisboa permitiu aos jogadores portuenses aferirem o seu valor com os congéneres da capital. Nesta fase, a totalidade dos jogos saldaram-se pela vitória da seleção lisboeta, prova de que o futebol portuense ainda tinha de evoluir para ombrear com os rivais do sul. Numa época em que os jogos internacionais diminuíram e se limitaram, regra geral, a desafios com equipas da vizinha Espanha e com marinheiros das embarcações estrangeiras ancoradas temporariamente nos portos nacionais (Pereira, Ricardo: 2015), não era a altura mais propícia para a criação de uma seleção nacional. Inclusive, algumas vezes, as condicionantes político-diplomáticas não permitiram a livre-circulação das equipas estrangeiras. A notícia seguinte relata um desses casos: “Estava marcada para domingo último a visita a esta cidade do magnífico grupo espanhol do Vigo Futebol Club, que a convite do Futebol Clube do Porto vinha realizar um desafio. À última hora foi recebido um telegrama dizendo ser impossível a saída dos jogadores por dificuldades consulares” (*O Sport de Lisboa*, nº 177, 13.01.1917). Finda a Grande Guerra, os jogos internacionais retomaram e até superaram o impulso anterior<sup>3</sup>. Após o Tratado de Versalhes (1919), novas nações surgiram no mapa europeu, por isso não se estranha que o futebol português procurasse estabelecer contactos com esses países, nomeadamente a Checoslováquia. O novo mapa traduzia-se em mais adversários internacionais para as seleções. O ano de 1921 foi marcado pela estreia da seleção nacional contra a rival Espanha. O Tratado de Versalhes não fez decrescer o nacionalismo exacerbado, aliás pelo contrário. Logo em 1922, Mussolini chega ao poder na Itália, com um projeto fascista, e um ano depois foi a vez de Primo de Rivera impor um governo de matriz autoritária em Espanha. O nacionalismo agressivo insistia em perdurar nos países europeus, por isso o futebol internacional tornou-se, em parte, num instrumento simbólico para a afirmação das nações. Não por acaso, os jogos internacionais levavam aos recintos desportivos cada vez mais público. As palavras de um espetador aquando do jogo da seleção portuguesa contra a formação espanhola elucidam o espírito nacionalista em torno destes desafios: “Lembrem-se de Nun´Álvares!” (Serra, Pedro; Serrado, Ricardo: 2011: 134).

---

<sup>3</sup> No pós-guerra, os clubes nacionais defrontaram adversários alemães, austríacos, brasileiros, checos, espanhóis, franceses, húngaros, ingleses, suecos e uruguaios.

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

De retorno ao tempo da Grande Guerra, houve episódios de desorganização e de conflitualidade que envolveram as associações, os clubes e a imprensa. A partida de jogadores de qualidade enfraqueceu as equipas portuguesas e deu azo a resultados surpreendentes. Em 1918, o Sport Porto e Salgueiros venceu o campeonato regional, deste modo intrometendo-se na luta pelo título que outrora pertencia ao Boavista Futebol Clube e ao Futebol Clube do Porto (Coelho; Pinheiro, 2002: 168-169). Por exemplo, uma notícia refere as causas para o maior insucesso do Boavista Futebol Clube nas provas regionais: “Veio a guerra, foram-se-lhe os estrangeiros embora e a sua inscrição no campeonato de 1915-1916 ficou sem efeito, por factos que agora se torna desnecessário lembrar” (*O Sport de Lisboa*, nº 176, 06.01.1917). Ainda na cidade Invicta, o Futebol Clube do Porto teve a mesma contrariedade: “O FCP também se viu privado de bons elementos como Janson, Alwood, Legg, etc.” (*O Sport de Lisboa*, nº 176, 06.01.1917). Mais a sul, em Lisboa, a partida de muitos atletas para a frente de batalha provocou a desorganização das equipas, sendo que, por exemplo, o Clube Internacional de Futebol (CIF) foi obrigado a desistir da prova devido à incapacidade de garantir um onze competitivo para o campeonato da AFL: “Previmos, num dos últimos números do nosso semanário, a desistência do Internacional, logo que soubemos da falta ao desafio com o Sporting [...] menos se compreende que só depois do primeiro desafio se soubesse que alguns dos jogadores estavam mobilizados ou de malas feitas (*O Sport de Lisboa*, nº 175, 30.12.1916). O Sport Lisboa e Benfica perdeu elementos importantes, entre os quais Manuel Gomes Cal e José António Dias (Serrado; Serra, 2010: 115). Esta situação não foi exclusiva de Portugal, pois, como descreve uma notícia do periódico *O Sport de Lisboa*, em Inglaterra também se verificou uma diminuição drástica da qualidade dos futebolistas devido à incorporação de muitos jogadores nos contingentes militares:

Em Inglaterra, como em toda a parte da Europa, se tem sentido a influência da guerra europeia no desporto. Principalmente, no futebol essa influência se tem acentuado numa maneira sem precedentes. Os clubes que nos anos anteriores se classificaram nos primeiros lugares têm este ano sido batidos por clubes que nos anos anteriores batiam com relativa facilidade. (*O Sport de Lisboa*, nº 78, 13.02.1915)

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

Em Itália, o campeonato de futebol também foi suspenso, durante a Grande Guerra, por condicionantes idênticas àquelas que interromperam as provas em Inglaterra:

Faltavam jogar dois jogos para terminar o campeonato de Itália. Esses desafios deveriam realizar-se no dia 23 de maio, entre o Internacional de Milão e entre o Turim e o Génova, em Génova. Sobreveio, porém, a declaração de guerra da Itália à Áustria. Mobilização geral, tornando impossível a constituição a sério de equipas, sobretudo visto tratar-se de finais. Em virtude desta situação imprevista, o comité da Federação Italiana resolveu adiar os dois jogos e suspender o campeonato. (*O Sport de Lisboa*, nº 93, 05.06.1915)

Na Alemanha, além da mobilização dos jogadores de futebol houve outro problema resultante das necessidades do conflito: “As dificuldades com que a Alemanha passa para poder alimentar os seus habitantes levou o governo a requisitar aos clubes a maioria dos campos de futebol para serem semeadas batatas!” (*O Sport de Lisboa*, nº 86, 10.04.1915). A conversão dos campos de futebol em terreno agrícola demonstra as carências alimentares do Império Alemão naquela fase mas também a impossibilidade de garantir a regularidade dos campeonatos, uma vez que os clubes nem sequer tinham terreno de jogo, em muitos casos. Por toda a Europa, os efeitos nefastos da Grande Guerra revelaram-se obstáculos importantes para a evolução do futebol. Para agravar a situação, aos problemas de carência provocados pela guerra somaram-se as querelas institucionais.

Em Portugal, os anos do conflito bélico foram pródigos no surgimento de desavenças entre os maiores clubes de Lisboa e do Porto e as respetivas associações de futebol. Na capital, a desistência do CIF, as discussões entre a Direção do Sporting Clube de Portugal (e de outros clubes) com os dirigentes da AFL são somente exemplos do clima conflituoso que se vivia no desporto português. A estes casos juntavam-se outros, nomeadamente a norte. O desequilíbrio de forças entre as equipas com a partida de numerosos futebolistas e o descrédito crescente das associações tinham como causa a guerra mas também o ambiente hostil que se vivia no futebol português, oriundo dos anos anteriores ao início da Primeira Guerra Mundial. A qualidade das seleções regionais diminuía como exemplifica o afastamento de Francisco Stromp e Jorge Vieira da equipa da AFL (Serrado; Serra, 2010: 117). Em 1916, os responsáveis do Sporting Clube de Portugal justificavam o atraso na preparação física e tática da equipa principal com a suspensão ocorrida na época precedente (*O Sport de Lisboa*, nº 142, 13.05.1916). A norte,

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

na cidade Invicta, o Futebol Clube do Porto também foi suspenso pela AFP. Em causa, as acusações dos portistas dirigidas aos dirigentes da AFP fundamentadas com alegadas infrações do regulamento das provas por outras coletividades (Coelho; Pinheiro, 2002: 169). Em 1915, na imprensa, um cronista desportivo vociferava contra as lutas constantes que envolviam clubes e associações:

A questão das rivalidades entre clubes e a luta entre federações, umas dirigentes e outras que pretendem ser dirigentes de desporto, passou nos últimos anos, do campo desportivo e entrou pelo campo pessoal. Deixou de haver ideias para haver ódios. Deixou de se auxiliar o desporto para se prejudicar a sua marcha. Tratou-se apenas de agradar aos partidários e agredir os contrários. Fizeram-se partidos. (*O Sport de Lisboa*, nº 75, 23.01.1915)

Na obra *A Paixão do Povo* (Coelho; Pinheiro, 2002), os autores destacam diversos episódios de desorganização do futebol português nesta fase. Além das situações descritas anteriormente, a própria imprensa desportiva também acicatou as polémicas da época (Pinheiro, 2011). Os jornalistas apontavam a falta de competência dos dirigentes portugueses como um dos principais males do nosso futebol. De seguida, a culpa recaía nas equipas de arbitragem, alvo da fúria dos espetadores mas também das crónicas jornalísticas. A imprensa desportiva não hesitou na denúncia das irregularidades: inscrição de clubes sem campo de futebol adequado ou permitido pelos regulamentos, utilização de jogadores mais velhos nas categorias inferiores e o absentismo dos juízes de campo, o que levava à realização de desafios com indivíduos escolhidos no seio do público (Serrado; Serra, 2010: 118). Além disso, condenava a desorganização dos campeonatos escolares, percecionados pela imprensa como provas de suma importância quer para o futuro do futebol nacional quer do país (segundo alguns pedagogos e cronistas, o futebol ajudava a formar o carácter e a fisiologia dos mais jovens, de modo a estes contribuírem para a regeneração da nação), nomeadamente em Lisboa, pois a competição apenas contou com três equipas escolares em determinadas épocas (Serrado; Serra, 2010: 116). Se a comparência dos futebolistas aos treinos foi reduzida e problemática durante o período da I República, nesta fase da Grande Guerra a situação agravou-se, sobretudo, devido à partida de jogadores para a frente de batalha. A imprensa

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

desportiva não permitiu que a falta de treino e os métodos arcaicos das equipas portuguesas desaparecessem da ordem do dia (Coelho; Pinheiro, 2002: 165).

Outro dos males do futebol português, tantas vezes sancionado pela imprensa, foi a violência nos campos. Os episódios violentos - agressões aos juízes de campo, jogadores e adeptos - já existiam antes de 1914 e continuaram nos anos subsequentes. A par da agressividade vigente no mundo futebolístico também o país, no plano político-social, vivia tempos de grande instabilidade. Por exemplo, Rui Ramos destaca, apenas nos anos de 1917 e 1918, a chamada Revolução Dezembrista, que levou Sidónio Pais ao poder, as greves violentas e os efeitos da epidemia de gripe, responsável pela morte de muitos de milhares de portugueses num curto período (Ramos, 1996: 521). Nesta fase, a imprensa desportiva portuguesa não hesitava em denunciar irregularidades nos jogos de futebol. Veja-se o exemplo que aconteceu na cidade Invicta, em 1918, onde um atleta expulso reentrou em campo, mais tarde na partida, com a complacência da equipa de arbitragem (Coelho; Pinheiro, 2002: 169). De referir que a imprensa da época aponta episódios concomitantes por todo o país. Em determinadas situações, as forças policiais revelaram-se insuficientes para conterem a multidão e evitarem agressões aos intervenientes do jogo (Pereira, 2015: 73). O clima de hostilidade perante os intervenientes de jogo era concomitante com a insegurança e instabilidade que se vivia na política do país.

Todavia, mesmo no tempo do conflito mundial, houve tentativas de impulsionar o futebol português. De 1916 a 1918, criaram-se novas publicações periódicas desportivas inclusive em regiões afastadas dos polos de Lisboa e do Porto como, por exemplo, Angra do Heroísmo e Póvoa de Varzim (Coelho; Pinheiro, 2010: 78). Na cidade Invicta, a fundação da revista quinzenal *Os Sports*, com direção de Carlos Lello, que tratava os temas desportivos e tinha uma rede de correspondentes em várias regiões do país, nas colónias e no estrangeiro (Pinheiro, 2011: 110). Ainda na cidade Invicta, no mês de abril de 1918, surgiu o *Porto Sportivo*, publicação cujo intuito consistia na divulgação do desporto portuense e, principalmente, das notícias do Futebol Clube do Porto, a maior coletividade desportiva da urbe (Pinheiro, 2010: 111). A escassez de papel, a inflação e os elevados custos de produção provocados pela Grande Guerra não impediram o aparecimento de novos periódicos desportivos, facto que demonstra, por um lado, o interesse da população portuguesa pelo futebol mesmo em tempos de conflito e, por outro,



Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

a tenacidade do meio futebolístico em resistir às dificuldades que aumentavam de dia para dia (Pinheiro, 2010: 103). No entanto, a maioria das publicações periódicas que surgiram durante a Grande Guerra tiveram duração efémera. O líder do panorama jornalístico desportivo português era o jornal *O Sport de Lisboa*. Além dos jornais, a Taça de Honra, organizada pela AFL em 1915, foi instituída na capital, organizando-se uma prova semelhante no Porto (Dias, 2004: 108). No Funchal, a associação de futebol local fez disputar um campeonato regional, embora com participação de um número reduzido de equipas. Também em Faro decorreu uma prova regional de futebol (Coelho; Pinheiro, 2002: 156). Embora existam sinais positivos no que respeita ao crescimento do futebol em determinados locais, regra geral, esta época caracterizou-se pela estagnação da modalidade no país, principalmente, na expansão pelo território que se verificou após 1918. Após o término do conflito, surgiu a Seleção Nacional (1921), o Campeonato de Portugal (1922) e o futebol conseguiu abarcar quase todo o território nacional<sup>4</sup>.

### **3. O “outro lado do futebol” em tempo de guerra: os jogos de solidariedade**

Se a Grande Guerra colocou bastantes entraves ao desenvolvimento do futebol, por outro lado a modalidade também se adaptou à conjuntura bélica. A par da desorganização dos campeonatos, dos episódios de violência exacerbada e da partida de muitos futebolistas para a frente de batalha, verificou-se uma adaptação do futebol ao contexto de guerra, nomeadamente através da realização dos jogos de solidariedade.

Durante a Grande Guerra, os clubes de futebol não se olvidaram das responsabilidades sociais, principalmente perante os seus associados, pois desenvolveram formas de atenuar os efeitos nefastos do conflito. Assim, realizaram-se vários jogos de solidariedade, a favor das vítimas. No Porto, um conjunto de jornalistas organizou uma partida de futebol para angariar fundos destinados a causas solidárias: “O produto das entradas destina-se: metade para os feridos de guerra; a outra metade será distribuída proporcionalmente pelos jornais onde os citados jornalistas colaboram, a fim de estes distribuírem pelos pobres” (*O Sport de Lisboa*, nº 181, 10.02.1917). Além da imprensa portuense, os antigos jogadores de futebol, apelidados de “veteranos”, também

---

<sup>4</sup> De 1919 a 1926, em Portugal, surgiram doze associações de futebol. Antes da guerra existiam três: Associação de Futebol de Lisboa, Associação de Futebol de Portalegre e Associação de Futebol do Porto.

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

contribuíram no apoio às vítimas do conflito. Nesse âmbito, muitos veteranos voltaram aos campos para os desafios de solidariedade. *O Sport de Lisboa* relata um desses jogos: “Realizou-se, com efeito, no passado domingo, o desafio entre um grupo de veteranos e o grupo misto do Futebol Clube do Porto. Foi uma luta muito interessante e que esteve muito animada, não obstante a tarde se ter apresentado agreste e de maneira a afastar grande parte do público” (*O Sport de Lisboa*, nº 196, 26.05.1917). Por norma, estes desafios solidários atraíam bastante público aos recintos de jogo. Contudo, quais os motivos para as grandes assistências nos jogos de solidariedade? Começo por destacar o papel da imprensa desportiva, pois os anúncios e a cobertura jornalística destes desafios, certamente, contribuíram para a adesão do público. Os jornais nomeavam as elites políticas (autarcas, ministros, cônsules, etc.) e militares que presenciavam os desafios solidários, prova indelével da importância social e simbólica dos jogos de solidariedade. Em segundo lugar, o interesse que o retorno dos jogadores aposentados, antigos ídolos do público, suscitava nos adeptos. Por último, o objetivo solidário que granjeava quantias para apoiar os feridos da guerra, as vítimas da epidemia de gripe e a população com poucos recursos.

Neste capítulo da solidariedade, as mulheres também se revelaram fundamentais na promoção de atividades de beneficência nos campos de futebol. A Cruzada das Mulheres Portuguesas, destinada a apoiar as vítimas da guerra, teve um papel importante na entrega de dinheiro aos militares feridos. Por exemplo, no sul, um conjunto de desafios teve a receita de bilheteira a reverter para causas solidárias: “Realizam-se amanhã, no campo de Alcântara, dois interessantes desafios, revertendo o produto das entradas a favor da Cruzada das Mulheres Portuguesas” (*O Sport de Lisboa*, nº 143, 20.05.1916). Mais a norte, no Porto, a Venda da Flôr partiu da iniciativa de diversas mulheres: “Tratava-se de um desafio cuja receita era destinada aos portugueses feridos na guerra e da visita ao campo das senhoras portuenses que entre a assistência iam promover a venda da Flor” (*O Sport de Lisboa*, nº 193, 05.05.1917). Esse desafio teve, inclusive, a participação da comunidade estrangeira residente naquela urbe: “Com uma concorrência muito numerosa e muito distinta, realizou-se no domingo passado o desafio entre um grupo misto do Futebol Clube do Porto e um grupo estrangeiro, constituídos por jogadores da velha guarda, na sua maior parte afastados das lutas do futebol” (*O Sport de Lisboa*, nº 193,

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

05.05.1917). No entanto, o papel das mulheres no futebol não se restringiu aos encontros solidários. Elas também tiveram ação direta na sobrevivência de algumas coletividades desportivas. Por exemplo, Hélder Pacheco salienta o papel de D. Ana Eugénio, mãe do futebolista e militar Neves Eugénio, na sobrevivência do Académico Futebol Clube, sobretudo, quando o filho se ausentou devido aos compromissos militares (Pacheco, 2011: 73). Ao nível institucional, criaram-se novas competições, nomeadamente a “Taça Mutilados de Guerra”, para recordar aos portugueses o sacrifício realizado pelos conterrâneos nos campos de batalha, e a Taça de Honra da AFL (Coelho; Pinheiro, 2002: 171). A instauração das novas provas corrobora que, apesar da instabilidade política e das dificuldades económicas causadas pela Grande Guerra, a AFL ainda tinha capacidade para dar passos no sentido do desenvolvimento do futebol. De realçar que a solidariedade do futebol para com os soldados retornados da frente de batalha foi mais importante e visível do que as ações promovidas pelo Governo nesta matéria (Correia, 2010: 353). Segundo a obra *Surrogate Narratives: Portugal 1914-1918* (Sousa, 2015), o poder político procurou controlar (censurar) as narrativas da guerra que chegavam ao país, por isso fotografias e relatos de soldados portugueses mutilados não se coadunavam com a visão patriótica e de exaltação do esforço português na guerra, além de que poderia despoletar dúvidas junto da opinião pública em relação ao custo/benefício da participação nas frentes de batalha.

Quanto aos clubes, os seus esforços solidários direcionaram-se para as populações mais afetadas pela guerra, fosse direta (feridos) ou indireta (pobreza resultante da inflação, dos desequilíbrios na distribuição de rendimento, acesso aos bens elementares como alimentos e energia). Nas vésperas de Natal de 1916, o Sport Lisboa e Benfica distribuiu ofertas pelas crianças do bairro: “Consta esta festa do seguinte: de dia, distribuição de brinquedos da árvore do Natal às crianças pobres da freguesia e à noite, árvore de Natal para os filhos dos sócios, seguindo-se um baile” (*O Sport de Lisboa*, nº 174, 23.12.1916). O apoio económico disponibilizado pelos clubes quer aos associados quer às populações com poucos recursos revelou-se decisivo para reforçar a componente identitária, uma vez que essa ajuda aumentou o capital simbólico das coletividades desportivas. Por exemplo, quando o ídolo dos adeptos benfiquistas, Álvaro Gaspar, adoeceu gravemente, os seus colegas organizaram jogos de solidariedade como

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

demonstra a notícia: “O desafio organizado pelos Srs. Dr. Antunes dos Santos e Francisco Calejo, em benefício do antigo e brilhante jogador do Sport Lisboa e Benfica, Álvaro Gaspar, que há muito se acha atormentado por uma pertinaz doença, veio abrir um parêntesis bem-aventurado na série de desavenças e intrigas de que enferma o nosso meio” (*O Sport de Lisboa*, nº 89, 01.05.1915). A norte, no mesmo período, o Futebol Clube do Porto procurou ajudar um dos seus jogadores, Joaquim Reis, que vivia no limiar da pobreza (Simões, 2010: 65). Na fase final da Grande Guerra, chegavam pedidos de ajuda aos clubes nacionais, oriundos dos campos de prisioneiros alemães, efetuados por antigos jogadores, associados e adeptos (Serrado; Serra, 2010: 115). Os clubes responderam com o envio de material, maioritariamente desportivo, para os prisioneiros de guerra portugueses. Esta ligação entre os soldados aprisionados numa terra distante e os clubes portugueses corrobora a grande importância social de que o futebol já era alvo.

Os clubes de futebol contribuíram, diretamente, para as causas solidárias e reforçaram o seu papel social. Nos anos seguintes ao término do conflito, tanto as assistências aos jogos como o número de associados dos clubes cresceram, de modo significativo. Para isso, por certo, contribuíram as ações solidárias levadas a cabo entre 1914 e 1918.

Se as dificuldades provocadas pela Grande Guerra quase fizeram estagnar as competições, a expansão da modalidade e a evolução dos clubes, por outro lado os jogos solidários consolidaram a componente identitária junto dos associados e adeptos. Findo o conflito, o futebol tornou-se, cada vez mais, democratizado e massificado.

## **Conclusão**

Os contemporâneos da Primeira Guerra Mundial apelidaram-na de Grande Guerra não só porque não existia um conflito que envolvesse todas as potências europeias há várias décadas, mas também devido à escala de morte nunca antes vista, proporcionada pelas novas armas, aperfeiçoadas pelo progresso tecnológico e industrial (Hobsbawm, 1996: 32). Quando a guerra eclodiu, numerosos futebolistas foram recrutados e voluntariaram-se para “novas equipas”, os contingentes militares. No plano interno, os clubes portugueses sentiram dificuldades para substituírem os elementos que partiram para a frente de batalha. Na imprensa desportiva da época há registos do declínio da

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

qualidade e da organização das equipas. Em 1914, o futebol era praticado por milhões de europeus, por isso não causa espanto que este desporto integrasse o quotidiano dos soldados destacados para a guerra. Os jogos entre elementos dos exércitos aliados são a prova de que o futebol ocupou os tempos livres dos soldados e ao mesmo tempo contribuiu para uma maior coesão.

No plano das competições internas, os anos de 1914 a 1918 caracterizaram-se, praticamente, pela estagnação no desenvolvimento do futebol, uma vez que projetos importantes e de grande dimensão (criação da seleção nacional, organização do Campeonato de Portugal, institucionalização da modalidade por todo o país) foram “adiados” para o pós-guerra. A par disso, a instabilidade política e as dificuldades económicas, motivadas em grande parte pelo conflito bélico, dificultaram a ação das instituições desportivas e condicionaram a internacionalização do futebol português devido aos obstáculos levantados para a realização dos jogos internacionais. Neste período, os encontros dos clubes portugueses com clubes estrangeiros limitaram-se às equipas espanholas e tripulações de barcos ancorados na costa portuguesa. Todavia, nem tudo foi negativo. Os campeonatos regionais do Porto e de Lisboa prosseguiram sem interrupções, apesar das suspensões e desistências de clubes, bem como os jogos Porto-Lisboa. Além disso, houve oportunidade para criar novas provas, nomeadamente em Lisboa, com a Taça Mutilados de Guerra e a Taça de Honra.

No tempo da Grande Guerra, o futebol desempenhou uma função solidária importante. Os jogos de solidariedade, organizados pela imprensa e pelos clubes, atraíram multidões aos recintos desportivos. A presença de elites políticas e militares na tribuna dos campos de futebol aquando dos jogos solidários corrobora o capital simbólico destes encontros. O retorno dos “veteranos”, jogadores aposentados, aos campos e a participação das mulheres na preparação dos desafios e da angariação de fundos em prol das vítimas da Grande Guerra foram fundamentais para a concretização dos objetivos dos jogos de solidariedade (adesão de um público numeroso). O apoio dos clubes aos prisioneiros de guerra portugueses, detidos em território inimigo, é mais uma prova da importância do futebol na sociedade portuguesa daquela época, uma vez que o material desportivo das coletividades chegava aos locais mais inesperados como um campo de detenção. Os

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

portugueses detidos nas prisões germânicas nunca esqueceram os seus clubes e estes não olvidaram os adeptos, independente do local.

Para futuras investigações considero importante prosseguir a investigação em torno dos jogadores de futebol presentes na frente de batalha, não apenas a ocidental, mas também a africana. De seguida, reitero a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os efeitos da Grande Guerra no futebol português, sobretudo, fora dos grandes centros de Lisboa e Porto.

Concluindo, apesar de todos os efeitos nefastos da Grande Guerra, o futebol sobreviveu e adaptou-se à conjuntura do conflito bélico. No pós-guerra, acelerou o processo de democratização e de massificação, de tal modo, que nos anos 20 o futebol abarcava quase todo o território português. Mesmo nos momentos mais duros do conflito, o futebol nunca deixou de ser uma catarse ou alienação de um mundo em ruínas. Em tempos de guerra houve tempo para o futebol.

### **Bibliografia:**

#### **Fontes:**

#### **Fontes Hemerográficas:**

*O Sport de Lisboa*. Lisboa, 1913-1934.

*Os Sports: Bi-semanário de propaganda de Educação Física*. Lisboa, 1919-1945.

#### **Estudos:**

BRANDÃO, Miguel (2015), *(Con) Viver com o inimigo: a atividade submarina alemã durante a primeira guerra mundial (1914-1918): interações na costa de Esposende*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (2002), *A Paixão do Povo. História do Futebol Português*. Porto: Afrontamento.

COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (2011), *República, Desporto e Imprensa: o desporto na I República em 100 primeiras páginas 1910-1926*. Porto: Afrontamento.

DIAS, Marina Costa (2004), *Cascais: aqui nasceu o futebol em Portugal, 1888-1928*. Cascais: Quimera.

- Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9
- DIAS, Marina Costa (2000), *História do futebol em lisboa: de 1888 aos grandes estádios*. Lisboa: Quimera.
- DIETSCHY, Paul (2010), *Histoire du Football*. Paris: Perrin.
- FERGUNSON, Niall (2018), *O Horror da Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Temas e Debates.
- FERRO, Marc (2002), *A Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Edições 70.
- GILBERT, Martin (2014), *A primeira guerra mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- HOBBSAWM, Eric (1996), *A Era dos Extremos (1914-1991)*. Lisboa: Presença.
- OLIVEIRA, Pedro Aires de; MENESES, Filipe Ribeiro de (2011), *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*. Lisboa: Tinta-da-China.
- PACHECO, Hélder (2011), *Académico Futebol Clube. Um século na vida portuense, ao serviço do desporto*. Porto: Afrontamento, 2011.
- PEREIRA, Ricardo Costa (2015), *O futebol portuense durante a República Portuguesa (1910-1926)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea].
- PEREIRA, Ricardo (2014), “O futebol portuense durante a Primeira Guerra Mundial”. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge; ALVES, Luís Alberto M.; MEIRELES, Maria Conceição (coord.) (2015), «*A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*». Porto: CITCEM, p. 243-257.
- PINHEIRO, Francisco (2011), *História da Imprensa Desportiva em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- RAMOS, Rui (1993), *A Segunda Fundação*. In MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, vol. 6.
- REIS, António (dir.) (1992), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol.3.
- RITA, Fernando (2017), *Com a vida tão perdida: diário de um prisioneiro na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Fronteira do Caos.
- ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2014), *Dicionário de história da I República e do republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República.
- ROLLO, Maria Fernanda (2015), *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Assembleia da República.

Ricardo Costa Pereira - O futebol no tempo da Grande Guerra (1914-1918) - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 174-196. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a9

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2010), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) (2011), *História do Futebol Português. Das origens ao 25 de abril. Uma análise social e cultural*. Lisboa: Prime Books.

SIMÕES, António (2012), *Desporto com Política nos 100 anos da República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SOUSA, Jorge Pedro de (2015), *Surrogate Narratives: Portugal 1914-1918: Iconographic coverage of World War I*. Porto: Media XXI.

TRAVERSO, Enzo (2009), *A sangre y fuego: de la guerra civil europea (1914-1945)*. Valência: Universidade de Valência.

VINCENT, Gérard; PROST, Antoine (dir.) (1990), *Da primeira Guerra Mundial aos nossos dias* In DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe (dir.) (1991), *História da vida privada*. Porto: Afrontamento.

WAHL, Alfred (2006), *La balle au pied: histoire du football*. Paris: Gallimard.

WILSON, James (2008), *Inverting the Pyramid: The History of Football Tactics*. Londres: Orion,



Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

**A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial**

**Faith in times of war: The religious experience of Portuguese fighters in World War I**

**La foi en temps de guerre: L'expérience religieuse des combattants portugais durant la première guerre mondiale**

**La fe en tiempos de guerra: La experiencia religiosa de los soldados portugueses en la Primera Guerra Mundial**

Luís Miguel Silva  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
luismiguelsmpd@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo compreender as experiências religiosas vividas pelos militares portuguesas durante a Grande Guerra nos três teatros de operações em que as forças nacionais combateram: sul de Angola, norte de Moçambique e Flandres. Como fontes de investigação foram usadas as memórias, diários e crónicas de guerra. Tentámos analisar a vivência religiosa coletiva e individual e a forma como foi evoluindo ao longo da guerra. Explorámos as razões que levaram ao seu florescimento e os fenómenos que lhe deram relevância.

**Palavras-chave:** Grande Guerra, I República, religiosidade, Cristo das Trincheiras

**Abstract:** This article aims to understand the religious experiences of the Portuguese military during the Great War in the three theaters of operations where the Portuguese forces fought: southern Angola, northern Mozambique and Flanders. Memories, diaries and chronicles of war were used as sources of investigation. We tried to analyze the collective and individual religious experience and the way in which it evolved during the war. We explored the reasons that led to its flowering and the phenomena that gave it relevance.

**Keywords:** Great War, I Republic, religiosity, Christ of the Trenches

**Résumé:** Cet article vise à comprendre les expériences religieuses de l'armée portugaise pendant la Grande Guerre dans les trois théâtres d'opérations où les forces portugaises se sont battus: le sud de l'Angola, le nord du Mozambique et de la Flandre. Mémoires, journaux intimes et chroniques de guerre ont été utilisés comme sources d'investigation. Nous essayons d'analyser l'expérience religieuse collective et individuelle et la manière dont il a évolué au cours de la guerre. Nous explorons les raisons qui ont conduit à sa floraison et les phénomènes qui lui ont donné de la pertinence.

**Mots-clés:** Grande Guerre, I République, religiosité, Christ des Tranchées

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo comprender las experiencias religiosas de los militares portugueses durante la Gran Guerra en los tres teatros de operaciones donde las fuerzas portuguesas luchaban: el sur de Angola, Mozambique y el norte de Flandes. Como fuentes de investigación se utilizaron las memorias, diarios y crónicas de guerra. Intentamos analizar la vivencia religiosa colectiva e individual y la forma en que fue evolucionando a lo largo de la guerra. Exploramos las razones que llevaron a su florecimiento y los fenómenos que le dieron relevancia.

**Palabras clave:** Gran Guerra, I República, religiosidad, Cristo de las Trincheras

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

## **Introdução**

O estudo sobre a religiosidade dos portugueses na Grande Guerra que agora apresentamos é parte integrante de uma investigação maior apresentada como dissertação de mestrado na FLUP, em que tentámos contribuir para um maior esclarecimento do que constituiu a participação portuguesa na Guerra, no plano das vivências religiosas dos combatentes<sup>1</sup>.

Sobre esta temática, alguns estudos como os de Isabel Pestana Marques (Marques, 2008) e Maria Lúcia de Brito Moura (Moura, 2010), forneceram-nos as linhas gerais que nos permitiram progredir na exploração deste tema. A primeira autora redefiniu os horizontes sobre a participação portuguesa na guerra ao estudar o dia-a-dia das tropas nos seus mais variados aspetos, entre eles a religiosidade. Por sua vez, a segunda investigadora, ao estudar a presença dos capelães portugueses em campanha e a assistência religiosa por eles prestada, deu-nos a conhecer de forma mais alargada o impacto da guerra religiosa vivida durante a Primeira República junto dos combatentes que partiram para o conflito.

Além destes contributos fundamentais, que trouxeram para o panorama historiográfico nacional alguma luz sobre a importância da vivência religiosa na guerra, poucas são as obras recentes que exploram esta linha investigativa. Convictos de que muito mais haveria a explorar, optámos por seguir esse rumo, embora procurando olhar para a questão religiosa na guerra de um ângulo diferente do já experimentado pelas investigadoras apresentadas.

Sendo nossa intenção estudar este fenómeno à luz dos relatos dos combatentes, optámos por escolher as memórias, os diários e as crónicas de guerra como fontes de investigação uma vez que nos permitem responder à problemática colocada neste artigo: como compreender os fenómenos e experiências religiosas que as guerras de África e da Flandres proporcionam aos combatentes portugueses? Quais as suas características e a sua importância na vida dos expedicionários?

Para além da vantagem de aproximação que estas obras permitem ao investigador relativamente aos episódios narrados, rapidamente nos apercebemos da riqueza de

---

<sup>1</sup> SILVA, Luís Miguel, (2018), *A religiosidade dos portugueses na Grande Guerra*, Dissertação de Mestrado em «História Contemporânea», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

conteúdo em matéria religiosa em algumas delas. Contudo, há que ter em conta uma evidente discrepância entre as obras oriundas da Flandres e as de África. Nem todas foram usadas de forma equitativa. Para tal disparidade existe uma explicação. As fontes relativas á participação portuguesa na Flandres são muito mais ricas do ponto de vista da religiosidade do que as provenientes das expedições em terras de África. Para além deste fator existe um conjunto de obras que pela sua relevância em termos de relatos religiosos assumem ao longo do presente artigo um protagonismo ímpar. São os casos dos testemunhos de Augusto Casimiro, Vicente José da Silva, André Brun e Carlos Selvagem (os quais fazem parte do núcleo duro desta investigação). No seu conjunto a maioria das fontes (procuramos estudar todas as obras conhecidas), não sendo tão ricas do ponto de vista da religiosidade, aparecem esparsa e pontualmente.

Mas que religiosidade é essa a que procuramos nas memórias, diários e crónicas de guerra? A fé que aqui se procura estudar é a fé e a crença de raiz católica. Sabemos da existência de outras confissões religiosas dentro do CEP, mas não tiveram a mesma expressão junto dos combatentes. Neste sentido, optámos por orientar a nossa investigação para a análise das fontes mais abundantes com o predomínio da religiosidade cristã de índole católica, procurando estudá-la como religiosidade popular mas também como sensibilidade face ao divino.

Para tal seguimos uma metodologia diversificada de acordo com os três conjuntos de fontes: memórias, diários-memórias e crónicas. Esta escolha deveu-se ao facto de não estarmos perante um todo uniforme e linear. Cada fonte revelou-nos um mundo particular, com as suas dimensões e características e com um relevo emocional muito próprio. Em algumas tornou-se possível descer a uma profundidade – leia-se intimidade – capaz de nos fazer compreender a importância de determinadas experiências vividas pelos indivíduos durante a guerra. Esta abordagem tornou-se possível sobretudo em fontes memorialísticas próximas do relato diarístico em que os autores incorporam nas suas obras textos escritos durante o conflito como acontece com Augusto Casimiro e Vicente José da Silva.

Deste modo, ao procurarmos identificar e analisar as experiências e fenómenos religiosos vividos pelos combatentes tentamos apresentar uma nova perspectiva da religiosidade na Grande Guerra.

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

### **As primeiras referências à religiosidade**

Em 1914, as grandes potências europeias precipitaram-se numa guerra de consequências trágicas. Para Portugal a data parece não ser muito significativa, se tivermos em conta que o país só entrou oficialmente no conflito em 1916. Mas será bem assim?

Esta é sem dúvida a versão mais conhecida. Esquecemo-nos, frequentemente, que, desde 1914, Portugal se mantinha em guerra com a Alemanha na fronteira sul de Angola. O célebre incidente de Naulila, o primeiro de vários confrontos entre tropas portuguesas e alemãs em África, ocorrido a 18 de dezembro desse ano, terminou com a derrota das tropas portuguesas (Arrifes, 2004: 98). A partir daí, várias expedições militares foram enviadas para Angola. Inicialmente, com o objetivo de defenderem a fronteira sul face às ofensivas alemãs na região e, posteriormente, para recuperar os territórios sublevados, uma vez que os seus habitantes, aproveitando o vazio de poder após a derrota portuguesa, se revoltaram contra a ocupação colonial.

É nas memórias de Ferreira do Amaral, um dos militares que participou na expedição do general Pereira de Eça, destinada a submeter novamente toda aquela vasta região ao domínio português, que encontramos um dos primeiros relatos sobre a religiosidade dos militares portugueses e sobretudo sobre a ambivalência da questão religiosa na guerra.

Conta-nos este participante da campanha do Cuanhama (1915) que, por aquela altura, após três duros combates contra as forças sublevadas, a coluna militar, que esteve vários dias cercada e com falta de recursos, tinha conseguido restabelecer as ligações com a região de Humbe, uma ligação essencial, tendo em vista a retirada eminente das tropas portuguesas. A situação era de tal ordem que só não degenerou em mais um desastre para os portugueses porque uma outra coluna militar, a do Cuamato, chegou em socorro das tropas de Cuanhama.

Não é por acaso que o autor nos conta todas estas considerações. O seu propósito é revelar-nos uma convicção que formou durante esse período em que a morte e o desespero se tornaram realidades cada vez mais próximas dos homens que compunham a

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

expedição<sup>2</sup>. Talvez por isso, conclui Ferreira do Amaral “o Deus dos católicos, nesses dias, começou a aparecer, com relativa frequência, pelo quadrado das Chanas da Mongua” (Amaral, 1922: 54).

Amaral não é o único memorialista português a ter formado a convicção de que «o Deus dos católicos» começou a aparecer na guerra. As memórias de Vicente José da Silva, expedicionário na Flandres, revelam-nos alguns indicadores que apontam no mesmo sentido. No seu relato de viagem com destino a França encontramos os primeiros apontamentos de uma religiosidade de cariz popular, bem como a única referência em todas as obras que analisámos à celebração de uma missa a bordo. É a este último acontecimento, o da eucaristia, que o autor dá mais destaque: “Oh! O encanto místico de uma missa a bordo! É qualquer coisa de inédito que se sente, mas não se pode definir”, para depois perguntar: “Será que sentindo-se mais afastados do mundo nos encontramos mais perto de Deus?” (Silva, 1991: 21).

Estas perguntas devem ser entendidas como um ponto de partida. A guerra acabaria por proporcionar a Vicente José da Silva muitas outras ocasiões de reflexão. À medida que o autor marchava pelas estradas francesas em direção à frente de combate, não pôde deixar de observar os cemitérios que ladeavam as estradas, as capelas arruinadas com imagens de santos e santas e os grandes crucifixos à entrada das trincheiras, alguns deles intactos entre os escombros provocados pelos bombardeamentos. Sobre estes fenómenos o jovem oficial escreveu uma carta ao seu pai onde se interrogava: “Por que será que na França a fé tem renascido e a religiosidade é cada vez maior?” (Silva, 1991: 54). Teriam os dois memorialistas razão? Que religiosidade foi essa a que emergiu da guerra? Tentemos, pois, responder a estas questões.

### **Espaços e experiências: Cristo e a Nossa Senhora nas Trincheiras**

Em França, à medida que as tropas portuguesas iam chegando, foram sendo encaminhadas para campos de treino. Foi só a partir de abril de 1917 que os primeiros contingentes nacionais começaram a entrar nas trincheiras. Pelo caminho, alguns

---

<sup>2</sup> Prova disso é o relato sobre a «conversão» do «chauffeur», o livre-pensador de quem o autor ouvira «as mais soezes e bestiais referências a padres e irmãos da caridade, de mistura com afrontosas frases a respeito da religião católica», e que, duas semanas após ter entrado na zona inimiga, começou a tratar das campas dos seus camaradas mortos em combate com um verdadeiro zelo e aparato religioso (Amaral, 1923: 56).

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

combatentes foram-se apercebendo dos efeitos que a guerra tinha vindo a provocar naquele país. O autor que experimentou a missa a bordo do navio é um dos que nos conta mais pormenorizadamente o que observou e pensou sobre essa nação em ruínas, que foi encontrando à medida que se aproximava da zona de guerra. Primeiro, terá enviado uma carta<sup>3</sup> ao seu pai onde mencionava, espantado, uma pequena capela erigida ao Sagrado Coração de Jesus. Uma capela em ruínas, onde os soldados iam devotamente acender velas e orar. A esta carta seguiu-se, mais tarde, uma outra não menos importante, em que José Vicente da Silva expôs o estranho caso de um crucifixo com uma granada não rebentada na zona inferior da cruz, tendo em seu redor tudo destruído. Foi nesta carta que o autor se questionou “por que será que na França a fé tem renascido e a religiosidade é cada vez maior?”, para, de seguida, afirmar: “Deus sabe bem o que faz. Quem sabe se Ele não mandou este flagelo para punir a humanidade dos seus erros, e também para fazer reviver a fé prestes a extinguir-se? A fé, a crença, são os maiores dotes que um homem pode possuir” (Silva, 1991: 54).

No entanto, este Cristo não foi o único a suscitar o seu interesse. Na verdade, existiam vários crucifixos espalhados pelas estradas que levavam à frente de combate. Um deles com uma inscrição bastante curiosa: “O CRUX, AVE, SPES UNICA (Eu te saúdo, ó cruz, única esperança)” (Silva, 1991:54).

Mas, se é certo que estas recordações nos permitem conhecer a existência do fenómeno do Cristo das Trincheiras e o seu impacto no pensamento deste autor, devemos concordar que muito pouco nos dizem sobre a experiência religiosa do CEP. Limitemo-nos, pois, a guardar como ponto de referência fenómenos como os Cristos das Trincheiras e as experiências da assistência a atos de culto. Será que podemos encontrar relatos sobre estas realidades nas outras memórias? Que impacto terão tido em outros protagonistas?

A existência de crucifixos perto da frente de combate é praticamente evidenciada por todos os memorialistas. O famoso Cristo de Neuve-Chapelle é referido pelo menos por sete autores. Os mais crentes recordam o simbolismo da imagem intacta entre as ruínas, as reflexões que ela suscitou, os momentos em que a seus pés rezaram. Os menos crentes, ou descrentes, por sua vez, evidenciam-no nas descrições da paisagem, ou nos

---

<sup>3</sup> Alguns autores como José Vicente da Silva e Augusto Casimiro incorporaram nas suas memórias algumas cartas e textos de diários escritos durante a guerra.

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

momentos em que viram camaradas seus a orar junto dele. Não interessa apresentar aqui as palavras de cada um deles. Mas vale a pena expor os relatos que nos ajudam a compreender o impacto deste fenómeno e de que forma se relaciona com outras manifestações de religiosidade e com a fé dos combatentes.

Desde princípios de abril de 1917 e nos meses que se seguiram foram chegando sucessivamente batalhões portugueses à linha da frente com o objetivo de ocupar o setor de Neuve-Chapelle. Muitos dos homens que marchavam pelas estradas da Flandres viram o mesmo que José Vicente da Silva. Outros, porém, não o viram, ou melhor, tendo provavelmente passado pelos mesmos fenómenos, não os viram com os mesmos olhos ou, mesmo, passaram-lhes ao lado com indiferença. O modo como o crente Augusto Casimiro se recorda de ver as tropas por ele comandadas passarem indiferentes em frente ao Cristo das Trincheiras é a este respeito bastante revelador: “Eu evoco, neste momento, aquele Calvário, frente ao cemitério enorme [...] [Ali] estava um Cristo mutilado. [...] Os meus homens passaram sob aquele olhar eterno. Muitos talvez não vissem o gesto formoso e divino. Mas viu-os Deus, a eles...” (Casimiro, 1918: 54-55). Essa atitude é reveladora a vários níveis: porque nos permite perceber quão relativa é a importância de um facto, sempre dependente de quem vê. Para Casimiro estava-se perante o Filho de Deus (ainda que um símbolo). Do Deus em que ele acreditava, a quem ele e a sua mãe pediam proteção todas as noites. Para outros, como Jaime Cortesão – um crítico do catolicismo pela sua influência nefasta no atraso de Portugal –, aquele crucifixo simbolizava “uma verdade indestrutível” (Cortesão, 71: 88). Opinião bem diferente tinha o escritor Pina de Moraes daquelas cruces onde via soldados depositar flores e a rezar devotamente. Para ele, tudo isso não passava de “uma truanice ridícula” (Moraes, 1921: 67). Poderíamos dizer: é uma questão de fé, de perspectiva, de interesses ou até mesmo de ideologias.

Há, contudo, aqueles autores, cujo olhar atento não se deixa envolver (pelo menos é o que dão a crer) pela chama da fé ou pela ideologia do livre-pensamento<sup>4</sup>. É o caso do capitão, depois major, André Brun. Este oficial chegou com as suas tropas às linhas nos últimos dias de abril. Pouco depois, na terça-feira, 1 de maio, o capitão conta-nos como

---

<sup>4</sup> A expressão “livre-pensamento” aparece mencionada em alguns textos memorialísticos, em especial nas memórias de Ferreira do Amaral, onde o autor procura designar um conjunto de homens, quase sempre republicanos radicais, que ridicularizavam a crença religiosa e os crentes.

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

conheceu um seu camarada britânico e como este lhe deu a conhecer as trincheiras e a história da batalha que ali se travara dois anos antes (trata-se da Batalha de Neuve-Chapelle, ocorrida em 1915).

Como resultado desse encontro e do que Brun observou durante o percurso ao longo da zona de guerra, o capitão veio a escrever, algumas semanas mais tarde, a crónica *A Nossa Senhora das Trincheiras*, onde conta a história da destruição da pequena localidade de Neuve-Chapelle, com a imagem da Virgem Maria intacta no meio do campo de batalha, a quem os soldados portugueses iam devotamente oferecer «as simples flores de trincheira». Expomos um pequeno excerto desse mesmo texto:

A seus pés, em latas de comestíveis vazias, em frascos de pickles abandonados, mãos rudes de soldados põem cada dia essas flores de trincheira. [...] Por um singular acaso, poupam-na as granadas. Só o tempo, a chuva, a neve e o sol vão roendo os seus dourados. [...] O seu sorriso de bondade [...] vai desaparecendo da sua face carcomida, onde há salpicos de lama. Só fica o gesto protetor dos seus braços abertos estendendo-se sobre a campa do «unknown soldier», e também sobre nós, soldados desconhecidos da Grande Guerra (Brun, 1983: 68-69).

### **Medo, morte e sofrimento**

Essa terça-feira, dia 1 de maio de 1917, constituiu para André Brun um marco importante. Após conversar com o oficial britânico e caminhar pela zona de guerra, André Brun teve a oportunidade de observar pela primeira vez um bombardeamento feito pelos alemães sobre as linhas aliadas. Foi a primeira vez que o capitão observou um bombardeamento do género. Um bombardeamento singular uma vez que os rebentamentos ocorrerem precisamente sobre o local que há pouco tinha percorrido. Foi também a primeira vez que os seus homens estiveram debaixo de fogo. Como se saíram eles naquele momento? Não temos nenhuma informação que nos permita afirmar que, no preciso momento em que Brun observava o sucedido, os seus subordinados estivessem a reagir fosse de que forma fosse. Há no entanto uma outra crónica do capitão Brun, relativa aos primeiros mortos do seu batalhão, curiosamente vítimas do primeiro bombardeamento sofrido nas trincheiras, a que devemos prestar atenção. A história da morte dos três soldados revela-se ao mesmo tempo caricata e trágica. Caricata porque esses três homens, em pleno bombardeamento, se refugiaram debaixo de um abrigo destinado a um cabo, o qual, por sua vez, aflito, protestou, tentando obrigá-los a



Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

abandonar o posto. Ora, os três soldados, pouco habituados a obedecer a ordens, quanto mais naquelas circunstâncias, recusaram-se a abandonar o refúgio. A contenda terminou da pior forma, em tragédia. Um morteiro caiu sobre o dito abrigo não deixando ninguém para contar a história, a não ser o cabo que, por um feliz acaso, tinha ficado fora da porta, fator que decidiu a sua sobrevivência.

À tarde, os camaradas foram levar o que restava dos três mortos ao cemitério. É durante esse percurso, dessa vez pelas estradas ladeadas de ruínas e com pequenas cruzes de campas dispersas, que Brun medita como era mais fácil naquelas paragens ganhar a cruz de pau do que a cruz de guerra. Para logo de seguida observar: “não há canto destas estradas da Flandres onde se não eleve um calvário ou um modesto altar, à Senhora do Bom Socorro, à Senhora da Piedade...” (Brun, 1983: 75-76). Enquanto isso, os condutores das macas seguiam em silêncio. Alguns soldados portugueses de outro batalhão juntaram-se ao triste cortejo no momento em que, a pouca distância, uma bateria de artilharia portuguesa, escondida atrás de umas ruínas, fazia o seu fogo espaçado de regulação. Chegaram ao cemitério improvisado e o capelão iniciou a triste cerimónia (Brun, 1983: 75-79).

A morte de camaradas de armas foi, sem dúvida, uma experiência marcante para muitos combatentes. Daí estar presente em todas as memórias. Por isso, achamos oportunas as palavras de Jaime Cortesão: “Estão ali os camaradas de ontem [...] com quem a gente falou e riu. [...] Qual de vocês, rapazes, não teve os olhos rasos de água?! Qual de vocês, já longe, não sentiu a garganta ainda atada e não engoliu as lágrimas em silêncio?!” (Cortesão, 1971: 156).

É também pensando no choque da morte que podemos compreender as palavras de um alferes camarada de Pina de Morais: “Morre-se deitado a dormir, morre-se à mesa a jantar, a calçar as botas, a escrever, aqui de mãos nas algibeiras, de todas as maneiras menos a de combater! Quando se acende um cigarro, sabe lá a gente se o acaba de fumar” (Morais, 1919: 47).

Convenhamos que este militar exagerava, embora devamos ter em conta que esta é uma convicção muito presente em algumas memórias. De facto, a morte parecia pairar por todo o lado. No entender de Vicente José da Silva,

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

O campo de batalha assemelha-se a uma necrópole imensa. Não obstante, no subsolo palpita a vida; o homem mexe-se e remexe-se como as toupeiras nas suas galerias subterrâneas. Mas a morte paira continuamente à superfície e vai, mesmo debaixo da terra ou aos seus esconderijos, ceifá-la inexoravelmente (Silva, 1991: 46).

Mas não era apenas na Flandres que a morte ia consciencializando os combatentes. Em África sucedia o mesmo. A acreditar no testemunho do médico expedicionário Pires de Lima, a morte dos portugueses no norte de Moçambique não se devia tanto à guerra propriamente dita, mas sobretudo às doenças e às difíceis condições de sobrevivência, à falta de assistência médica e à má preparação das tropas.

As longas e pesadas marchas pelo sertão africano, com residuais abastecimentos de água e alimentação, matou muitos portugueses à sede. Foi assim que faleceu, por exemplo, o Anselmo, um homem rude e simples, habituado às serras e grande amigo do memorialista Lapas de Gusmão. Mas foi também pela falta de condições e medicamentos que o jovem médico Pires de Lima viu morrerem muitos dos homens que entravam na enfermaria, não sendo raro ouvir as preces desses moribundos. Na verdade, as enfermarias e hospitais de campanha foram dos locais mais propícios a orações, mas, também, a outras reflexões, como nos conta António de Cértima, que, certo dia, terá ouvido da boca de um moribundo internado no hospital de Kionga as seguintes palavras: “Cristo não é mais do que eu: ambos dois morremos pelos outros” (Cértima, 1925: 3). As palavras deste soldado não deixam de ser interessantes, indo ao encontro de uma outra reflexão oportuna, desta vez do soldado Lapas de Gusmão, combatente no sul de Angola, que a determinada altura pergunta se a caminhada triste do Cristo com a cruz às costas para o calvário teria sido mais dolorosa do que a sua pelo sertão africano (Gusmão, 1935: 178).

Parece-nos, assim, que o perigo e a morte na Grande Guerra foram o primeiro impulsionador da religiosidade. Álvaro Rosas, combatente em Moçambique, questionava-se nas suas memórias: “Quando será que a humanidade há-de compreender as ideias fraternas de Cristo?” (Rosas, 1935: 199). Para ele, “é a fé que nos salva” (Rosas, 1935: 256). Em outra passagem relaciona o «sentido religioso da vida» com os sofrimentos vividos e sentidos: “A visão encadeada de tantas dores não embota a faculdade de as sentir, depura-a de egoísmos e paixões mesquinhas, dando-nos o sentido religioso da vida” (Rosas, 1935: 271).

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

Mas devemos ter em conta que esta religiosidade não é inteiramente voluntária, antes pelo contrário. A morte tem a capacidade de deixar todo e qualquer homem completamente indefeso, desorientado, sem qualquer argumentação perante o vazio que provoca, sem qualquer resposta às questões que ela própria lança. Talvez por isso, ao colocar todos os homens no mesmo patamar – lembremo-nos que «a morte ri-se do berço e da fortuna» – e tendo em conta que tanto eram apanhados por ela os que estavam na linha da frente como os que se julgavam ingenuamente protegidos dela na retaguarda, a morte e com ela o sofrimento foram despertando ora o sentimento de necessidade de Deus (um Deus que na Flandres parecia estar ali tão perto representado pelo seu Filho crucificado) ora, paradoxalmente, o sentimento de abandono por parte desse mesmo Deus fosse na Flandres, fosse, sobretudo, nas campanhas de África.

#### **A fé que emerge da guerra: a importância dos capelães e das cerimónias religiosas**

O medo, a morte e o sofrimento não foram os únicos fatores decisivos a aproximar os combatentes da religiosidade. Tenhamos em conta a presença dos capelães no exercício das suas funções, sobretudo nos hospitais de campanha, onde acompanhavam os feridos e onde lhes ministravam os últimos sacramentos. Além desta função primordial mencionada nas memórias dos jovens médicos Jaime Cortesão (a servir na Flandres) e Pires de Lima (a servir em Moçambique), os sacerdotes tinham também uma forte influência junto dos soldados pela via da confissão, da eucaristia e dos tempos livres que passavam a conviver com eles. Se, nos primeiros tempos da guerra na Flandres, sabemos que eram poucas as unidades que sem receio assistiam aos atos de culto, verificamos que, à medida que vários incidentes foram acontecendo, se começou a assistir a uma maior assiduidade por parte dos combatentes às cerimónias religiosas.

Segundo o estudo de Maria Lúcia de Brito Moura (Moura, 2010), parece que a assistência a estes atos de culto foi crescendo durante o conflito, embora seja preciso salientar que a afluência dependia em grande parte da partida eminente para as trincheiras. Por outras palavras, grande parte dos combatentes confessava-se e ia à missa quando sabia que ia partir para a linha da frente. Não fossem as coisas correr mal, era mais garantido (pensariam alguns) praticar esses atos. Aqui convém levantar duas questões. Nos casos a

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

que isto se aplica, estaremos perante um ato supersticioso ou de fé? Ou será uma mistura dos dois, se é que isso é possível?

Devemos, por isso, olhar para as vivências de fé experimentadas na guerra em vários sentidos, tendo consciência de que os indivíduos não viveram essas experiências da mesma forma. Enquanto para uns a assistência a uma missa campal pouco mais era do que um ato que alimentava uma ideia supersticiosa, para outros existia algum motivo e sentimento mais profundo. Neste sentido, convém recordar as palavras de José Vicente da Silva:

O serviço das trincheiras nem sempre me deixava livres as manhãs dos domingos para poder ir à Missa. No entanto, todas as vezes que o podia fazer, não deixava de assistir a ela. Além de ser uma variante e um derivativo à monotonia esmagadora de todos os dias, a assistência à Missa dava um certo conforto espiritual e novas energias para a luta que não cessa (Silva, 1991: 64).

A religiosidade aparece-nos, assim, como algo diferente, que rompe com o dia-a-dia monótono e que se veio a tornar, para este autor e para tantos outros, um momento de conforto e renascimento. Não é o único a ter tal opinião. Augusto Casimiro em março de 1917 escrevia à sua mãe uma carta onde dizia:

Saíram agora do meu quarto o médico e o capelão. No domingo teremos já missa na velha igreja que um cemitério cerca. E nesta boa, fraterna comunidade de crenças diversas dentro da grande Fé, passamos horas admiráveis de aconchego... [...] Porque então será mais perto de nós – o Céu (Casimiro, 1918: 42).

Já em terras de África, embora este tipo de relatos seja raro, ficamos a saber através das memórias de Júlio Gonçalves que as tropas portuguesas que compunham a primeira expedição ao sul de Angola (1914-1915), apesar de não terem a presença de um capelão que as acompanhasse, beneficiaram da assistência religiosa, médica e diplomática proporcionada pelos padres de uma missão francesa na região, onde se «fazia de tudo com a ajuda de Nosso Senhor». Júlio Gonçalves conta-nos como ficou espantado ao ver a missão:

Não era um sonho mas valia bem por um milagre o espetáculo que me empolgava e confundia: um milagre estas oficinas e escolas, canteiros floridos e terras de

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

semeadura, ermida com santinhos entre fumos de incenso e harmonias de música sacra; um autêntico milagre (Gonçalves, 1926: 57).

O oficial Carlos Olavo, tendo sido feito prisioneiro na Flandres, e após ter sido encaminhado para um campo de prisioneiros na Alemanha, relata-nos uma cerimónia presidida por um padre alemão. A acreditar no seu relato, a missa terá sido muito pouco concorrida, tendo o dito padre “censurado o mau procedimento dos que faltavam e a pouca fé dos portugueses. [...] No fim pediu 8 marcos para as despesas da viagem”. Contudo, há que ter em conta as palavras do alferes Carrusca, um dos homens que se recusou a estar presente: “Esse homem é um padre, mas é também um alemão e, portanto, meu inimigo. Como tal tem de ser considerado por mim. Recuso-me ao mais pequeno entendimento ou contacto com ele” (Olavo, 1919: 125).

A par destes encontros entre combatentes portugueses e capelães estrangeiros, e das cerimónias eucarísticas por eles prestadas, é ainda possível deparar com outro tipo de encontros mais animados. Na Flandres chegou-se mesmo a festejar o S. João, onde, ao que parece, coube à banda de música da qual fazia parte o soldado Pedro de Freitas animar a festividade. Não foi, no entanto, a única festividade religiosa animada por esse grupo de músicos portugueses. O soldado participou igualmente nas festas religiosas da primeira comunhão das meninas de Aubigny-en-Artois, no dia 2 de junho de 1918, a pedido do padre francês que tinha convidado a banda de música a animar a cerimónia. Pouco tempo depois, o mesmo sacerdote veio a colaborar nas festas em homenagem aos portugueses, ocorridas no dia 13, dia de Santo António. O dito soldado, para quem todas as distrações espirituais eram necessárias, participou também num casamento no dia 9 de março de 1918, em Acq, no qual o sargento Jaime Augusto da Silva foi o músico responsável pelo órgão. Ao recordar esta experiência remata com amargura: “o órgão é acompanhado com a cantoria do padre e do sacristão que mais parecem dois bezerros a berrarem. Vozes desafinadas, roufenhas, estridentes, desarmónicas – uma vergonha” (Freitas, 1935: 301; 279; 323).

### **Exemplos de uma fé espontânea e individual**

Além destas festividades, ocorreram mais frequentemente orações quase espontâneas. Era normal pequenos grupos de soldados juntarem-se nas capelas arruinadas

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

para rezarem o terço. No norte de Moçambique talvez não fosse tão frequente, mas sabemos que tal chegou a acontecer, já numa fase final da guerra, quando o Governo autorizou o envio de capelães para África.

Embora as celebrações que temos vindo a abordar tenham sido as que mais combatentes agregaram ao longo da guerra, algumas fontes permitem-nos chegar a uma dimensão religiosa mais discreta e pessoal. A este respeito as memórias de Carlos Selvagem e Augusto Casimiro são fundamentais, permitindo-nos estas últimas traçar o percurso religioso do autor ao longo de toda a guerra.

Começemos por Carlos Selvagem. O memorialista, que começa por agradecer à Nossa Senhora dos Navegantes o facto de o navio em que seguia ter concluído de forma segura a viagem com destino a Moçambique, usa ao longo de toda a sua obra expressões como “louvado Deus”, “*Glória in excelsis Deo...!*” (Selvagem, 1925: 113 e 139), entre outras. De facto, revela-se um crente nas horas de bonança: “fizemos ontem a travessia do Rovuma, e já esta noite, com a graça de Deus, dormimos em território inimigo”. Ou: “louvado Deus, ainda não foi desta que o meu pelotão se tresmalhou” (Selvagem, 1925: 132 e 185). Mas a sua fé também parece ter permanecido nos momentos de maior aflição, como aqueles em que escrevia: “Bom Deus! Já não são só os alemães, os *askaris*, os tiros – são também os jacarés, as cobras, as feras!...”. E, quanto à morte, sempre presente, o nosso autor apenas pedia à divindade que, se esse fosse o seu destino, lhe desse ao menos a graça de uma morte instantânea. Antes disso do que ficar a sofrer até ao último minuto: “E era isso o que eu fervorosamente pediria nas minhas orações, à Nossa Senhora, minha madrinha, se por ventura ainda soubesse rezar!...” (Selvagem, 1925: 189 e 192). Mas, no fundo, sempre com a esperança de que Deus o livrasse de maus encontros.

Ao que consta das suas memórias, Deus parecia ouvi-lo. Prova disso, conta-nos o autor, foi uma noite em território inimigo em que “toda a coluna dormira beatificamente, em formação de marcha, ao longo da estrada, sem uma sentinela, sem o menor cuidado, como se deve dormir na mão de Deus”. Este episódio, como outras aventuras perigosas, levou Carlos Selvagem a escrever mais tarde: “E só então considerámos com assombro, a enormidade da aventura de que assim nos saíramos, por mercê de Deus, tão limpamente a salvo” (Selvagem, 1925: 199 e 209).

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

Para além de Carlos Selvagem, gostaríamos de destacar o jovem alferes Casimiro, um combatente da Flandres, também ele profundamente crente. À semelhança do seu camarada e cunhado Jaime Cortesão, começou por abraçar o projeto belicista do Governo de Afonso Costa. Na sua opinião, o país tinha a missão de combater a Alemanha tida como a nação maligna, chegando a afirmar que a vitória desse Império só seria possível não existindo Deus. Esse Deus em que Casimiro tanto acreditava está constantemente presente nos seus dois volumes de memórias. Mas não deixa de ser interessante verificar que, com o decorrer da guerra, algo vai mudando. Muda em certo sentido esse Deus; muda a própria fé de Casimiro, que de uma fé cheia de certezas e convicções se vê como que encostada contra uma parede nos momentos mais difíceis. Muda a perceção do mundo, embora esta se revele na fase final da sua obra ingénua e obviamente influenciada pela alegria proporcionada no calor da vitória. Façamos, pois, uma «viagem» pelo caminho religioso e espiritual percorrido de forma tão singular pelo então alferes. Começemos por apresentar um dos seus primeiros textos, uma carta inserida nas suas memórias, onde o autor evidencia o seu estado de espírito e a sua alegria ao se sentir habitado pelo Deus em que crê:

Quero sentir-me sempre assim, meu amor... Forte de uma força maior que a do nosso egoísmo, porque tem a altura da vida toda e vem de Deus [...]. Tenho lágrimas nos olhos. O meu coração é cheio de tumulto, um generoso, impetuoso tumulto... Nunca, nunca senti Deus como agora, nem a minha alma respirou um ar mais puro e forte... De mim mesmo, como folhas secas, caem os preconceitos, as mentiras... Sinto-me fraterno, puro... Que ficará de tudo isto nas nossas almas? (Casimiro, 1918: 43).

Dado que se trata de uma carta, podemos perguntar-nos se estas belas palavras não se destinavam mais a despreocupar o destinatário do que a dizer a verdade. Mas, conhecendo a obra memorialística de Casimiro na sua totalidade, isto é, olhando para esta carta, mas conhecendo os outros momentos em que o autor fala do seu Deus e do que sente, somos levados a acreditar nas suas palavras, embora reconhecendo que possam ter (como, evidentemente, têm) a preocupação de não alertar aquela a quem esta se destina. E não se preocupará o jovem alferes com os riscos da guerra, com a incerteza que ela proporciona? Que lugar ocupa Deus nos momentos em que as dúvidas surgem? Onde está Ele, quando tudo parece desmoronar-se?

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

A resignação “seja o que Deus quiser” está presente na sua obra como na de muitos outros combatentes. Mas também está presente uma outra certeza: “Deus que me deu a fé não quis dar-me a auréola que convence, intima, reduz, iluminando os corações e as dúvidas...”. E levanta uma questão: “Quando subirei à Montanha? [...] Creio na necessidade divina de todos os sacrifícios, estou pronto para todos” (Casimiro, 1918: 44). É certo que eles acabaram por chegar e provavelmente muito mais duros do que Casimiro poderia imaginar. Ao abandono da Pátria seguir-se-ia, ao que parece, o sentimento de abandono do próprio Deus. Entretanto, indiquemos que, em frente ao seu habitual abrigo, o abrigo da Nossa Senhora das Trincheiras (também frequentado por Humberto de Almeida, André Brun e Jaime Cortesão), estavam sepultados dois combatentes, um inglês com a Nossa Senhora junto da campa e provavelmente um alemão com uma cruz de madeira. Desse abrigo o nosso poeta Casimiro veio a escrever em junho de 1917 uma nova carta à sua mãe na qual escreveu: “Sei que, um momento ou outro, a morte pode vir buscar-me. Já a senti passar ao meu lado, tocar-me quase, procurando-me. [...] Mas é tamanha a minha esperança, trago tanto nas minhas mãos erguidas a esperança de que sairei incólume...” (Casimiro, 1918: 60-61). E conclui a carta dizendo: “Se canto esta alegria [...] religiosa e íntima, – é que, para lá de mim, a guiar-me, anda uma força divina, uma luz do céu que eu mal descubro, mal enxergo, e através dos meus erros, das minhas fraquezas, das cegueiras e ausências dos outros, me ampara e me sustém...” (Casimiro, 1918: 62).

Foi também naquele abrigo e nas tendas de campanha na retaguarda que o nosso autor rezou a *Oração Lusíada* e a *Oração das Trincheiras*. Noites passadas “em volta duma mesa tosca, – novos e velhos, capitães e alferes, rezamos...”. Mais tarde, tendo a guerra já terminado, Casimiro volta a visitar o abrigo onde outrora passou noites belas. Assim recorda, ao ver a Nossa Senhora e as campas, as “cartas de amor, páginas piedosas, – [os] versos que iam de abrigo a abrigo, nas horas calmas, do meu comando à linha, de irmão a irmão” (Casimiro, 1920: 140 e 195).

Mas, embora as boas recordações sejam aquelas que mais se gosta de lembrar, houve também, como não poderia deixar de ser, horas tristes e difíceis. Ao entrar no abrigo, «a casa do silêncio» como lhe chamou, observa: “Era ali o meu catre, no canto [...] À cabeceira escrevi um dia, Deus me perdoe...” (Casimiro, 1920: 196). E pela cabeça



Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

do poeta passam as horas amargas da guerra, as horas em que as dúvidas da fé emergiram e em que esse Deus, outrora tão presente, pareceu ter-se ausentado, desaparecido.

Pelo que apurámos, essas inquietações foram ficando a descoberto à medida que a guerra se intensificava. A primeira metade do ano de 1918 foi a este respeito trágica para Casimiro. Escreveu pouco. A intensidade crescente dos bombardeamentos alemães, cada vez mais fortes e mais frequentes com o objetivo de desgastar as linhas aliadas, não lhe dava muito tempo para rezas e reflexões. A verdade é que nos poucos textos que foi escrevendo foram surgindo inquietações, pensando na destruição e morte que a guerra causava “E será tudo inútil meu Deus? Os dias correrão iguais depois de tudo isto, sobre a face do tempo sempre igual?”. Ou ainda: “Somos Cristos desta guerra” (Casimiro, 1918: 116 e 119). E sobre um ataque eminente: “Nós duvidámos que Deus nos permitisse a honra de o esperar, de o aguentar ali... Tão desamparados andávamos então!...”. Em certos momentos, uma tristeza sombria caía sobre os acampamentos lusos da Flandres e sobre o próprio poeta. Nesses dias, concluía o autor: “Deus mostra-se aos homens somente em certos dias de sol” (Casimiro, 1920: 65 e 84-85). Sol esse que lhe parecia ter sido tirado por causa dos “pecados de Portugal”: “Que calvários rudes nos faz Deus subir” e “penso porque Deus o quer...” (Casimiro, 1920: 92 e 93).

### **O «abandono de Deus» e o seu posterior reaparecimento**

Casimiro não era, porém, o único a passar por estas privações e a sentir a ausência da divindade. Muitos outros combatentes, sobretudo em terras de África, passaram momentos bem piores, não tendo nem a presença de um capelão (os capelães só começaram a partir para África na fase final da guerra) nem um único símbolo religioso comparável ao Cristo ou à Nossa Senhora das Trincheiras. Segundo Eduardo de Faria, expedicionário no norte de Moçambique, “o Cristo em Neuve-Chapelle chorava lágrimas de sangue [mas] em África não existia um Cristo que vertesse pranto pelos seus filhos. Existiam, só, duas cruzes, aquelas duas que ladeavam o Redentor no alto do calvário [as cruzes dos ladrões]” (Faria, 1931: 144). Por detrás deste desabafo esconde-se uma crítica, a do abandono, seja por parte de Deus seja sobretudo por parte dos Homens. Reflete, por

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

isso, a convicção de muitos combatentes de que a guerra em África era menos relevante para o país e muitas vezes até desprezada.

É ainda nestas memórias que encontramos um outro episódio revelador do sentimento de abandono por parte da divindade. Desta vez é proferido pelo João – um dos seus soldados – em pleno dia de Natal de 1918, tendo a guerra já terminado. Quando questionado por Eduardo de Faria sobre o motivo que o levava a chorar no dia em que “faz anos que nasceu Jesus”, o jovem soldado respondia: “Bem se importa Ele com essas coisas, rematou com amargura. Parece que no céu ainda não sabem que existe a África” (Faria, 1931: 76-78).

Mas, se este episódio ocorreu já após o armistício, convém recuarmos aos primeiros anos da guerra em África. Desta vez, no sul de Angola. Também aí encontramos o sentimento de desespero e abandono. O soldado Lapas de Gusmão deixa transparecer nas suas memórias o sentimento de abandono de Deus: “Só, desamparado de Deus e do mundo”. Chega mesmo a dizer: “Quantas vezes, no meu desespero, increpei o destino, a má sorte e a Divindade impassível, perguntando a mim próprio se a caminhada triste do Cristo com a cruz às costas para o calvário, teria sido mais dolorosa do que aquela que nós estávamos realizando, sem a ajuda de um piedoso cireneu!” (Faria, 1931: 247-178). Já Ernesto Moreira dos Santos, soldado da primeira expedição ao sul de Angola, é outro dos militares que se depara com momentos dolorosos em que chega a pedir que Deus o leve:

Que noites e que dias aqueles! Torturas tamanhas, [...] revolta constante. [...] Sem esperança nenhuma já, abandonei-me, não me importava com os ferimentos, tornei-me descrente de tudo. Julguei achado o momento psicológico em que vemos tudo a desmoronar-se à nossa volta e era nesse momento que pedia a Deus [que] me levasse (Santos, 1957: 83).

Vemos, assim, como o sofrimento causado pela guerra gerou uma turbulência de questões capaz de abalar a fé dos homens. Mas convém ter presente que esta é apenas uma face da mesma moeda. Pois, se para uns a guerra provocou um abalar das suas convicções religiosas, ou até mesmo um romper definitivo, paradoxalmente, para outros combatentes provocou uma maior aproximação ao Divino e uma maior vivência religiosa. Tivemos a oportunidade de ver, no início deste artigo, como os primeiros perigos, os

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

primeiros mortos e as primeiras amarguras provocadas pela guerra foram um dos fatores mais determinantes que influenciaram a religiosidade no início da guerra. Há que ter em conta, contudo, que, nesses primeiros tempos, a religiosidade era ainda vivida de forma marginal e por um restrito número de indivíduos. O dia-a-dia na guerra contribuiu para alargar a vivência religiosa a um número cada vez maior de homens. Um dos relatos do capitão André Brun sobre a batalha de La Lys em que o autor observa às três da manhã um grupo de soldados recém-saídos da trincheira numa capelinha abandonada a rezarem de joelhos na lama é uma prova disso mesmo.

Ao longo desses dias, “mais cruces se ergueram, humildes, nas planícies da Flandres. A tua grande cruz, ó meu sonho lusitano e ardente [...] começou a erguer-se em cada coração vivo, sobre calvários sombrios da nossa raiva de filhos desamparados e órfãos...”, escreveu Casimiro, para depois concluir: “Ah! como são vazios, nulos, irreais esses dias sem alma!...” (Casimiro, 1920: 82-83). O CEP foi definitivamente apagado do mapa após a batalha, o que aprofundou a dor e o desgosto de muitos combatentes. Casimiro passava por essa altura a sua fase mais aguda de sofrimento. Completamente desmoralizado experimentava agora o vazio e a desorientação, todas as suas ilusões tinham caído, folha por folha. cremos que o estado de espírito do poeta fosse por esses dias, semanas ou até meses aquele ao qual os teólogos e os místicos definem como «aridez espiritual», isto é, um tempo percorrido sem sentido, sem a mínima vontade de orar, um tempo profundamente árido em todos os aspetos e onde Deus se revela não existindo. Após este percurso, onde a fé de Casimiro pareceu ter desaparecido do plano principal, tendo-se tornado menos importante, ela retornou ao fim de algum tempo. E não deixa de ser curioso que uma das personagens mais importantes neste «renascer espiritual» de Casimiro tenha sido uma figura controversa. Alguém que se definia como não sabendo se era um crente, um descrente ou um desorientado. Um homem que confessava abertamente o motivo pelo qual abandonou a fé e a Igreja, tantas vezes, no seu entender, hipócrita e mesquinha. Esse homem foi o já referido capitão Amaral, veterano das guerras de África e uma das figuras mais carismáticas do CEP. Foi ele que, num desses dias em que as tropas portuguesas derrotadas se limitavam a trabalhar na retaguarda, disse a Casimiro: «– Poeta, desce da trapeira!», como quem traz uma boa nova de esperança. “Havia ainda uma hora, um esforço a tentar, um baluarte a erguer. À flor do grande

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

naufrágio, emergiam possibilidades formosas”. Serão de resto estes oficiais, “um poeta e um doido!... Dois doidos!” (Casimiro, 1920: 121-126 e 135) – como conta alegremente o jovem alferes – dois dos grandes responsáveis pela reorganização do que restava do CEP em terras da Flandres. Os portugueses conseguiram, assim, nos últimos meses de guerra, organizar dois batalhões de voluntários com o objetivo de voltar à linha da frente, participando na ofensiva aliada eminente. O batalhão 15, comandado por Ferreira do Amaral, e o 23, onde servia Augusto Casimiro, tendo este último participado na reconquista da cidade de Lille e, posteriormente, apoiado as forças aliadas que, pouco depois, rompiam pela fronteira belga, libertando várias cidades até aí ocupadas por forças alemãs.

Mas voltemos à fé de Casimiro. A sua infinita «sede de Deus» e a dos outros homens e mulheres e inclusive de todas as nações, considerava ele, iria ser saciada: “Porque o verdadeiro amor vem de Deus, anda sozinho sobre a terra [embora] a maior parte das almas [...] [tenha esquecido] no berço a divina Arte do Absoluto Amor”. Embora as questões que o turbilhão da guerra revolveu e fez emergir, abalando os alicerces da crença do poeta, provocassem marcas profundas na vida espiritual deste crente, foi novamente no silêncio do seu quarto que encontrou e fortaleceu a sua fé, daí retirando as forças necessárias que, dia após dia, o fariam renascer. Isto sem contar com as horas sem dormir nas noites em que atirou contra o inimigo sem saber ao certo se tinha posto fim à vida de um filho de Deus, seu irmão. Passada essa angústia: “Esqueço as minhas misérias. [...] Renasço. Vivo. E Ela, a Senhora das Dores, com o meu filho no regaço puro, sorri e chora, perdoa... Assim foram os soluços, num choro desfeito, que me embalaram, que me adormeceram, na primeira noite da Paz” (Casimiro, 1920: 106; 166-167; e 167-168).

Terminada a guerra, o poeta voltou a visitar o Cristo das Trincheiras, a Nossa Senhora, o seu antigo abrigo, como já referimos. José Vicente da Silva também o fez. Manuel António Correia e alguns dos seus camaradas aproveitaram para tirar uma fotografia de grupo junto do crucifixo, miraculosamente intacto, ainda que um pouco inclinado. Não foram os únicos. Em setembro de 1918, antes mesmo de a guerra ter terminado, numa altura em que as forças aliadas tinham já avançado territorialmente na região e em que o setor de Neuve-Chapelle completamente arrasado vivia os primeiros

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

silêncios de uma paz cada vez mais próxima, Humberto de Almeida visitou aquele mesmo local, verificando com emoção “que o santo lenho ali continuava, só mais inclinado [...] talvez porque naquele campo houvesse aumentado o número de mortos, e ele num rasgo de amor se tivesse inclinado para melhor poder abençoar” (Almeida, 1919: 31).

### **Considerações finais**

Ao longo do presente artigo procurámos traçar uma nova perspetiva sobre a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Munindo-nos de um conjunto de fontes específicas como as memórias de guerra e ainda alguns diários e crónicas, procurámos levar por diante uma análise histórica sensível ao mundo quotidiano e sentimental dos combatentes, que revelasse o significado das experiências de fé vividas na guerra.

Aos poucos, fomos nos apercebendo de que o quotidiano da guerra foi moldando a religiosidade dos combatentes. Assumimos a fé vivida em comunidade e a fé vivida na intimidade de cada homem como duas abordagens importantes sobre a religiosidade dos crentes, vindo a ser integradas na reflexão mais extensa sobre o tema. Foi, contudo, na colocação de questões: «em que Deus acreditas?» e «como vives a tua fé?» feitas a cada fonte em particular que fomos traçando um novo caminho.

Podemos, deste modo, concluir que a fé, ao passar pela experiência da guerra, foi seriamente abalada em alguns casos. Mas tal não significou um puro e simples abandono da crença religiosa. Se é certo que houve casos em que parece ter sido esse o resultado, a verdade é que em alguns combatentes esse abalo significou um novo renascer e uma maior consciência da realidade. Foi dessa realidade sedenta de sentido que emergiu, após um fecundo vazio espiritual, uma nova fé transfigurada pelas lágrimas de cada homem e fecundada pelas dores do mundo. Dessa nova sensibilidade nasceu uma nova esperança. O caso de Augusto Casimiro parece-nos ser um exemplo claro do que acabamos de afirmar. Esse «esvaziamento espiritual» fez emergir inúmeras questões que foram transformando a fé de Casimiro numa fé pequenina, «como um grão de mostarda».

A guerra, fosse ela travada na Flandres ou em África, deixou marcas profundas nas convicções dos homens. Aqueles que achavam ter uma fé absoluta em Deus viram-na seriamente abalada e reconfigurada. Por detrás desta mudança de relação com o divino

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

vislumbra-se uma profunda mudança de mentalidades, acelerada e aprofundada pela experiência de uma guerra capaz de pôr o homem em relação consigo mesmo. O combatente que olha para a campa onde passou a repousar o camarada com quem horas antes «conversou e riu» é o mesmo homem que, ao olhar a terra enlameada ou o rosto cinzento de um outro camarada, vê a sua própria miséria. O outro é um espelho do «eu mesmo». Um «eu» perdido à procura de um sentido. Terá sido encontrado? Ou será que permaneceu como eterno caminho inacabado? Alguns combatentes talvez tenham caminhado em direção àquele Cristo intacto de braços estendidos, como a pedir um abraço, achando nele o que procuravam. Outros, porém, é mais certo que se tenham dirigido noutra direção. No final de contas, não foram assim tão diferentes. A guerra ensinou-lhes a arte de caminhar em silêncio sobre a terra enlameada e a tocar os instantes cheios de nada.

### **Bibliografia:**

#### **Fontes:**

#### **Memórias da Flandres:**

ALMEIDA, Humberto de (1919), *Memórias de um expedicionário a França (com a 2º brigada de infantaria) 1917-1918*, Porto, Tipografia Sequeira.

AMARAL, J. Ferreira do (1922), *A Mentira da Flandres e o Medo*, Lisboa, J. Rodrigues & Cª.

BRUN, André (1983), *A Malta das Trincheiras: Migalhas da Grande Guerra 1917-1918*, Barcelos, Companhia Editora do Minho.

CASIMIRO, Augusto (1920), *Calvários da Flandres*, Porto, Renascença Portuguesa.

CASIMIRO, Augusto (1918), *Nas Trincheiras da Flandres (1917)*, Porto, Renascença Portuguesa.

CORTESÃO, Jaime (1917), *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, Portugália Editora.

FREITAS, Pedro de (1935), *As minhas recordações da Grande Guerra*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

MALHEIRO, Alexandre (1919), *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*, Porto, Renascença Portuguesa.

MORAIS, Pina de (1919), *Ao Parapeito*, Porto, Renascença Portuguesa.

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

MORAIS, Pina de (1921), *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa.

OLAVO, Carlos (1919), *Jornal d'um prisioneiro de guerra na Alemanha (1918)* Lisboa, Guimarães Editores.

SILVA, Vicente José da (1991), *A Guerra de 14 Memórias de um Combatente*, S. l., Edições Boa Nova.

### **Memórias de África:**

CÉRTIMA, António (1924), *Epopeia Maldita (o drama da Guerra em África)*, Lisboa, Portugal-Brasil.

CÉRTIMA, António de (1925), *Legenda dolorosa do soldado desconhecido de África*, Lisboa, Tipografia de Luiz Beza.

FARIA, Eduardo de (1931), *Expedicionários*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes.

GONÇALVES, Júlio (1926), *Sul de Angola e o Quadrado da Môngua na Epopeia Nacional de África: Notas dum expedicionário de 1914 a 1915*, Lisboa, J. Rodrigues.

GUSMÃO, Lapas de (1935), *A Guerra do Sertão (Sul de Angola)*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade.

LIMA, Américo Pires de (1933), *Na Costa de África: Memórias de um médico expedicionário a Moçambique*, Gaia, Edições Pátria.

SANTOS, Ernesto Moreira dos (1957), *Combate de Naulila seus heróis e seus inimigos*, Guimarães.

SELVAGEM, Carlos (1925), *Tropa de África: Jornal de Campanha de um Voluntário ao Niassa*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand.

ROSAS, Álvaro (1935), *Terras Negras (Impressões duma Campanha)*, Porto, Imprensa Gráfica do Porto.

Luís Miguel Silva - A fé em tempos de guerra: A experiência religiosa dos combatentes portugueses na Primeira Guerra Mundial - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 197-220. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a10

**Estudos:**

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2010), *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Matosinhos, Quidnovi.

ARRIFES, Marco Fortunato (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos Instituto da Defesa Nacional.

HASTINGS, Max (2014), *Catástrofe 1914: A Europa vai à Guerra*, Amadora, Vogais.

KEEGAN, John (2014), *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Porto Editora.

MARQUES, Isabel Pestana (2008), *Das Trincheiras com saudade: A vida quotidiana dos portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

MARQUES, Isabel Pestana (2004), “1914-1918. ‘Comportamentos de Guerra’” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 5, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 99-135.

MOURA, Maria Lúcia de Brito (2010), *A «Guerra Religiosa» na I República*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

MOURA, Maria Lúcia de Brito (2010), *Nas Trincheiras da Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*, Lisboa, Edições Colibri.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2004), “Portugal e a Grande Guerra” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 14-34.



## **Outros Estudos:**

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

**Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao *Hino a Aton***

**Tutankhamon in Portugal (1923-1926): From the superstition to the academic essay or the paths from the «curse of the mummy» to the *hymn to Aton***

**Toutankhamon au Portugal (1923-1926): De la superstition à l'essai académique ou les parcours qui vont de la «malédiction de la momie» à l'*Hymne à Aton***

**Tutankhamón en Portugal (1923-1926): De la superstición a ensayo académico o las rutas que van desde la «maldición de la momia» al *Himno a Aton***

José das Candeias Sales  
Universidade Aberta-CHUL  
jose.sales@uab.pt

Susana Mota  
CHAM-FCSH-Universidade NOVA de Lisboa  
susana-mota@hotmail.com

**Resumo:** A descoberta do túmulo de Tutankhamon, em 1922, foi noticiada pela imprensa internacional de todo o mundo, incluindo Portugal. Quer a imprensa (valorizando a tese supersticiosa da «maldição da múmia»), quer a publicação do romance policial *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*, da autoria de Fernando de Carvalho Henriques (que constitui o primeiro romance publicado a nível internacional inspirado na grande descoberta arqueológica egípcia), quer ainda os ensaios académicos de Humberto Pinto de Lima na revista *Diónyssos* (que incluem a primeira tradução para português do *Hino a Aton*) demonstram como foi rececionado entre nós, entre 1923 e 1926, o fabuloso achado arqueológico egípcio.

**Palavras-chave:** Tutankhamon, Imprensa, Literatura de ficção, Conhecimento científico.

**Abstract:** The discovery of the tomb of Tutankhamon, in 1922, was reported by the international press all round the world, including Portugal. Between us, from 1923 to 1926, the fabulous archaeological find was reported by the press (valuing the superstitious thesis of the "mummy's curse"), by the publication of Fernando de Carvalho Henriques's Tut-Ankh-Amon's crime novel *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon* by (which is the first novel ever published at an international level inspired by the great Egyptian archaeological discovery), and by the academic essays of Humberto Pinto de Lima in the journal *Dionysos* (that includes the first translation to Portuguese of the *Hymn to Aton*).

**Keywords:** Tutankhamon, Press, Literary fiction, Scientific knowledge.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

**Resumé :** En 1922, la découverte de la tombe du pharaon Toutankhamon a été annoncée par la presse du monde entier, celle du Portugal y compris. Plusieurs éléments démontrent de quelle façon, entre 1923 et 1926, nous avons reçu la fabuleuse découverte archéologique égyptienne par la presse (en valorisant la théorie superstitieuse de la «malédiction de la momie»), la publication du roman policier de Fernando de Carvalho Henriques qui s'appelle *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon* (premier roman publié à un niveau international qui s'inspire dans la grande découverte archéologique égyptienne), mais également les essais académiques de Humberto Pinto de Lima dans la revue *Diônysos* (qui comprennent la première traduction en portugais du *Hymne à Aton*).

Mots-clés : Toutankhamon, Presse, Littérature de fiction, Connaissance scientifique.

**Resumen:** El descubrimiento de la tumba de Tutankhamón, en 1922, fue divulgado por la prensa internacional de todo el mundo, incluyendo Portugal. Tanto la prensa (valorizando la tesis supersticiosa de la «maldición de la momia»), como la edición de la novela policial *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*, de Fernando de Carvalho Henriques (que constituye la primera novela publicada a nivel internacional inspirada en el gran descubrimiento arqueológico egipcio) y como los ensayos académicos de Humberto Pinto de Lima en la revista *Diônysos* (que incluyen la primera traducción al portugués del *Himno a Aton*) demuestran cómo fue recibido entre nosotros, entre 1923 y 1926, el fabuloso hallazgo arqueológico egipcio.

**Palabras clave:** Tutankhamon, Prensa, Literatura de ficción, Conocimiento científico.

Quando, em 2016, iniciámos o projeto *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922 – 1939)*, a nossa intenção era, na ótica dos estudos da Receção da Antiguidade, estudar a forma como os jornais portugueses tinham destacado e relatado a descoberta do túmulo de Tutankhamon, no Vale dos Reis, em Luxor ocidental, por Howard Carter (1874-1939) e por Lord Carnarvon. O levantamento do eco desse acontecimento nos jornais portugueses teve como balizas cronológicas os anos de 1922 (ano da descoberta) e 1939 (ano que assinala, simultaneamente, a morte de Carter e a descoberta de outros túmulos reais egípcios intactos, em Tânis, no Delta oriental, pelo arqueólogo francês Pierre Montet). Sabíamos de antemão como, por força da extensa e continuada cobertura da imprensa internacional, sobretudo dos jornais ingleses e franceses, haviam sido transmitidas de forma inusitada as peripécias da sensacional descoberta da manhã daquele sábado 4 de novembro de 1922 (uma escada de pedra com 15 degraus), a abertura oficial do túmulo na presença de Lord Carnarvon e de sua filha Lady Evelyn Herbert, a 29 de novembro do mesmo ano, e os dez anos que se lhes sucederam de escavação das quatro pequenas salas, que trouxeram à luz do dia mais de 5000 artefactos, captando a atenção e a imaginação dos mais variados públicos.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Para o período em causa, apurámos um total de 234 notícias em 28 periódicos<sup>1</sup>. Atendendo à tipologia de publicação, temos jornais e revistas, de cariz diferenciado<sup>2</sup>. Quanto às datas de publicação, este conjunto alargado de periódicos apresenta duas situações diferentes: títulos que foram publicados durante os 17 anos em análise e publicações que cobrem apenas uma parte do período em estudo, seja o início dos anos 20 do século XX, o final dos anos 20/ princípio dos anos 30 ou o final dos anos 30<sup>3</sup>. Quanto ao número de notícias publicadas (desde apenas uma notícia até 27), quanto ao número de notícias por ano e quanto à sua tipologia há também diferenças entre estes periódicos. O ano com maior número de notícias é 1923 (117 notícias), seguido de 1924 (94 notícias). Nestes dois anos, deparamo-nos, assim, com 211 das 234 notícias, ou seja, com 90% do total apurado (Gráfico 1).



**Gráfico 1:** Número de notícias por ano

<sup>1</sup> 24 jornais, todos diários (16 matutinos e 8 vespertinos), 19 publicados em Lisboa e 5 no Porto (*A Capital, A Época, A Imprensa Nova (Série I), A Pátria, A Tarde, A Tribuna, A Vanguarda, Correio da manhã, Diário da manhã, Diário de Lisboa, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Novidades, O Comércio do Porto, O Comércio do Porto – Ed. da Tarde, O Dia, O Mundo, O Primeiro de Janeiro, O Radical, O Rebate, O Século, O Século – Ed. da noite, República (Série I) e República (Série II)*), e 4 revistas (*ABC: Revista Portuguesa, Dyónisos, Ilustração Portuguesa e O Domingo Ilustrado*).

<sup>2</sup> Das 4 revistas, 3 são semanais (todas de Lisboa) e constituem, no fundo, complementos ilustrados das informações veiculadas pelos matutinos e vespertinos, e uma mensal-anual, editada em Coimbra (*Dyónisos. Revista Mensal de Philosophia, Sciencia e Arte*), assumindo uma feição científico-académica.

<sup>3</sup> Dois dos jornais integrados no nosso corpus, a saber, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, o primeiro fundado a 29/12/1864 e o segundo a 2/6/1888, ainda hoje se publicam em Portugal (Lemos, 2006: 260-263; 390-392).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Esta esmagadora preponderância é justificada pelo facto de estes dois anos serem aqueles com maior número de factos ocorridos em torno da descoberta: em 1923 tiveram lugar, entre outros, a abertura oficial do túmulo e a morte de Lord Carnarvon; em 1924 continuam os trabalhos no túmulo e destacam-se os problemas ocorridos entre H. Carter e o governo egípcio sobre a continuação dos trabalhos de escavação<sup>4</sup>. A investigação permitiu-nos também, paralelamente, identificar o romance *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*, da autoria de Fernando de Carvalho Henriques, editado em Lisboa, em 1924. Indubitavelmente, trata-se de uma obra literária que resultava da estima do seu Autor pela história egípcia antiga então em voga, com o recente estímulo fornecido pela descoberta do túmulo daquele faraó egípcio. Da mesma forma, a descoberta teria também forte eco académico, como pudemos apurar: em 1925 e 1926, na revista *Diónysos. Revista Bimestral de Filosofia, Sciencia e Arte*, editada em Coimbra, Humberto Pinto de Lima publica três ensaios, genericamente intitulados «Quem era Tutankhamen», cujo principal objectivo era aprofundar o conhecimento científico sobre este faraó egípcio e sobre a época em que viveu. A pesquisa feita permitiu-nos, pois, entender que o impacto das movimentações arqueológicas em território egípcio extravasou o campo estrito dos jornais portugueses. Neste texto apresentaremos com algum detalhe exemplos significativos das diferentes formas (jornalística, literária e académica) como foi feita em Portugal a recepção da Antiguidade centrada no túmulo de Tutankhamon, procurando esclarecer as motivações, características, intuítos e impactos de cada um desses contributos.

### «A maldição da múmia»

As 234 notícias publicadas na imprensa portuguesa entre 1922 e 1939 sobre a descoberta e as escavações do túmulo de Tutankhamon não tinham todas as mesmas características e valências, nem mereceram exatamente o mesmo tratamento jornalístico-

---

<sup>4</sup> O ano de 1939, o que encerra a nossa cronologia de pesquisa, aparece em terceiro lugar, ainda que com apenas 10 notícias, todas elas dedicadas ou à morte de Howard Carter (3 notícias) ou às novas descobertas que então ocorreram em Tânis, sob a supervisão de Pierre Montet (7 notícias).

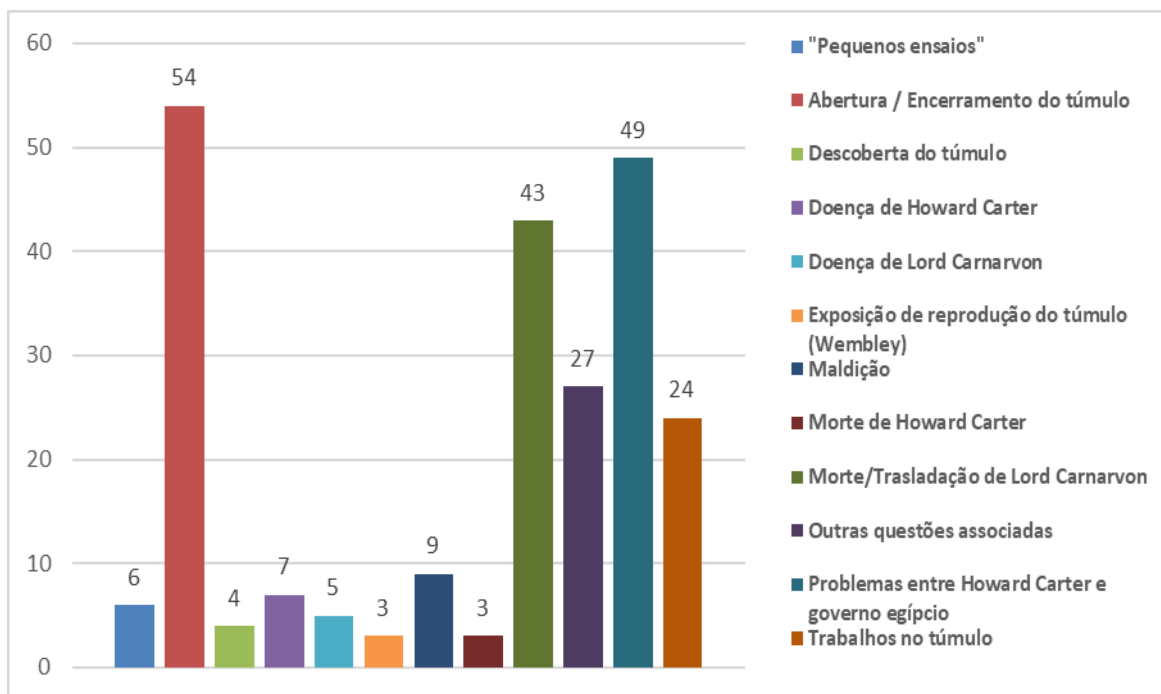
José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

noticioso. Analisando de perto as características textuais do conjunto de informação compulsado, estabelecemos oito grandes tipologias de notícias (Tabela 1):

Tipologia da notícia	Nº	%
Artigo de curiosidades	2	0,9%
Artigo de opinião	4	1,7%
Texto / Imagem original assinado	4	1,7%
Artigo de cariz “científico”	8	3,4%
Notícia copiada de jornais portugueses	12	5,1%
Texto/Imagem copiado/adaptado de publicações estrangeiras	23	9,8%
Texto original (?) não assinado	38	16,2%
Notícia de agência	143	61,1%

**Tabela 1:** Tipologia das notícias publicadas

A análise das temáticas das 234 notícias publicadas (nem sempre, também, uniformes) permitiu, por outro lado, estabelecer 12 grandes temas, embora, por vezes, certas notícias contemplem mais do que uma área temática, sendo, porém, o tema principal aquele que é predominante e passando os restantes para subtemas (Gráfico 2).



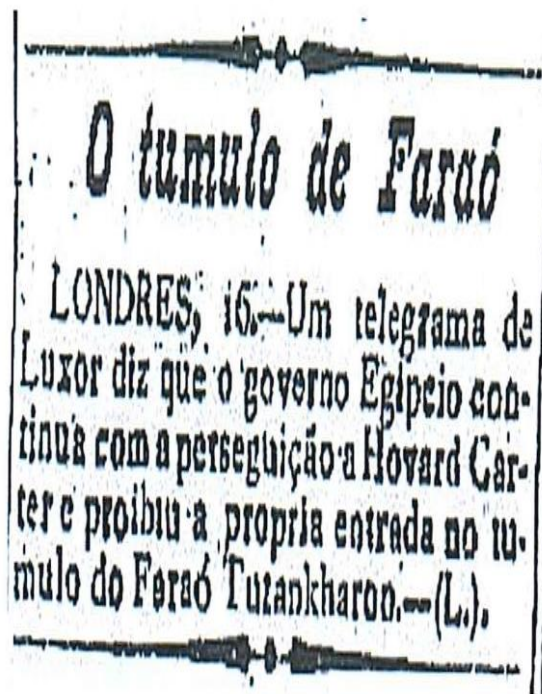
**Gráfico 2:** Temas das notícias.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Não obstante o número de ocorrências de certos temas, como «Abertura/Encerramento do túmulo» (54 notícias), «Problemas entre Howard Carter e governo egípcio» (49 notícias) ou «Morte/Trasladação de Lord Carnarvon» (43 notícias), estamos perante notícias sem grandes desenvolvimentos, muitas vezes simples reproduções de telegramas ou notícias de agência recebidas do estrangeiro, como se pode constatar pelos exemplos reproduzidos (Figs. 1-10)<sup>5</sup>.



**Fig. 1** *A Tarde*  
(16.02.1924, p. 1)



**Fig. 2** *A Imprensa Nova*  
(17.02.1924, p. 3)

<sup>5</sup> Não incluímos nesta listagem o tema «Outras questões associadas» (27 notícias) que, embora sejam mais desenvolvidas do ponto de vista noticioso (algumas são «artigos»), incidem sobre outros assuntos relativos à antiga civilização egípcia, paralelos, por isso, à descoberta do túmulo e episódios directamente associados.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1



Fig. 3 *Diário de Lisboa*  
(21.02.1924, p. 7)



Fig. 4 *Novidades*  
(15.02.1924, p.4)

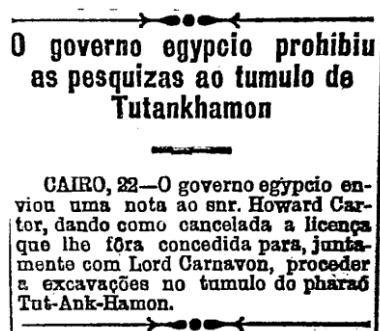


Fig. 5 *O Comercio do Porto – Ed. da Tarde*  
(22.02.1924, p.3)



Fig. 6 *O Comercio do Porto – Ed. da Tarde*  
(27.02.1924, p.3)



José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

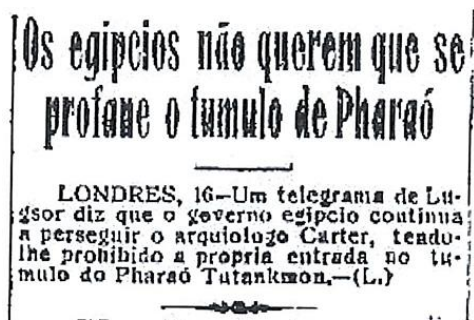


Fig. 7 *O Primeiro de Janeiro*  
(17.02.1924, p. 3)



Fig. 8 *A Capital*  
(13.04.1923, p. 1)

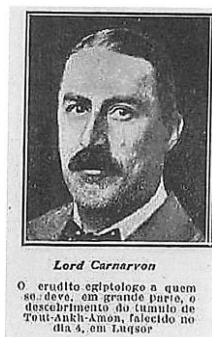


Fig. 9 *Ilustração Portuguesa*  
(14.04.1923, p. 472)



Fig. 10 *O Dia*  
(05.04.1923, p. 4)

Em contraste com estas notícias «simples», sem grande tratamento jornalístico, merecem destaque os textos alusivos à «maldição» de Tutankhamon. São apenas 9 notícias, mas a elas somam-se muitas outras que, embora pertençam a outras categorias temáticas, têm como subtema alusões diretas à problemática da maldição. Cite-se, a título de exemplo, o caso de 26 notícias pertencentes ao tema «Morte/ Trasladação de Lord Carnarvon» (43 no total) que abordam este assunto. Considerando, aliás, os subtemas *per se*, desligados dos temas a que foram conectados, salientam-se 33 casos em que as notícias evocam a maldição que a imprensa portuguesa, de mote próprio ou por indicação das notícias estrangeiras que usava, associou à abertura e exploração do túmulo e que seria a causadora direta da morte de Lord Carnarvon, a 5 de abril de 1923. Pela quantidade de alusões e pela diversidade de

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

abordagens, «A maldição da múmia» é o assunto predilecto (como tema principal ou como subtema das notícias) da imprensa portuguesa em 1923 e 1924.

A descoberta do túmulo pretensamente inviolado de Tutankhamon<sup>6</sup> ganhou, de facto, uma enorme visibilidade comunicacional com a cobertura mediática de que foi alvo, aproximando os tempos distantes da antiga história egípcia, seus principais agentes, costumes e práticas do homem comum do início do século XX, que, ao ler ou ouvir ler notícias sobre aquelas longínquas paragens, excitava a sua curiosidade e imaginação.

As notícias que quase diariamente os jornais portugueses editavam mostram que havia consciência jornalística deste interesse popular ou «filão noticioso» (que se manifestava numa procura considerável de jornais e revistas, com e sem ilustrações) e que essas edições alimentavam e aguçavam. A maioria das vezes, todavia, as notícias não estavam alicerçadas em conhecimentos históricos e científicos sólidos e comprovados, sendo terreno fértil para a promoção e desenvolvimento acelerado de estereótipos de análise e interpretação da antiga civilização egípcia onde a superstição, a magia negra e as maldições ganhavam enorme ressonância. É, no fundo, este o cenário subjacente à publicitação de notícias centradas na problemática da «vingança» ou «maldição da múmia de Tutankhamon».

Logo a partir de 1923, há várias notícias que enfatizam, sobretudo, a importância da abertura do túmulo faraónico para o conhecimento da realidade histórica do antigo Egito e até da História Universal (sobretudo pela íntima relação da história egípcia com a história hebraica ou bíblica)<sup>7</sup>. As «sensacionais descobertas» são perspectivadas como contributos inestimáveis para a elucidação de acontecimentos lendários ou enigmáticos da História Antiga. Não se podem igualmente escamotear aqueles textos jornalísticos que enfatizam as riquezas patrimoniais encontradas no túmulo de Tutankhamon e que valorizam e apreciam

---

<sup>6</sup> Em nome do rigor, é preciso mencionar que o túmulo de Tutankhamon fora violado duas vezes na Antiguidade. A primeira vez terá ocorrido pouco tempo depois do funeral real, muito provavelmente devido à ação de alguns dos intervenientes directos nessa cerimónia. Quando foi descoberta a ocorrência, o corredor de entrada no túmulo foi entulhado com escombros, para impedir novos ilícitos, como viria, todavia, a acontecer. Na segunda violação do túmulo, os assaltantes seriam apanhados e severamente castigados: mutilação e empalamento com aguçadas estacas (Reeves, 1997: 163).

<sup>7</sup> É o caso paradigmático da notícia de *A Capital* (30.01.1923, p. 1).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

a dimensão artística da antiga civilização faraónica<sup>8</sup>. À medida que vão sendo conhecidas as magníficas peças encontradas nas várias câmaras do KV 62 (estátuas, bastões, cofres, vasos, mantos, camas, tronos, móveis, carros de guerra...), são regularmente apresentadas aos portugueses, ativando, seguramente, o seu apreço pelo incalculável valor das riquezas artísticas do povo do Nilo. Ao mesmo tempo, elogia-se o papel e a importância do trabalho arqueológico na redescoberta do passado.

No entanto, a matriz preferencial das notícias da imprensa portuguesa é constituída, sobretudo a partir de 5 de abril de 1923, pela exploração exaustiva da morte de George Edward Stanhope Molyneux Herbert, o 5º conde de Carnarvon e financiador da exploração arqueológica que conduziu à descoberta do túmulo de Tutankhamon. Lord Carnarvon nasceu a 26 de junho de 1866 e faleceu, com 56 anos, cerca de 6 semanas depois da abertura oficial da câmara funerária do túmulo (16-17 de fevereiro), justamente a 5 de abril de 1923, em resultado da infeção de uma picada de mosquito, que lhe terá provocado uma septicémia. O infeliz destino de George Edward não era raro no Egito<sup>9</sup>, mas a imprensa internacional e a portuguesa, por arrastamento, ansiosas de corresponderem ao interesse do grande público, logo lançaram a história da maldição do faraó que, assim, segundo essa tese, castigava aqueles que ousaram perturbar o seu descanso eterno.

Este tema da «vingança da múmia» ou da «vingança de Tutankhamon» integra muitos dos apelativos títulos de notícias de 1923 e 1924, fixando essencialmente a atenção do grande público na dimensão mágica, supersticiosa, pretensamente associada a antiga religião egípcia e aos seus faraós (Figs. 11-19).

---

<sup>8</sup> Podem citar-se como exemplos deste discurso apreciativo, as notícias publicadas em *Diário de Lisboa* (08.02.1923, p. 2), *ABC – Revista Portuguesa* (15.02.1923, pp. 12-13), *A Vanguarda* (17.02.1923, p. 1) e *Ilustração Portuguesa* (10.03.1923, pp. 303-306, e 19.01.1924, pp. 79-80).

<sup>9</sup> Francesco Ballerini (1877-1910), por exemplo, primeiro assistente do arqueólogo e egiptólogo italiano Ernesto Schiaparelli (1856-1928), responsável, entre outras, pela descoberta, em 1904, do túmulo da rainha Nefertari (QV 66), no Vale das Rainhas, e, em 1906, pela escavação do também intacto túmulo do arquiteto real Kha (TT8), em Deir el Medina, morreu da mesma forma, a 5 de maio de 1910 (Reeves, 2000: 165).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1



Fig. 11 *A Capital*  
(05.04.1923, p. 1)



Fig. 12 *A Tribuna*  
(05.04.1923, p. 1)



Fig. 13 *Diário de Notícias*  
(07.04.1923, p. 1)



Fig. 14 *Diário de Lisboa*  
(09.04.1923, p. 7) e *O Comércio do Porto - Ed. da tarde* (16.04.1923, p. 1)

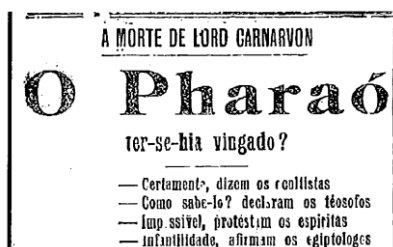


Fig. 15 *A Capital*  
(10.04.1923, p. 2)

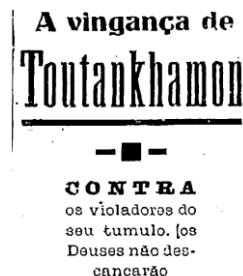


Fig. 16 *A Capital*  
(11.02.1924, p. 1)

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1



**Fig. 17** *A Tarde*  
(16.02.1924, p. 1)  
e *O Comercio do Porto – Ed. da Tarde*  
(19.02.1924, p. 2)



**Fig. 18** *A Tribuna*  
(04.03.1924, p. 1)



**Fig. 19** *O Comercio do Porto*  
(19.02.1924, p. 1)

Termos como «mistério», «segredo», «ameaça», «magia», «morte», «vingança», «violadores», «profanadores», judiciosamente usados nos títulos das notícias, tinham o sortilégio de, sob uma aparência informativa, deixar passar profundos juízos de valor e, dessa forma, «inclinarem» *ab initio* a leitura e a perceção social das respetivas notícias. Há uma marcada e intencional carga sensacionalista nesses títulos.

Os títulos e o desenvolvimento das notícias partem de um preconcebido Egito antigo, onde a primitiva religiosidade está impregnada de virtualidades tais que lhe permitem, através dos «mistérios da magia negra», transpor os tempos e castigar

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

inexoravelmente aqueles que se atreveram a mexer com a sua dimensão mais profunda que é a morte/ o sossego eterno de um seu soberano. O faraó vingava-se de todos aqueles que se atravessassem no seu caminho. Não interessava se se tratava de simples trabalhadores, de arqueólogos encartados, de grandes magnatas ou de vulgares turistas, a vingança do faraó era implacável e infalível: «E a vingança do faraó sem demora tem sobrevivendo. Assim a vingança exerce-se não só sobre os diretos profanadores do sagrado túmulo como sobre os que o profanem, nele penetrando pela curiosidade de o observar» (*A Tribuna*, 04.03.1924). Esta ideia da infalibilidade da maldição da múmia, aliás, é comum a todas estas notícias.

A morte de Lord Carnarvon é interpretada à luz das supostas maldições inscritas no túmulo de Tutankhamon e, como se escreveu em *A Tribuna* (05.04.1923), tratou-se evidentemente da «vingança misteriosa de Tout-Ankh-Amon, que mãos profanas foram despertar do sono em que jazia há tantos séculos». «Um mortal que se lembrou de ir perturbar o sono de Tout-Ankh-Amon», violando o seu túmulo, menosprezando as fórmulas mágicas de impreciação e acercando-se «das coisas sagradas», só podia ter um fim: a morte. «Tout-Ank-Amon vingasse e a antiga profecia cumpre-se», conclui a notícia, e a superstição ganha, acrescentamos nós, dimensão junto dos leitores. Parece haver uma certa «justiça» na ação do faraó, como sugere o título e a notícia de *O Comércio do Porto* (19.02.1924). Não interessa quem foi o agente da maldição faraónica que inoculou o veneno mortífero no corpo de Lord Carnarvon; aquilo que a imprensa portuguesa enfatiza é que, milénios passados, o «encantamento, tão forte como a vontade dum deus» (*A Capital*, 05.04.1923) atuou..., que «a crença na forma vingadora do famigerado faraó morto há três mil anos» (*A Tribuna*, 04.03.1924) continuava viva...

Na construção da sua teoria da vingança e da maldição, os jornais portugueses recorrem a congéneres estrangeiros (ex.: *Le Matin*), traduzindo pura e simplesmente para português as opiniões e argumentos dos jornalistas franceses (ex.: *A Capital*, 11.02.1924). As tentativas de abordagem «científica» da problemática da morte de Lord Carnarvon, com a suposta oposição entre as «bagatelas e superstições» das antigas crenças egípcias (*A Capital*, 11.02.1924) e «a ciência», como propõem, nomeadamente, as notícias do *Diário*

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

de Lisboa (09.04.1923), de *O Comércio do Porto – Ed. da tarde* (16.04.1923)<sup>10</sup> e de *A Capital* (10.04.1923), embora reconhecendo a sobrevalorização da perspectiva supersticiosa, acabam por se enredar em argumentos e contra-argumentos que, no final, não desafazem a perceção da vingança vinda do fundo dos tempos.

O grande «avanço interpretativo» dos jornais portugueses é que a «vingança do faraó» fora, afinal, a vingança dos sacerdotes do antigo Egito. Foram eles, com «encantamentos praticados (...) nas sepulturas, antes que fossem fechadas para a eternidade», que colocaram em marcha, no passado longínquo, a morte de 5 de abril de 1923: «O golpe de picareta dado ao tumulo de Tut-Ahn-Amon libertou essas forças.» (*A Capital*, 10.04.1923).

A promessa de «uma luta interessante entre a superstição e a sciencia» anunciada no subtítulo de algumas notícias sai, pois, completamente gorada, na medida em que, no vórtice da ideia dos saberes mágicos «superiores», das «forças ocultas» encerradas nos túmulos reais, dos elementos nefastos capazes de, uma vez libertados, matarem aqueles que os perturbavam ou estudavam, a «superstição» sai vitoriosa. A Arqueologia é desvalorizada e subalternizada.

### ***A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon***

O romance editado em Lisboa, em 1924, pela Imprensa Libanio da Silva, da autoria de Fernando de Carvalho Henriques (1897-1962), intitulado *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*, é composto por 14 capítulos e tem no total 150 páginas (pp. 13-162). Na narrativa principal do romance (desenvolvida nos capítulos I e VI-XIV), está encaixada uma narrativa (capítulos II-IV) sobre «factos da antiguidade», para os quais o Autor mobilizou substantivos «conhecimentos históricos» sobre o antigo Egito da época de Tutankhamon, suscitados justamente pela então recente descoberta do túmulo desse faraó<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Trata-se exactamente da mesma notícia, com o mesmo título, do *Diário de Lisboa* de 9 de abril, admitindo-se, pela data, a prioridade da publicação em Portugal ao jornal de Lisboa.

<sup>11</sup> As ações que formam a narrativa principal decorrem nos «modernos tempos», isto é, no século XX, na época contemporânea ao Autor: os anos 20. A narrativa encaixada («os factos históricos») é uma história passada no Egito antigo, na XVIII Dinastia, época de Tutankhamon. A interrupção cronológica introduzida no

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Como muitos outros portugueses, o Autor conhecia certamente a feição supersticiosa que os jornais difundiam, onde «maldição», «vingança», «morte» e «mistério» eram, como vimos, tópicos frequentemente repetidos. Este «ambiente» criado pelos jornais poderá ter influenciado o próprio título escolhido para o romance onde, a par da questão central da «profecia», se conjugam o «mistério» e a «morte» de Tutankhamon.

Não se conhecem as fontes primárias ou secundárias que Carvalho Henriques utilizou para compor os capítulos II-IV do seu romance. Não se conhecem as suas leituras historiográficas sobre a época de Tutankhamon (XVIII dinastia). Não se conhece o seu efetivo entendimento sobre todos os tópicos inseridos na sua novela. Uma coisa, porém, é certa: os seus conhecimentos históricos sobre o Egito antigo são genericamente bem sustentados e provam como os ecos das longínquas escavações egípcias inspiraram e estimularam a imaginação de um ilustre desconhecido português e, através dele e do seu livro, dos seus leitores (Fig. 20).



**Fig. 20** Única fotografia de Fernando Val do Rio de Carvalho Henriques que foi possível identificar. Fonte: Torre do Tombo - Arquivo do jornal *O Século*.

---

romance pelos capítulos II-IV, qual analepse, é um processo essencial na explanação deste trabalho de Carvalho Henriques, Tem como principais personagens egípcias o jovem Nefer-hotep e a sua amada Ti. É esse recuar ao Egito antigo, condensado em 36 páginas (pp. 29-64), passado «em Tebas há trinta e três séculos» (p. 29), que sugere, portanto, o mote explicativo e a «profecia» para toda a trama da obra.



José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

*A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon* é o primeiro romance, com contornos de policial, publicado a nível internacional inspirado na grande descoberta arqueológica egípcia. Anterior a *A Profecia* existe apenas um «conto», de extensão muito menor (4 pp.), de Agatha Christie, protagonizado por Hercule Poirot, intitulado *The Grey Cells of M. Poirot: No. I. The Adventure of the Egyptian Tomb*, publicado a 26 de setembro de 1923, na revista londrina *The Sketch*.

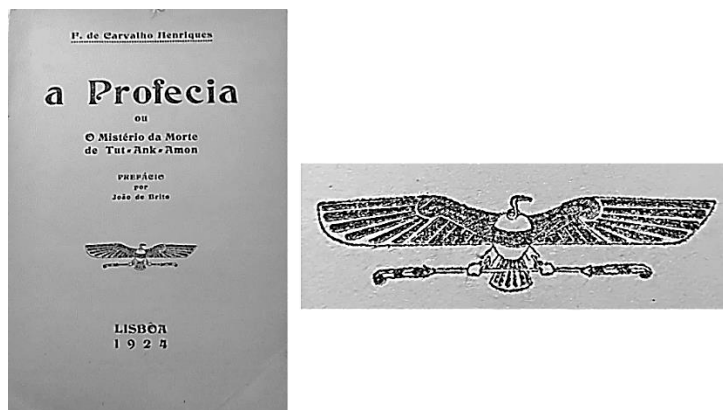
A carreira de escritor de F. de Carvalho Henriques começou em 1920, mas *A Profecia* foi a sua primeira obra literária publicada, embora não seja a primeira que escreveu<sup>12</sup>. A edição demonstra que havia clara percepção do peso da dimensão egiptológica ou egípcianizante na obra e do impacto que ela teria sobre o público português, na medida em que foi usado um apelativo motivo iconográfico egípcio no frontispício: a representação de um abutre, chamado pelos antigos Egípcios *nerau*, agarrando símbolos de eternidade com as suas fortes garras. Residente familiar dos céus egípcios, o abutre (*Gyps fulvus*), ave de poderosas garras, pescoço descarnado e recurvado, olho agressivo, longo e adunco bico, forneceu a representação alada ideal para Nekhebet, a deusa egípcia que se considerava a «Senhora do céu meridional»<sup>13</sup>.

Logo na abertura do livro, como metatexto não-verbal, a ilustração cria uma atmosfera egípcianizante favorável à mensagem literário-histórica que se pretendia transmitir e aos ecos que provocava no público informado que, nessa altura, estava particularmente predisposto para as notícias e trabalhos evocativos do antigo Egito, para mais sobre Tutankhamon, o faraó da moda (Figs. 21 e 22).

<sup>12</sup> O primeiro livro que escreveu (verão de 1922) foi *Mulheres de hoje... coração de sempre*, que só seria publicado no final do ano de 1924, já depois de *A Profecia*, cuja redação foi concluída, como o Autor menciona em apontamento inserido no final do romance, em junho-julho de 1923.

<sup>13</sup> Segundo a conceção egípcia, os edifícios religiosos estavam impregnados de simbolismo cósmico (quais microcosmos, realizações em miniatura da ordem do universo) e os tetos das salas hipostilas dos templos simbolizavam o céu. Era aí, na parte inferior dos lintéis, que se representavam conjuntos de estilizados e coloridos abutres planando, como aquele que foi escolhido para o frontispício de *A Profecia* (Wilkinson, 2000: 76, 225; Farias, 2002: 25, 27; Arnold, 2003: 235; Shafer, 2005: 8).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1



**Figs. 21 e 22** Imagem completa do frontispício da obra *A Profecia* e ampliação da representação do *nerau*.

Se prova faltasse da clara consciência e conhecimento que Carvalho Henriques possuía da informação sobre a grande descoberta arqueológica do Vale dos Reis que circulava nos jornais portugueses da época, no Cap. IX do seu romance, ao descrever as actividades quotidianas do seu personagem principal, o engenheiro José Miguel de Oliveira, diz-nos que ele recebeu, pela manhã, das mãos de um empregado, «um maço de correspondência e de jornais» (p. 85). Desdobrando um dos jornais e lendo, em diagonal, os títulos das diversas notícias, fixou a sua atenção nas duas colunas da «secção da última hora», particularmente «no fim da segunda», no texto publicado de um pequeno telegrama: «Londres. — Dizem do Cairo que no Vale dos Reis próximo do túmulo de Ramsés VI, foi descoberto o sepulcro dum rei da XVIII dinastia, supondo-se que seja o de Tut-Ank-Amon, genro do faraó Kuen-Aten. Esta descoberta de grandíssimo valor arqueológico, pois que ao contrário do que até hoje tem acontecido, o sarcófago do rei parece não ter sido violado, foi devida a Mr. Howard Carter que sob os auspícios de Lord Carnarvon, desde 1906 procedia a metódicas escavações no Egito.» (pp. 86, 87). É, portanto, precisamente através de uma notícia de jornal, no caso um telegrama, que o protagonista entra em contato direto com Tutankhamon, criando assim condições narrativas para toda a integração da trama da história antiga na estrutura do romance.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Não sabemos se Carvalho Henriques «compôs» o texto do telegrama enunciado no seu livro a partir da consulta/ leitura de um autêntico telegrama publicado na imprensa portuguesa ou se «reproduziu» directamente um desses telegramas (Sales, Mota, 2018: 91-107). Sabemos, sim, que há várias notícias publicadas entre o final de 1922 (momento da descoberta) e junho-julho de 1923 (data oficial da conclusão do romance) em que se poderia ter inspirado ou que poderia ter adaptado, nomeadamente uma do jornal *O Século* (03.12.1922, p. 3) intitulada «ANTIGA TEBAS. Uma grande descoberta arqueológica» (Fig. 23).

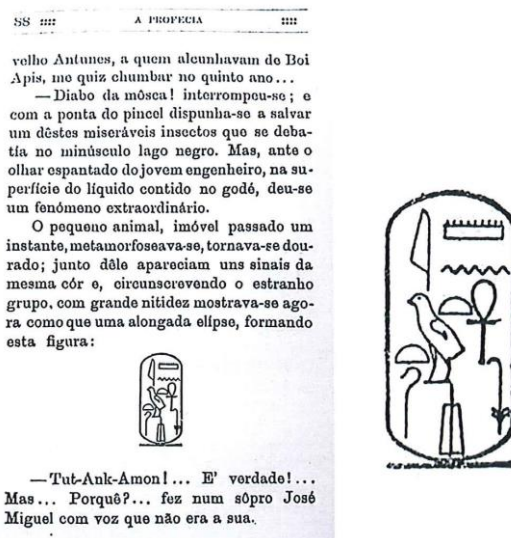


**Fig. 23** Notícia publicada em *O Século* (03/12/1922, p. 3)

Se a ilustração do frontispício do livro enviava para um símbolo visual do antigo Egito, a excepcional menção das pp. 86 e 87 remete directamente para o faraó Tutankhamon. De facto, de uma forma pouco habitual numa obra literária de ficção, na p. 88 é incluída a representação de uma cartela faraónica, com os signos hieroglíficos do nome de nascimento ou nome próprio do faraó Tutankhamon, numa grafia ordenada de cima para baixo, da esquerda para a direita: twt-anx-Imn HqA-Iwnw-Smai, *tut-ankh-amon*

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

*heka-iunu-chemai*, significando «Imagem viva de Amon, governador de Heliópolis do Alto Egito = Tebas» (Beckerath, 1999: 144, 145, 12: E2)<sup>14</sup> (Figs. 24 e 25).



Figs. 24 e 25 Reprodução da p. 88 da obra *A Profecia* e ampliação da cartela aí representada.

Repare-se que a transcrição do nome do faraó usada por Carvalho Henriques em todo o livro (incluindo o título) não grafa corretamente, de acordo com as convenções egiptológicas, o segundo elemento (*ankh*, «vida»), provavelmente porque, não conhecendo as regras da escrita hieroglífica, preferiu uma leitura «fonética» que resultava mais fácil em português, aliviando o dígrafo egípcio *kh* do *h*. Não foi sensível a esta particularidade da onomástica do faraó da XVIII dinastia, mas foi muito certo na tradução do nome («Imagem viva de Amon»), usando para o efeito, na p. 48, uma nota de rodapé («Significação do nome Tut-Ank-Amon»), procedimento também raro num trabalho essencialmente literário. Quer a excepcional inclusão da cartela, quer esta nota esclarecedora da p. 48 são preciosos testemunhos da sua preocupação com os acontecimentos em curso e com a «informação adicional», digamos assim, que podia fornecer aos leitores do seu

<sup>14</sup> Há Autores que traduzem de forma ligeiramente diferente a segunda parte do nome de nascimento de Tutankhamon: «Governador de Heliópolis do Sul», embora se refiram igualmente à cidade de Tebas, onde se situou a capital do jovem faraó (Leprohon, 2013: 106).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

livro<sup>15</sup>. E é esta comprometida posição, radicalmente distinta da que os jornais promoviam, que nos interessa salientar.

Desde a localização temporal da ação, em que recorre à fórmula usada nos documentos egípcios («Estava-se no primeiro ano, quarto dia do segundo mês das colheitas, do Rei do Alto e Baixo Egito, Filho do Sol, Neb-Kheper-Ra Tut-Ank-Amon, dotado de vida eterna» - p. 29), ou seja, em que se destacava o ano, o mês e o dia de reinado, seguido do nome de coroação do faraó (mesmo que tenha invertido a ordem dos meses e dos dias, colocando estes antes daqueles), até às referências onomásticas, títulos e epítetos reais (exemplos: *Sa Ré*, «filho de Ré» ou «filho do Sol», e *di ankh djet*, «dotado de vida eterna»), passando pelas corretas alusões à representação iconográfica-tipo do deus Aton («um disco solar donde partiam raios tendo mãos nas extremidades» - p. 31), pelas menções a várias divindades do panteão egípcio, embora sob as grafias usadas no início do século XX (ex.: Osíris, Set, Anúbis, Ptah, Amut/ Amenit, Re-Harmakhis-Aton/ Ra-Harmaku-Aten, Amon-Ré/ Amon-Ra, Isis e Geb/ Seb), ou as referências ao *djed*, «emblema de Osiris, simbolo da estabilidade» (p. 45), tudo evidencia que estamos perante um romancista preocupado com o rigor e a verosimilhança histórica da sua composição literária, «decorando-a» com a incorporação dessas correctas alusões ao universo cultural-religioso-ideológico-político egípcio.

Algumas «hesitações» ou «ambiguidades» de Carvalho Henriques são perfeitamente compreensíveis e justificáveis à luz da «infância» dos conhecimentos «certos» sobre Tutankhamon, cujo túmulo, saliente-se, estava ainda por esvaziar enquanto ele escrevia. Temas como as relações familiares entre Tutankhamon e Akhenaton (genro, sogro, filho?), a ordem de nascimento das filhas de Nefertiti, nomeadamente de Ankhesenpaaton

---

<sup>15</sup> Sobre este interessante pormenor do uso de notas de rodapé de carácter histórico num romance, referia-se que são usadas também nas pp. 34 (explicação do conceito egípcio de *ka*: «O espírito sob a forma de fantasma»), 36 (para traduzir «Kuen-Aten» por «Amen-hotep IV»), 44 (para definir o conceito de *ba*: «é como que um outro-eu imaterial; o *Ba* é o elemento vivificador que à hora da morte abandona o corpo sob a forma de ave com cabeça humana») e 48 (para fornecer o significado de *rometu*, termo usado pelos antigos Egípcios para «homem», *remetju*, e explicar o que era a *pschent*, «a dupla côroa do Alto e do Baixo Egito»).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

(historicamente a terceira filha e não a sétima, como o Autor menciona) ou as várias designações topográficas que enuncia (ex.: para Tebas, Amarna e Kemet) são hoje possíveis de criticar apenas pela evolução entretanto verificada nos estudos e nos conhecimentos especializados. Na época de escrita de *A Profecia* (primeiro semestre de 1923), seria extremamente difícil, senão impossível, alguém detê-los e usá-los numa obra ficcional de forma inteiramente imaculada.

Fernando de Carvalho Henriques age de forma excepcional, digna de registo, e essas «características» da sua escrita não conseguem ensombrar o facto de o seu romance ser o primeiro trabalho a nível mundial a inspirar-se diretamente na fantástica descoberta do túmulo de Tutankhamon.

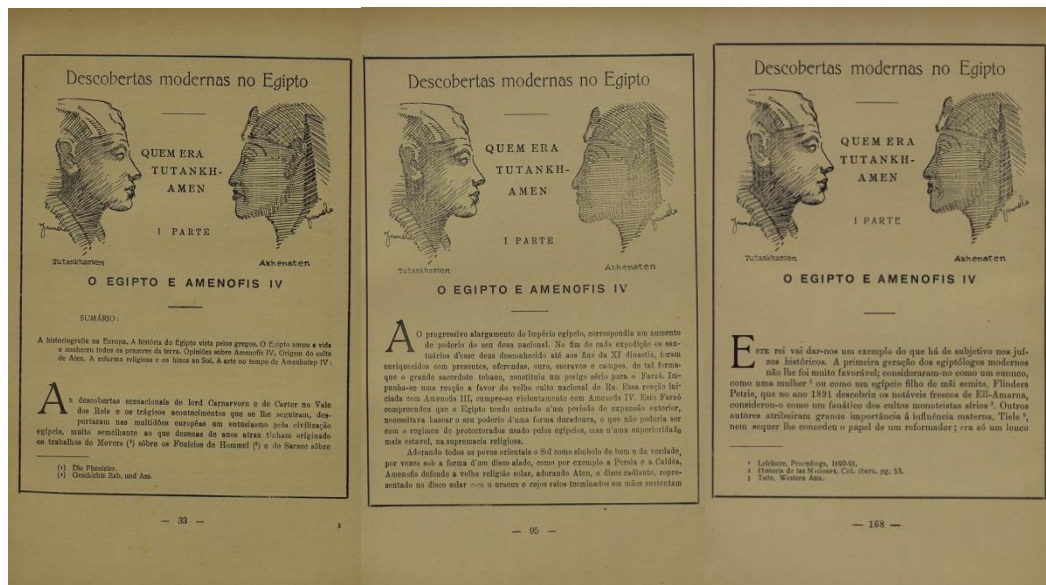
### **A tradução do *Hino a Aton***

Foi em *Diónysos. Revista Bimestral de Filosofia, Sciencia e Arte*, editada em Coimbra, que Humberto Pinto de Lima (1902-1984), então Assistente de Ciências Históricas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publicou, em 1925 e 1926, três ensaios, genericamente intitulados *Descobertas modernas no Egipto. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egipto e Amenofis IV*, suscitados também pela então recente descoberta do túmulo de Tutankhamon. O primeiro texto, com 5 páginas (pp. 33-37), foi publicado em 1925 (3ª Série, n° 1, julho), o segundo, com 6 páginas (pp. 95-100), no mesmo ano (3ª Série, n° 2, outubro) e o terceiro já em 1926 (3ª Série, n° 3, maio), com 5 páginas (pp. 168- 172). Todos os ensaios (Lima, 1925a: 33-37; 1925b: 95-100; 1926: 168-172), abrem com dois esboços dos perfis dos rostos de Tutankhamon, à esquerda, e Akhenaton, à direita, sempre designados pelo Autor como «Tutankhamen» e «Akhenaten» (Figs. 26-29).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1



Fig. 26 Foto ampliada de Humberto Pinto de Lima. Fonte: <  
http://antonioquadros.blogspot.com/2011/09/ano-lectivo-1927-1928-da-faculdade-de.html>



Figs. 27-28-29 Esboços desenhados dos perfis dos rostos de Tutankhamon, à esquerda, e Akhenaton, à direita. Página inicial de cada um dos três números da *Diónysos*.

A reflexão tripartida de Pinto de Lima foi motivada pela descoberta do túmulo de Tutankhamon e pela morte de Lord Carnarvon ocorrida dois anos antes, como explicitamente se enuncia no primeiro texto de 1925: «As descobertas sensacionais de lord

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Carnarvon e de Carter no Vale dos Reis e os trágicos acontecimentos que se lhe seguiram, despertaram nas multidões europeias um entusiasmo pela civilização egípcia, muito semelhante ao que dezenas de anos atrás tinham originado os trabalhos ...de Champollion e de Mariette...» (Lima, 1925a: 33).

Este «entusiasmo pela civilização egípcia» atingiu também Pinto de Lima e compeliu-o ao estudo do Egito do Império Novo («O Egito e Amenofis IV»), quando existiram os faraós «Akhenaten» e «Tutankhamen», fazendo-o com a sustentação e erudição académica própria do seu tempo. Por exemplo, a menção a «Champollion» e «Mariette» é acompanhada de indicações bibliográficas em notas de rodapé: de Jean-François Champollion referem-se *L’Égypte sous les Pharaons*<sup>16</sup> e *Lettre a M. Dacier*<sup>17</sup>, obras de 1814 e 1822, respectivamente, mas cujos anos ou local de edição não são mencionados; de Auguste Mariette são listadas três obras (*Notice des Principaux Monuments*<sup>18</sup>, *Les Listes Geographiques des Pylones de Karnak*<sup>19</sup> e *Lettres et Souvenirs*<sup>20</sup>), sem, porém, igualmente, indicar as respetivas datas ou locais de publicação.

O seu discorrer sobre o Egito e sobre as figuras de «Amenofis IV» e «Tutankhamen» é enquadrado por uma série de pressupostos historiográficos que o levam, por exemplo, a enumerar alguns conhecidos documentos egípcios como «as inscrições de Unas», «os frescos d’Ell-Amarna» e «os textos de Ptah-hotep», alicerçando sempre, como a boa metodologia académica recomenda, as suas afirmações e argumentos em trabalhos científicos, no caso de autores franceses.

<sup>16</sup> O título completo desta obra de Champollion, publicada em Paris, em 1814, é *L’Égypte sous les Pharaons, ou recherches sur la géographie, la religion, la langue, les écritures et l’histoire de l’Égypte avant l’invasion de Cambyse*.

<sup>17</sup> A *Lettre à M. Dacier relative à l’alphabet des hiéroglyphes phonétiques employés par les Égyptiens pour inscrire sur leurs monuments les titres, les noms et les surnoms de souverains grecs et romains*, publicada também em Paris, em 1822, é considerada o texto fundador da decifração dos hieróglifos egípcios e das suas significações lineares (Sales, 2001: 198-199; Goyon, 1989).

<sup>18</sup> O título completo desta obra, editada em Paris, em 1869, é *Notice des principaux monuments exposés dans les galeries provisoires du Musée d’Antiquités Égyptiennes de S.A. le vice-roi A. Boulaq*.

<sup>19</sup> Esta obra foi publicada em 1875, em Leipzig, e teve também um extenso título: *Les Listes Geographiques des Pylones de Karnak Comprenant La Palestine, L’Ethiopie, Le Pays des Somâl*.

<sup>20</sup> Já do século XX (1904), o título completo desta obra publicada em Paris era *Lettres et Souvenirs personnels (avec un portrait de Mariette Pacha)*.



José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Nos seus ensaios, o Autor estabelece várias «oposições argumentativas»: ao Egito abstracto descrito pelos Gregos, por exemplo, opõe o Egito da visão egípcia. No mesmo registo antitético, no primeiro ensaio de 1925, opõe «Amenofis IV» e «Tutankh-Amen»<sup>21</sup>, que classifica de «sôgro e genro» e personificações dos «dois polos opostos da vida egípcia». Para ele, Amenófis IV é alguém que «sonha com um Egipto maior, tendo um domínio externo mais estável, procurando para isso tornar-se o chefe religioso de toda a Ásia Ocidental», baseando toda a sua política internacional num «culto abstracto, comum a todo o Oriente desde a Índia até aos povos asiáticos: o culto do disco solar, Aten» (Lima, 1925a: 36). Desta vez, para a sustentação erudita da suas conclusões, serve-lhe de referência bibliográfica «Moret, *Des Clans aux Empires*, pag. 341»<sup>22</sup>.

Pinto de Lima não esconde a sua preferência por Amenófis IV/ Akhenaton, pelo seu reinado e pelos seus contributos para a história egípcia. Segundo ele, o seu reinado foi «artística e literariamente o mais brilhante da longa série de dinastias egípcias, explicando-se esse grande desenvolvimento do espírito de então pela liberdade e vida que revela o culto por ele introduzido» (Lima, 1925a: 36). Por sua vez, para ele, Tutankhamon é «que destruirá o culto de Aten (derivado do velho culto nacional de Ra) e que facilita o advento de uma família querida do sacerdócio tebano» (Lima, 1925a: 36). Para o nosso Autor, Tutankhamon, que, erradamente, coloca na XIX dinastia, é um «exclusivista, preso ao culto restrito tebano», capaz, não obstante, de proteger os artistas «que souberam criar as maravilhas que surpreenderam os felizes descobridores do seu túmulo em Biban-el-Muluk<sup>23</sup>» (Lima, 1925a: 36).

Justificando os perfis dos dois faraós desenhados no início do artigo e sem disfarçar a clara simpatia por Amenófis IV/ Akhenaton, Pinto de Lima escreve a terminar o seu primeiro trabalho: «A forte vida interior, a independência de intelecto e a coragem moral,

<sup>21</sup> Ao contrário do que acontece na primeira página deste texto, junto ao desenho do perfil do rosto do faraó (e depois nos dois ensaios seguintes), em que prefere a forma «Tutankhamen», no corpo do texto usa sempre a forma «Tutankh-Amen» (3 vezes).

<sup>22</sup> A referência correcta e completa é Alexandre Moret e Georges Davy, *Des Clans aux Empires: l'organisation sociale chez les primitifs et dans l'Orient ancien*, Paris, La Renaissance du Livre, 1923.

<sup>23</sup> «Biban el-Muluk», isto é, «Portas do Rei», é a designação em árabe para o Vale dos Reis, em Tebas ocidental.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

capaz de arrostar com o poderio dos sacerdotes de Tebas, e que tanto distingue Kuenaton<sup>24</sup>, vê-se bem vincada no suave perfil que encima êste artigo, bem como a bondade e uma certa frieza e resignação doentias, ao passo que o perfil que lhe está fronteiro revela bem a indecisão, a fraqueza, o orgulho, o fanatismo, talvez a bondade, e certamente o pouco sentimentalismo de Tutankh-Amen. O primeiro é uma obra prima do estilo naturalista egípcio, o segundo é um modelo do princípio da decadência dêsse estilo, e o início do rígido, hierático estilo e convencional, que deste reinado em diante irá predominar» (Lima, 1925a: 36-7).

Não surpreende, por isso, que o segundo ensaio de Pinto de Lima se centre especificamente no faraó Amenófis IV e no Egito do seu tempo. Obrigatoriamente, menciona o novo deus «Aten» («deus desconhecido até aos fins da XI dinastia» - Lima, 1925b: 85), que destitui o «poderoso deus tebano», ou seja, Amon. Todas as formulações que apresenta e escarpeliza são historicamente corretas, certamente recolhidas na bibliografia especializada consultada.

O mais substantivo deste segundo trabalho de Pinto de Lima, arrolado sob a alínea «A reforma religiosa e os hinos ao Sol», decorrendo do seu levantamento e apreço pela vida e pela conduta de Amenófis IV, é a tradução que faz para português do *Hino a Aton*. Não o faz a partir de originais egípcios, que não sabia ler, mas através da consulta de abalizadas obras da sua época, de que dá conta em nota de rodapé, informando os leitores do processo metodológico usado: «Esta tradução foi elaborada, segundo trechos reproduzidos por Moret, *Rois et Dieux de l'Égypte*, pp. 62; Id. *Des Clans aux Empires*, pg. 345, Maspero, *Hist. des Peuples de l'O.* Vol. II, pg 320, Lagier, *L'Égypte Mon. et Pit.* pg. 102, Naville, *La Religion Egyptienne* pg. 131, e Petrie, *Hist. de las Naciones*, trad. Ibern. pg. 32.» (Lima, 1925b: 96, nota 1)

Como se nota, o Autor é devedor da Egiptologia francesa e inglesa de final do século XIX/ início do século XX e das suas produções, no caso das obras de Alexandre Moret (*Rois et Dieux d'Égypte*, de 1911, e *Des Clans aux Empires*, de 1923), de Gaston

---

<sup>24</sup> Designação usada para Akhenaton.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Maspero (*Histoire ancienne des Peuples de l'Orient classique*, de 1897), de Camille Lagier (*L'Egypte monumentale et pittoresque. Notes de voyage*, com a 1ª ed. em 1914 e a 2ª ed. em 1922), de Édouard Naville (*La religion des anciens Égyptiens*, de 1906) e de Flinders Petrie, embora neste caso tenha usado a tradução para espanhol de Guillermo de Boladeres Ibern, como ele indica, de 1920, editada em Barcelona, na Casa Editorial, sob a designação completa de *Historia de las Naciones: popular, concisa, pintoresca y autorizada relación de cada una de las naciones desde los tiempos más remotos hasta nuestros días (Tomo I)*<sup>25</sup>.

Sobre o hino solar em causa, P. de Lima reconhece a sua «expressão grandiosa, e delicada inspiração» (Lima, 1925b: 98), e destaca os três aspectos mais relevantes que, na sua opinião, ele contempla: a igualdade entre o faraó Akhenaton e a rainha Nefertiti (também vista na arte, como ele observa); a menção aos países estrangeiros anteceder a que é feita ao Egito e a identificação de Aten como «deus todo poderoso» do Egito (Lima, 1925b: 98)<sup>26</sup>.

O resto do segundo ensaio é consagrado a referências às manifestações artísticas (*A arte no tempo de Amenhotep IV*), denotando claramente que o Autor observara alguns artefactos artísticos em obras especializadas ou que consultara descrições/ opiniões escritas sobre as mesmas ou ambas as coisas: «Encanta-nos a intimidade da família real revelada pelas representações de Ikutaten<sup>27</sup> contrastando fortemente com o nulo ambiente familiar que as representações das outras épocas nos revelam. Há mesmo uma representação da rainha sentada, n'uma atitude de gracioso abandono, nos joelhos do rei» (Lima, 1925b: 98).

<sup>25</sup> A tradução de Flinders Petrie no original inglês estava integrada no Cap. I (*The Egyptians*, pp. 1-68), da *Hutchinson's story of the nations*, de c. de 1920, publicada em Londres pela Hutchinson & Co. (Publishers) Ltd.

<sup>26</sup> Uma análise mais detalhada sobre os aspectos associados à tradução do *Hino a Aton* por Humberto Pinto de Lima, em 1925, encontra-se em «Tutankhamon em Portugal: relatos na imprensa portuguesa (1922-1939). A revista *Diónyssos*, Humberto Pinto de Lima e Tutankhamon, texto por nós preparado para o n° 18 da *Revista de História da Sociedade e da Cultura* do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, presentemente ainda no prelo (texto submetido em 22/09/2017 e aprovado em 27/11/2017). Sobre os hinos solares egípcios e o *Hino a Aton* propriamente dito, ver Barucq, Daumas, 1980: 115-179; Lichtheim, 1976: 96-100; Simpson, 1973: 289-295; Grandet, 1995: 99-120; Assmann, 2001: 58-61, 103, 207, 211; Foster, 2001, 1-7; Quirke, 1992: 42; Goyon, 1998: 157-178.

<sup>27</sup> Designação usada para a cidade de Akhetaton, Tell el-Amarna.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

Quando publica o seu terceiro trabalho, já em 1926, Pinto de Lima vai regressar ao tratamento do faraó Amenófis IV com a pretensão expressa de, a partir desse exemplo, mostrar o «que há de subjectivo nos juízos históricos» (Lima, 1926: 168), procurando como que uma reabilitação deste faraó, face aos «juízos» negativos («eunuco», «mulher», «filho de mãe semita», «fanático dos cultos monoteístas sírios» e «louco fanático») emitidos por alguns historiadores (Lima, 1926: 168-9). Para o efeito, recorre, uma vez mais, a estudiosos com opiniões mais favoráveis que ele sobrescia (Maspero, Naville, Erman e, sobretudo, Moret): «Maspero, Naville, Erman, e finalmente Moret, foram-lhe mais favoráveis, principalmente este último, que considera a sua política internacional como uma criação admirável, chocante pela amplitude de vistas, pela beleza das concepções, pelo elevado dos sentimentos.» (Lima, 1926: 169)

O aspecto mais significativo dos ensaios do assistente de História Antiga da Universidade do Porto é constatar quão afastada estava a sua reflexão das explicações fáceis, simples e nada comprovadas dos textos jornalísticos da época. O aprofundamento das temáticas, o recurso à metodologia e erudição académica e o acompanhamento atualizado das produções bibliográficas da Egiptologia científica, sobretudo de origem francesa, colocam o seu contributo num patamar completamente diferente, superior. Estamos no campo das explicações científicas ou, pelo menos, da sua procura intencional por parte deste docente universitário.

É esse distinto «posicionamento epistemológico» em relação ao «clima» egiptológico do seu tempo que conduz Pinto de Lima às relevantes questões da origem asiática do culto solar a Aton e da afinidade do culto solar atoniano com os cultos monoteístas semitas, próximo da demanda de um sentido monoteísta ou monoteizante subjacente à antiga religião egípcia, bem como à tradução do *Hino a Aton*. Ao fazê-la, fez apenas a primeira tradução para português desse texto religioso... passaria mais de meio

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

século até que com intuitos académicos, o mesmo texto voltasse a ser traduzido em Portugal<sup>28</sup>.

## Conclusão

O discurso jornalístico sobre a descoberta e exploração do túmulo de Tutankhamon promovido pela imprensa portuguesa, de mão própria ou inspirado/ copiado de outras congéneres europeias, dependeu daquilo que lhe estava diretamente subjacente (a descoberta do túmulo) e daquilo que pretendia privilegiar: essencialmente, a maldição da múmia que, por tenebrosas artes mágicas, atingia aqueles que profanaram o túmulo KV 62. Nos textos e nas imagens da imprensa portuguesa de 1923-1924, o Egito da «maldição dos faraós» é um lugar romanesco, ficcional, de seres exóticos, crédulos e supersticiosos e de experiências espirituais extraordinárias, enigmáticas, mágicas. Os jornais portugueses da época contribuíram de forma sensacionalista para lançar num público alargado, sobretudo, a ideia da «maldição da múmia».

Não se conhecem as fontes primárias ou secundárias que Fernando de Carvalho Henriques utilizou para compor os capítulos II-IV de *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*, publicado em 1924. Não se sabe a que autores terá recorrido para a composição histórico-ficcional com que revestiu esses capítulos centrados no Egito antigo. Não se conhece com total exactidão que entendimento possuía sobre os tópicos egípcios que inseriu na sua novela. Uma coisa, porém, é certa: os seus conhecimentos históricos sobre o Egito antigo, sobretudo para a época de Tutankhamon (XVIII dinastia), são genericamente bem sustentados, aprofundados, não obstante uma ou outra referência mais imprecisa, incompleta ou desfasada, perfeitamente aceitável para um romancista não especializado em Egiptologia.

---

<sup>28</sup> São os casos das traduções de Lopes (1989: 165-169), Sales (1999: 76-78), Carreira, (2004: 258-261) e Araújo (2005: 97-102). Todos estes autores, como Pinto de Lima, usaram sobretudo versões francesas e inglesas para as suas traduções. A primeira tradução a partir do hieroglífico será feita por Carreira (2008).

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

A meio caminho entre a produção jornalística e o trabalho académico mais especializado, a obra literária ficcional de Carvalho Henriques, o primeiro romance publicado a nível mundial inspirado na grande descoberta arqueológica egípcia, não se liberta por completo da vertente supersticiosa que as notícias jornalísticas haviam gerado, mas apoia-se já numa pesquisa prévia, organizada, seguramente com recurso a alguma bibliografia específica, e numa intenção de rigor que consegue, simultaneamente, aliar a esse reconhecido motor da credence – tópico de irresistível atração para um romance que se pretende vulgarizar – a transmissão de variados elementos de sustentada interpretação histórica.

Os três ensaios publicados na revista *Dyónisos*, em 1925 e 1926, assinados por Humberto Pinto de Lima, assumem uma finalidade académico-científica, à luz dos conhecimentos científicos disponíveis na época. Mais atraído por Amenófis IV do que por Tutankhamon, Pinto de Lima foi muito sensível à questão do culto solar atoniano e, em consequência, procedeu a uma análise aprofundada das suas origens e motivações. Socorrendo-se de egiptólogos franceses e ingleses do seu tempo, traduziu para português o fundamental *Hino a Aton*, cuja autoria é atribuída ao próprio faraó Akhenaton. Historicamente, foi a primeira tradução para português de tal texto e um notável testemunho da influência e do entusiasmo sobre a civilização egípcia gerados pela descoberta do túmulo de Tutankhamon.

A tese jornalística da «maldição da múmia», o romance policial *A Profecia ou o Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon* e a tradução, em contexto académico, para português, do *Hino a Aton* são três eixos distintos, mas interligados, da forma como, entre 1923 e 1926, foi recepcionada em Portugal a grande descoberta arqueológica egípcia de 1922 e dos percursos interpretativos que vão da simples superstição ao abalizado estudo científico, passando pelo experimental tratamento literário-ficcional.

### **Bibliografia:**

ARAÚJO, Luís Manuel de (2005), *Mitos e lendas do antigo Egito*, Lisboa, Centralivros.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

ARNOLD, Dieter (2003), *The Encyclopedia of Ancient Egyptian Architecture*, Cairo, The American University in Cairo Press.

ASSMANN, Jan (2001), *The search for God in ancient Egypt*, Ithaca & London, Cornell University Press.

BARUCQ, André; DAUMAS, François (1980), *Hymnes et prières de l'Égypte Ancienne*, Paris, Les Éditions du CERF.

BECKERATH, Jürgen von (1999), *Handbuch der Ägyptischen Königsnamen*. Mainz, Verlag Philipp Von Zabern.

CARREIRA, Paulo (2004), “Textos da religião de Aton”, *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, Ano III, n.º 5/6, pp. 231-262.

CARREIRA, Paulo (2008), *Akhenaton, uma perspectiva teo-histórica*, Tese de Mestrado em «História e Cultura Pré-Clássica», Lisboa, Universidade de Lisboa.

CARVALHO, Fernando Henrique de (1924), *A Profecia ou O Mistério da Morte de Tut-Ank-Amon*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva.

FARIAS, Cláudia Monte (2002), “O templo no antigo Egito: simbolismo e iconografia”. *ARTIS. Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº1, pp.17-30.

FOSTER, John L. (2001), *Ancient Egyptian Literature. An anthology*, Austin, University of Texas Press.

GOYON, Jean-Claude (1989), *Lettre a M. Dacier par Jean-François Champollion suivie de La Bataille des Hiéroglyphes*, Montpellier, Fata Montana.

GOYON, Jean-Claude (1998), *Rê, Maât et Pharaon ou le destin de l'Égypte antique*, Lyon, Éditions A.C.V.

GRANDET, Pierre (1995), *Hymnes de la religion d'Aton (Hymnes du XIV<sup>e</sup> siècle avant J.-C.)*, Paris, Editions du Seuil.

LE MOS, Mário Matos e (2006), *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora/ Ceis20.

José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

LEPROHON, Ronald J (2013), *The Great Name: Ancient Egyptian Royal Titulary*, Atlanta, Society of Biblical Literature.

LICHTEIM, Miriam (1976), *Ancient Egyptian Literature. A book of readings. Volume II: The New Kingdom*, Berkeley-Los Angeles-London, University of California Press.

LIMA, Pinto de (1925a), “Descobertas modernas no Egito. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egito e Amenofis IV”, *Diónyssos*, 3ª Série, nº 2, pp. 33-37.

LIMA, Pinto de (1925b), “Descobertas modernas no Egito. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egito e Amenofis IV”, *Diónyssos*, 3ª Série, nº 2, pp. 95-100.

LIMA, Pinto de (1926), “Descobertas modernas no Egito. Quem era Tutankhamen – I Parte. O Egito e Amenofis IV”, *Diónyssos*, 3ª Série, nº 3, pp. 168-172.

LOPES, Maria Helena Trindade (1989), *O homem egípcio e sua integração no Cosmos*, Lisboa, Teorema.

QUIKE, Stephen (1992), *Ancient Egyptian Religion*, London, The British Museum Press.

REEVES, Nicholas (2000), “1922. The tomb of Tutankhamun” in Nicholas Reeves (dir.), *Ancient Egypt. The great discoveries. A year-by-year chronicle*, Londres, Thames & Hudson, pp. 160-166.

REEVES, Nicholas (1997), *The complete Tutankhamun. The King. The Tomb. The Royal Treasure*, Cairo, The American University in Cairo Press.

SALES, José das Candeias (1999), *As divindades egípcias. Uma chave para a compreensão do Egito antigo*, Lisboa, Editorial Estampa.

SALES, José das Candeias (2001), “Champollion” in Luís Manuel de Araújo (org.), *Dicionário do Antigo Egito*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 198-199.

SALES, José das Candeias; MOTA, Susana Mota (2018), “A Agência Radio de Alejo Carrera Muñoz: contributos para a história das agências noticiosas em Portugal (anos 20 e 30 do séc. XX)”, *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, nº2, pp. 91-107 [consulta em 28/08/2018]. Disponível em:

[http://www.revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20180130-jos\\_\\_das\\_candeias\\_sales\\_e\\_susana\\_mota.pdf](http://www.revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20180130-jos__das_candeias_sales_e_susana_mota.pdf)



José das Candeias Sales, Susana Mota - Tutankhamon em Portugal (1923-1926): Da superstição ao ensaio académico ou os percursos que vão da «maldição da múmia» ao Hino a Aton - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 221-252. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2oe1

SHAFER, Byron E. (2005), “Temples, priests, and rituals: an overview” in Byron E. Shafer (ed.), *Temples of Ancient Egypt*, Cairo, The American University of Cairo, pp.1-30.

SIMPSON, William Kelly (1973), *The Literature of Ancient Egypt. An anthology of stories, instructions, and poetry*, New Haven/ London, Yale University Press.

WILKINSON, Richard (2000), *The complete temples of Ancient Egypt*, London, Thames & Hudson.

# **Recensões:**

Gaspar Martins Pereira – Recensão de *A Guerra que Portugal quis esquecer* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 253-255. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2rec

***A Guerra que Portugal quis esquecer*. Manuel Carvalho. Porto: Porto Editora, 2015, 270 pp., ISBN 978-972-0-06183-6**

Gaspar Martins Pereira  
FLUP-CITCEM  
gpereira@letras.up.pt

Na vasta bibliografia sobre a participação portuguesa na Grande Guerra, contam-se pelos dedos as referências historiográficas sobre os confrontos bélicos entre as tropas portuguesas e alemãs, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique, geralmente subalternizados face às campanhas militares em território europeu. Daí a oportunidade e o interesse deste livro do jornalista e historiador Manuel Carvalho, *A Guerra que Portugal quis esquecer*, que conjuga a beleza literária da narrativa e o ritmo intenso, muito próximo da reportagem, com o rigor da investigação histórica, para criar uma síntese impressionante sobre a guerra de 1914-18 em Moçambique.

Partindo de memórias de combatentes, Manuel Carvalho não se limitou ao registo impressivo dessas perspectivas pessoais, por vezes contraditórias, mas carregadas de emoção. Cruzou-as e interpretou-as, confrontou-as com memórias de inimigos e aliados, estudou os contextos em que foram produzidas, as representações dos acontecimentos e da propaganda de guerra em diversos órgãos da imprensa da época e, ainda, as versões dos relatórios militares.

Como bom repórter, visitou os lugares da guerra, calcorreou milhares de quilómetros no Norte de Moçambique e reconstituiu os percursos das operações militares de há cem anos, os locais de fortes e acampamentos, os trilhos e zonas de emboscadas. E sondou a memória colectiva, através de entrevistas a anciãos, em locais-chave dessa guerra desastrosa, Namoto, Palma, Nevala, Macímboa da Praia, Quionga, Negomano...

Ao contrário da participação do Corpo Expedicionário Português nas trincheiras da Flandres, a guerra contra os alemães no Norte de Moçambique foi votada ao esquecimento, apesar de envolver várias expedições militares, somando mais de 20 mil homens, além de milhares de soldados indígenas e uns 100 mil carregadores. Nessa guerra, com os sucessivos desastres militares, de que Manuel Carvalho nos oferece uma narrativa quente e circunstanciada, morreram mais soldados portugueses do que na Flandres, «não tanto pelo poder de fogo dos alemães, mas principalmente por causa da

Gaspar Martins Pereira – Recensão de *A Guerra que Portugal quis esquecer* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 253-255. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2rec

impreparação e falta de treino, da incúria com a alimentação e o vestuário, da insensibilidade dos comandantes, da sede, do paludismo e da disenteria» (Carvalho, 2015: 18). No que terá sido «o mais fantástico atoleiro da história militar portuguesa moderna», na expressão do historiador René Pélissier, citado por Manuel Carvalho, terão tombado mais de 2 mil soldados idos da metrópole e muitos mais terão ficado inválidos, em derrotas continuadas, desde o ataque de Maziúá, logo em Agosto de 1914, até Namacurra, em Julho de 1918. Leia-se Manuel de Carvalho, que questiona, aliás, a veracidade dos números: «Mais de dois mil portugueses da metrópole morreram na Primeira Guerra Mundial em Moçambique, de acordo com as estatísticas oficiais. Dois em cada dez dos que partiram de Lisboa. Poucos por combate, a esmagadora maioria por efeito do desmazelo com as regras de higiene alimentar e das doenças. Há dúvidas sobre a objectividade destes números, que, por exemplo, apontam para a morte em combate de apenas 16 oficiais e 38 soldados. Vale a pena recordar que 400 praças do Regimento de Infantaria n.º 21 estavam desaparecidos quando o batalhão regressou à metrópole. Há que considerar os três oficiais e 30 soldados mortos na travessia de Namaca; as divergências sobre os portugueses mortos em Mahuta ou em Negomano; a ausência de informações sobre o número de vítimas mortais na serra Mecula. O número oficial é por isso muito pouco fiável. / Já quanto às mortes dos soldados indígenas, apenas se podem fazer projecções. E sobre as perdas de vida entre os carregadores apenas se pode imaginar o que terá acontecido. Quantos terão morrido de fome, de sede, de exaustão, de maus-tratos, é impossível saber. [...] Na Conferência de Paz, em Paris, em 1919, Portugal avançou com uma estimativa de 120 mil mortos entre os habitantes do norte de Moçambique. Mas é provável que haja aqui algum exagero destinado a inflacionar o valor da indemnização que se estava a pedir à Alemanha» (Carvalho, 2015: 242).

Manuel de Carvalho não se limita a descrever, minuciosamente, a evolução das operações militares, entre 1914 e 1918, por vezes com recurso a cartografia, situando as posições e os percursos das forças em combate. Analisa a preparação das expedições militares, os efectivos e os equipamentos, as condições do terreno, as relações com os povos indígenas e sua integração como transportadores ou combatentes, as chefias militares e suas relações com as chefias políticas, os perfis e carreiras de alguns oficiais, a condição física e moral das tropas, os quotidianos, as doenças, os medos, as atitudes de

Gaspar Martins Pereira – Recensão de *A Guerra que Portugal quis esquecer* - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 nº 2. 2018. 253-255. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2rec

covardia e de heroísmo, de humanidade ou de brutalidade. E, tudo isso, sem esquecer o contexto nacional e internacional que envolveu as políticas africanas, desde finais do século XIX, bem como as estratégias diplomáticas dos governos portugueses, em especial no tempo da República e da Guerra, para manter a posse das colónias.

Nos dois últimos parágrafos, Manuel Carvalho condensa a ideia que atravessa todo o livro, uma «guerra que Portugal quis esquecer», entendida como um fracasso militar da República e da potência colonial portuguesa: «No final da guerra, Portugal conservaria as suas colónias, um dos principais objectivos estratégicos da jovem República, mas, nas matas de Cabo Delgado ou nos pântanos do Rovuma, perderia a sua glória colonial. Estava, pois, na hora de a recuperar, esquecendo a balbúrdia na preparação das expedições, os erros crassos dos comandantes, a narrativa de uma campanha na qual, ao contrário dos belgas que se bateram com garra e tiveram como recompensa os ricos territórios do Ruanda e do Burundi, os portugueses deram de si uma pálida imagem de potência colonial. Depois do desastre, era mais conveniente passar um pano pelo que aconteceu e prestar homenagem aos poucos que, apesar de tudo, se bateram com coragem e determinação». E, simultaneamente, uma guerra, em que se destacaram gestos de coragem e de heroísmo, cuja memória o jornalista/historiador quis resgatar: «Houve muitos. Como o cabo Sahide, dos corpos indígenas, que mergulhou nas águas do Rovuma infestadas de crocodilos para salvar a vida de um tenente. Como Viriato de Lacerda, na serra Mecula. Como o capitão Francisco Curado, que se tornou uma lenda e mereceu o pouco feliz cognome de “Condestável do Rovuma”. Ou como Manuel de Oliveira, tenente do 24, que pede “licença para ir morrer a Nevala” e deixa uma carta à mulher, Branca, datada de 26 de novembro de 1916, na qual lhe confia: “Tenho muito a contar-te, mas apenas te vou dizer o seguinte: tenciono ir amanhã para Nevala, onde se encontram forças cercadas pelo inimigo há já cinco dias, sem terem que comer e sem terem que beber. Só receberás esta carta se Deus quiser que eu lá fique. Ninguém me manda ir em auxílio dos nossos. Sou eu que vou por minha livre vontade. Se morrer, morro feliz. A divina Providência velará por ti e por nossos filhos. Recebe o último abraço do teu Manuel que vai sacrificar a vida para remir as faltas de muitos”» (Carvalho, 2015: 246).

### Nota biográfica dos autores

Jorge Fernandes Alves é Professor Catedrático no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP-Universidade do Porto e Investigador do CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Gaspar Martins Pereira é Professor Catedrático no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP-Universidade do Porto e Investigador do CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Mathias Saecker estudou História e Germanística na Universidade de Colónia, concluindo a formação com o 1º e o 2º *Staatsexamen*. Ensinou História, Política e Alemão num liceu. A partir de 1997, lecionou História, Sociologia e Alemão no *Studienkolleg* da Universidade de Bona. Desde 2009, trabalhou como colaborador científico na *Bundessprachenamt*, instituição junto ao Ministério de Defesa. Aposentou-se em 2016. Principal temática de investigação é a história das relações entre a Madeira e a Alemanha.

Augusto Salgado, Capitão-de-mar-e-guerra (PhD), ingressou na Escola Naval em 1983, terminando o curso em 1988. Actualmente presta serviço na Escola Naval, onde é professor da cadeira de História Naval e no Instituto Universitário Militar. É professor no Mestrado e no Doutoramento de História Marítima ministrada em conjunto pela Escola Naval e a Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras; no Mestrado de História Militar, ministrada pela Escola Naval e outras sete universidades nacionais. O Augusto Salgado é Doutor em História dos Descobrimentos, pela Faculdade de Letras de Lisboa e é membro Emérito da Academia de Marinha e efectivo da Comissão Portuguesa de História Militar. Já publicou diversas obras e tem participado em diversas conferências e reuniões, tendo sido, em 2011, galardoado com o Prémio do Mar - Rei D. Carlos (CMCascais). Mergulhador amador e fotógrafo subaquático há mais de 30 anos, desde 1993 que participa regularmente em actividades de arqueologia subaquática. Actualmente é co-coordenador do projecto “O U-35 no Algarve” com Jorge Russo, projecto que em 2013 ganhou o prémio Adopt a Wreck Award da Nautical Archaeology Society.

Licenciado em História (2013) e Mestre em História e Património pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2015), Miguel Castro Brandão é doutorando em

História na mesma instituição de ensino, a desenvolver o seguinte tema de tese: *A Frente Marítima Portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) segundo a Imprensa Nacional*. Miguel Brandão é membro e investigador do CINAV (Centro de Investigação Naval) e do HistArc, (História e Arqueologia dos Conflitos Contemporâneos), desde 2015. Em 2017, ingressou a unidade de investigação CITCEM. Desenvolveu vários projetos relacionados com a frente naval portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial.

Nascido em Setúbal em 1991, Diogo Ferreira é licenciado em História (2010-2013) e mestre em História Contemporânea (2013-2015) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a dissertação “Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)”, orientada cientificamente pela Professora Doutora Maria Fernanda Rollo. Presentemente encontra-se a desenvolver uma tese doutoral intitulada “Setúbal entre Guerras (1919-1945): Um itinerário de história local”, sendo bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/131519/2017). É investigador integrado do Instituto de História Contemporânea desde 2014. Publicou, em coautoria, os livros História de Portugal e A Vida e os Feitos dos Navegadores ao serviço de Portugal (1419-1502) - da coleção «O que todos precisamos de saber» - e Os Combatentes do Concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918). A título individual publicou, na editora Estuário, a sua dissertação de mestrado. Integrou a equipa de investigação do projeto “História dos 250 anos da Imprensa Nacional”, coordenado pela Doutora Maria Inês Queiroz.

Fausto Rafael dos Santos Teles Correia é Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2014), e Mestre em História Contemporânea (2016) pela mesma instituição.

Helena da Silva é Investigadora FCT no Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA-FCSH) com um projeto de investigação sobre os cuidados de saúde durante e após a Grande Guerra (IF/00631/2014/CP1221/CT0004). Doutorada em História Contemporânea pela EHESS-Paris e pela Universidade do Minho.

Alexandre Lima Ferreira Licenciado em História pela FLUP e mestrando em História Contemporânea.

Ricardo Costa Pereira, natural de Amarante. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com a dissertação O futebol portuense durante a República Portuguesa (1910-1926). Estudante de Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tema da tese de Doutoramento: O futebol português no tempo da I República (1910-1926). Colaborador do CITCEM.

Luís Miguel Silva é Licenciado em História pela FLUP e mestre em História Contemporânea.

José Sales é Doutorado e Agregado em História Antiga, é docente na Universidade Aberta e investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (CHUL). Desenvolve os seus trabalhos na área da História Antiga – domínio Egiptologia, tendo vários livros e artigos publicados, em Portugal e no estrangeiro, nesse âmbito. É responsável pelo projecto de investigação “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)” no âmbito dos Estudos da Recepção da Antiguidade, destinado a identificar, analisar e publicar as notícias publicadas na imprensa portuguesa (jornais e revistas) sobre a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon.

Susana Mota desenvolve, desde 2006, investigação na área da Egiptologia. Começando por trabalhar sobre o Direito e a Justiça no Egipto antigo, passou depois para a área da Religião, em particular a Religião Doméstica, durante o doutoramento. Presentemente, além de continuar a desenvolver trabalho relacionado com a Religião Doméstica no antigo Egipto, é co-responsável pelo projecto de investigação na área da Recepção da Antiguidade intitulado “Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)”. Este projecto visa identificar, analisar e publicar as notícias publicadas na imprensa portuguesa sobre a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon. Este projecto levou a que, em paralelo, desenvolvesse investigações na área da História da Comunicação.



### Ficha Técnica

HISTÓRIA: Revista da FLUP - IV Série, vol. 8, N. 2 (2018)

Editor Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Inês Amorim

Conselho Editorial: Cláudia Ribeiro, Francesco Renzi, Inês Amorim, Jorge Martins Ribeiro, Maria Antonieta Cruz.

Conselho Consultivo: Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), Fernando Catroga (U. Coimbra), Gérard Le Bouëdec (U. Bretagne Sud), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Hartmut Kaelble (U. Umboldt) Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenação do Dossiê Temático: Jorge Fernandes Alves, Gaspar Martins Pereira

Secretariado: Mariana Selas e Francesco Renzi

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa

#### Contactos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

Telefone: 22 607 71 00

Telefax: 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2

ISSN: 0871-164X

D.L.: 19791/88

Junho 2018

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

## NORMAS EDITORIAIS

### ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

#### 1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam os textos a submeter:

i) *Dossiê Temático*

ii) *Outros Estudos*

iii) *Recensões Crítica*

b) Submeter no sítio da Internet: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

c) Indicar o **título** completo do texto em **português, francês, espanhol e inglês**.

#### 2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, em **português, francês, espanhol e inglês** (com um máximo de 700 caracteres - incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,5, tipo de letra Times New Roman e corpo de letra 12, em formato Word for Windows ou compatível**. As margens devem ser:

§ superior e inferior - 2,5 cm

§ esquerda e direita - 3 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Apresentar os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, numerados de forma contínua.

2.6. Estes elementos, acompanhados dos respetivos **títulos e fontes**, não podem ter uma largura superior à do corpo do texto.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

#### 4. Citações e Referências Documentais e Bibliográficas

4.1. As **referências bibliográficas e citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

Amorim (2008); Ribeiro (2016: 344); Pereira *et al.* (2010).

4.2. As **citações** em português devem apresentar-se entre aspas. Se forem em **outras línguas** devem ser formatados em **itálico**.

4.3. **Apenas as referências mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final.**

4.4. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) **Livro com um autor:**

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa Moraes Editores.

b) **Livro com mais de um autor:**

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) **Livro com mais de quatro autores:**

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) **Capítulo em livro:**

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. III Vol., *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp.13-60.

e) **Artigo em publicação periódica:**

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356.

f) **Artigo em publicação periódica online:**

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356 [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>.

g) **Publicações online:**

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [Consulta em 05.07.2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) **Comunicações em eventos científicos:**

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) **Teses:**

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L' évolution de la perception d'un grand quartier d'affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) **Legislação:**

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) **Citações de documentos:**

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

4.5. As referências bibliográficas devem ser colocadas no **fim do texto** e **ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

5. Os autores devem cumprir o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita e não se encontra sob revisão ou para publicação por outra revista. Caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os ficheiros para submissão encontram-se em formato Microsoft Word, Open Office ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB)
3. URLs para as referências foram fornecidas quando disponíveis.
4. O texto está em espaço e meio; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (excepto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Instruções para Autores, na secção Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma secção com revisão por pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a Revisão Cega por Pares foram seguidas.

## DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Os autores cedem à Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços fornecidos nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.